

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**O NOVO E O NACIONAL EM REVISTA:
A REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL
(1939-1942)**

MARIA HELENA CÂMARA BASTOS

São Paulo, 1994

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - CATALOGAÇÃO NA FONTE

B327n Bastos, Maria Helena Câmara.

O novo e o nacional em revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942) / Maria Helena Câmara Bastos; orientação de Marta Maria Chagas de Carvalho. - São Paulo: USP, 1994.

479 p.

Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Curso de Pós-Graduação em Educação, 1994, São Paulo, BR-SP.

CDU: 37(091) (816.5):981.082/.083.001.73
37.014.5.001.76(816.5) (051) "1937-1942"
371.124(816.5) (051):981.082/.083.001.73

ÍNDICES ALFABÉTICOS PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

História da educação: Rio Grande do Sul: Estado Novo: Reconstrução
37(091) (816.5):981.082/.083.001.73

Política educacional: Renovação: Rio Grande do Sul: Revista do Ensino
1939-1942

37.014.5001.76(816.5) (051) "1939-1942"

Professores: Papel: Rio Grande do Sul: Revista do Ensino: Estado Novo:
Reconstrução

371.124(816.5) (051):981.082/.083.001.73

Bibliotecária responsável:
Iara Ferreira de Macedo, CRB-10/430

O NOVO E O NACIONAL EM REVISTA:
A REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL
(1939-1942)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História e Filosofia da Educação.

Maria Helena Câmara Bastos

ORIENTADORA: Prof Dra Marta Maria Chagas de Carvalho

São Paulo, 1994.

À Dagmar, minha mãe, estímulo permanente em minha vida.

Ao Frederico e Guilherme, meus filhos, razão de ser no enfrentamento dos sucessivos desafios.

AGRADECIMENTOS

À Profa Dra Marta Maria Chagas de Carvalho, orientadora da tese, pelo acompanhamento efetivo, pela análise profunda e pela orientação segura, incentivadora mas, sobretudo, desafiadora;

À Profa Dra Arabela Campos Oliven e ao Prof Dr Celso de Rui Beisiegel, pelo encorajamento quando do início desta pesquisa;

À Universidade de São Paulo, pela receptividade, oportunizando a realização do Curso de Doutorado;

Aos colegas de Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela solidariedade, o que possibilitou meu afastamento das atividades docentes;

À CAPES, através do PICD, pelo apoio financeiro e pelo estágio no "Service d'Histoire de L'Education" - INRP/França;

Ao M. Pierre Caspard e pesquisadores do "Service d'Histoire de L'Education" - INRP/França, pelas valiosas sugestões e oportunidade de estudos ligados à linha de pesquisa sobre IMPRENSA PEDAGÓGICA;

À Maria de Jesus Coutinho e Luiz Carlos B. Diniz pela acolhida afetuosa e apoio constante nas sucessivas e longas estadas em São Paulo;

À Anamaria Lopes Colla, Luzia Garcia de Mello, Marilu F. de Medeiros e Liane S. Schutz, pela leitura atenta dos manuscritos e pela riqueza de observações;

À datilógrafa Maria Helena D'Agostini, Simoni Bampi Parmeggiani e Roberto de Oliveira Martins pelo esmero do trabalho realizado;

À Profa Lydia Schifino, pelo cuidadosa revisão dos aspectos linguísticos;

Ao meu pai Clóvis, à Lourdes, e meus irmãos Maria Celina, Lucinha e Celso, pelo acompanhamento carinhoso;

Aos amigos e amigas, pelo convívio sempre encorajador;

À Dalva Camargo Farias, pela garantia da infra-estrutura doméstica durante minhas ausências.

Renda-se como eu me rendi.
Mergulhe no que você não conhece
como eu mergulhei.
Pergunte sem querer a "resposta",
como eu estou perguntando.
Não se preocupe em "entender".
Viver ultrapassa todo o entendimento.

Clarice Lispector
Uma aprendizagem ou o Livro dos Prazeres.

SUMÁRIO

RESUMO	07
RESUMÉ	08
ABSTRACT	09
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - O Rio Grande do Sul durante o Estado Novo: uma política de nacionalização do ensino	29
CAPÍTULO II - A REVISTA DO ENSINO - 1939/1942	98
CAPÍTULO III - A REVISTA DO ENSINO e a Mobilização do Professor na Campanha de Reconstrução Nacional	145
CAPÍTULO IV - A "Renovação Educacional" na perspectiva da REVISTA DO ENSINO	188
CAPÍTULO V - Uma Escola para o Estado	247
CAPÍTULO VI - A REVISTA DO ENSINO e a prescrição das práticas escolares	324 *
CONCLUSÕES	399
ANEXO	406
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	435
APÊNDICE - "As primaveras da REVISTA DO ENSINO"	

RESUMO

A presente pesquisa analisa o **projeto de reconstrução nacional** do Estado Novo e a proposta político-pedagógica de **renovação educacional rio-grandense**, privilegiando a questão do novo e do nacional no discurso do periódico - A REVISTA DO ENSINO (1939-1942) - dirigido especialmente ao professor do Rio Grande do Sul.

A política educacional no Estado Novo tem sido objeto de muitos estudos. Entretanto os dispositivos através dos quais sua política foi sendo implementada tem merecido pouca atenção. Assim, a análise da produção discursiva da REVISTA DO ENSINO procurou identificar temáticas educacionais e suas articulações com a política estadonovista de "**reconstrução nacional**". O presente estudo analisa o papel da Revista na modelização das práticas escolares e na orientação do fazer pedagógico do professor rio-grandense. Analisa também pretende a política estadonovista de reorganização do sistema escolar do Rio Grande do Sul.

O estudo permitiu verificar a presença de um discurso articulado de construção da identidade do professor - destinatário da Revista - pela **sacralização** de sua função. A Revista elege o professor como agente da política de **reconstrução nacional**, através de um discurso modelador, moralizador e prescritivo do "**ser docente**" e de uma política de valorização profissional, pela ênfase no preparo técnico-pedagógico. De modo análogo, a REVISTA DO ENSINO produz um discurso sobre a Escola, como espaço de vivências cívico-sociais de construção do "**novo**" cidadão.

Esta tese permitiu constatar a importância da imprensa pedagógica como fonte de informação para a história da educação - veículo de produção e circulação de representações da vida educacional e escolar, indicando possibilidades de prosseguimento da análise da REVISTA DO ENSINO, buscando desvelar o discurso que perpassa a formação do professor e a construção do cotidiano escolar - rio-grandense e nacional.

RESUMÉ

Cette recherche analyse le **project de la reconstruction nationale** crée par l'Estado Novo aussi bien que les propos politiques et pedagogiques du **renouvellement éducationnel** dans le Rio Grande do Sul, tous deux envisagés dans le discours du périodique - REVISTA DO ENSINO (1939-1942) qu'est orienté aux enseignants.

La politique éducationnelle dans l'Estado Novo a été l'objet de nombreuses études. Cependant très peu de recherche ont été organisées pour vérifier la mise en pratique de cette politique. Ainsi, l'objectif de cette thèse, à travers l'analyse du discours de la REVISTA DO ENSINO, est celui d'identifier les principaux thèmes établis par cette politique éducationnelle. La thèse analyse le rôle du périodique comme source d'orientation des pratiques pédagogiques des enseignants dans l'état du Rio Grande do Sul, aussi bien qu'elle analyse l'aménagement du système éducationnel dans ce même état de la Fédération brésiliéne.

Les résultats du travail ont identifié la **sacralisation** de la fonction des enseignants, en tant qu'agents de la politique de reconstruction nationale à travers leurs capacités technico-pédagogiques. L'analyse du discours dans la REVISTA DO ENSINO a mis en évidence le rôle de l'Ecole comme espace de vie civique, sociale et de formation du nouveau citoyen.

Finalement, l'on a constaté l'importance de la presse pédagogique comme source d'information concernant l'histoire de l'éducation. Pour cette raison, l'on suggère la suite de l'analyse du discours de la REVISTA DO ENSINO a fin d'augmenter la base de données au sujet de la formation des enseignants des écoles du Rio Grande do Sul, voire du pays.

ABSTRACT

The present investigation analyses the project of national reconstruction of the Estado Novo, and the political-pedagogic proposal in Rio Grande do Sul, the discourse of which is endorsed in THE REVISTA DO ENSINO (1939-1942) - addressed to the schoolteacher in particular.

Educational politics during the Estado Novo have been the object of many studies. However, the layout through which these politics were being implemented has earned little attention. Therefore, the analysis of the rational production of the REVISTA DO ENSINO tried to identify educational themes and their articulation with the politics of "national reconstruction" of the Estado Novo. This survey analyzes the role of the Revista in the shaping of scholar practices, and in the orientation of the pedagogic proceedings of the teacher of Rio Grande do Sul. It also analyzes the politics of the Estado Novo referring to the reorganization of the state's school system.

The outcome of the investigation was the verification of the existence of an articulated discourse towards the construction of teacher identity - the teacher being the addressee of the Revista - through the "sacralização" (1) of his function. The Revista elects the teacher as the agent of national reconstruction politics, through a molding, moralizing and prescriptive discourse of "the teaching profession", and a policy of professional valorization, by emphasizing technical-pedagogic competence. In the same way, the REVISTA DO ENSINO produces a discourse placing the school as a room of civic-social experiences which result in the shaping of a "new citizen".

This investigation allowed us to certify the importance of the pedagogic press as a source of information to Educational History - as means of production and circulation of performances in educational and scholar life, appointing possibilities of prosecution of the discursive analysis of the Revista do Ensino, as a way to enrich data concerning teacher qualification, and the building up of the daily activities at school-both in Rio Grande do Sul and Brazil.

(1) - TN - "Sacralização" - this expression has been used by researchers of the reorganization of the school-system during the Estado Novo, meaning: "the use of religious images for political purposes".

INTRODUÇÃO

Durante o Estado Novo, a educação foi insistentemente articulada a uma política de "reconstrução nacional". Tal política, voltada para a reordenação da sociedade e do Estado, apostava na modernização cultural e institucional e contava com a Escola como agência de difusão e propaganda de normas de convivência social inspiradas em valores marcadamente autoritários¹.

Para SCHWARTZMAN o processo de transformação em curso no país, "não obedecia a um projeto predeterminado nem tinha uma ideologia uniforme", caracterizando-se, apesar disto, pela "inclusão progressiva de elementos de racionalidade, modernidade e eficiência em um contexto de grande centralização do poder"².

O nacionalismo já estava presente nas discussões, debates e realizações educacionais desde a década de 10. O "entusiasmo pela educação"³ e o "otimismo pedagógico" dos anos 20 trazem o nacionalismo para o âmago da questão

educacional⁴, que passa a ser formulada como programa de "constituição da nacionalidade"⁵. Pela via educacional a intelectualidade buscava delinear tal programa nacionalista, que embutia um projeto de remodelação das instituições educacionais, de modo a implementar uma ampla reforma moral e intelectual que adaptasse os indivíduos às novas exigências da realidade urbana-industrial emergente⁶.

A partir de 1930, o discurso nacionalista radicaliza-se "devido à conjuntura econômica e política interna e aos reflexos da conjuntura política internacional"⁷. Na política educacional do Estado Novo, a Educação passa a ser o problema nacional por excelência⁸ e um instrumento para a construção da nacionalidade brasileira. Getúlio Vargas afirma, em entrevista, que "não se cogitara apenas de alfabetizar o maior número possível, mas também de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte a transformar a escola primária em fator eficiente de formação do caráter das novas gerações, imprimindo-lhes rumos de nacionalismo sadio"⁹.

A política educacional no Estado Novo mobilizou diversos setores da sociedade como: a Igreja, as Forças Armadas e os chamados "educadores profissionais"¹⁰. A Igreja vinha lutando por introduzir o ensino religioso nas

escolas e mantê-lo, num esforço por garantir que a orientação doutrinária da escola incorporasse o catolicismo como tradição nacional¹¹. Lutava também pela liberdade de ensino como garantia da existência de suas escolas e, de uma maneira geral, exerceu pressão sobre o Estado, para que atendesse as suas reivindicações, pretendendo tirar o maior proveito possível do princípio de colaboração entre Igreja e Estado, estabelecido pela Constituição de 1937¹². O Militares¹³ pretendiam, em nome da segurança nacional, intervir diretamente na política educativa a fim de harmonizá-la com a política militar do país¹⁴. Os educadores (pretendiam remodelar o sistema educativo para adaptá-lo às exigências da nova sociedade urbano-industrial emergente¹⁵). O Estado aproveitou ao máximo todas as tendências, conciliando e arbitrando os conflitos.

A aura de legitimidade do Estado Novo vai ser produzida a partir da cooptação da intelectualidade nacional como agente político, produtor da ideologia e da montagem de uma máquina de propaganda¹⁶, sob a coordenação do Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP¹⁷. A imagem do regime foi construída a partir de duas propriedades básicas e inseparáveis: o novo e o nacional - "O regime é novo na medida em que procura modernizar o país. É novo porque, pela primeira vez, se apresenta voltado,

na 14
Citas 000
da Med
Tudo que
cita - la
proprio

oficialmente, para as verdadeiras raízes da nacionalidade"¹⁸.

Para AZEVEDO AMARAL, um dos ideólogos do regime, o "êxito da nova ordem social estaria na dependência do alcance da função educativa do Estado, que para tal deveria contar com o apoio da elite cultural e intelectual do país. Esta elite deveria estar associada ao Estado para o trabalho educativo de integração do povo na nova órbita do regime"¹⁹. A participação dos intelectuais como mediadores entre Nação e Povo, reforçava a função educativa do Estado para a implantação do **nova ordem social**".

A presença dos intelectuais discutindo a realidade nacional, engajados na idéia de construção da nação, é cada vez mais expressiva no Brasil, desde a década de 20. Vários estudos²⁰ enfatizam, de diferentes perspectivas, o comprometimento dos intelectuais com a legitimação de um Estado forte, autoritário, e marcadamente, nacionalista.²¹

Em seu estudo, MUNAKATA afirma que, nessa época, "começa a se consolidar um modo de representação do real - o ideário contra-revolucionário - para o qual contribuem tanto os setores de "direita" com o de "esquerda". Nesse processo, não é desprezível a participação de um tipo de

*com a participação
militares
de acordo com o
projeto
de
Munakata*

intelectual, em especial os "modernistas" - que não só procuram organizar a cultura nacional correlata às idéias de "unidade nacional", buscando, por exemplo, as "raízes do Brasil" como também produzir a noção - mesma de cultura. E, mais do que isso, são esses intelectuais que passam a ser recrutados pelas agências do Estado e propõem reformas de ensino ou atuam como técnicos especializados em cada ramo da administração pública"²².

Para PÉCAUT, "os intelectuais aderiram a uma ideologia de Estado e o Estado, a uma ideologia da cultura, que era também a ideologia de um governo intelectual. O Estado não reconhecia outra expressão da opinião pública, exceto a representada pelos intelectuais, atribuindo-lhes três papéis: concorrer para a definição das finalidades da ação política, expressar a presença da sociedade civil e dar o exemplo de um ator social coletivo; (...) e atributos: definir o que fundamenta a unidade social e o que se relaciona ao fato transformador; revelar a realidade, formar uma corporação que assuma o interesse geral acima das corporações encarregadas dos interesses específicos. (...) O Estado conferia à ciência o estatuto de componente primordial da política e, simultaneamente, aos intelectuais, o de protagonistas privilegiados da vida

política. Estado e intelectuais estavam, mutuamente, comprometidos".²³

LENHARO analisando a "sacralização do poder" durante o Estado Novo, diz que o "Estado munuiu-se de uma política de burocratização intensiva da intelectualidade, (...) com o fim de efetivar a centralização do poder simbólico, um esforço conjunto de homogeneização dos discursos de poder, particularmente o ideológico. O Estado abriu ditatorialmente, espaço para esta camada burocrática nos meios de comunicação, bem como criou novos canais para facilitar-lhes o desempenho. Transmitiu-lhes poder para breçar outros discursos, assim como tratou de criar uma redoma ao redor dos seus eleitos e torná-los impermeáveis à pressão crítica dos adversários"²⁴.

Para a efetivação do projeto de "reconstrução nacional", o Estado utilizou-se de um novo e poderoso componente do poder: a máquina da propaganda, sob a coordenação do DIP²⁵. A máquina da propaganda contribuiu para a "formação mitológica do Estado Novo"²⁶ e "para a criação do mito Getúlio Vargas"²⁷. Para CARONE, o Estado Novo é o primeiro momento em que se tenta dar um sentido mítico ao Estado, personalizando não só no que se denomina Estado Nacional ou Nação, como também em seus expoentes e

chefes. "Mito e comemoração se conjugam. O primeiro acentua as qualidades, o segundo torna-os públicos"²⁸.

A imprensa²⁹ e os meios de comunicação em geral foram utilizados como "dispositivos de controle e mudança da opinião pública", para a obtenção de um controle de "caráter muito mais persuasivo do que diretamente repressivo"³⁰. A imprensa escrita³¹ foi um importante veículo de produção e difusão do discurso estadonovista³², fornecendo a aura de legitimidade ao regime e à sua liderança simbólica. A participação dos intelectuais como doutrinadores do regime - intérpretes da nova ordem - dá-se, fundamentalmente, através da imprensa escrita e falada, veículos por excelência da propaganda estadonovista.

Na esfera educacional, década de 20 e 30, a ampliação do debate educacional³³ motivou a divulgação de assuntos dessa natureza, refletindo-se num grande impulso de publicação de livros, inúmeras revistas e boletins especializados³⁴. O maior número de publicações pedagógicas, na década de 30, está inserido no debate político-pedagógico entre pioneiros e católicos. Já em 1937, o Estado Novo vai utilizar-se das publicações pedagógicas com função político-doutrinária, facilitando o "escoamento dos conteúdos doutrinários do regime"³⁵.

Neste quadro, situa-se a REVISTA DO ENSINO, editada no Rio Grande do Sul, a partir de setembro de 1939, e voltada ao magistério rio-grandense. Como dispositivo de finalidades educativas, segundo seus idealizadores, estava "empenhada a tudo envidar na patriótica cruzada de reconstrução e engrandecimento nacional"³⁶. Sua criação resultou de uma mobilização da intelectualidade local no sentido de participar do projeto estadonovista de "reconstrução nacional", trazendo o que entendia ser sua contribuição à organização da sociedade.

O presente estudo propõe-se a focar a REVISTA DO ENSINO, de 1939 a 1942, com o objetivo de analisar como, na revista, se articulam o projeto de reconstrução nacional do Estado Novo e a proposta político-pedagógica de renovação educacional rio-grandense, privilegiando a questão do novo e do nacional no discurso da revista.

Embora a política educacional do Estado Novo tenha sido objeto de muitos estudos³⁷, pouca atenção tem sido dada aos dispositivos através dos quais essa política foi sendo implementada. Justifica-se, assim, a análise do presente estudo, a partir da REVISTA DO ENSINO - periódico especializado do Rio Grande do Sul - direcionado

*igual ao
Antônio*

especialmente ao magistério³⁸.

A imprensa periódica pedagógica é um instrumento de pesquisa que se apresenta como importante fonte de informação para a história da Educação³⁹, que deve, enquanto tal, submeter-se ao crivo de uma adequada crítica documental. As representações da vida escolar veiculadas na imprensa pedagógica, interessam sobretudo neste estudo pelo que indicam em termos dos projetos de intervenção nela articulados. Prescrevendo determinadas práticas, veiculando valores e normas de conduta, construindo e elaborando representações do social⁴⁰, a imprensa pedagógica afigura-se como fonte importantíssima para a história da educação.⁴¹

MARIANI, ao abordar como o discurso da imprensa constrói a memória, afirma que a "análise desse discurso se faz importante e necessária, já que esta, enquanto prática social, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias da atualidade - ou seja, lê o presente - ao mesmo tempo que organiza um futuro - as possíveis conseqüências desses fatos do presente - e, assim, legítima, enquanto passado - memória - a leitura

desses mesmos fatos do presente no futuro"⁴².

CATANI ao estudar as "iniciativas dos professores na produção e circulação de informações sobre o ensino" afirma que os periódicos pedagógicos oferecem "farto material acerca das práticas escolares e do ensino específico de disciplinas, o que permite estabelecer um dos elos da história das práticas e disciplinas escolares. Além disso (...) pode trazer elementos férteis para a compreensão histórica do sistema de ensino e colocar novas questões acerca da "cultura escolar brasileira".⁴³ Assim, o estudo da produção discursiva de periódicos pedagógicos permite ao pesquisador um significativo material, possibilitando "entrever os processos discursivos que atuam na perpetuação e cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros"⁴⁴.

Na análise da REVISTA DO ENSINO procedeu-se, inicialmente, a leitura dos vários números publicados, a fim de identificar o ciclo de vida da Revista e sua periodização.⁴⁵ Após esta primeira incursão analítica, realizou-se a leitura dos editoriais.⁴⁶ Nessa leitura, procurou-se caracterizar: o sujeito da enunciação, sua auto-representação; o destinatário representado e a

representação produzida da "realidade" social e educacional, nacional e regional⁴⁷.

A seguir, a análise da produção discursiva da Revista, procurou desvendar uma temática dominante e suas articulações internas. O estudo centrou-se nos temas recorrentes na diversidade dos artigos. A leitura e análise do conjunto de artigos partiu de algumas indagações:

- Como foi representado o leitor no corpus textual da REVISTA DO ENSINO?
- Como a revista se vinculava à política de reconstrução nacional e de renovação educacional?
- De que forma a revista normatizava, disciplinava e prescrevia orientações quanto à prática docente, o fazer pedagógico e escolar?
- Quais conteúdos foram privilegiados e assumiram status de verdade e modelo a seguir, perante o leitor?
- Como o professor, o aluno, a escola foram produzidos e a que desempenhos foram convocados no projeto de modernização da sociedade brasileira?

Com essas questões, a análise da produção discursiva da REVISTA DO ENSINO procurou identificar a pluralidade de falas veiculadas, assim como as temáticas e orientações que as unificaram.

No primeiro capítulo procura-se contextualizar o Rio Grande do Sul, no período do Estado Novo, a partir das peculiaridades que acentuam o seu regionalismo, e analisa-se a política de nacionalização do ensino impetrada pelas autoridades governamentais. [A seguir, caracteriza-se o projeto editorial da REVISTA DO ENSINO, analisando os diversos grupos de colaboradores, sua vinculação institucional e sua participação na Revista.] No terceiro capítulo, analisa-se o discurso veiculado pelo periódico, referente à mobilização do magistério rio-grandense na campanha de reconstrução nacional. Parte dessa mobilização deu-se a partir da exaltação da função docente e pelo preparo técnico-pedagógico voltado à implementação do projeto de renovação educacional analisado no capítulo quarto. O estudo, a seguir, descreve e analisa a Escola Estadonovista, a partir das orientações dos articulistas da Revista. No último capítulo, analisa-se as prescrições das práticas escolares veiculados^{as} pela Revista. Conclue^{se}, evidenciando como a REVISTA DO ENSINO articulou-se ao projeto de reconstrução nacional e renovação educacional do Estado Novo, no Rio Grande do Sul, pela homogeneização de suas orientações, que vieram modelizar e disciplinar a prática social do magistério rio-grandense.

NOTAS

1. O Ministro Capanema, em 1937, profere um discurso no Colégio D. Pedro II, logo após a decretação do Estado Novo, no qual traça os princípios e as realizações que caracterizam a política educacional deste período. "A educação, um dos instrumentos do Estado (...), passou a ser considerada como uma função social de excepcional relevo, e a sua finalidade já não é simplesmente ministrar noções e conhecimentos assentados, mas essencialmente preparar a criança e o adolescente para viver em sociedade, para enfrentar e vencer os obstáculos, os riscos e os fracassos que a vida social oferece a cada um. Educar é rigorosamente socializar o ser humano. Despertar no indivíduo o máximo de eficiência, e, atirá-lo no largo forum das competições humanas, eis aí a finalidade visada pela nova pedagogia. A formação do "novo" homem está a exigir uma "nova" Educação e "novas" instituições escolares. Nesta perspectiva, as realizações do governo são dirigidas: "a preparar o homem completo, isto é, como pessoa, como cidadão e como trabalhador, a fim de que realize integralmente, no plano moral, político e econômico, a sua vida, para servir à Nação". Para a implementação desta meta é fundamental a elaboração de um código das diretrizes da Educação nacional, no qual o Estado "deve assumir a sua suprema direção, fixando-lhe os princípios fundamentais e controlando a execução deles. O ensino primário, "a alfabetização das massas", como "o verdadeiro instrumento de modelação do ser humano", deve "despertar e acentuar na criança as qualidades e aptidões de ordem física, intelectual e moral, que a tornem rica de personalidade e ao mesmo tempo dotada de disciplina e eficiência, esses dois atributos essenciais do cidadão e do trabalhador". O ensino profissional deve ser capaz de transformar a juventude brasileira num exército de trabalhadores competentes, úteis a si mesmos e à Nação; o ensino secundário, destinado a ser o ramo de "ensino preparador da elite intelectual do país". O ensino superior é de "capital importância", porque ele se destina a formação dos grupos mais altos da elite intelectual do país, que terão a "grave tarefa de organizar, orientar, conduzir a vida nacional". A educação física, pelo papel que representa na formação integral, deverá ser ministrada em todas as escolas e, além das escolas, o Governo Federal pretende também organizá-la nas várias corporações relacionadas com o interesse da infância e da juventude. A educação moral para o desenvolvimento da "virtude", cuja base é dada pelo ensino religioso é, também, desenvolvida pelo "canto orfeônico", como elemento "educativo de mais alto valor". A educação feminina terá por finalidade "o preparo para a vida do lar, para a sua grave missão de fundamento e conservação da família". A preparação dos professores deve visar à sua "formação moral e técnica". O patrimônio cultural, além da conservação do patrimônio artístico e tecnológico, deve ser encarado, também, do ponto de vista da sua "difusão", obra extra-escolar cuja finalidade é levar as massas, em regra como o divertimento, luzes novas, sentimentos e estímulos criadores, ligação e comunhão espiritual. O livro, bibliotecas e rádio e o cinema educativo, o teatro são algumas áreas de ação política governamental. (CAPANEMA, G. Discurso. p. 20-21).

2. SCHWARTZ, S. Tempos de Capanema. p. 18-19.

3. Sobre o "entusiasmo pela Educação" e nacionalismo, consultar NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. Cap. II, p. 44-56.

4. Entre as reformas empreendidas, que contribuíram para a construção de uma nova consciência educacional e para o delineamento de uma "Educação brasileira", a partir de 1920, e que procuram adotar princípios da Escola Nova, mencionaremos, por ordem cronológica: SAMPAIO, Dória. São Paulo, 1920; LOURENÇO FILHO. Ceará, 1922; TEIXEIRA, Anísio. Bahia, 1924; ALVES, João Luiz. Distrito Federal, 1927; CASASSANTA, Mário. Minas Gerais, 1927.

5. Sobre o nacionalismo nas discussões educacionais da década de 20, consultar CARVALHO, Marta M. Molde Nacional e forma Cívica: higiene, moral e trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931).
6. CARVALHO, Marta C. A Escola e a República. p. 9-10.
7. XAVIER, M. E. Capitalismo e Escola no Brasil. p. 108.
8. "O Governo Federal realizou, nos primeiros anos que se seguiram à Constituição de 1937, uma obra de significação excepcional, que foi a nacionalização do ensino primário nos Estados de acentuada imigração de origem estrangeira. A documentação recolhida pelo Ministério da Educação e Saúde Pública mostrava como era urgente e imperiosa essa obra. Em consideráveis zonas do país, a escola primária não ministrava um ensino nacional, mas dava-o em língua estrangeira e sob inspiração estrangeira. Havia, mesmo no Rio Grande do Sul, todo um sistema escolar estrangeiro, que organizava, administrava e fiscalizava as suas escolas e formava os seus professores. (SCHWARTZMAN, S. Estado Novo: auto-retrato, p. 362).
9. VARGAS, G. O Estado Novo e suas realizações. p. 37.
10. Na área educacional, a intelectualidade, a partir da década de 20, vai formar um segmento específico, com o aparecimento dos "especialistas" ou técnicos em assuntos educacionais. A educação, gradativamente, passa a ser tratada por um grupo específico de profissionais, que pretendia realizar transformações na sociedade brasileira a partir de uma visão científica do processo educativo.
11. CARVALHO, Marta M. O Novo, o Velho, o Perigoso: relendo "A Cultura Brasileira". 1989; HORTA, J. S. B. Regime Autoritaire et Education, 1985; VILHENA, Cíntia. Família, Mulher e Prole: A doutrina social da Igreja e a política social do Estado Novo. 1988; NAGLE, J. Educação e Sociedade na Primeira República.
12. "Em 1934, quando Capanema chega ao Ministério da Educação, firma-se o pacto político entre Getúlio Vargas, de origem castilhistas e positivista, e a Igreja. Segundo este acordo, a Igreja daria ao Governo apoio político e receberia em troca a aprovação das chamadas "emendas religiosas" na Constituinte de 1934, que incluía entre outras coisas, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas (...). A primeira consequência deste acordo político foi que a Igreja passou a aceitar uma presença muito mais ativa do Estado na Educação do que normalmente faria". (SCHWARTZMAN, Simon Gustavo. Capanema e a Educação brasileira: uma interpretação. Rev. Bras. Est. Pedag. Brasília, 66(153):265-72, maio/ago. 1985).
13. Sobre a participação dos militares na política educacional do Estado Novo, ver: HORTA, J. S. B. Regime Autoritaire et Education, 1985; LENHARO, A. Sacralização da política, 1986; VILHENA, Cíntia. Família, Mulher e Prole. A doutrina da Igreja e a política social do Estado Novo. 1988.
14. SCHWARTZMAN, S. Tempos de Capanema. p. 72.
15. Consultar MONARCHA, Carlos. A reinvenção da cidade e da multidão. Dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. 1990; XAVIER, M. E. Capitalismo e Escola no Brasil, 1990.
16. "Nacionalismo e organização: eis duas noções inseparáveis que compõem a arquitetura de um regime político (...). O Estado deveria criar as condições para o sentimento nacional (...) deveria civilizar e enquadrar (...). O Estado, apresentando-se como responsável pela identidade cultural brasileira, desejava realizar a unidade orgânica da nação e recorria aos intelectuais para alcançá-la. (PÉCAUT, op. cit. p. 71).
17. O Departamento de Imprensa e Propaganda é criado em 27 de dezembro de 1939, num momento tardio do Estado Novo, mostrando que há espaço e tempo grande entre o golpe e a realização de determinados objetivos. Ele é diretamente subordinado ao "Princípio de Representação" e objetiva "centralizar, coordenar, orientar e

superintender a propaganda nacional, interna e externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informações dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional". Cabe-lhes, por sua vez, fazer censura de teatros e cinemas, estimular a produção de cinema nacional", coordenar e incentivar as relações de imprensa com os Poderes Públicos fazer propaganda no exterior, proibir a entrada de "publicações estrangeiras nocivas aos interesses brasileiros", organizar programa de rádio-difusão, etc. O DIP é constituído das Divisões de Divulgação, da Radiodifusão, Cinema, Teatro, Turismo e de Imprensa, esta a mais eficiente delas, trata censura e da propaganda em jornal. (CARONE, Edgar. O Estado Novo - 1937 - 1945. p. 171).

18. OLIVEIRA, Lúcia L. A questão nacional na Primeira República. p. 193.

19. AZEVEDO AMARAL, L. F. apud CUNHA, Célio. Educação no Estado Novo: raízes, concepções, desdobramentos. p. 139.

20. Sobre o papel dos intelectuais, no período de 1920-1945, consultar: MICELLI, Sérgio. Intelectuais e classes dirigentes no Brasil ((1920-45). PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a Nação. OLIVEIRA, Lúcia L. et alii. Estado Novo: ideologia e poder. CAPELATO, Maria Helena. Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945).

21. "A própria organização dos intelectuais está articulada ao Estado. No Estado Novo (...) o corporativismo por ele criado aplicou-se a intelectualidade: as profissões foram reconhecidas e receberam um estatuto oficial. A partir daí, os intelectuais foram dotados de identidade e direitos específicos". (PÉCAUT, D. Os Intelectuais e a política no Brasil. p.10).

22. MUNAKATA, K. Compromisso do Estado, p. 71. In: MONARCHA, C. op. cit. p. 28.

23. PÉCAUT, D. op. cit. p. 72.

24. LENHARO, Alcir. Sacralização da política. p. 53.

25. "O DIP foi o grande celeiro de idéias e ideologias para o novo regime, estabelecendo vínculos direto com a intelectualidade; publicando revistas de cultura". (SCHARTZMAN, Simon. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. Rev. Bras. Est. Pedag. Brasília, 66(153):265-72, mai/ago. 1985).

26. "Durante o Estado Novo, procurou-se uma fórmula para apresentar a idéia de que o Brasil era uma só Nação, unida sob a direção de Getúlio Vargas líder absoluto, a quem deveriam ser atribuídas todas as decisões e toda a responsabilidade. (...) Este período produziu muitos livros com o objetivo de propaganda. Centenas de obras elogiosas ao regime e enaltecidas da personalidade de Vargas foram escritas, em linguagem simples e acessível para que fossem lidas pelo maior número de pessoas". (GARCIA, N. O que é a propaganda ideológica, p. 76).

27. Por exemplo: a construção do mito "Getúlio Vargas" na literatura infantil, através da publicação pelo DIP, em 1939, do livro História de um Menino de São Borja - de Tia Olga. A obra conta a vida do Presidente para os sobrinhos da Tia Rosa- Maria e Chico-Chicote.

28. CARONE, E. op. cit. p. 166.

29. "A imprensa, o mais antigo dos meios de comunicação, exerce papel importante na propaganda, fornecendo ao leitor uma determinada visão da realidade em que vivem. Dessa maneira, transmite os elementos fundamentais para a formação de um conceito de sociedade e do papel que cada um deve exercer nela". (GARCIA, Nelson. op. cit. p. 66).

30. LENHARO, Alcir. op. cit. p. 39 e 43.
31. "Vargas, em inúmeras oportunidades, chamou a atenção para o papel da imprensa, em particular, e dos meios de comunicação, em geral, como dispositivos de controle e mudança da opinião pública. O ofício do jornalismo era por ele chamado de "sacerdócio cívico". Atribuía aos jornalistas grande importância na formação da opinião pública - "para que ela seja de corpo e alma, um só pensamento brasileiro". (LENHARO, A. op. cit. p. 39).
32. Em 1938, Getúlio Vargas, em entrevista à imprensa carioca, destaca o papel que dá à imprensa "como instrumento informativo de maior penetração popular que possuímos para divulgar as atividades do Governo". (VARGAS, G. O Estado e suas realizações, p. 4).
33. NAGLE, referindo-se à literatura educacional brasileira, afirma que é na década de vinte que esta sofre a primeira grande transformação, considerando-se todo o período da história brasileira até o final da Primeira República. Naquele período aparece, e com esse sentido se desenvolve, como um dos mais importantes instrumentos de sustentação das freqüentes discussões que se fazem, da mesma forma que desempenha o papel de transmissora e de preparadora das novas modalidades de percepção da problemática educacional, especialmente do modelo escolanovista (...). Esta literatura é composta por trabalhos ligados às pregações nacionalistas; trabalhos de natureza pedagógica geral; trabalhos que buscam apresentar quadros histórico-descritivos da Educação brasileira; trabalhos que "refletem a visão especial com que deve ser tratada a problemática educacional, tal como se formou graças ao movimento escolanovista". (NAGLE, J. Educação e Sociedade na Primeira República. p. 271).
34. MONARCHA considera que a produção da literatura pedagógica tornou-se estratégica, visto que, "através do discurso científico, obtém-se o distanciamento necessário entre o discurso e o objeto de análise; através do texto, o sujeito institui a si mesmo à realidade. (...). A literatura pedagógica e social é parte decisiva nessa aventura intelectual, onde a burguesia coloca para si mesma a questão do Estado, a reorganização social e a elaboração de estratégias não-repressivas. A partir do final dos anos 20, os educadores profissionais transformam-se em publicistas pedagógicos preocupados com a construção institucional". (MONARCHA, C. op. cit. p. 128).
35. LENHARO, Alcir. op. cit. p. 54.
36. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(13):7, setembro 1940.
37. BARBOSA, M. Carmem. Estado Novo e Escola Nova: práticas e políticas de educação no Rio Grande do Sul de 1937 a 1945. - Dissertação (Mestrado). UFRGS, POA, 1987. BOMENY, Helena. Nacionalização do Ensino: a gênese da intolerância. Educação e Política no Estado Novo. Rio de Janeiro:FGV, 1992 (mimeo). Organização da Juventude: a política de mobilização da juventude no Estado Novo e Nacionalização do Ensino; a gênese da intolerância. Rio de Janeiro:FGV/CPDOC, 1990 (doc de trabalho). CUNHA, Célio da. Educação e Autoritarismo no Estado Novo. São Paulo:Cortez, 1940. Educação no Estado Novo: raízes, concepções e desdobramentos. Brasília:UNB, 1979. Dissertação (Mestrado). DALBEY, Richard. The German private schools of Southern Brazil during the Vargas years 1930-1945. German nationalism vs Brazilian Nationalization. Indianápolis:Indiana University, 1970. Tese (Doutorado). HORTA, José S. B. Regime Autoritaire et Education. Le Cas du Brésil (1930-1945) étudié à la lumière du cas de L'Italie (1922-1943). Paris:Université Paris, 1985. Tese (Doctorat d'État). KIPPER, M. H. A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945). Santa Cruz:APESC, 1979. LIMA, Magali. O corpo no espaço o no tempo. A educação física no Estado Novo (1937-45). Rio de Janeiro:FGV/JESAE, 1980. Dissertação (Mestrado). PAIVA, César. Die Deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul un Die Nationaliserungs politik. Hamburg:Universitat Hamburg, 1984. Tese (Doutorado). PEIXOTO, Ana Maria. Educação e Estado Novo em Minas Gerais. São Paulo:PUC/SP, 1989. Tese (Doutorado). PORTO, Adonia P. M. Educação para a política do Estado Novo (1937-1945): um estudo do conceito e objetivos educacionais na revista "Cultura Política". Rio de Janeiro:FGV, 1982. Dissertação (Mestrado). SCHWARTZMAN, Simon et alii. Tempos de Capanema.

São Paulo:Paz e Terra/EDUSP, 1984. SILVA, Marinete dos Santos. *A Educação brasileira no Estado Novo: 1937-1945*. São Paulo:Livramento, 1980. VILHENA, Cintia P. de Souza. *Família, Mulher e Prole: a Doutrina Social da Igreja e a Política Social do Estado Novo*. São Paulo:USP, 1988. Tese (Doutorado).

38. LOURO & BARBOSA, realizaram, recentemente, estudos relativos à história da educação rio-grandense, utilizando como fonte primária alguns números da REVISTA DO ENSINO. Estudos relativos à REVISTA DO ENSINO, como instituição, são, até o momento, inexistentes, bem como do CPOE - Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais, órgão de supervisão técnica da SEC e da REVISTA DO ENSINO. LOURO, Guacira L. *Prendas e antiprendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul*. São Paulo:UNICAMP, 1986. Tese (Doutorado). BARBOSA, Maria Carmem S. *Estado Novo e Escola Nova: práticas e políticas de educação no Rio Grande do Sul de 1937 a 1945*. Porto Alegre:UFRGS/FACED, 1987. Dissertação (Mestrado).

39. Alguns estudos de história da educação brasileira utilizam a imprensa pedagógica como objeto de estudo, resgatando o discurso de uma época, analisando as idéias veiculadas e sua trajetória no movimento educacional: BASTOS, Maria Helena Câmara "CACIQUE a revista da garotada gaúcha: educando, divertindo e formando o "bom menino". (1954-1963)". Porto Alegre:UFRGS, 1991. (mimeo). 21p. BASTOS, M. H. & COLLA, Anamaria. "Retratando Mestres: a idealização do professor na representação da docência". Porto Alegre:UFRGS, 1993. (mimeo). 25 p. CASTRO, Amélia D. *A didática na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: um percurso de quatro décadas*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, 65 (150):201-300, maio/ago 1984. CATANI, Denice B. *Educadores à Meia Luz*. São Paulo:USP, 1989, (Tese). GANDINI, Raquel. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1944-1952): Intelectuais, Educação e Estado*. Campinas:Faculdade de Educação. 1990. Tese (Doutorado). HADDAD, Sérgio. *Educação de Adultos no noticiário*. IN: *Educação no Brasil - 1987/88*. CEDI, 1991. p. 141-42. NAGLE, Jorge. *A "crise" do ensino público nos jornais*. IN: *Educação no Brasil - 1987*. São Paulo:CEDI, 1991. p.42-44. NEGRÃO, Esmeralda V.(coord). *Avaliação da Revista Nova Escola: desencontros numa tentativa de comunicação com/entre professores*. São Paulo:FGV, 1989. PORTO, Adonia P. *Educação para a política do Estado Novo (1937-45: um estudo do conceito e dos objetivos educacionais na Revista "Cultura Política")*. Rio de Janeiro:FGV, 1982. Tese (Mestrado). ROSAS, Paulo. *A psicologia na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, 65(150): 314-36, mai/ago. 1984. SAVIANI, Demerval. *A filosofia da Educação no Brasil e sua veiculação pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, 65(150): 273-90, mai/ago. 1984. VELLOSO, Mônica P. *A Ordem: uma "revista de doutrina, política e cultura católica*. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, 21(3): 117-16-, jul/set. 1978.

40. "O conceito de representação social é resultado das relações históricas e sociais que a reproduziram, em determinado espaço e tempo. A representação é uma maneira do sujeito fabricar um objeto psicológico e cultural significativo. O conteúdo, a forma e o processo de construção da representação social possibilitam caracterizá-la como produto cultural, resultado organizado de informações, julgamentos, atitudes de seu sujeito. As representações sociais são determinadas socialmente, duplamente pelo seu conteúdo e sua forma". (DESCAMPS, Annie. *L'imaginaire des enseignants dans le Journal "Le Monde"*. Paris, Université Paris V, 1983, p. 6-7).

41. OGNIER, refere-se a imprensa pedagógica como um "corpus documentário de vastas dimensões, (...) constituindo-se em testemunho vivo dos métodos e das concepções pedagógicas duma época e, através dela, da ideologia moral, política e social de um grupo profissional (...). A revista constitui, assim, um excelente observatório; uma "fotografia" da ideologia que preside...". (OGNIER, Pierre. *L'ideologie des fondateurs et des administrateurs de l'Ecole Républicaine a travers la "Revue Pédagogique" de 1878 a 1900*. *Revue Française de Pédagogie* (66): 7-14, jan/fev/mar 1984).

42. MARIANI, Bethânia S. C. *Os primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória)*. IN: ORLANDI, Eni (org). *O Discurso Fundador*. p. 33.

43. CATANI, Denice. A imprensa pedagógica periódica ea constituição do campo educacional paulista. SBPC/1992. Anais. p.269.

44. MARIANI, B. op. cit. p. 33.

45. A REVISTA DO ENSINO apresenta outras fases: de 1951 a 1978 e de 1989 a 1992. Sobre estes períodos da REVISTA DO ENSINO, ver APÊNDICE - " As Primaveras da REVISTA DO ENSINO.

46. "O editorial é o lugar de reconstituição do real (...). Representa a opinião da "equipe", através de um comentário objetivo da realidade. Pretende a neutralidade, traduzida, simbolicamente, pela ausência de assinatura, mas que representa marcas do "redator". Objetiva apresentar uma escrita personalizada, mas na qual é possível descobrir traços indiretos de uma subjetividade". (IMBERT, Gérard. *Strategies discursives et non dit dans le discours de la presse a propos de "El Pais"*. *Melanges de la Casa de Velazquez, Paris, v 17, n° 1, p. 361-379, 1982*).

47. "A história da educação brasileira deve ser construída considerando-se as diversidades regionais e as diversidades sociais que a atravessam e a transformam historicamente, já que o sentimento regional tem suas raízes em questões de natureza econômica e política, embora sua expressão mais consciente se dê a nível cultural". (LOURO, G. O regional na cultura e na educação gaúcha: integração ou resistência? *Caderno ANPED Nova Fase 2, 1989. p. 36*).

CAPÍTULO I

O RIO GRANDE DO SUL DURANTE O ESTADO NOVO.
UMA POLÍTICA DA NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO

CAPÍTULO I

O RIO GRANDE DO SUL DURANTE O ESTADO NOVO:

UMA POLÍTICA DA NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO

O Rio Grande do Sul, é um Estado que apresenta peculiaridades significativas¹: Estado fronteiriço, periférico, de colonização tardia que utilizou grandes contingentes de imigrantes - portugueses (açorianos), alemães, italianos dentre outros no povoamento do seu território. A forte tradição guerreira², decorrente tanto das constantes guerras de expansão e fixação das fronteiras brasileiras no Sul, como de emancipação política, contribuíram para o nível de politização de sua população. Sua economia, baseada na pecuária, dependente do mercado nacional, voltou-se para o abastecimento deste mercado com produtos oriundos da agricultura e pecuária, principalmente, o charque³.

A implantação da República no Rio Grande do Sul foi processo difícil e conflituoso, precariamente consolidado com a vitória dos republicanos castilhistas

sob a liderança de Júlio de Castilhos, na Revolução Federalista (1893-95)⁴, que apresentavam o positivismo como "doutrina de coesão". Júlio de Castilhos foi Presidente do Estado e chefe do Partido Republicano Rio-grandense até 1898⁵, quando assume Borges de Medeiros, que continua a obra castilhista, permanecendo no cargo até 1928⁶. Nesse ano assume Getúlio Vargas, representante da tradição política do Rio Grande do Sul, filiado à "linha castilhista e apoiado por Borges de Medeiros, que teve parte de sua formação talhada sob o signo do Positivismo, fundamentalmente na questão da centralização do poder num estado forte e autoritário e na intervenção do Estado na organização social. Afirmava que deveria prevalecer a coordenação perfeita de todas as iniciativas circunscritas à órbita do Estado, e o reconhecimento das organizações de classe, como colaboradoras da administração pública".⁷

Por razões históricas específicas, o modelo positivista, que marcara também a Proclamação da República no Brasil, seduziu, especialmente, os republicanos do Rio Grande do Sul. "A tradição militar da região, o fato de os republicanos serem uma minoria que precisava de disciplina e coesão para impor-se, a menor complexidade da sociedade social, em comparação com São Paulo e Rio de Janeiro,

talvez tenham contribuído para a adesão mais intensa às idéias políticas do Positivismo. Mais do que nenhuma outra, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (1891) incorporou elementos positivistas, particularmente no que se refere à predominância do Executivo; ao Legislativo de uma câmara de caráter orçamentário; à ausência de referências a Deus, substituída pelo trinômio Família, Pátria, Humanidade; à política educacional e social"⁸.

A Constituição de 1891, no que se refere às Garantias Gerais da Ordem e Progresso do Estado, estabelece, no artigo 71, item 10, que o ensino primário ministrado nos estabelecimentos de ensino seria "leigo, livre e gratuito", compreendendo o ensino elementar e complementar. Em sua primeira mensagem, após assumir o Governo do Estado, "declarava que o ensino primário era um dever do Governo e não mediria esforços para ampliá-lo". O Decreto nº 89, de 02 de fevereiro de 1897, artigo 8, determinava que a suprema direção do ensino competia ao Presidente do Estado, auxiliado pelo Secretário dos Negócios do Interior e Exterior, a fim de ser uniforme em direção, orientação e método. Assim, a instrução pública estava vinculada à Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, mas o poder decisório competia ao Presidente do Estado,

como era o caso da nomeação de professores, criação de escolas, definição de verbas orçamentárias, criação de cargos⁹. A educação constituía-se como "uma das molas propulsoras do progresso social. Deveria ser, preferentemente, privada, a cargo da comunidade, e adquiria um sentido político expresso. Centrava-se na liberdade de ensino e de cátedra e na formação técnica profissional"¹⁰.

As escolas primárias e secundárias no Rio Grande do Sul, durante a Primeira República, eram, em sua maioria, municipais (primárias) e particulares (primária e secundária)¹¹. A instrução pública dirigida pelo Estado era incipiente, o que abria espaço para a iniciativa particular, principalmente, nas zonas de imigração¹², onde o ensino era ministrado na língua dos imigrantes¹³. A ênfase na liberdade de ensino, postulado positivista, parece ter contribuído para a crescente "estrangeirização" da educação rio-grandense, principalmente nas zonas de imigração italiana e alemã¹⁴.

Este período caracterizou-se por uma forte preocupação do Estado com a Educação primária. "No começo do século , os alunos eram 40 mil; em 1920, atingiam a casa dos 100 mil; em 1927, contavam-se 200 mil. Construíram-se, por essa

época, vários edifícios escolares e procurou-se dar nova orientação às escolas mantidas pelo Estado. Em 1930, eram elas 718, ao passo que as escolas municipais eram 2.131, e as particulares, 1320..."¹⁵

Com a influência do Positivismo na Educação¹⁶ e a centralização política num governo forte, a década de 20 no Rio Grande do Sul, em termos educacionais¹⁷, apresenta distinção em relação aos outros Estados brasileiros. "Em 1920, o Brasil tinha, no seu conjunto, uma taxa de alfabetização de 35,1% entre a população de 15 anos em diante; para o mesmo grupo, a taxa do Rio Grande do Sul era de 55,5%"¹⁸. Apesar de ocupar uma situação bastante favorável em relação aos demais Estados da federação¹⁹, não houve, nessa época, uma reforma educacional dirigida pelas autoridades governamentais como as que ocorreram nos demais Estados da União, visando a implantação de princípios liberais escolanovistas²⁰. Este fato, no entanto, não descarta a existência de experiências isoladas²¹. A educação primária no Estado era normatizada por quatro atos orgânicos²², e administrativamente, estava centrada na Diretoria Geral de Instrução Pública ligada à Secretaria do Interior, com a função de "administrar, articular, orientar e fiscalizar o ensino ministrado nos estabelecimentos mantidos pelo governo estadual"²³.

para não "bater"
com a função
a fazer as afirmações
plene - to de argumentos

BARBOSA cita os comentários de TEIXEIRA DE FREITAS (1932) para explicar essa peculiaridade rio-grandense em termos educacionais: "A legislação do ensino nesta unidade da República (...) caracteriza-se pela concisão dos textos respectivos e pelo pequeno número de atos derogativos dos estatutos fundamentais. Sente-se a preocupação de definir as linhas mestras do Setor Educacional no que elas têm de essencial e a preocupação de evitar a integração na lei positiva de dispositivos de execução incompatíveis com as condições do meio e com os recursos acessíveis à providência oficial, de modo que os regulamentos educacionais exprimem, de fato, a organização dos serviços de acordo com a realidade ambiente"²⁴

A presença do Positivismo na Educação²⁵ do Rio Grande do Sul é especialmente significativa no ensino superior, visando à formação de quadros das profissões "verdadeiramente úteis" e direcionada no sentido da "pesquisa científica e técnica". No final do século XIX, surgem: a Escola de Farmácia e Química (fevereiro 1896), a Escola de Engenharia de Porto Alegre (1896), a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (1898), a Faculdade Livre de Direito (1900), todas de iniciativa privada, que viriam a constituir "os pilares básicos da

Universidade de Porto Alegre" (1934). "O caráter técnico-profissional"²⁶ da educação foi sempre um postulado precioso do Positivismo e de grande influência no ensino superior. A presença de professores positivistas é significativa nos diversos graus de ensino, especialmente, no ensino superior. A Escola Militar de Porto Alegre foi um reduto importante de professores positivistas²⁷.

Getúlio Vargas quando assume a presidência do Estado (1928) defende, como suas principais metas, as vias de comunicação e a educação para o povo. Em entrevista ao jornal "O País", dizia que "o Estado deve ministrar ensino leigo, aparelhando o espírito do aluno nos conhecimentos indispensáveis na luta pela vida, fortalecendo-o pela cultura cívica e estimulando-o à prática das virtudes"²⁸.

Com a Revolução de 30, o Governo do Estado passa a ser exercido por Flores da Cunha (1931-1937), inicialmente como interventor e depois como governador. Durante seu período de governo, uma série de medidas foram adotadas visando à organização administrativa da Educação rio-grandense. Em 1935, é criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, ocupada por Otelo Rosa (1935-37), compreendendo a Diretoria Geral da Instrução Pública,

Diretoria de Higiene e Saúde Pública, Assistência a Alienados, Museu Julio de Castilhos e Biblioteca Pública, bem como a superintendência da Universidade de Porto Alegre (Decreto nº 5.969 de 26 de junho de 1935). No mesmo ano, também é criado o Conselho Estadual de Educação, órgão consultivo da S. E. S. P. que "estabelecerá normas referentes aos problemas educacionais".

educação do Estado e centralização do poder

Várias providências são tomadas quanto à regulamentação da carreira do magistério, tais como a "adoção de novos critérios do provimento de vagas em escolas primárias e normais e na remoção de professores para a capital (1935), criação de quadros especiais, respectivamente, de professores contratados e de substitutos (1936). A ampliação da rede física de escolas, bem como o número de vagas e de professores foi uma das metas do governo, quase triplicando o número de professores e escolas"²⁹. Dentre os fatos significativos do governo de Flores da Cunha, em termos educacionais, inclui-se a criação da Universidade de Porto Alegre (UPA)³⁰, em 1934, cujo ato representou uma mudança de posicionamento filosófico - "o abandono da ortodoxia positivista"³¹. A criação da Universidade de Porto Alegre dá-se num clima de "grande efervescência ideológica". Enquanto em nível nacional o debate sobre

←

←

educação dava-se entre "católicos e pioneiros", no Estado o quadro é diverso. A cisão principal contrapõe o grupo católico aos positivistas, herdeiros da tradição castilhistas, sobretudo na Faculdade de Direito e na Escola de Engenharia. A essas duas correntes, que se gladiavam no plano institucional, somava-se o Partido Universitário (1932), que representava as idéias da Escola Nova. Este debate, entretanto, não ficou circunscrito às instituições de ensino superior, abarcando plano político mais amplo. Os positivistas, que procuravam defender suas posições, organizam-se na Liga Pró-ensino leigo, enquanto os católicos, procurando ampliar seus espaços, formaram a Liga Eleitoral Católica (LEC). Este debate, já intenso antes de 1934, acirra-se com a criação da Universidade de Porto Alegre³².

Desde o governo Getúlio Vargas iniciou-se um processo de contestação da ortodoxia doutrinária do positivismo, havendo resistência de outros grupos que lutavam pela liderança. Poderíamos dizer que havia uma justaposição de tendências, as quais, muitas vezes, defendiam idéias opostas, mas que conviviam na prática do poder. É o caso da Igreja Católica³³ que, no Rio Grande do Sul, a partir de 20, procurará afirmar seu papel no campo das idéias e no

"plano de atuação político-social". TRINDADE considera a década de 20 como início da reação católica no Rio Grande do Sul, quando a "geração vinda dos Colégios Conceição e Anchieta começa a atuar, lentamente, na sociedade rio-grandense"³⁴. Como preparação desta década, salientamos a nomeação de Dom João Becker, em 1912, como Arcebispo do Porto Alegre, o que muito contribuiu para o sucesso dos católicos. A participação político-social da Igreja, no Rio Grande do Sul, nos anos 30, se dará através da chamada "geração católica" e da "Ação Católica Oficial", numa tendência de recristianizar cada vez mais a sociedade na sua totalidade³⁵. A atuação da geração católica, constituída por ex-alunos do Colégio Anchieta e Congregados Marianos³⁶ dar-se-á em diferentes áreas: influência na criação da Faculdade de Filosofia³⁷, na criação da Associação de Professores Católicos (1934)³⁸ e na publicação da Revista ESTUDOS (1941)³⁹ em "instituições confessionais", principalmente de ensino primário e secundário, e na Liga Eleitoral Católica (1933)⁴⁰ Esta atuação marcante desenvolveu-se relativamente independente da hierarquia da Igreja⁴¹. Já a Ação Católica⁴² subordinava-se diretamente à liderança de Dom João Becker, que será uma figura destacada na política de aproximação entre Igreja e Estado⁴³, sendo especialmente eficaz sua

vinculação com Borges de Medeiros e Flores da Cunha, "que passaram a ser católicos convictos e praticantes". Em 1932, Dom João Becker dá seu apoio ao Partido Republicano Liberal, fundado por Flores da Cunha, primeiro partido político do Rio Grande do Sul a introduzir as reivindicações católicas no seu programa. Apóia a Revolução Constitucionalista de 1932 e, em 1933, amplia a participação da Igreja com a instituição da assistência religiosa ao Exército do Rio Grande do Sul. Em 1934, quando da criação da Universidade de Porto Alegre, Flores da Cunha, em discurso, sela a vinculação da Igreja com o Estado. "Não será demais declarar que, antes de assinar e organizar este decreto, procuramos, também, animados pelo espírito de transigência que anima os governantes do Rio Grande do Sul, ouvir a autoridade espiritual, que é tão forte, do meu querido amigo e eminente Sr. Arcebispo, que deu a sua absoluta e inteira anuência à idéia vencedora e agora cristalizada"⁴⁴ .

Com a instalação do Estado Novo, em 1937, assume a interventoria, no Rio Grande do Sul, o General Daltro Filho, até janeiro de 1938, quando toma posse o Coronel Cordeiro de Farias (1938-1943). Como Secretário de Educação, J. P. Coelho de Souza (1937-1945)⁴⁵ procurará

implementar a política educacional do Estado Novo, visando à construção do "projeto de educação nacional", com ênfase na questão da constituição da nacionalidade, grande motivo e justificativa das medidas educacionais adotadas no Rio Grande do Sul nesse período. "A renovação que havia de marcar a nova etapa da Educação no Rio Grande do Sul, com início em 1937, constituiu um esforço desassombrado e vigoroso, que motivou a maior e exemplar experiência educacional no Estado"⁴⁶. COELHO DE SOUZA refere-se à ação intensiva no campo educacional, impetrada, a partir desta época, no Estado, visando à nacionalização do ensino, principalmente das iniciativas teuto-brasileiras. Essa ação objetivava "robustecer a unidade espiritual da Pátria - a) pela unidade da língua e cultivo cívico; b) pelo combate ao nazi-fascismo, que para atingir a seus fins, em todos os países, vinha utilizando, como meio, a luta interna, promovendo a desconfiança entre os cidadãos"⁴⁷. Segundo avaliação do governo, a ofensiva nazista no Sul do País se processava por três setores: as igrejas evangélicas alemãs, as sociedades de toda natureza (recreativas, desportivas, beneficentes) e as escolas⁴⁸. Dessa forma, "os alicerces da obra de nacionalização devem ser lançadas na escola, (...). Basta observar que a ação nazista se dirige insistentemente no sentido escolar, para verificar-se a

necessidade de dirigir no mesmo sentido contra-ofensiva"⁴⁹.

A forte concentração de imigrantes de origem alemã e italiana determinou que a questão de nacionalização estivesse presente, no Rio Grande do Sul desde a segunda década do século XX, com a Primeira Guerra Mundial, quando são adotadas medidas visando ao "abrasileiramento" dessas regiões.

A Primeira Guerra Mundial e as suas consequências tornaram mais complexas as relações entre a população de ascendência alemã no Brasil e os Estados brasileiro e alemão. A campanha repressiva e asilacionista desencadeada pelas ligas e movimentos nacionalistas brasileiros, o fechamento das escolas em 1917, o início das subvenções federais para a nacionalização do ensino a partir de 1918 e as pressões da hierarquia católica para que as escolas dessa confissão adotassem o português como língua de ensino traziam grande insegurança àqueles interessados na continuidade das escolas de língua alemã no Brasil. Com a guerra, principalmente quando o Brasil rompeu suas relações diplomáticas com a Alemanha, devido ao afundamento do cargueiro "Paraná", em abril de 1917, agitações irromperam em Porto Alegre. Populares saquearam e incendiaram firmas

teuto-brasileiras e a Sociedade Germânica, e não houve nenhum esforço real por parte da polícia e das tropas estaduais para conter a violência. Apesar destes incidentes o governo continuou a ter apoio político dos coloniais, de forma que Borges de Medeiros relutou a adotar medidas nacionalistas que estavam sendo tomadas em outras regiões do país, como a obrigação de todas as escolas ensinarem em português⁵⁰. O Rio Grande do Sul, ao findar a legislação de guerra, devolve às escolas particulares a total liberdade de ensino de que gozavam até 1917, amplia, contudo, a sua política de subvenção e absorção de escolas particulares pelas administrações municipais⁵¹.

A partir de 1937, tanto em nível nacional como regional, as medidas de nacionalização tornar-se-ão mais intensas, com o fechamento progressivo de escolas estrangeiras, de associações esportivas, culturais e sociais, e de jornais. A ação nacionalizadora envolveu diferentes grupos migratórios estrangeiros: italianos, judeus, poloneses e japoneses, mas foram os alemães que apresentaram "problema de gravíssima e difícil solução".

DALBEY afirma, em seu estudo sobre "Os Alemães no Sul do Brasil: do isolamento à integração com a Nacionalização

do Ensino"⁵², que "com a criação do Estado Novo, o Presidente Vargas pôde então fazer uso de seus amplos poderes a fim de promover a nacionalização econômica das colônias estrangeiras. A fórmula de nacionalização cultural adotada pelo Presidente Vargas foi provavelmente a medida mais drástica jamais tomada por qualquer país sul-americano para resolver problemas de minorias estrangeiras. A nova regulamentação do governo pretendia desferir golpe mortal na manutenção de uma cultura homogênea no seio das entidades estrangeiras no âmago do Brasil e dissolver a identidade étnica das minorias estrangeiras, fundamentando-se na suposição de que, com o desaparecimento da língua estrangeira, a absorção social e cultural seria apenas uma questão de tempo".

Para PAIVA, em seu estudo - "Die Deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul und Die Nationalisierungs Politik"⁵³, a questão da política de nacionalização do aparato - cultural teuto-brasileiro estaria enquadrada no contexto mais geral de transformação do Estado brasileiro, desvinculando-se de uma ligação exclusiva com o combate às atividades do Partido Nazista no País. "A sua nacionalização teria significado uma confrontação político-ideológica de âmbito local, marcada por medidas

repressivas e persuasivas que, juntamente com outras decisões adotadas a partir da revolução de 1930, explicitariam um processo de ampliação e diferenciação das funções estatais, no qual o Estado assumiu papel ativo na condução das transformações sociais e na superação do espontaneísmo na direção intelectual e moral da população em uma sociedade em fase de urbanização e industrialização. A nacionalização foi, assim, vista como um momento do processo passivo de revolução burguesa no Brasil. Solicitadas desde longa data por diferentes setores da intelectualidade brasileira, as diretrizes que orientaram a política de nacionalização foram ditadas pela articulação político-ideológica conservadora entre setores do modernismo (em especial os renovadores da educação) e o regional-tradicionalismo de Gilberto Freire em torno da idéia assimilacionista e até mesmo expansionista, - de brasilidade, entendida como democracia racial e comunidade luso-brasileira".

A análise da campanha de "nacionalização" no Rio Grande do Sul durante o Estado Novo, para GERTZ, deve levar^a em 4 conta três fatores: "o subjetivo, de longa tradição, representado pela ideologia do "perigo alemão"; o objetivo, da existência de germanismo, nazismo e integralismo; e o

material, do crescimento da região norte do Estado, povoada por imigrantes de origem alemã e italiana, frente ao Sul, tradicional. Esse crescimento da metade norte chega ao seu auge na década de 1930, fazendo o setor "tradicional" sentir a "estrangeirização" da economia rio-grandense⁵⁴. Assim, a campanha nacionalizadora apresentava componentes motivadores tanto de ordem econômica como cultural, caracterizando a ação das autoridades governamentais, em dois níveis: um, o educativo, outro, o repressivo. CORDEIRO DE FARIAS afirmou em depoimento, que essa ação "foi o ponto de honra do meu governo, o qual iniciou em fins de 1938. (...) Essa luta foi desenvolvida em muitas frentes simultaneamente, sobretudo na área estudantil, a fim de anular os efeitos da propaganda, e na área de segurança, para impedir a infiltração que comprometesse a ordem política"⁵⁵.

A busca da homogeneização nacional, através de um projeto de nacionalização, envolvia, segundo SCHWARTZMAN⁵⁶, três aspectos: dar conteúdo nacional à educação transmitida pelas escolas e por outros instrumentos formativos; padronizar o sistema escolar e educacional na perspectiva da homogeneização e centralização⁵⁷, erradicar as minorias étnicas, linguísticas e culturais.

A "campanha de nacionalização" do Estado Novo deveria ter a participação de diversos ministérios e órgãos: Ministério de Educação e Saúde, Ministério da Guerra, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Ministério das Relações Exteriores, Conselho de Imigração e Colonização, Conselho de Segurança Nacional. Ao Ministério da Educação e Saúde caberia a criação de escolas nas zonas de preponderância de grupos estrangeiros; a subvenção das escolas primárias coloniais; o favorecimento às escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros; a orientação ao preparo e ao recrutamento de professores para escolas primárias dos núcleos coloniais; o estímulo à criação de organizações patrióticas destinadas à educação física; ^{suprir} as bibliotecas de obras de interesse nacional e promover comemorações cívicas e viagens para outras regiões do País; ^{vigiar} o ensino da língua e da história e geografia do Brasil; distribuir folhetos com notícias e informações sobre o Brasil, seu passado, sua vida presente e suas aspirações. Aos Interventores Federais caberia "assegurar o funcionamento das escolas existentes a cargo dos Governos dos Estados ou municípios; e a sua reorganização quando não preenchessem os requisitos desta lei; remeter trimestralmente ao Conselho de Segurança Nacional uma estatística da entrada e da localização de

imigrantes; amparar as organizações nacionais das zonas de colonização; promover, de acordo com as autoridades militares, solenidades cívicas e manifestações patrióticas nessas zonas"⁵⁸.

O Ministro da Educação, Gustavo Capanema, em conferência proferida em outubro de 1945, assim analisa a campanha de nacionalização do ensino implementada pelo Estado Novo: "justamente no terreno da escola primária que o Governo, a partir de 1937, realizou a mais profunda e a mais decisiva obra antifascista. A indiferença dos governos anteriores deixou proliferar no Sul do País a rede imensa de escolas primárias estrangeiras, sobretudo alemãs, que depois de Hitler, passaram a ser centros de educação nazistas de milhares de crianças brasileiras. Não se confunda, porém, uma escola democrática com uma escola indiferente ao espírito nacional. A circunstância de haver estado, por mais de um século, a educação entregue aos governos regionais, gerou, entre nós, essa confusão. Já José Veríssimo contra ela pregava num livro publicado em 1890. Parlamentares, educadores, sociólogos procuraram depois mostrar o perigo que esta escola ausente de espírito nacional vinha representando para a unidade do País. Aspecto dos mais graves era não o da escola incapaz de

nacionalizar, mas a escola desnacionalizante. Contra esse estado de coisas aqui, reagiu firmemente o governo depois de 1937. E fê-lo por duas formas substanciais: a legislação sobre a nacionalização do ensino, e o auxílio federal para aparelhamento escolar naqueles núcleos (...). Não foi só repressiva a ação do governo. Procedeu-se a um largo plano de recuperação nacional, através das escolas das citadas regiões. Para isso, concorreu a União (...) com auxílios para a construção de nada menos que 166 edifícios escolares. De 1920 a 1930, tais auxílios para as escolas das zonas de colonizações estrangeiras foram de apenas trezentos mil cruzeiros anuais. De 1931 a 1937, os mesmos auxílios montaram já a 3 milhões e 700 mil cruzeiros, o que significa 500 mil cruzeiros anuais. De 1938 a 1940, totalizaram, porém, 17,6 milhões, com a média de mais de cinco milhões por ano⁵⁹.

No Rio Grande do Sul, a campanha de nacionalização do ensino tem início em 1937, conduzida pelo Interventor Federal Daltro Filho, que assim descreve a situação que encontrou no Estado: "Entre os problemas que estou resolvendo, um há que encerra mil dificuldades, não já para o Rio Grande como para o Brasil, pelos perigos que se estão criando do ponto de vista internacional. Quero referir-me à educação primária, que deve orientar-se de maneira que a

escola tenha como principal objetivo formar o cidadão no sentido estritamente brasileiro. E no Rio Grande este problema não é fácil, porque nem só o governo italiano, como principalmente o alemão, mantêm pelo que estou informado, escolas e professores mantidos com o dinheiro italiano e alemão, para darem aos colonos respectivos educação italiana/alemã no sentimento e língua desses países. Estou estudando a questão para reorganizar o ensino primário no Rio Grande com sutileza que me leva sem choque a cortar de uma vez esse abuso, esse perigo e essa desgraça. Imagina V. Exa. que, de todas as desorganizações que encontrei no governo deste grande Estado, o ensino primário é o mais caloroso e o mais desgraçadamente comprometido"⁶⁰.

Em 1938, Cordeiro de Farias assume como Interventor do Estado, agindo de forma mais sistemática e repressiva na campanha nacionalizadora, devido denúncias da existência de grupos nazistas do Sul do País⁶¹, o que favoreceu o recrudescimento das medidas de ação política e educacional, coordenadas pelo Chefe da Política - Aurélio da Silva Py - e pelo Secretário de Educação - J. P. Coelho de Souza.

Para CORDEIRO DE FARIAS "só com derrota universal do nazismo seria possível consolidar a nacionalização do

Brasil"⁶². PAIVA, no entanto, considera que não existe esta "causalidade imediata e exclusiva entre a política de nacionalização do ensino e o combate à propaganda nacional-socialista. Visto que, em 1929, durante o Congresso de Municipalidades do Rio Grande do Sul, o Estado inicia a primeira movimentação política visando a estabelecer critérios para o funcionamento das chamadas "escolas estrangeiras" e exigir que o ensino fosse feito em língua portuguesa, o que evidencia uma mudança de posicionamento do governo do Rio Grande do Sul, o mais tolerante Estado sulista com relação as "escolas estrangeiras", antes da revolução de 1930 e das atividades do NSDAP no Brasil". Afirma que "esta argumentação foi forjada pelo Estado Novo" e também plenamente adotado por R. O. DALBEY em seu estudo sobre as "escolas alemãs"⁶³.

As medidas de nacionalização do Rio Grande do Sul, segundo COELHO DE SOUZA⁶⁴, visavam a "interromper um processo cultural que vinha sendo mantido há quase um século". A ação compreendeu duas ordens de medidas: extra-escolar e escolar. O alvo visado foi a escola particular alemão, considerada como instrumento de manutenção dos laços e fidelidades culturais.

A ação educativa extra-escolar envolvia a realização de caravanas nacionalistas e a comemoração das datas cívicas. COELHO DE SOUZA chama de "nacionalização sentimental" a iniciativa de organização de caravanas de "coloninhos"⁶⁵ que o interventor trazia à Porto Alegre durante a semana da Pátria⁶⁶ chamando-os de "gaúchinhos", hospedando sempre vinte no Palácio de Governo⁶⁷. Segundo CORDEIRO DE FARIAS, essas iniciativas contaram com o apoio do magistério feminino - "professoras, muito abnegadas, foram extraordinariamente coadjuvantes nessa campanha. Aquelas que estavam em meios mais hostis mandavam, através da Secretaria de Educação, uma relação de meninos filhos das famílias mais recalcitantes. Assim, nós tínhamos uma lista completa dos alunos que resistiam em aceitar padrões educacionais brasileiros. Com tais listas nas mãos, começamos um trabalho de envergadura: trazer essas crianças a Porto Alegre, em grandes grupos de quinhentas crianças, sobretudo durante a Semana da Pátria, para mostrar-lhes que existia um mundo fora de seu pequeno universo alemão. Essas crianças que vinham e ficavam, às vezes, um mês em Porto Alegre, eu as recebia em palácio, elas iam a festividades organizadas por nós, visitavam fábricas e realizavam passeios nos aviões da FAB (...). Esse programa de abasileiramento das escolas alemãs tirava aquelas crianças de seus feudos escolares inteiramente dominados

pelo exclusivismo da língua alemã, e mostrava a elas a realidade do país. Era uma política voltada para reorientar a nova geração de alemães e descendentes de alemães no Rio Grande".⁶⁸

No âmbito escolar, a ação de nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul obedeceu a uma série de medidas que foram orientadas, inicialmente, pela regulamentação das redes de escolas particulares estrangeiras⁶⁹. Em 1938, quando foi decretado o registro e a nacionalização de todas as escolas particulares⁷⁰, foram registradas, na Secretaria de Educação, 2.418 escolas particulares, das quais 241 fecharam suas portas em definitivo⁷¹. Um corpo de fiscais, distribuídos por todos os municípios, "vigia, permanentemente, esses colégios". Eram os inspetores de ensino, que, atuando junto às escolas, forneciam ao governo do Estado as informações indispensáveis para a ação nacionalizadora do ensino, tendo como alicerce a escola elementar⁷² - "as supervisoras davam, permanentemente, informações às autoridades educacionais sobre a evolução do programa, informando inclusive o nome das famílias que resistiam ao novo ensino. E nós atuávamos sobre essas famílias. Era uma guerra"⁷³.

*Centralismo
e
controle
do Estado
usando o
controle
Est. do "exterior"*

O sistema escolar do Rio Grande do Sul era muito complexo, do ponto de vista da nacionalização, dada a existência de escolas italianas, escolas alemãs luteranas, escolas alemãs católicas⁷⁴. O próprio poder do Secretário de Educação ficava afetado pela existência desses três sistemas paralelos, conforme denúncia sua: "ao assumir a Secretaria de Educação, éramos quatro secretários, pois havia o diretor do ensino italiano no Estado, o diretor do ensino alemão luterano e o diretor do ensino alemão católico"⁷⁵.

A Igreja Católica procurou colaborar com as autoridades governamentais através da adoção de uma série de providências nacionalizadoras: proibição de sermões em língua estrangeira; uso da língua nacional nas escolas católicas⁷⁶; recepção da primeira comunhão sem qualquer distinção entre os alunos dos colégios católicos e os de escolas públicas⁷⁷; ensino religioso nas escolas de caráter interconfessional. Essas medidas visavam resguardar a influência da Igreja junto às zonas de imigração⁷⁸, bem como colaborar com o Estado, visto que os colonos não mandavam os seus filhos às escolas públicas, porque alguns párocos se recusavam a conceder a comunhão solene à quem não freqüentasse a escola paroquial⁷⁹. Assim, essa ação foi

João ...

*mas foi
forçado
a colaborar
com o
Estado*

considerada "como um processo de ganhar a confiança do colono, atraindo-o para a escola pública"⁸⁰.

As boas relações entre o Estado e o Arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, parecem ter contribuído para minimizar as resistências às ações do governo nas escolas católicas teuto-brasileiras⁸¹. Em junho de 1940, o Estado e a Igreja assinam um convênio visando à completa nacionalização do ensino nas escolas católicas alemãs: "considerando a utilidade social e nacional de uma perfeita harmonia e colaboração entre os poderes temporal e espiritual (...) a Cúria Metropolitana se compromete, sem prejuízo da completa autonomia administrativa e confessional das referidas escolas, a manter nas mesmas um ensino rigorosamente nacional, de acordo com a legislação federal e estadual atinente à matéria"⁸². COELHO DE SOUZA refere-se à importância da assinatura deste convênio: "as dificuldades têm sempre ocorrido na zona colonial de origem alemã, que mantinha uma rede de mais de 2.000 colégios confessionais. Com o convênio, essas dificuldades teriam desaparecido em relação à metade da colônia teuto-brasileira, ficando nosso setor de combate grandemente diminuído"⁸³.

Diferentemente da Igreja Católica, a Igreja Luterana foi resistente às medidas de nacionalização. Para PAIVA, "a luta entre católicos e protestantes no interior da população teuto-brasileira refletiu-se na perspectiva diversa quanto à manutenção da língua alemã. Ainda que os católicos tenham se empenhado profundamente na defesa das escolas, havia a tendência de encarar o ensino do alemão como uma forma indireta de incentivo ao protestantismo. Para os evangélicos, a perda da língua alemã em um ambiente predominantemente católico era encarado como o primeiro passo para a mudança de religião (...). A igreja católica organiza-se com base em paróquias que podem abranger fiéis de várias origens étnicas; a igreja evangélica alemã atuava exclusivamente no interior da comunidade lingüística (...). Portanto, a questão da língua enquanto arma de luta religiosa não ficava limitada ao confronto entre catolicismo e protestantismo, mas avançava para o interior do próprio flanco protestante. Finalmente, a igreja católica, em seu constante esforço para estabelecer-se como um dos fundamentos da nacionalidade brasileira, mantinha estreitos laços com o governo e controlava os impetus "voelkisch" que se manifestavam nas esferas inferiores da hierarquia"⁸⁴.

A maior resistência oferecida pelas escolas alemãs luteranas determinou, por parte do governo, uma ação política mais intensa. Segundo DALBEY, "quando a nacionalização das escolas alemãs começou a encontrar franca resistência nos redutos mais impenetráveis da colônia alemã, o Governo reagiu instituindo uma campanha rigorosa, punitiva e até mesmo brutal de assimilação forçada. O governo, percebendo que a ação policial contínua e a perseguição rigorosa só iriam contribuir para levar aquelas escolas a serem construídas ainda mais clandestinamente, começou a corrigir os erros de sua campanha de nacionalização, substituindo a ação punitiva pela política de promover uma relação mais estreita entre as escolas, a família, o governo e a conjuntura mundial, passando a modificar e centralizar o sistema educacional brasileiro, incrementando o maior número possível de escolas públicas livres nas zonas de língua estrangeira"⁸⁵.

*da punitiva
ao
mais
estudo*

A situação escolar no Rio Grande do Sul, segundo DANTE DE LAYTANO, assim se configurava: "...quando Coelho de Souza assumiu a pasta estadual da Educação, havia no Estado mais de 3.000 escolas de língua alemã; cinco de língua italiana e duas de polonesa. Vimos coisas notáveis durante a nossa campanha pelo interior do Estado: crianças que não

sabiam falar em nossa língua, gramática da língua portuguesa em ^a alemão, livros de leitura sobre o Brasil em alemão. Às vezes chegávamos, sem aviso prévio, a pequenas localidades (...). Percebendo a aproximação dos carros oficiais, apressadamente jogavam, pelas janelas, aqueles livros de língua alemã. Cheguei a recolher uma das gramáticas portuguesas escritas em alemão. Estávamos dentro das diretrizes educacionais do movimento revolucionário de 1930. E o programa montado visou, entre outros objetivos mais gerais, à melhoria do ensino para aquelas coletividades, proibindo o ensino nas escolas em outro idioma que não o brasileiro. Mas, para tal fim, criou-se uma nova rede escolar, um novo sistema educacional, orientado e dirigido por profissionais do magistério. Posso mencionar como grandes educadores, então mobilizados, as professoras Marieta Cunha, Olga Acauan Geyer, Nair Marques Pereira, Maria Carneiro (...), e outras, que deram estrutura ao ensino elementar e normal, colocando o Rio Grande do Sul em posição destacada no setor educacional. E aqueles contrastes terríveis, acima referidos, foram superados pela habilidade política, pela sagacidade, pela inteligência e pelo espírito público de Coelho de Souza. Posso dizer que encontrou ele receptividade naqueles núcleos estrangeiros, todos desejosos de aprender a nossa

língua e de se integrarem, culturalmente, ao nosso meio. Este é o depoimento de quem trabalhou nesta campanha nacionalizadora, percorrendo o Rio Grande em seus vários e mais agrestes rincões, pela coxilha, pelo campo e pela colônia e viu o trabalho patriótico e humano dos jovens professores junto àquelas comunidades"⁸⁶.

Visando acabar com essa situação, a Secretaria, a partir de 1937, adotou uma política de nacionalização dos estabelecimentos de ensino particular, acompanhada de uma política de ampliação e aperfeiçoamento da rede escolar⁸⁷.

Em 1939, foi elaborado um programa de construção de prédios escolares no Estado, que previa a ampliação da rede escolar nas sedes dos municípios - 50 prédios - e no meio rural - 70 colégios rurais - localizados, em sua maioria, na zona fronteira e na zona colonial.⁸⁸ A grande incidência de prédios escolares no meio rural não se voltava apenas para a nacionalização do ensino nas zonas coloniais alemãs e italianas, mas visava também a contenção das populações rurais, garantindo a estabilidade da ordem social vigente a partir do que era entendido como distribuição racional das populações entre o campo e a cidade. O projeto de ruralização do ensino, adotado pela

política do Estado Novo, era um dos instrumentos para fixar o homem no campo. No Rio Grande do Sul, a questão do êxodo rural já se evidenciava, apesar de a população gaúcha ainda ser eminentemente rural. Em 1940, de uma população total de 3.350.120 habitantes, 2.300.159 habitavam a zona rural (69%)⁸⁹. Mesmo mantendo o modelo econômico voltado para o abastecimento interno do país, tal modelo "vai dando mostras de esgotar-se, aumentando o êxodo rural, que é motivado pela entrada de tecnologia no campo, a mecanização da agricultura, a utilização em algumas áreas de terra para plantações ao invés da criação, a concentração da propriedade..."⁹⁰.

CORDEIRO DE FARIAS, no discurso de 1941, enfatizava como metas básicas do Governo a valorização da educação rural e o processo de nacionalização via ensino primário. "Com a intenção de corrigir essa velha injustiça, o Estado vem insistindo junto às prefeituras para que realizem, de preferência, uma política de amparo às nossas populações rurais, uma política que lhes assegure os indispensáveis meios de evolução social e econômica, na certeza de que seu bem-estar depende a grandeza e pujança do Rio Grande - esteio forte, admirável celeiro do Brasil"⁹¹.

Como resultado da política de ampliação da rede escolar pública, os 170 Grupos Escolares existentes em 1937 passaram a ser 451 em 1941, a maioria na zona colonial⁹². No relatório apresentado, em maio de 1943, pelo Secretário de Educação e Cultura, J. P. Coelho de Souza, ao Interventor Federal no Estado, General O. Cordeiro de Farias, os resultados da campanha de "construção e aparelhamento escolar"⁹³ são apresentados "em todo o período republicano, ou seja, nos cinquenta anos anteriores, só haviam construído, no Rio Grande do Sul, 31 edifícios para escolas. Pois bem, com a reforma atual já se levantaram 116 edifícios escolares, 14 na zona rural, dos quais 14 com residência para o professor; e 42 em cidades e vilas, dos quais 3 com capacidade para 750 alunos cada um; 1 com capacidade para 500 alunos cada um; e os restantes, para 150 alunos cada um. Todas essas novas escolas foram dotadas de mobiliário e material didático moderno"⁹⁴.

Houve um aumento das unidades escolares, de professores e de matrículas no período compreendido entre 1936 a 1940⁹⁵, quando é mais intensa a campanha pela nacionalização do ensino. PAIVA, no entanto, salienta que "no Rio Grande do Sul, em 1938, ocorre um estranho fenômeno: a repentina multiplicação do número de escolas

particulares, exatamente no momento em que estas passam a ser submetidas a maior controle. Este fato só pode ser explicado através da história da educação pública municipal daquele Estado. Entre 1938 e 1939, o número das escolas particulares no Rio Grande do Sul salta de 1.775 para 3.125. Tendencialmente decrescente, o número de escolas particulares se manteve especialmente elevado até 1943. Somente a partir de 1945 é que o número dessas escolas cai abaixo dos valores de 1938. Entretanto, o mais curioso aparece através de um maior detalhamento dos dados. Em 1939, cerca de 46,4% das escolas particulares são gratuitas. Confrontando os dados referentes ao ensino privado com os das escolas municipais, podemos perceber que o número de "escolas particulares gratuitas" varia na mesma proporção que o das escolas municipais. Por outro lado, o aumento do número das escolas particulares como um todo acompanha a multiplicação de escolas particulares subvencionadas. As estatísticas relativas às instâncias subvencionadoras mostram que eram os municípios que impulsionavam a política de subvenção do ensino privado. Portanto, os municípios gaúchos deram continuidade, mesmo durante o auge da campanha de nacionalização do ensino, à política de subvenção às escolas particulares, iniciada ainda no século XIX e utilizada a partir da segunda década

do século XX, como instrumento de fiscalização e absorção daquelas escolas. À medida que diminuem as subvenções, cai o número de escolas particulares e aumenta o das escolas municipais e vice-versa. Ao contrário de Santa Catarina, a política de nacionalização não conduziu à destruição da rede de ensino primário particular no Rio Grande do Sul. E a expansão da rede pública deu-se não através do aumento do número de escolas estaduais, mas de escolas municipais; fato condicionado pela política de subvenção e absorção de escolas particulares por parte das administrações municipais"⁹⁶.

As autoridades educacionais, em seus discursos e relatos, destacam o aumento da rede pública no período, como resultado da ação efetiva do Estado na campanha de nacionalização e nas transformações da sociedade. Tal ação incluía a política de subvenção ao ensino particular, como forma de controle das atividades, em conjunto com a figura dos "fiscais de nacionalização".

A ampliação da rede escolar pública foi acompanhada, como já se afirmou, por medidas de aperfeiçoamento do aparelho do ensino rio-grandense. Isto significou reestruturar o sistema, centralizando-o de modo a alcançar

*destacar na busca de
representação e das formas
discursivas a) busca de
variadas fontes; (2) inauguração
de eles para legitimar os
argumentos*

a modernização pedagógica preconizada pelo movimento renovador, iniciado em 1937, homogeneizando as diretrizes educacionais. Para COELHO DE SOUZA, uma série de medidas foram adotadas, as quais "se integravam em um programa de política educacional que, além de sistemático, se caracterizava pelo espírito de continuidade". Esse programa poderia ser prefigurado no seguinte esquema: redefinição dos fins; formação, atualização e dignificação do professor; renovação educacional; administração central e regional do ensino⁹⁷. Segundo ele, a "redefinição dos fins da educação deveria orientar-se para a fase em que entrávamos no predomínio do social, afirmando a integralidade, a harmonia e a ordenação dos valores essenciais de uma boa educação (...) de realização total da personalidade e da expansão do homem na sociedade. Estas seriam as premissas que orientariam o projeto educativo renovador, que visava a substituir o sentido profundo que lhe fora negado sob a inspiração do pensamento filosófico dominante nos primeiros quarenta anos da República".

A preocupação com a formação de um novo tipo de homem, "um homem que possa fazer pelo Brasil tudo aquilo que o Brasil está pedindo (...), um homem completo, o homem integral, o cidadão"⁹⁸, passa a determinar as orientações

papel das professoras

adotadas pela Secretaria de Educação. A modernização implicava a adoção de um planejamento orgânico, com diretrizes bem definidas, que envolviam a questão do professor, aparelhamento do sistema escolar e reforma das orientações pedagógicas.

prof No projeto de nacionalização do ensino e de renovação educacional, o professor deveria "representar o papel vital, como um principal agente, sem cuja adição e capacidade seria difícil, senão impossível alcançá-lo"⁹⁹.

CORDEIRO DE FARIAS, em discurso proferido, no ano de 1940, assinalava que "o Rio Grande pode confiar nas obreiras dessa grande missão. Professoras de minha terra! Conheço e admiro a vossa ação. Sei das vossas dificuldades e como, por esse interior afora, sois muitas vezes incompreendida. Nada, porém, vos deve arredar do caminho do dever e amanhã, quando o historiador examinar os dias que vivemos, o vosso trabalho há de aparecer na grandiosidade merecida e as gerações vindouras não de abençoar o vosso labor, todo ele orientado para a grandeza da Pátria"¹⁰⁰. Posteriormente, em depoimento, reafirma sua posição: "a campanha de nacionalização do ensino teve no professor um dos seus pilares, recebendo das autoridades educacionais

*análise ideológica
com os momentos
de ocultamento*

uma cuidadosa formação e atenção, objetivando a consecução das metas governamentais". "(...) Não havia influência alemã entre os professores. Mesmo os de origem alemã submetiam-se a um treinamento apurado e em língua portuguesa. Os centros de formação de professores eram numerosos, e nas áreas mais carentes fizemos convênios com entidades particulares para intensificar a formação de quadros. Enfim, foram cercadas de todo o cuidado e tratadas como verdadeiras princesinhas. Mas passaram por grandes dificuldades, sobretudo nas unidades escolares muito pequenas, em lugares afastados, onde não podiam contar com o apoio e o discernimento de outras professoras mais experientes. Nesses casos, sempre procurávamos dar-lhes a proteção necessária. Em cada situação era preciso inventar, imaginar uma solução distinta. E para isso, tive em Coelho de Souza um homem de grande visão e dedicação incansável"¹⁰¹.

A política de "valorização" docente adotada pelo Estado envolveu o magistério, já em atividade, como o "mestre do futuro", buscando "dar novo estímulo à classe e acrescer-lhe o prestígio social"¹⁰². Desde 1935, estas medidas vinham sendo propostas: adoção de novos critérios no provimento de vagas em escolas primárias e normais e na remoção de professores para a capital (Decreto nº 6.515, de 20 de maio de 1931), criação de quadros especiais,

respectivamente, de professores contratados e substituídos (Decretos nºs 6.282, de 31 de agosto de 1936 e 6.515, de 20 de maio de 1931); a instituição da carreira de professor primário (Decreto nº 1.640, de 29 de dezembro de 1938); o rotativismo das direções dos grupos escolares, a criação do quadro de Delegados Regionais do Ensino e de orientadores da Educação Primária, de acesso privativo a professores em exercício.

Com a instituição do Plano de Carreira do Magistério, o ingresso na carreira passou a ser somente através de concurso. Foram regulamentadas, também, as situações de reversão, remoção e promoção. Os aspectos valorizados para estas situações revelavam critérios elitistas e voltados à política de nacionalização do ensino, já que a regência de classe, em escolas da zona rural nos últimos dois anos, recebe alta pontuação. Tais aspectos são: (a) tipo de escola em que se diplomaram; (b) tempo líquido de serviço no estágio; (c) freqüência nos dois últimos anos de atuação; (d) promoção de alunos; (...); (e) regência de classe ou escola em zona rural, nos últimos dois anos; (f) freqüência regular a cursos de aperfeiçoamento ou extensão, determinada ou permitida pela Secretaria de Educação e Cultura, e aproveitamento nos mesmos; (g) contribuição ao ensino; (h) atividade docente em horário desdobrado. Para

*Mélio
Coutinho
de
Carvalho*

as promoções, além do tempo de exercício e atuação docente, são considerados relevantes os aspectos ligados à atuação moral e social: a) no meio escolar; b) no meio social. Na recondução dos Diretores de grupos escolares, também observa-se, no Decreto, uma preocupação com uma ação conjunta com o Estado, no projeto de nacionalização do ensino, pela ênfase dada em haver conseguido integrar a escola no meio social, despertando o interesse da criança e da família pela mesma e incentivando a cooperação dos pais com os professores na obra educativa e haver demonstrado formação ética superior em suas relações, quer com as autoridades escolares, quer com os corpos discente, docente e administrativo ou ainda com o meio social.

Paralelamente a estas medidas de estruturação da carreira, COELHO DE SOUZA refere que, também, "se procedeu ao reajustamento dos múltiplos e indiscriminados vencimentos no quadro de professores primários, considerando o princípio para trabalho igual, igual salário, e realizaram-se estudos com o fim de adotar um sistema racional de remuneração, que levasse em conta as condições de tempo e lugar de exercício e as crescentes exigências econômicas".

A questão da formação dos professores¹⁰³, dentro do

espírito de formação de homem novo e da renovação educacional, foi atendida através da transformação da escola normal da capital em Instituto de Educação, que reformulando sua estrutura e organização (Decreto nº 7.681, de 09 de janeiro de 1939)¹⁰⁴. "Com um curso secundário fundamental anexo, com base preparatória, e cursos técnicos propostos à formação de professores primários e especializados em música, desenho, etc. administradores escolares e, bem assim, cursos extraordinários de aperfeiçoamento e extensão"¹⁰⁵.

Além destas medidas, consideradas "preservadoras da independência do professor", outras foram tomadas, ligadas à assistência cultural, as quais buscavam modificar atitudes e criar maior receptividade às idéias novas¹⁰⁶. Várias iniciativas foram promovidas¹⁰⁷, merecendo destaque a vinda dos educadores Lourenço Filho e Everardo Backhauser para administrarem palestras sobre Psicologia da Aprendizagem, Problema de Administração de Escolas. O Espírito da Educação Nova, Métodos de projetos e Problemas didáticos de globalização do ensino¹⁰⁸, para professores e diretores de grupos escolares no Curso obrigatório de Férias, promovido em julho de 1939¹⁰⁹.

A instituição de uma "Semana de Estudos", pela Seção Técnica da Diretoria de Instrução Pública, no ano de 1940, na sede das Delegacias Regionais de Ensino, tinha por objetivo estudar, "in loco", os problemas de cada região escolar e divulgar as novas técnicas pedagógicas para a solução prática dos mesmos¹¹⁰. Paralelamente a estas iniciativas e visando à reforma das orientações pedagógicas, voltada à educação integral, Coelho de Souza, criou uma comissão para elaborar um Código de Educação, convidando intelectuais e professores de significativa atuação no meio educacional¹¹¹. A imprensa rio-grandense também aliou-se aos debates educacionais, como o Correio do Povo que, em 1938, promoveu uma enquete com os professores gaúchos sobre "As necessidades do ensino no Rio Grande do Sul"¹¹², que, segundo as opiniões apresentadas, estavam divididos em dois grupos com preocupações distintas: a qualidade do ensino ministrado nas escolas e o caráter político da educação¹¹³.

Vinculada à política de homogeneização e centralização da legislação e normatização educacionais, tanto em nível nacional como estadual, a Secretaria de Educação e Saúde Pública, através do Decreto nº 8.020, de 29 de novembro de 1939, aprovava o programa mínimo a ser adotado nas escolas

primárias do Estado nas disciplinas de Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Estudos Naturais, Desenho, Artes Aplicadas e Música. A justificativa de tal decreto centrava-se na "necessidade de imprimir orientação uniforme ao trabalho educativo, adaptado aos modernos estudos sobre a criança e as exigências da vida social"¹¹⁴. Edições especiais de livros de canções e de educação cívica foram feitas especialmente para os escolares da zona colonial, visando à formação de uma consciência nacional¹¹⁵.

O programa de "renovação educacional" impunha deveres novos dentro de um novo espírito. Nesta perspectiva, tornava-se fundamental uma reforma da administração do ensino¹¹⁶, a qual tivesse em conta o princípio da unidade de comando, que deveria importar em máxima centralização de planejamento e controle; ao mesmo tempo, porém, não se desprezou o princípio pluralista de chefia, para serviços claramente diferenciados, com o que se obtinha conveniente descentralização nas responsabilidades de execução¹¹⁷. Para tal empreendimento, o Secretário de Educação contou com a colaboração de Lourenço Filho. "Pela primeira vez o Estado enfrentava o problema da educação dentro de um planejamento orgânico, com diretrizes definidas"¹¹⁸. A eficiência parecia ser a palavra de ordem. COELHO DE SOUZA, em

entrevista a um jornal do Estado sobre as suas viagens de inspeção ao interior do Estado, diz que "tais viagens fazem parte do plano traçado pela sua administração, com o intuito de imprimir a possível eficiência, que consiste em dividir o trabalho anual em duas partes: primeiro semestre, as medidas de organização que se fazem necessárias; segundo semestre, a fiscalização, para verificar como estão sendo cumpridas e executadas as providências tomadas e as medidas decretadas"¹¹⁹. Tais viagens também tinham por objetivo verificar a política de nacionalização do ensino nas escolas privadas - "Visitei, de surpresa, inúmeras escolas localizadas em distritos, linhas e travessões, examinando todo o material de ensino existente nas carteiras e armários; interroguei escolares nas estradas e nos recintos de aula, manuseando os livros e cadernos que conduziam. Quer os ambientes escolares, quer o material didático, quer os trabalhos compulsados são, rigorosamente, nacionais. Se fraudes há, são muito pequenas e ainda assim os objetivos nacionalistas não são prejudicados"¹²⁰.

Para que a campanha de nacionalização fosse efetiva e eficiente, as autoridades educacionais criaram, na SESP/RS, em 1939, um setor responsável pela Nacionalização do Ensino, chefiado pela Professora Maria José de Souza e

Cunha, e composto de um corpo de fiscais e professores da nacionalização, delegados escolares regionais e orientadores técnicos, que dispensam às escolas assistência e fiscalização, conforme pode-se observar pelo relato de F. ALTMANN na obra "A Roda-memórias de um professor": "veio a comunicação da chegada de uma comissão de nacionalização a Porto União, especificadamente para nacionalizar clubes e, principalmente, o colégio teuto-brasileiro. (...) Composta de alguns militares e outros civis, a reunião, em conjunto com a nova diretoria, aconteceu na Escola. Foram examinados os estatutos, ainda escritos em língua alemã. Foram vistos os programas, as atas, livros escolares, material didático, nacionalidade dos professores e membros da diretoria". Entre as mudanças exigidas constava: a mudança de nome do colégio; substituição de membros da diretoria por brasileiros, já que alguns eram alemães natos; afastamento da escola do diretor e de dois professores por não terem nascido no Brasil - "Nossas objeções por tratarem-se de pessoas que desde sua infância tinham vivido no Brasil, onde tinham estudado, não foram aceitas"; redação das atas em português; os estatutos deviam ser modificados e redigidos em português; não podiam ministrar mais o estudo da língua alemã; impressão dos livros em alemão da biblioteca; os mapas geográficos e os quadros murais em

?
Supr
das

alemão deveriam ser suprimidos; "também avisaram que era rigorosamente proibido falar em língua alemã, tanto por parte dos professores como dos alunos, na aula e também nos recreios"¹²¹.

O "corpo selete" de fiscais era também composto pela figura da "professora da nacionalização", indicada pelas autoridades educacionais, para atuar junto à escola particular nacionalizada, com a função de controle e observação da implementação das medidas oficiais¹²². ALTMANN assim se refere a essa professora: "uma gota amarga azedava o nosso trabalho". Havia uma "professora de nacionalização". Fora especialmente designada para nossa escola com um fim específico. Era do tipo das pessoas bajuladoras, que sempre aparecem num sistema ditatorial. Bajulava para cima, e pisava para baixo. Assim procurava demonstrar sua eficiência para os dois lados. E nós estávamos em baixo. Ela cumpria sua missão com uma seriedade que beirava o verdadeiro formalismo. Procurava motivos para uma denúncia. Qualquer palavra pronunciada em alemão teria sido o suficiente para fechar a escola. Atuava como espiã indo, de pé em pé, silenciosamente, para escutar nas paredes e nas portas. Certos dias exigia que trabalhássemos com as portas abertas. Ela fiscalizava as

pastas dos alunos na rua. Fiscalizava e criticava as nossas "horas cívicas", realizadas a cada sábado, em que predominavam as orações à bandeira, poesia e hinos patrióticos. As classes revezavam-se, semana por semana, na preparação desses programas¹²³.

A eficiência do programa de renovação educacional igualmente dependia de adequada divulgação e propaganda junto aos diferentes sujeitos envolvidos. Nesta perspectiva, insere-se a necessidade de criação de uma publicação de interesse educacional e cultural que divulgasse as realizações, doutrina e propostas político-pedagógicas do novo regime. No Rio Grande do Sul, já existia uma tradição de publicações periódicas pedagógicas, a partir das comunidades alemãs católicas e evangélicas¹²⁴. A Associação dos Professores Católicos (Leherverein) publica o Jornal dos Professores Paroquiais - Jornal- revista mensal - (Lehererzeitung) de 1900 até 1939, quando foi fechado, em decorrência da nacionalização do ensino. A Associação dos Professores Evangélicos também funda um jornal, em 1901, sob o título de "Allemeine Lehererzeitungg für Rio Grande do Sul".¹²⁵ Ambas as iniciativas são publicadas em alemão e têm forte penetração

junto às escolas e professores paroquiais nas comunidades teuto-brasileiras.

A interrupção destes periódicos pedagógicos teuto-brasileiros pode, em parte, explicar a necessidade de uma revista pedagógica, vinculada à política estadonovista, como forma de divulgação do seu ideário nas zonas coloniais resistentes, mas habituadas a este tipo de informação. Seria uma das formas de intervenção que o Estado assumiria junto a estes grupos estrangeiros e aos novos professores públicos atuando nas áreas coloniais.

Nessa realidade, situa-se a REVISTA DO ENSINO, que tem seu primeiro número publicado em setembro de 1939, órgão de divulgação sob "o patrocínio da Secretaria de Educação e Saúde Pública, que objetivava servir à coletividade, colaborando efetivamente para a disseminação da cultura e do ensino no nosso Estado, através de uma revista aberta às questões atinentes àquele fim"¹²⁶.

NOTAS

1. Segundo LOVE, a Constituição do Rio Grande do Sul de 1891 é que inspirou José Veríssimo a denominar este Estado "um corpo estranho na Federação Brasileira". (LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930. p. 110).
2. Desde a Independência do Brasil, o Rio Grande do Sul envolveu-se em diversas revoltas, algumas de cunho separatista: Revolução Farroupilha (1835-1945); Revolução Federalista (1893-1895); Revolução de 1930, (Estado foco da dissidência oligárquica).
3. PESAVENTO, Sandra J. RS: a economia e o poder nos anos 30. p. 10.
4. "Para os republicanos de São Paulo, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, três das principais províncias do Império, o federalismo era talvez o aspecto mais importante que buscavam no novo regime. O sistema bicameral era parte da solução federalista" (CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. p. 25).
5. Sobre Julio de Castilhos, consultar: CARNEIRO, Paulo (org). Idéias políticas de Julio de Castilhos. Brasília, Senado Federal/FORB, 1982. PINTO, Céli R. J. Positivismo: um projeto político alternativo (RS) 1889-1930. Porto Alegre: LPM, 1986.
6. A presença de Julio de Castilhos é significativa para explicar o papel do Positivismo, como doutrina de "coesão" dos novos setores sociais gaúchos aglutinados no Partido Republicano Rio-grandense - PPR - grandes proprietários com ideais republicanos, pequenos e médios proprietários e elementos ligados ao comércio e à indústria, setores médios de funcionários públicos, exército. O Positivismo difundiu-se no Brasil, no século XIX, tendo influenciado a propaganda republicana, deixando suas marcas na Constituição de 1889 e nos símbolos da nova ordem. Mas, no Rio Grande do Sul, "constituiu-se numa ideologia especialmente expressiva e abrangente".
Em 1889, é criado um Centro Positivista em Porto Alegre. "Os principais positivistas passaram a ser o ponto de apoio do fazer político no Rio Grande do Sul", estando presente em diversos setores da vida social: na religião, na educação, na imprensa, na economia.
O jornal "Federação", dirigido por Julio Castilhos, foi um "arauto das idéias positivistas", que, no campo político gaúcho, tem forte conotação autoritária, com apelo conservador - "conservar melhorando", com grande ênfase à eficiência e moralidade do Estado. No campo econômico, o Positivismo defendia "a diversificação da estrutura econômica" e "a modernização da sociedade pela indústria". No Rio Grande do Sul, "celeiro de Brasil", o Positivismo possibilitou uma busca de redimensionamento desta tradição, incentivando a industrialização gaúcha, principalmente, aquela voltada à agricultura e à pecuária (charqueadas). Esta concepção econômica terá farta influência no ensino e, notadamente, na criação da Faculdade de Engenharia, pela ênfase na formação técnico-profissional - "planejada segundo o projeto contínuo da universidade técnica".
7. LOURO, G. Prendas e antiprendas. p. 61.
8. CARVALHO, J. M. Op. cit. p. 28-29.

9. Sobre a Educação e o Positivismo no Rio Grande do Sul, na Primeira República, consultar: A. C. DILL. Diretrizes Educacionais do Governo Antônio Augusto Borges de Medeiros (1898-1928). Porto Alegre, PUC/IFCH, 1984. (Dissertação). TAMBARA, Elomar. A educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo. Porto Alegre, UFRGS/FACED, 1991. Tese (doutorado em Educação).

10. "...um sistema universal de educação positiva, não somente intelectual, mas também e sobretudo moral, constituirá a atribuição característica do poder espiritual moderno (...) a verdadeira natureza fundamental da educação positiva, ao mesmo tempo industrial, estética, científica e filosófica, na qual o surto moral corresponderá permanentemente ao progresso intelectual (...) deve ser universal, abrangendo todas as classes da sociedade e todos os ramos do conhecimento humano, desde a Matemática e a Moral. Só assim teriam todos as mesmas oportunidades, ricos e pobres, burgueses e proletários, fazendo com que melhor se diferenciassem as vocações e as aptidões pessoais, vindo cada qual a ocupar na sociedade o lugar que lhe fosse mais adequado". (MORAES FILHO, Evaristo (org). Auguste COMTE, p. 191-2).

11. "O Rio Grande do Sul tinha a mais elevada taxa de alfabetização de todos os Estados (brasileiros), por volta de 1890 (25,3%), e conservou esta liderança nas décadas seguintes. A taxa de alfabetização (incluindo as idades de 0 a 14 anos) ascendeu a 38,8% em 1920, 9% a mais do que aquela do Estado imediatamente anterior. São Paulo, e 14% mais alta que a média nacional de 24,5%. Os colonos alemães e italianos contribuíram para colocar o Rio Grande do Sul na posição máxima. São Leopoldo, o principal município de população alemã, tinha quase 62% de alfabetizados (em todas as idades) em 1920, e Caxias do Sul, de predominância italiana, 46%". (LOVE, Joseph L. Op. Cit. p. 39).

12. "Os dados do censo de 1890 relativos à alfabetização nos municípios do Estado mostram, claramente, a diferença entre o Rio Grande do Sul urbano e o dos colonos, de um lado, e o Rio Grande do Sul das estâncias, de outro: 58% dos habitantes de Porto Alegre (incluindo as idades de 0 a 6 anos) e 54,7% dos habitantes de São Leopoldo, a principal colônia alemã, eram analfabetos, contra cerca de 84% de São Borja (no Distrito das Missões) e apenas ligeiramente inferiores ao de Quaraí e São Francisco de Paula, na Campanha e na Serra Central, respectivamente". (LOVE, Joseph. Op. Cit. p. 59).

13. "Em 1826, ocorreu a criação de uma escola pública em São Leopoldo; todavia, a pessoa que assumiu a função docente não falava o português. Em 1850, haveria, em todo o Rio Grande do Sul, 51 escolas públicas e 24 escolas particulares. Nestas o ensino era ministrado em alemão e dividido em 10 escolas católicas e 14 evangélicas. Com a finalidade expressa de incentivar o ensino da língua portuguesa, o governo provincial instituiu a Lei nº 579, de 17 de maio de 1864. Esta lei estabelecia uma remuneração especial para os professores que ensinassem português. No caso de não haver indivíduos habilitados para o ensino desta língua, a lei permitia a contratação de professores para dar aulas nas escolas públicas da zona colonial, utilizando-se da língua predominante da região. O sentido desta lei, associado à posterior influência positivista na Constituição estadual durante a Primeira República, que impedia o estabelecimento de qualquer limitação ao livre exercício das profissões, marcou profundamente a política educacional rio-grandense em geral e, especialmente, a das administrações municipais até o início da campanha de nacionalização do ensino. Portanto, o ensino em outras línguas que não o português ou a redução do ensino desta língua a um segmento das atividades curriculares era um fenômeno que se manifestava também nas escolas públicas. Porém, é difícil avaliar a dimensão deste fenômeno. A total liberdade de ensino concedida às escolas particulares no Rio Grande do Sul, que beneficiou amplamente as escolas de língua alemã, foi também condicionada pelo pacto informal entre o Partido Republicano gaúcho e as político-eleitoral em troca da relativa autonomia cultural dos grupos étnicos por eles representados". (PAIVA, César. Escolas de Língua Alemã no Rio Grande do Sul, o Nazismo e a política de nacionalização. Educação e Sociedade. IX 926. p. 10. 1987).

14. "Castilhos cultivava temores em relação à população de origem teuta no Estado e que a maioria dos políticos influentes em sua época e depois compartilhavam sua opinião sobre o perigo da formação de um estado dentro do Estado (...). Castilhos, porém tomou algumas medidas para inverter a situação. Entre outras coisas, executou um programa de escolas na zona rural". (LOVE, J. IN: GERTZ, René. O fascismo no sul do país. p. 41).

15. BRASIL, M. E. S. P./INEP. Organização do Ensino Primário e Normal do Rio Grande do Sul. Boletim nº 28. 1945. p. 8-18.

16. "Na educação primária e secundária, a influência do Positivismo foi mais intensa no final do século passado, com a maior participação do Estado na instrução pública e através de obras didáticas: como o "Catecismo Nacional", de Pereira Parobé e F. Cezar Silva Lima (1881), o "Manual da Filosofia Escolar" e "Elementos de História do Brasil", de Torres Homem (1899), o "Catecismo Constitucional Rio-grandense" de Lacerda de Almeida (1891), e a "História Popular do RGS", de Alcides Lima (1882)". (BOEIRA, N. IN: DACANAL, J. e GONZAGA, S. Op. Cit. p. 52).

17. Sobre Educação no Rio Grande do Sul, neste período, consultar: LOURO, G. Prendas e anti-prendas. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS. 1987. 103 p.

_____. História, educação e sociedade no Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Educação e Realidade Ed. 1986.

BARBOSA, M. C. S. Estado novo e escola nova: práticas e políticas de educação no Rio Grande do Sul de 1937

18. LEE, Joseph. Op. Cit. p. 39.

19. População em idade escolar e freqüência à escola em diversos Estados do Brasil - 1927.

Estado e Distrito	População em idade escolar	Crianças em escola	Percentual sobre a população escolar
RS	268.368	197.242	73%
PR	87.265	59.997	70%
SC	84.765	53.646	62%
SP	575.182	349.770	60%
DF	136.058	68.883	50%
MG	690.251	318.947	48%

Fonte: Almanack Escolar do Estado do Rio Grande do Sul - 1935.

(BARBOSA, M. C. S. Estado novo e escola nova: práticas e políticas da educação no Rio Grande do Sul de 1937 a 1945. p. 67).

20. "A década de 20 foi marcada por ensaios de sentido renovador no Ceará, 1922, com Lourenço Filho; em Pernambuco, com Carneiro Leão, em 1926; em Minas Gerais, em 1927, com Francisco Campos; no Distrito Federal, no ano seguinte, com Fernando de Azevedo; depois de 1930, continuados por Anísio Teixeira. Na difusão das idéias novas, teve importante papel a ABE, fundada em 1923, com os seus congressos regionais de Educação. Numa dessas reuniões, teve origem o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido, em 1932, por Fernando de Azevedo e subscrito por numerosos educadores do país. Novos ensaios de reforma deram-se no Paraná, com Lísímaco Costa; no estado do Rio, com Celso Kelly; no Espírito Santo, com Atílio Vivacqua; no Ceará, com J. Moreira de Souza; no Rio Grande do Sul, com Raul Bittencourt e, depois, Coelho de Souza; em São Paulo, com Lourenço Filho, todos, especialmente no ensino primário. Por fim, a partir de 1940, as idéias de renovação atingiram o ensin médio, como se pode ver pelos dispositivos das leis federais que regulam o assunto e, em especial, a exposição de motivo dos ministérios G. Capanema, publicado no Diário Oficial de 15 de abril de 1942". (LOURENÇO FILHO, M. B. Introdução ao estudo da escola nova. p. 178).

21. Houve experiências isoladas realizadas na Escola Normal, conforme LOURO, G. analisa em sua tese "Prendas e antiprendas", 1987; CORREA N. E. também realiza um estudo sobre as propostas libertárias no Rio Grande do Sul. "Os libertários e a educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)", 1987.

22. Decreto nº 3.898, de 04 de novembro de 1927, que regulamentou a Instrução Pública; Decreto nº 8.903, de 14 de novembro de 1927, Regimento Interno; Decreto nº 3.975, de 28 de dezembro de 1927, Programa de Concurso para o Magistério Público; Decreto nº 4.258, de 21 de janeiro de 1929, Organização da Diretoria Geral da Instrução Pública, e uma Portaria de janeiro de 1928 com o Programa das Escolas Elementares. A Constituição Estadual determinava que o Estado era obrigado a prover o ensino primário.
23. "A Diretoria Geral de Instrução Pública organizava-se, administrativamente, por uma Diretoria Geral com um Diretor e três secções: administrativa, técnica, com 22 inspetores de diferentes áreas e almoxarifado. Além desta estrutura, havia, em cada município, uma delegacia escolar, composta por um delegado e subdelegado distritais, os quais não recebiam nenhum tipo de remuneração pela função exercida. Nesta época, o Estado contava com aproximadamente 90 municípios". (BARBOSA, M. C. S. Op. Cit. p. 69).
24. BARBOSA, M. C. S. Op. Cit. p. 70.
25. No Brasil, a partir da Proclamação da República, o Positivismo como doutrina influenciará a educação, através das idéias de Benjamin Constant e sua reforma de ensino, que apresentava como princípios orientadores a "liberdade e laicidade do ensino", como, também, a gratuidade da escola primária e a ênfase na formação científica. Em 1911, a reforma Rivadávia Corrêa vai retomar a orientação positivista "tentando infundir um critério prático ao estudo das disciplinas, ampliando a aplicação do princípio da liberdade espiritual ao pregar a liberdade de ensino (desoficialização) e de frequência". (KAPLAN, Léa. Influência do Positivismo na educação brasileira. In: LEGENDA. Rio de Janeiro. V. (9) ago./dez. 1984, p. 21-4).
26. "...pode-se (re)afirmar que uma das formas de o Positivismo penetrar na estrutura educacional brasileira foi a reivindicação da redução do humanismo para estimular o cientificismo. O papel do ensino como moralizador da sociedade p sido uma outra característica filtrada nos meios acadêmicos. (...) significativo papel quanto à vigilância, fiscalização pensadores e críticos, nas decisões políticas dos grupos que detinham o poder, ao tomarem para si a organização do ensino demais setores da sociedade". (KAPLAN, Léa. op. cit. p. 21-4).
27. "O Rio Grande do Sul era, junto com o Distrito Federal, o Estado onde se sediavam, permanentemente, as forças militares mais importantes: em 1920, quase 33% dos efetivos militares do Brasil estavam ali centrados (...). Apesar da influência do Positivismo nas Forças Armadas, principalmente, no ensino, a partir de 1920, os militares vão assumindo outras posições, detendo-se na idéia de nacionalismo". (PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil, p. 63).
28. LOURO, G. Op. Cit. p. 61.
29. "Em 1930, eram elas 718, ao passo que as escolas municipais eram 2.131, e as particulares, 1.320 (...). Em 1937, o número de unidades escolares subia a 5.346, com 902 estaduais, 2.807 municipais e 1.637 particulares. A matrícula orçava, então, por 250 mil alunos". (MESP/INEP. Organização do Ensino Primário e Normal - RS. Boletim nº 28, 1945, p. 7-8).

Tipos	1928		1934	
	Borges de Medeiros		Flores da Cunha	
	Nº de escolas	Nº de Professores	Nº de escolas	Nº de Professores
Escola complementar	1	31	6	60
Colégios complementares	46	460	53	1.007
Grupos escolares	33	11	104	553
Escolas Estaduais	309	309	350	350
Aulas Subvencionadas	87	95	510	510
Aulas Reunidas			30	92
Escola Normal			1	39

FONTE: Almanack Escolar do Estado do RGS - 1935.

30. A Universidade de Porto Alegre, além de incorporar as instituições do ensino superior já existentes: Faculdade de Medicina, com suas Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com sua Escola de Comércio; Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Veterinária e Instituto de Belas Artes, previa a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a ser organizada.

31. O discurso do interventor General Flores da Cunha, quando da criação da U.P.A. reflete sua mudança de posição quanto à intervenção do Estado como autoridade Educacional. "Em verdade, tenho tido uma formação cultural bem diferente daquela que hoje domina os espíritos do Rio Grande e dora do Rio Grande; quando digo cultural, também quero me referir à orientação filosófica - devo confessar que era infenso ao ensino universitário (...) como ficar insensível e indiferente em face da doutrina que julgava pedanésca, desnecessária e anti-social o ensino universitário (...), diante da anarquia dos espíritos que tudo domina e avassala e da falta de uniformidade nos programas de ensino superior (...) a Universidade é uma necessidade, no momento em que os campos de atividade mental estão divididos, subdivididos, mais pelas paixões dos homens e pela cegueira partidária, do que mesmo pela obra do raciocínio. Todavia, no tocante a essa necessidade, a opinião é quase unânime". (FRANCO, James M. Subsídios para a História da Educação no Rio Grande do Sul: a fundação da Universidade de Porto Alegre. In: Correio, nº 63, jan./jun. 1972. CRPE/RS - INEP/MEC, p. 23-31).

32 RS/UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - 1934 - 1984 - 50 Anos. p. 25.

33. Sobre a Igreja Católica no Brasil na década de 20 e 30, consultar NAGLE, J. Educação e sociedade da Primeira República. São Paulo, EPU/EDUSP; VELOSO, M. P. A ordem: uma revista de doutrina, política e cultura. In: SCHWARTZMANN, S. Tempos de Capanema. São Paulo, Paz e Terra/EDUSP, 1984; VILHENA, C. P. S. Família, mulher e prole. A doutrina social da Igreja e a política social do Estado Novo. São Paulo, USP, 1988 (Tese). HORTA, J. S. B. Regime autoritaire et education. Le cas du Brésil (1930-1945) étudié à la lumière du cas l'Italie (1922-1934). Paris, Université René Descartes, 1985 (These du doctorat d'état).

34. "É importante destacar a formação jesuítica desta geração, a qual trouxe marcas peculiares, como a formação intelectual, o autodidatismo, a disciplina". (TRINDADE, F. C. Uma contribuição à História da Faculdade de Filosofia da UFRGS. In: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do RGS. Porto Alegre, (10):39-53, 1982).

35. Ibidem, p. 39.

36. "A Congregação Mariana, no início exclusivamente masculina, visava a uma devoção especial à Virgem Maria. (...). Além de um aperfeiçoamento pessoal, ela tinha uma função de apostolado daqueles que estavam afastados do seio da Igreja, assim como de ajuda à santificação dos já católicos. Por outro lado, dentro de um espírito de combate, os "congregados" deviam proteger a Igreja contra os seus inimigos. Isto acrescentou à sua missão espiritual um caráter inquisicional que visava a detectar inimigos. No início eram os "positivistas", depois os "protestantes" e por fim os "comunistas". (TRINDADE, F. Op. Cit., p. 47).

37. "A "geração católica", no Rio Grande do Sul teve uma presença atuante na Universidade de Porto Alegre e, mais particularmente, na Faculdade de Filosofia. Sua atuação marcava-se, predominantemente, pela oposição ao Positivismo, que marcara a criação das Faculdades de Engenharia, Direito e Medicina. O "Centro Católico de Acadêmicos - CCA" (1931) e a revista "Idade Nova" (1934) eram resultado dos mesmos anchietanos e congregados, mas com uma preocupação universitária mais acentuada. Decorrentes do CCA, foram, também, criados os "Centros Católicos da Juventude"; surgiram, progressivamente, mais de quarenta Centros pela capital e pelo interior. A meta era formar uma Federação da Juventude Católica. Durante a criação e formação dos Centros da Juventude Católica, foi organizado, em 1933, por aquele grupo que criou o CCA, o 1º Congresso Universitário Rio-grandense. Foi uma grande manifestação pública que teve repercussão nacional. Estiveram presentes altas autoridades políticas, inclusive o interventor Flores da Cunha. A presidência coube a Francisco Machado Carrion e como secretário, Ernani Maria Fiori. (...). Os temas abordados tiveram grande importância, pois visavam à inclusão de propostas católicas na Carta Magna que seria elaborada pela Assembléia Constituinte: a proibição do divórcio e do aborto, o ensino facultativo religioso nas escolas públicas, sindicatos livres de orientação católica. A tese mais significativa foi a proposta da criação de uma Faculdade de Filosofia Católica que devesse ser acessível a todos os que se coadunassem à sua orientação. Em 1935, foi constituído o primeiro conselho diretor da Juventude Católica e realizada sua primeira concentração, reunindo todos os centros constituídos da capital e do interior. Os objetivos são ampliados, pois não se trata somente de catolicizar as faculdades existentes, mas é necessário "recristianizar", cada vez mais, a sociedade na sua totalidade". (TRINDADE, F. Op. Cit., p. 48).

38. Em 19 de dezembro de 1934, foi proclamada, no Salão Nobre do Anchieta, a diretoria da Associação de Professores Católicos de Porto Alegre, que ficou assim constituída: presidente Armando P. de Câmara, vices Raul Moreira, Olga Acauan e Álvaro Magalhães; secretários gerais Eloy Jose da Cunha Silva, Julia Poli, Maria Fialho Pereira, Francisco Machado Carrion, Ary de Abreu Lima, Aurélio Py, Valentin de Monte, Eugenio Brito, Elyseu Paglioli, Mario Bernd, Luiz Leseigneur de Faria, Ruy Cirne Lima. Dos nomes citados, três chegaram a reitores da Universidade: Ary de Abreu Lima, Armando Câmara e Elyseu Paglioli. A APC em seus estatutos, pretendia "promover o desenvolvimento da educação e a difusão da cultura intelectual sob diversos aspectos, de conformidade com a doutrina Católica Apostólica Romana". Apoiada pela autoridade eclesiástica de Dom João Becker, iniciou as suas atividades promovendo uma "Semana de Cultura", realizada de 09 a 14 de maio de 1935, no salão da Biblioteca Pública. O quadro, publicado na revista "ESTUDOS" em outubro de 1941, mostra as atividades da Associação de Professores Católicos, divididas em três grupos: cultural, religioso e social.

Atividades da Associação de Professores Católicos

(Estrutura: grupo de professores Universitários; professores secundários; professores primários; Grupos profissionais de advogados, médicos, agrônomos, engenheiros, literatos e artistas)

VIDA CULTURAL

CURSOS:

- Curso de Cultura Superior: Teologia - Crítica de Conhecimento Psicologia Filosófica - Círculo de estudos Psico-pedagógicos: Estudos de Psicologia e estudos Pedagogia
- Círculo de Estudos catequéticos
- Cursos de estudos filosóficos: Inglês - Francês - Português - Latim - Alemão - Revista - "Estudos".
- Conferência sobre diferentes temas (semanais) e "Semana de Estudos" (3 anuais).

VIDA RELIGIOSA

- Congregação de Professores Universitários e intelectuais católicos
- Congregação de Professores primários
- Conferência Vicentina de Professores
- Retiros anuais para Professores e Professoras
- Páscoa dos Professores e intelectuais católicos (A sede da A. P. C. é utilizada para reuniões da Ação Católica, União Católica dos Militares)

VIDA SOCIAL

- Departamento de Cultura musical: Concertos periódicos (bimestral)
- Celebração do Natal e Páscoa
- Reuniões sociais aos sábados - Recepção de elementos do magistério católico estrangeiro e de outros Estados da União, em trânsito em Porto Alegre.

BACKHEUSER assim se refere a estas reuniões: "As conferências que diariamente se realizam, com assistência considerável em número e qualidade, nos elegantes recintos da rua Marechal Floriano nº 72 (sede da APC/RS), evidenciam a superior orientação filosófica de Armando P. Câmara, de Porto Alegre, que assim se mostra verdadeiramente um núcleo de estudos de pedagogia em altos níveis... Podemos dizer que a APC foi uma pré-Universidade católica e mesmo uma pré-Faculdade de Filosofia. Porém, sua atividade não se limitou ao nível superior, pois sua presença mais relevante foi no magistério secundário oficial (...)" Além de sua tarefa de difundir o catolicismo em meios não confessionais como a escola pública, a APC cuidou intensamente da preparação cultural de seus membros. Nesse sentido, reproduziu o objetivo dos jesuítas de formar uma elite. Por outro lado, não descuidou do aspecto espiritual. Assim, a APC incentivava a prática dos sacramentos e organizava retiros espirituais para seus membros. Por uma peculiaridade regional, estava centrada na figura de Armando Câmara. Isto lhe deu uma marca peculiar que a distinguia de outras instituições católicas, pois ficou marcada por uma "mentalidade conservadora". Armando Câmara foi, também, o fundador da Revista de Estudos em 1940. BACKHEUSER, no artigo "Estudos", cita Armando Câmara como o "fundador e propulsor contínuo da Associação de Professores Católicos do Rio Grande do Sul, tem sabido imprimir a esse centro do magistério sulino o mesmo feitio que deu à sua revista - o de ambiente de altos estudos". (BACKHEUSER, Everardo. In: Estudos. Porto Alegre, 4(1), jan./fev. 1941, p. 83).

39. A Revista ESTUDOS tem seu primeiro número publicado em junho de 1940. Apresentava-se como um "mensário cultural", sob a orientação do Professor Armando Câmara. "Órgão da Associação dos Professores Católicos do Rio Grande do Sul". ESTUDOS esteve, inicialmente, sob a propriedade da Editora Educacional Ltda. (dois primeiros números), a qual também era responsável pela gerência da REVISTA DO ENSINO. Aos seus assinantes era dado um desconto de 20% para as assinaturas de ESTUDOS. O Editorial comemorativo dos 25 anos de publicação da Revista ESTUDOS (1965) lembra seu primeiro editorial-programa, redigido pelo Dr. Mário Ferreira de Medeiros, diretor de redação, intitulado "A Nossa Aflição", no qual afirma: "Ao fundar a revista Estudos, o pensamento em Jackson de Figueiredo foi decisivo. Desaparecido de maneira inesperada e trágica, os fundadores de ESTUDOS queriam continuar a sua obra, sintetizada por ele mesmo nestes ardentes termos: "só vejo no mundo um ideal à altura de uma verdadeira consciência; servir à Igreja, defendê-la, espalhar cada vez mais seu espírito, apontá-la como único refúgio de bondade e do amor, como única força contra a Força, como amparo único, realmente seguro, à inteligência e à sensibilidade". Na concretização do ideal de Jackson de Figueiredo, "todos os que vamos realizar a revista Estudos, diante de Deus e da nossa consciência, nos propomos (de fazer) o nosso programa de cada dia", privilegia temas filosóficos, literários, religiosos, culturais, pedagógicos. Nos seus primeiros números, existe uma presença significativa de artigos ligados à educação: "Princípios Gerais da Pedagogia", Alceu Amoroso Lima; "No Limiar da Carreira" Everardo Backheuser; "Aspectos fundamentais do movimento educacional do RGS", D. Olga Acauan Geyer; "A educação cristã e a pedagogia moderna", Teobaldo Miranda Santos; "Para aumentar a eficiência das classes primárias do primeiro ano", Dulce Junqueira. Após o primeiro ano de "ESTUDOS", o índice passa a apresentar subdivisões em áreas de conhecimento, privilegiando a Filosofia, a Literatura, a Religião, a Filosofia Jurídica, a Sociologia, o Direito, a Pedagogia, a História, a Química, como tema de artigos. Esta divisão vai manter-se por toda a década de 40.

Muitas das contribuições em artigos são de professores da Universidade de Porto Alegre e da Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Alguns colaboradores da REVISTA DO ENSINO, também colaboram na "ESTUDOS", como Everardo Backheuser, Irmão Teodoro, Olga A. Geyer, Aldo Obino, Armando Câmara, Gaspar Ochôa. São publicados muitos artigos de autores estrangeiros, em sua língua de origem, predominantemente franceses e italianos. Este fato nos leva a inferir que "ESTUDOS" destinava-se a um leitor específico, que atuava a nível secundário e superior de ensino bem como a profissionais liberais. A maioria dos artigos de autores locais, e alguns nacionais, são conferências semanais proferidas na Associação de Professores Católicos do RGS, "sobre diferentes temas" e "semanas de estudos", (três por ano).

A vinculação de "ESTUDOS" com o grupo católico é ampliado em 1949, quando a revista passa a representar, além da Associação de Professores Católicos do RGS, a Universidade Católica do Rio Grande do Sul e o Colégio Máximo Cristo-Rei. O Colégio Anchieta e o Centro Antônio Vieira (jesuíta) constam como locais de endereçamento de correspondência, o que pode explicar também sua participação na revista. A PUC/RS é dirigida por irmãos maristas; a revista, assim, reúne o grupo católico jesuíta e marista, sendo maior a presença dos jesuítas, já que a partir de 1947 a Direção da revista é dividida entre Armando Câmara e Antônio Loebman, SJ. "ESTUDOS" é editada ao longo de 37 anos, até 1977, com 143 fascículos.

40. Em 1932, a "geração católica" organiza a Liga Eleitoral Católica, nos moldes da criada no Rio de Janeiro, visando à inclusão dos ideais católicos na nova Constituição: as chamadas "emendas religiosas": - o ensino religioso nas escolas, assistência religiosa às Forças Armadas, efeitos civis ao casamento religioso e a referência ao nome de Deus no Preâmbulo da Constituição. Francisco Machado Carrion, em depoimento sobre a Liga Eleitoral Católica, diz: "Aquele movimento e um grupo de estudantes foi, por assim dizer, a primeira clarinada da mocidade católica, que reconhecia em Adroaldo Mesquita da Costa o papel civil da Igreja. Era ele a grande figura que pontificava em nome da Igreja como leigo. Depois, apareceu Armando Câmara como filósofo, e, mais tarde, Ruy Cirne Lima, de uma geração mais jovem. Os líderes do movimento católico que procurávamos seguir eram, além de Adroaldo Mesquita da Costa, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) e Jackson Figueiredo. O Brasil nascera sob o signo católico. E considerávamos que a filosofia cristã dava resposta à Justiça Social, aos valores da dignidade humana; que o capitalismo e o marxismo, irmãos gêmeos da mesma filosofia hegeliana, muitos males causavam à humanidade. Queríamos algo mais no sentido criador, mais pessoal, mais humano. A filosofia e a doutrina social católica eram as que mais satisfiziam as nossas aspirações visando à redenção do nosso povo.(...) Tínhamos nós, os católicos, um tesouro que era a encíclica papal de Leão XIII, a Rerum Novarum". (CARRION, F.M. A Liga Eleitoral Católica. Depoimentos. In: Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre, outubro de 1980. Porto Alegre, ERUS, 1983, p. 686).

41. "...a chamada "geração católica" foi o grupo ideológico mais importante no Rio Grande do Sul a partir da década de 20 até os anos 50. Vários trabalhos têm ressaltado a influência da "geração positivista" que se formou nos fins do século XIX e perdurou politicamente até a Revolução de 30, porém a extensão da presença da "geração católica" foi maior pela diversidade de elementos que congregou, pois além de atuar no domínio do político, do científico, do religioso e do universitário, trabalhou em todos os setores da atividade humana, desde o plano moral, que orienta diretamente na privacidade de cada indivíduo, até a atividade profissional (...). A geração católica vai se caracterizar por uma unidade estreita entre vários domínios. Era o mesmo grupo que atuava na política, na universidade e na prática religiosa. Esta coesão deve-se à formação elementar que teve nos bancos escolares desde o curso primário até o ginásio". (TRINDADE, F. Op. cit., p. 43).

42. A partir de 1920, aparecem no Rio Grande do Sul as primeiras idéias da "Ação Católica", formada na Itália. Em 1929, D. João Becker na sua carta Pastoral, sobre "A cristianização da sociedade pela Ação Católica" lança a idéia. Em 1930, durante o Congresso católico teuto-brasileiro, afirma que a "Sociedade União Popular no Rio Grande do Sul" se enquadrava nos moldes da "Ação Católica". Logo depois, é elaborado um estatuto. Mesmo assim a idéia não frutifica, apesar de sua participação na organização da Liga Eleitoral Católica. Somente a partir de 1935, com a aprovação dos Estatutos da Ação Católica Brasileira, é que, no Rio Grande do Sul, começa a se articular efetivamente o movimento. Entre as realizações da Ação Católica, neste tempo, destacam-se os Congressos regionais, com o fim de instalar, em todas as paróquias, a "Liga Eleitoral Católica", em preparação das eleições para a Constituição. Os Círculos Operários fundados em 1932, inicialmente em Pelotas, é outra iniciativa da Igreja, junto ao operariado. Em 1940, D. João Becker criou, por decreto, a "Confederação das Associações Católicas da Arquidiocese", (...) "as quais, sem prejuízo de sua autonomia e atividades particulares, são desde já consideradas como associações ou obras aderentes a AC Brasileira". Determinam, também, a fundação, em todas as sedes paroquiais, escolas, asilos, orfanatos, da "Juventude Católica". (ENCICLOPÉDIA Rio-grandense. A Igreja no Rio Grande do Sul. Dr. Klaus Becker (org.). vol. 4, p. 44-49).

43. "No Rio Grande do Sul, D. João Becker, integrando-se profundamente com as aspirações políticas dos governos e do povo rio-grandense, procurou, ao mesmo tempo, orientar constantemente a opinião pública por meio de alocuções e extensas cartas pastorais, expondo a doutrina social católica referente aos problemas do Estado, ao poder temporal, democracia, etc. e as suas relações com a Igreja. Pelos seus méritos na pacificação do Rio Grande do Sul em 1923, alcançou muito prestígio. Teve significativa atuação na campanha de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder". (ENCICLOPÉDIA Rio-grandense, Op. cit., p. 48).

44. FRANCO, James M. Op. Cit., p. 23-31.

45. J. P. Coelho de Souza nasceu em Porto Alegre, sendo filho de Desembargador Paulino Berlinck Coelho de Souza e de Ana Barreto Pereira Coelho de Souza. Iniciou seus estudos de humanidades com sua mãe, senhora de vasta ilustração, concluindo-os no Ginásio Anchieta e em cursos particulares.

Matriculou-se em 1918, na Faculdade de Direito da futura UFRGS, liderando a classe estudantil, na condição de Presidente da Federação Acadêmica quando iniciou suas atividades políticas.

Exerceu vários cargos, por curta duração, no interior, fixou-se em Porto Alegre, dedicando-se à advocacia, e em 1934 foi eleito, pelo P. R. Liberal, deputado à Assembléia Constituinte estadual, onde ocupou a Secretaria, sendo o orador oficial da sessão comemorativa do 1º Centenário da Revolução Farroupilha.

Nomeado Secretário de Educação, em 1937, conservou-se no cargo até princípios de 1945, e entregou-se à grande atividade, lançando as bases do ensino gaúcho atual.

Eleito deputado federal, em 1950, pelo Partido Libertador, reeleito duas vezes, nesse período ocupou a presidência da Comissão de Educação e Cultura, desempenhou várias missões no estrangeiro, inclusive a de Embaixador Plenipotenciário Extraordinário, para a África Ocidental, durante o curto governo do Senhor Jânio Quadros.

Vocação jornalística, marcada de tendência nacionalista, que não abandonou em nenhuma das fases de sua vida, colabora, desde a juventude, em periódicos do Estado e do Rio de Janeiro.

Desgostoso com os rumos da revolução de 1964, para a qual construiu, retirou-se da atividade partidária, dedicando-se, atualmente, à publicação de trabalhos seus e prepara uma biografia de J. F. de Assis Brasil.

É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e da Academia Rio-grandense de Letras. (SOUZA, P. P. Coelho de. Caminhada. Porto Alegre. Sulina, 1969).

46. SOUZA, J. P. C. de. "A Educação no Rio Grande do Sul". In: PRADO, A. et alii. Op. cit., p. 275.
47. SOUZA, J. P. C. de. "A nacionalização do ensino". Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro. 9(25):393, nov./dez. 1946.
48. SOUZA, J. P. C. de. "Exposição à Comissão Nacional de Ensino Primário". Op. cit., p. 4.
49. Ibidem, p. 5.
50. "A Circular de nº 2.006, de 09 de novembro de 1917, aos Conselhos Escolares, determinava: "Levo ao vosso conhecimento, para que tomeis as necessárias providências, que, como medida decorrente do decreto que declarou o estado de guerra entre o Brasil e o Império Alemão, fica proibido o funcionamento de escolas em que não se ensine a língua portuguesa". Ratificando a documentação anterior, foi expedida em 30 de abril de 1918 outra circular, vinculando as seguintes determinações: "Em aditamento à Circular nº 2.006, de 09 de novembro do ano próximo passado, na qual transmiti instruções relativas à nacionalização das escolas estrangeiras, principalmente alemã, vos recomendo, de ordem do Sr. Dr. Presidente do Estado, a mais activa vigilância no sentido de tornar eficaz a resolução. Para isso deveis, por meio das autoridades de polícia judiciária, quando a nossa intimação directa não for cumprida, para que cesse o funcionamento de todos os colégios e escolas nas zonas sob nossa jurisdição onde a língua usual para o ensino não seja a portuguesa e bem assim escriptos em vernáculos os livros didacticos de História, Geografia, Arithmética, Leitura, etc. -, não impedindo por enquanto que nesses estabelecimentos, como matéria acessora qualquer língua estrangeira, inclusive o alemão. (...) É significativo registrar o fato do livro "Novo Método de Ensino da Leitura", de Teixeira Netto, apresentar suas orientações de alfabetização, tanto em português como em alemão, evidenciando que o processo de alfabetização, nas regiões coloniais do Estado, era bilíngüe". (DILL, Aidê, C. Op. cit., p. 112-113).
51. PAIVA, César. Op. cit., p. 15-16.
52. DALBEY, Richard O. "Os alemães no Sul do Brasil: do isolamento à integração com a Nacionalização do Ensino". Rev. Bras. Est. Pedag. Rio de Janeiro, 53(118):400-8, abr./jun. 1970.
53. PAIVA, César. "Die Deutschsprachigen Schulen in Rio Grande do Sul un Die Nationalisierungs politik". Rev. Bras. Est. Pedag. Brasília, 66(153):369, maio/ago., 1985.
54. GERTZ, René. A. "Nacionalização do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Anais da XI Reunião. São Paulo, p. 311-317, 1991.
55. CORDEIRO DE FARIAS, O. 1901-1981. Meio século de combate. Diálogo com Cordeiro de Farias, p. 269-82.
56. SCHWARTZMAN, S. Op. cit., p. 149-52.
57. Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, que dispõe sobre a adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros; no art. 1º diz que "essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum". (REVISTA DO ENSINO, (1):34-37. Porto Alegre, out. 1939).

58. Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, que dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros.

59. CAPANEMA, Gustavo. Conferência proferida no Ministério de Educação e Saúde em 01.10.1945. Rev. Bras. Est. Pedag. Rio de Janeiro. 66(153):187-200 mai/ago. 1985.

60. SILVA, Hélio. 1937. Todos os golpes se parecem. p. 562-63.

61. Sobre a presença nazista no RS ver: GERTZ, René. O fascismo no Sul do Brasil. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987; PY, Aurélio da Silva. A 5ª coluna no Brasil. A conspiração nazista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1942.

62. CORDEIRO DE FARIAS. O. In: Denunciada a infiltração nazista. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV, 4362-80.

63. PAIVA, César. Op. cit., p. 20

64. Sobre a campanha de nacionalização do ensino e sua atuação, SOUZA publica os livros "Denúncia" (1942), "Conflito de Culturas" (1953) e "Caminhada" (1969), onde afirma que suas publicações são um "imperativo de consciência política".

65. "Durante seis anos foram trazidos à capital, na Semana da Pátria, quinhentos meninos da região colonial e hospedados no Palácio do Governo, nas residências das altas autoridades e das mais distintas famílias de Porto Alegre, cercados de um carinho que desconheciam, que lhes deve ter deixado no espírito, em formação, impressões profundas. Proporcionaram-se-lhes excursões, festas, atos cívicos, e, ao voltarem aos seus lares, levavam presentes e livros escolhidos. Esses três mil jovens, distribuídos por todos os municípios coloniais do Estado, poderão prestar um depoimento que será a melhor justificativa da política educacional adotada". (SOUZA, J. P. C. de. A Nacionalização do Ensino. Rev. Bras. Est. Pedag., p. 393).

66. Ver o livro organizado pela Professora Branca Lenzi, fiscal da nacionalização, com uma coletânea de conferências sobre os coloninhos que vieram participar do desfile da Juventude Brasileira, na Semana da Pátria, de 1940. LENZI, Branca. Semana da Pátria - 1940.

67. "O Governo do Estado Proporcionou, mais uma vez, aos colegiais da zona agrícola, a oportunidade de assistirem aos festejos comemorativos da "Semana da Pátria", nesta Capital. Nada menos de 500 gaúchinhos, procedentes de todos os recantos do Rio Grande, aqui estiveram em setembro próximo passado. Com o objetivo de mostrar o que foi a estada desses pequenos patricios em Porto Alegre, é que se edita este folheto, ilustrado com aspectos das inúmeras homenagens de que foram alvos". O Interventor Federal, Coronel Osvaldo C. de Farias, em saudação dirigida aos "500 gaúchinhos do interior" - "os nossos patriciozinhos do interior" -, destaca a campanha de nacionalização, justificando a sua razão de ser: "(...). Aquela velha política de liberdade em relação aos seus costumes e à sua língua, que se justifica na época para com os ascendentes, prosseguiu sem razão em face dos descendentes que, brasileiros de fato e de direito, permaneceram em grande parte separados de nós pelo idioma e pelos hábitos. Nenhuma culpa lhes cabe nesse fato, mas compete a nós remediar o que está errado, trazendo-os, como eles próprios desejam, de alma inteira, de espírito e de coração, para o nosso meio. Daí a campanha de nacionalização, de que faz parte a vinda desses nossos irmãozinhos à Capital do Estado, na semana da nossa festa máxima. Eu lhes dou as boas vindas e os entrego à sociedade porto-alegrense, pedindo que cada lar se abra para abrigar algumas dessas crianças, que aqui vêm para sentir como já somos grandes, como já somos fortes e amanhã -, não de ter gravado - para todo o sempre nos seus espíritos de meninos, o futuro radioso do Brasil". (CORDEIRO DE FARIAS, O. Nacionalização. s/p.).

68. CORDEIRO DE FARIAS, O. Meio século de combate. Diálogo com Cordeiro de Farias. p. 269-70.

69. "Considerando que os governos anteriores permitiram a fundação, no Estado, de centenas de escolas em que se desconhece o idioma do país, e que, servindo a núcleos de população de origem estrangeira, constituem sério embaraço à integração nacional das novas gerações. Considerando que não é possível ministrar o ensino cívico sem o conhecimento perfeito da língua, da história e da geografia pátrias; - conciliando as necessidades do ensino com os interesses nacionais determina que: nas escolas primárias particulares em que se lecionar língua estrangeira, haverá sempre um ou mais professores do Estado, designados pela Secretaria da Educação, para ensino do português, da história, da geografia pátrias e para ministrar a educação cívica". (Decreto nº 7212, de 08 de abril de 1938 - Provê sobre o ensino primário e nas escolas particulares estrangeiras).

70. O art. 11, do decreto nº 7247 regula que nenhuma escola poderá ser dirigida por estrangeiros, salvo os casos expressamente permitidos e lei e excetuadas as congregações religiosas especializadas, que mantém institutos em todos os países, sem relação alguma com qualquer nacionalidade. No art. 13 é regulado que nenhum estabelecimento particular de ensino primário poderá ser subvencionado por governo estrangeiro, ou instituição com sede no estrangeiro. O art. 14 sobre a difusão do sentimento nacional diz: Aos professores e instrutores de qualquer espécie, bem como a todos os que se consagram à tarefa de cuidar da infância e juventude cumpre esforçar-se por difundir o sentimento da nacionalidade e o amor da pátria. o art. 17 afirma que o governo da União auxiliará os Estados para organização de pequenas bibliotecas de livros nacionais nos centros de aglomeração de estrangeiros (Decreto nº 7.247, de 23 de abril de 1938 - Regulamenta o Registro e Fiscalização das escolas particulares).

71. "Quebrou, definitivamente, a oposição teuto-brasileira, demonstrando que o pastor do Colégio Sinodal da cidade de Candelária não fora bem psicólogo, quando escreveu em uma carta dirigida aos professores e apreendida pela Polícia: "resistam e não se preocupem porque a campanha esmorecerá logo, vivemos em um país onde sopa nunca se serve tão quente quanto sai do fogo". (SOUZA, J. P. C. de. Denúncia, p. 75).

72. O "Relatório, de 10 de fevereiro de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. P. Coelho de Souza, DD Secretário de Educação e Saúde Pública pelo Diretor da Seção Administrativa, encarregado dos serviços atinentes à nacionalização do ensino" revela a "resistência" em relação à campanha e o papel dos fiscais e inspetores de ensino na consolidação do processo.

73. CORDEIRO DE FARIAS, O. Meio século de combate..., p. 273.

74. "Na zona colonial teuto-brasileira do Rio Grande do Sul, é significativa a ligação entre as organizações religiosas e as escolas e associações escolares, sendo marcante a divisão entre católicos e evangélicos. Em 1875, haveria no Rio Grande do Sul cerca de 99 escolas de língua alemã (50 católicas e 49 evangélicas) e 252 escolas públicas, das quais 85 não funcionariam por falta de professores. Na segunda metade do século passado, nasceram os primeiros ginásios católicos, foram feitas as primeiras tentativas de criação de ginásio evangélicos (sempre frustradas); surgiu o Sínodo Rio-grandense (organização da igreja evangélica alemã no Rio Grande do Sul) em 1875 e foi fundada a Associação dos Professores Católicos Teuto-brasileiros (1898). A Associação dos Professores Evangélicos foi criada em 1901. Na virada do século, haveria no Rio Grande do Sul cerca de 301 escolas particulares de língua alemã (146 católicas e 155 evangélicas). Já nesta época, estabeleceu-se um certo empate entre o número de escolas católicas e evangélicas de língua alemã, e sedimentou-se o monopólio dos católicos ao nível das escolas secundárias". (PAIVA, César. Op. cit., p. 12).

75. "Diretores do ensino italiano e alemão, que melhor chamaríamos Nazista, caracterizados agentes políticos, partiriam dentro de poucos meses para a Europa". (SOUZA, J. P. C. de. Denúncia, p. 73).
76. Em 1920, o Arcebispo determina: "em todas as escolas primárias, deve-se adotar o programa aprovado pela direção da Instituição Diocesana, em que ocupará lugar primacial o ensino da Religião, da língua vernácula, da história e geografia do País, como a língua da origem dos alunos, enquanto for possível (...). Todas as disciplinas devem ser ministradas em língua portuguesa, sendo permitido o uso de outros idiomas enquanto for necessário para a devida compreensão dos alunos". Esta postura face ao ensino bilíngüe foi mantido pela Igreja nas décadas de 30 e 40. Em abril de 1940, Dom João Becker solicita ao Ministro Capanema, em ofício, "a utilização da língua estrangeira, como auxiliar (grifo é nosso), que facilitará certamente a nacionalização nas regiões rurais, sem prejuízo dos genuínos sentimentos de brasileiros". (Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV. GC 34.11.30 g (II-2)).
77. Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Circular de 12 de julho de 1940. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV GC 34.11.30 A g (II-7).
78. "O projeto católico regional dos jesuítas (alemães), junto aos imigrantes alemães, apoiava-se em três núcleos de ação: 1) na acentuada difusão da imprensa; 2) no associativismo; 3) na escola e no professor paroquial. Esta ênfase resultou numa série de iniciativas com a fundação da Associação de Professores Católicos (Lehrerverein) em 1898; do Jornal dos Professores Paroquiais (Leherzeitung) em 1900; da Escola Normal (Leheerseminar) em 1923. Em 1935 atribui-se um total de 18.000 alunos às escolas paroquiais teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul. A relação citada anteriormente combina com os dados apresentados por O. Dalby (1969, p. 76), segundo o qual, em 1935, havia no Estado 1.041 escolas teuto-brasileiras com 40.585 alunos. Destas, 570 eram escolas evangélicas, 429 católicas e 42 mistas". (KREUTZ, Lúcio. Magistério e Imigração Alemã. A formação do professor paroquial teuto-brasileiro do Rio Grande do Sul. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, 12(1):15-44, jan./jun. 1987).
79. RS/S. E. S. P. Gabinete do Secretário. Ofício nº 18.839, de 30 de julho de 1940. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV GC 34.11.30 g (II-7).
80. SOUZA, J. P. C. de. Exposição à Comissão Nacional de Ensino Primário sobre a situação da educação primária na zona colonial do Estado do Rio Grande do Sul. p. 9. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV GC 34.11.30 (J-9).
81. "Grave incidente verificado em Novo Hamburgo obriga a Secretaria de Educação a adotar enérgicas medidas". O Sr. Coelho de Souza, ao visitar a Escola Complementar da União Popular Católica de Novo Hamburgo, foi testemunha de lamentável rebeldia à campanha de nacionalização do ensino (...) cumpre acentuar que estas medidas repressivas são tomadas com a aprovação e aplauso da alta autoridade eclesiástica, pois declara que "aquela escola, embora dirigida por católicos, nunca foi escola normal católica oficial e nunca se sujeitou às ordens da Cúria". (Diário de Notícias, 27/07/1939. In: SOUZA, J. P. C. de. Denúncia. p. 111).
82. Convênio entre o governo do Estado e a Arquidiocese de Porto Alegre relativo às escolas católicas. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV GC 31.11.30 A g (II-7).
83. Ofício nº 18.839, de 30 de julho de 1949. Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC/FGV GC 34.11.30 g (II-7).
84. PAIVA, César. Op. cit., p. 12.
85. DALBEY, R. O. Op. cit., p. 405.
86. LAYTANO, Dante de. Depoimento. In: Simpósio sobre a Revolução de 30. Op. cit., p. 597.

87. REDE ESCOLAR RS DO RIO GRANDE DO SUL - 1937 à 1941

	37	38	39	40	41
Esc. Municipais	2830	2888	3023	3273	3325
Esc. Particulares	1841	1987	1644	1598	1512
TOTAL	5573	5720	5497	5978	5655

FONTE: Boletim de Estatísticas Educacionais SESP/RS. - Diretoria de Estatísticas Educacionais.

88. Entrevista do Secretário da Educação, Dr. J. P. Coelho de Souza à imprensa carioca. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 16 (4):329-32, dez. 1940.

89. BRASIL, MESP/INEP. Op. cit., p. 12.

90. LOURO, G. História, Educação e Sociedade no Rio Grande do Sul. Educação e Realidade. Porto Alegre. 1986. p. 22.

91. CORDEIRO DE FARIAS, O. Nacionalização (s/identificação).

92. Dilatação da Rede Escolar do Rio Grande do Sul - 1937 - 42

Anos	37	38	39	40	41	42
Gr. Escol.	170	281	365	422	456	518
Esc. Isol.	732	654	465	378	362	360
TOTAL	902	845	830	807	818	870

FONTE: Boletim de Estatísticas Educacionais SESP/RS. - Diretoria de Estatísticas Educacionais.

93. Parece que, além de verbas federais à campanha de nacionalização do ensino, o Governo do Estadual também contou com a colaboração financeira da iniciativa privada, conforme podemos depreender pela Carta de 13 de fevereiro de 1939, encaminhada ao Sr. Interventor pelo Sr. Carlos Tellamanzy, responsável pela Secretaria de Educação, na qual: "Comunico a V. Excia. que a importância de um conto quinhentos e setenta e três mil e trezentos réis (1.573\$300) produto de um festival realizado por diversos sindicatos locais em benefício do ensino e entregue a esta Secretaria, foi recolhido ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, à conta "Nacionalização do Ensino", de acordo com o que fora determinado por V. Excia". (RS. Arquivo Histórico e Geográfico. Março 17, Lote 524).

94. BRASIL, MESP/INEP. Op. cit., p. 10.

95. Movimento Escolar - Ensino Primário no Rio Grande do Sul (1936 - 1945).

ANO	Unidade Escolar	Corpo Docente	Matrícula Geral	Efetiva
1936	4.841	7.099	279.666	251.702
1937	5.823	8.861	300.237	267.339
1938	5.964	9.746	356.903	293.619
1939	6.082	9.959	369.398	301.158
1940	6.100	10.231	386.018	317.985
1941	6.449	10.702	393.826	325.764
1942	6.386	10.977	395.448	328.413
1943	6.491	11.399	399.155	327.769
1944	6.467	11.991	401.213	329.163
1945	6.682	12.431	401.309	331.320

FONTE: Boletim de Estatísticas Educacionais SESP/RS. - Diretoria de Estatísticas Educacionais.

Ensino Primário - Rio Grande do Sul, 1937

ESFERAS	UNIDADE	DOCENTES	CLASSES
Federal	27	63	33
Estadual	1.125	2.927	4.086
Municipal	2.830	3.103	8.050
Particular	1.841	2.768	6.177

FONTE: Boletim de Estatísticas Educacionais. SESP/RS, 1939.

96. PAIVA, César. Op. cit., p. 25-26.

97. SOUZA, J. P. C. de. In: PRADO, A. Op. cit., p. 277.

98. Entrevista com o Secretário de Educação e Saúde Pública. Correio do Povo. Porto Alegre, 03/02/1938, p. 10.
In: BARBOSA, M. C. Op. cit., p. 79.

99. SOUZA, J. P. C. de. In: PRADO, A. Op. cit., p. 277.

100. CORDEIRO DE FARIAS, O. Nacionalização (s/p.).

101. CORDEIRO DE FARIAS, O. Meio século de Combate. p. 273.

102. Corpo Docente do Ensino Primário - Rio Grande do Sul - 1937 a 1945

A.

Ano	Profs. normal		Cated. Não Nor.		Profs. Aux.				Em Geral			
	M.	F.	M.	F.	Normal		Não nor.		Normal		Não nor.	
	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.
37	218	1360	2096	3390	21	256	61	484	239	1616	2157	3874
38	350	2909	2118	3479	24	262	116	459	374	3171	2234	3933
40	292	3495	1769	3899	27	273	141	335	319	3768	1910	4334
41	194	2740	1700	3873	32	389	61	410	226	3129	1761	4283
42	179	3017	1575	3859	36	350	50	354	215	3367	1625	4213
44	84	3070	1554	4521	18	329	58	431	102	3399	1612	4952
45	149	4309	1559	4959	28	687	120	620	177	4996	1679	4575

B.

Ano	Masculino	Feminino	Total
37	2396	5490	8886
38	2608	7109	9717
40	2229	8002	10231
41	1987	7415	9399
42	1840	7580	9420
44	1714	8351	10065
45	1856	10575	12431

FONTE: Boletim de Estatísticas Educacionais SESP/RS. - Diretoria de Estatística Educacional.

103. Sobre a formação de professores católicos e evangélicos no RS, consultar: HOPPEN, Arnildo. Formação de professores Evangélicos no RS. 1ª parte (1909-1939). KREUTZ, Lúcio. O Professor Paroquial. Magistério e Imigração Alemã, 1991.

104. Sobre o Instituto de Educação - RS ver LOURO, Guacira. Prendas e Anti-Prendas. 1986.

105. PRADO, em seu artigo intitulado "A Formação do Professor no Rio Grande do Sul", refere-se ao ano de 1938 a 1942 como "um momento de grande significação na vida do professor primário do Rio Grande do Sul (...) a carreira do magistério primário vem mostrando a incessante preocupação do administrador em dignificá-lo e assegurar ao professor condições de vida e de trabalho que promovam resultados benéficos à educação (...). O ingresso no magistério e o processo de reversão passam a ser uma conquista do esforço e da competência revelados no exercício do cargo docente, defendendo-se, sobre tais bases, tanto os interesses da educação como os do professor, respeitada a ética profissional. No mesmo ano, 1938, aos imperativos da obra de renovação compreendida nos setores educacionais do Estado, a qual, à sua vez, renova perspectivas de trabalho ao professor, reorganiza-lhe a carreira para assentá-la em critério de obediência às condições reais do professorado no quadro em que se delineiam os valores funcionais, e são requisitos o valor pessoal, o preparo cultural e técnico, e a formação moral e social.

As medidas relativas à nova situação do professorado haviam de produzir desde logo os melhores frutos. A instituição da carreira do magistério primário, a praxe do rotativismo na direção de grupos escolares, e a criação do quadro de delegados regionais de ensino e de orientadores técnicos, de acesso privativo a

professores em exercício, influíram de modo a dar novo estímulo à classe, e a crescer-lhe o prestígio social. Em todo o período republicano, menos de duas centenas de professores do Estado se haviam beneficiado do regime de promoção; mas, estabelecida, como se fez, a promoção automática após dez anos de serviço, nada menos que um milhar de mestres tiveram logo melhoria de salários. Por outro lado, a instituição de curso de férias e de bolsas de estudo, para aperfeiçoamento de professores em outros centros pedagógicos do país; o desenvolvimento dos serviços técnicos, e a criação de círculos de estudos infundiram ao professorado alevantado espírito de trabalho. De 1939 a 1942, realizaram-se 15 cursos de aperfeiçoamento, para diretores e orientadores de ensino; para professores de música, de educação física e de desenho, para melhorar conhecimento de novos processos didáticos e aplicação de processos objetivos na verificação do rendimento do ensino. O número de professores estaduais em serviço ascendeu de 2.807, em 1937, a 3.863, em 1942. O número de institutos de preparação do magistério passou de 6 a 25". (PRADO, Áurea. A formação do professor primário no Rio Grande do Sul". In: Terra e Povo. p. 227-57).

106. "Buscando estes novos métodos e processos de ensino, grupos de professores gaúchos vão em viagem de estudos para o Rio, São Paulo, Minas; e a Escola Normal de Porto Alegre passa realmente a ser um foco irradiador dessa nova tendência pedagógica. Evidentemente, a adesão à nova tendência se faz mesclando-a com princípios e concepções tradicionais, nos quais grande parte dos professores do Instituto de Educação se formara. Mas, com o tempo e a orientação pedagógica do escolanovismo, inclusive atravessando todo o período ditatorial do Estado Novo e sobrevivendo a ele - ainda que certamente muitas contradições tenham aí se evidenciado". (LOURO, G. Prendas e Anti-Prendas, p. 16).

107. Havia no Rio Grande do Sul, neste período, três associações de classe: Associação dos Professores Católicos, Sociedade Rio-grandense de Educação e Associação dos Professores Particulares. A APC, criada em 1934, nos moldes da congênere no Rio de Janeiro, seria "um núcleo de estudos de pedagogia". O Professor Everardo Backheuser, Presidente fundador da Confederação Católica Brasileira de Educação, veio a Porto Alegre, a fim de proferir conferências educacionais e fundar a mencionada Associação. (CARRION, Francisco M. Depoimento. Simpósio sobre a Revolução de 30. p. 686).

108. "As palestras foram organizadas sobre temas como: psicologia infantil, didática, problemas administrativos e outros. Nessas conferências discutiram os novos métodos de ensino, a globalização, os projetos, os centros de interesse, e seus autores Decroly, Dewey e Kilpatrick, bem como a melhor maneira de organizar o trabalho escolar, os critérios de promoção dos alunos, testes psicométricos e biotipologia. Assistiram a essas conferências educadores vindos de todo o Estado, juntamente com o Secretário da Educação, que esteve sempre presente. O Interventor do Estado compareceu a uma delas demonstrando o prestígio que foi dado a estas atividades. Além de proferir conferências, os dois educadores fizeram visitas à Secretaria de Educação e Saúde e a algumas escolas da capital e do interior. O envolvimento de toda a comunidade pode evidenciar a importância da iniciativa". BARBOSA destaca, também, os depoimentos dos conferencistas ao jornal "Correio do Povo", demonstrando a repercussão do evento em "Os Pedagogos... encerram o Ciclo de Palestras", o Correio do Povo transcreve as palavras de encerramento proferidas por Lourenço Filho, "...vir colaborar na grande obra de renovação escolar que aqui se desenvolve, que havíamos de encontrar no Rio Grande do Sul um movimento de notável significação cívica e patriótica, um movimento de cultura e brasilidade, sem exemplo talvez na história da educação do país". Também são citados os comentários realizados pelos educadores à imprensa carioca, quando do seu retorno ao Rio de Janeiro. "...O Rio Grande do Sul é o Estado da Federação que possui a mais moderna orientação do ensino e onde são introduzidos (...) processos da escola renovadora, como segurança e critério; o professor demonstra grande entusiasmo pela adoção das novas práticas de ensino". A participação de educadores nacionais no projeto pedagógico rio-grandense vai continuar a concretizar-se. Quando da reorganização administrativa da SESP em 1942, Lourenço Filho é chamado a colaborar com o Secretário na elaboração da proposta, que reflete a tendência de modernização da máquina administrativa, através da aplicação dos princípios de planejamento e da participação de técnicos especializados. (BARBOSA, M. Carmem S. Op. cit. p. 98-99).

109. É significativa a Circular da Diretoria de Instrução Pública às Direções de Grupos Escolares, quando da finalização do curso, na qual remete "páginas" autografadas por Lorenzo Filho, do livro Introdução ao Estudo da Escola Nova, com as seguintes observações de estímulo: "É esta página que nós remetemos como presente fazendo-vos sentir que ela não significa apenas a lembrança de um brilhante curso que passou, mas, sobretudo, um convite a que façais frutificar em benefícios para as nossas crianças e elevação cultural e moral para os nossos mestres, os ensinamentos que, em magistrais conferências, vos souberam proporcionar. Assim, através de estudo consciencioso e constante, procureis refletir, em contato com a realidade que viveis, nas ligações recebidas, enriquecendo as vossas experiências e racionalizando e vitalizando as práticas de ensino em vossas classes". (Gesto expressivo do Prof. Lorenzo Filho. A circular a respeito dirigida pela Diretoria da Instrução Pública às direções de Grupos Escolares. *Jornal do Estado*. Porto Alegre, 11 de setembro de 1939. p. 1).

110. Em "Bases para o Funcionamento" são citadas as temáticas de estudo: A Formação da consciência moral, a motivação do trabalho escolar, novas técnicas em ensino, projetos, adaptação da escola ao meio rural, o ensino da linguagem, da matemática, da história e geografia pátria. O controle rígido de todas as atividades visa a que as discussões não tomem outros rumos, como estabelece o item 10: "ficam proibidas todas as discussões que se afastarem da ética profissional". (Seção Técnica da Diretoria de Instrução Pública. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 3(11): 244-45, jul. 1940).

111. Armando Câmara, Olga Acauan Geyer, Marieta da Cunha e Silva, Diva Brando Pereira de Souza, Florinda Tubino Sampaio, Ary de Abreu Lima (Reitor UPA), Irio do Prado Lisboa, Ignácio de Freitas Rolim, Mário Ramos, Décio Martins Costa (médico) e Raul Moreira (médico).

112. "Esses professores foram chamados para avaliar a situação da Educação no Estado, sugerir os princípios que deveriam ser adotados, e para apontar os rumos que o novo código deveria tomar: participaram desta enquete os seguintes educadores: Cecy de Freitas e Castro (Diretora da Escola Osvaldo Aranha); Miss Helen Clark (Diretora do Colégio Americano); Maria Moritz (Diretora do Colégio Elementar Paula Soares); Janny Seabra (Professora da Escola Normal); Reverendo E. Menna Barreto Jayme (Igreja Central Metodista); Camila Furtado Alves, Julio Labrum, Gaspar Ochôa (Escola de Agronomia); Reverendo Dr. Athalício Pithan (Diretor do Colégio Independência Bagé); Amélia Porto Pereira (Diretora da Escola Complementar de Livramento); Reverendo Professor Orlando Baptista (Diretor do Ginásio Cruzeiro do Sul); Carmem Braga (Instrutora Musical) e, encerrando estes depoimentos, as declarações do Secretário de Educação e Saúde Pública, J. P. Coelho de Souza". (BARBOSA, M. C. Op. cit., p. 81).

113. "A primeira delas apontava à inovação e à modernização da escola. Foram levantadas como questões: a falta de adequação dos programas de ensino, a necessidade da educação escolar não apenas instruir mas também formar o caráter do aluno, o respeito às diferenças individuais, a modificação dos métodos de ensino, o ensino aos alunos dos cuidados com a saúde e a higiene, a possibilidade de a escola dar assistência médica e odontológica, e o investimento na educação do mestre. Essas preocupações eram claramente uma referência ao ideário da Escola Nova, presente na mentalidade dos educadores consultados. A outra preocupação, de caráter político-ideológico, referia-se à necessidade de moldar as crianças para o novo espírito de país, isto é, dar um conteúdo nacionalista à educação. Sugeria-se que a educação brasileira deveria possuir uma legislação única que desse uma unidade nacional ao ensino, acentuava-se a obrigatoriedade do ensino da história da pátria, da prática da educação cívica, da educação rural e da nacionalização das escolas estrangeiras". (BARBOSA, M. C. Op. cit., p. 82).

114. Decreto nº 8.020, de 29 de novembro de 1939. Aprova o programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Estado. (*REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, (1)4, dez. 1939, p. 283).

115. SOUZA, J. P. C. de. A nacionalização do Ensino. p. 395.

116. Os Decretos-Lei nº 578, de 22 de julho de 1942, e 246, de 13 de outubro de 1942, dão nova organização à Secretaria de Educação e Cultura com órgãos de direção, controle, pesquisa e serviços auxiliares, desvinculada da Saúde Pública, que passou a um Departamento Autônomo. Resultante desta reforma administrativa, em 1943, é criado o CPOE - Centro de Pesquisas e Orientação Educacional - Decreto-Lei nº 794 de 14 de junho de 1943 - Órgão Técnico do Departamento de Educação Primária e Normal, que relevante papel irá desempenhar na pesquisa e implantação de "inovações pedagógicas". "Um setor de finalidade técnica, interimente voltado a estudos e pesquisas psicológicas, pedagógicas e sociais, destinados a manter em base científica a orientação do trabalho escolar". (PRADO, Áurea. A formação do professor primário. Op. cit., p. 247).

117. SOUZA, J. P. C. de. A Nacionalização do Ensino. p. 395.

118. Ibidem, p. 282.

119. Noticiário - Impressões do Titular da Educação colhidas em sua viagem de inspeção ao interior do Estado. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(11) jul. 1940, p. 240-41.

120. Ibidem, p. 241.

121. ALTMANN, Friedhold. A Roda. Memórias de um professor. 78-79

122. Sobre a campanha de nacionalização no RS, ver: KIPPER, M. H. Campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945). GIRON, Loraine Slomp. As sombras no ditório: o fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul.

123. ALTMANN, F. Op. cit. p. 84.

124. KREUTZ diz que: "Nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, a imprensa foi adaptada às circunstâncias locais, seja na forma, seja no conteúdo. Os jesuítas investiram mais no jornal semanal (semanário), com um resumo das principais notícias da semana e com maior parte do espaço reservado aos comentários e reflexões, isto é, à formação de opiniões; e o almanaque ou anuário que, saindo anualmente, apresentava uma diversidade de temas, primando, contudo, pela descrição de famílias e pessoas que, pelo seu modo de vida, deveriam servir de exemplo nas diversas instâncias da vida familiar. O primeiro jornal teuto-brasileiro foi criado em 1852. Em 1923, existiam na colônia teuto-brasileira 14 jornais e revistas mensais em língua alemã (...). Em 1929, havia o Jornal do Professor (Leberzeitung). A parte mais volumosa das publicações em alemão, no Estado, era de livros escolares. A primeira cartilha em alemão data de 1832. A imprensa foi um instrumento importante para o projeto, tanto dos jesuítas, quanto dos evangélicos e dos Brummer junto à colonização teuto-brasileira. Isto parece fora de dúvida e pode ser concluído da especificidade desta imprensa no conteúdo, na forma e na ampla difusão da mesma.

O Jornal do Professor *Lehrzeitung* (1900) uma revista mensal, foi redigida, impressa e custeada partir daquele ano até 1939 pelos próprios professores paroquiais e seus mentores religiosos, os jesuítas das paróquias. Foi também, um órgão de divulgação da Associação de Professores Católicos, sendo um sinal de fortalecimento interno. Certamente colaborou na discussão das questões pedagógicas e no aperfeiçoamento didático dos professores. Pelo Jornal. A diretoria da Associação pode se dirigir a todos e cada qual tem a possibilidade de participar da experiência dos colegas. O Jornal do Professor Paroquial Católico só teve interrupção de sua publicação durante a Primeira Guerra Mundial, quando foi suspensa no período de novembro de 1917 a janeiro de 1920. Ele é caracterizado como um "jornal-revista", dizendo que foi utilizado como um dos meios informais de formação dos professores paroquiais instrumento de maior significado e o mais eficiente para alçar os professores às comunidades rurais, fornecendo-lhes subsídios didáticos e mantê-los em contato com a *Lehrerverein*. Foi fundado pela Associação dos Professores teuto-brasileiros católicos como um órgão de publicação, em 01/01/1900, sob o título de "Miteilung en des Katholischen Lehrervereine in Rio Grande do Sul". Na Assembléia Geral de Professores em 1902, a Associação achou por bem ampliar o nome do Jornal e da própria Associação com a referência "educadores/educação". Esta resolução foi fruto da tendência de, então, se

distinguir entre educação e instrução: esta seria o 73 um mero acréscimo de conhecimento, enquanto aquela implicava toda uma formação do caráter. Em consequência, o nome da Associação passou para "Katholischen Lehrer-und Erziehungsvereins" e o jornal foi mudado para "Mittheilungen des Katholischen Lehrer und Erziehungsvereins - in Rio Grande do Sul", a partir da edição de abril de 1902. E a partir de 1907, o título do jornal passou a ser, em definitivo, "Lehrerzeitung-vereinsblett des deutschen katolischen Lehrerversins in Rio Grande do Sul". O último número é de julho/agosto de 1939. Foi fechado pela Portaria de 18 de julho de 1939 do Ministério da Justiça, em decorrência do Decreto-lei de nacionalização do ensino nº 406, de 04 de maio de 1938. (...) O exemplo de sua publicação foi buscado na Alemanha, onde, desde 1860, foram criados diversos jornais de professores paroquiais católicos. Existe uma semelhança - praticamente cópia - na disposição gráfica, no número de páginas, na ordem e no espaço concedido aos temas entre os jornais alemães e os brasileiros. A apresentação de textos pedagógicos e material didático foi uma constante em todos os números, mas há um ponto alto na apresentação de textos pedagógicos e material didático nos cinco primeiros anos e nos seis últimos anos. Nos cinco primeiros, há muita referência a Herbart e Pestalozzi. A permuta com seus congêneres da Alemanha permitia resumos e transcrições de reflexões teóricas e de notícias referentes às novidades pedagógicas na Europa. Porém, o Jornal do Professor primava, especialmente, pela elaboração de subsídios didáticos, apresentando as diversas disciplinas do curso elementar com planos de aula, até pormenorizados. Estimulava os professores mais habilitados e experientes à elaboração de material apropriado às circunstâncias locais, fazendo sua publicação. Também publicava os relatórios das reuniões regionais de professores que, por vezes, geravam longos debates em números posteriores. Os primeiros cinco anos do Jornal do Professor também foram densos na caracterização das funções religioso-sociais do professor paroquial, enquanto elemento de muita importância para o Projeto Católico. A mão dos jesuítas estava presente. E nos seus últimos seis anos, o "Jornal do Professor", então sob a direção do jesuíta Padre Miguel Meyer, simultaneamente diretor da Escola Normal, apresentou novamente com mais intensidade a discussão teórica. Neste período, o debate era polarizado pela questão Escola tradicional versus Escola Nova. Destacou-se também, pela grande produção de material didático para a escola elementar, desde a elaboração e publicação de manuais escolares até de planos de aula, de metodologia mais adequadas para esta ou aquela disciplina, e de um noticiário intenso sobre a questão escolar na colonização teuto-brasileira. Enfim, houve um novo dinamismo e florescimento. O intercâmbio com a Alemanha era relativamente fácil, já porque o jornal mantinha permuta com seus congêneres alemães, já porque diversos professores, no Estado, mantinham correspondência com seus mestres de Escola Normal na Alemanha, havendo retorno de notícias e participação nos debates teórico-metodológicos. Este intercâmbio fornecia material para as diversas seções do "Jornal do Professor" com destaque para os novos lançamentos de livros e de material didático na Alemanha, recomendando-se o que era considerado válido para as escolas e professores locais. A partir de 1930, o "Jornal do Professor" deu muito destaque à formação pedagógica do professor paroquial. Em todas as edições, apareceram reflexões e sugestões práticas sobre a melhor didática das diversas disciplinas. Novamente muitas referências a Pestalozzi, Herbart e, especialmente, sobre a questão do momento, a da Escola Nova. Também houve constantes alusões à necessidade de o professor se habilitar cada vez melhor (...). A tiragem do Jornal do Professor, em 1921, era de 450 assinantes e, nos anos subsequentes, sua tiragem teve um sensível aumento. Sem dúvida a "Lehrerzeitung" foi um instrumento de especial interesse e valor para o "Lehrerverein" em sua tarefa de fomentar a contínua formação e atualização pedagógico-didática dos professores paroquiais católicos no Rio Grande do Sul. (KREUTZ, Lúcio. Magistério e imigração alemã. A formação do professor católico teuto-brasileiro do Rio Grande do Sul. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, 12(1):15-44, jan./jun. 1987).

125. Os professores evangélicos também tinham uma associação e um jornal, criado em 1901, sob o título de "Allgemeine Lehrerzeitung für Rio Grande do Sul". Os objetivos do Lererzeitung seriam a promoção e o fomento da escola e da educação evangélica, na promoção espiritual, pedagógica e material dos professores paroquiais (KREUTZ, L. Op. Cit. p. 15-44).

126. Revista do Ensino. Porto Alegre, 1(1):7-8. set. 1939.

CAPÍTULO II

REVISTA DO ENSINO - 1939/1942

CAPÍTULO II

REVISTA DO ENSINO - 1939/1942

"A REVISTA DO ENSINO, instituição de finalidades educativas, sentindo as vibrações do momento histórico (...), integra-se no sentimento da comunidade nacional"¹.

A REVISTA DO ENSINO, apresenta-se, desde seu primeiro número editado em setembro de 1939², como "órgão de divulgação sob o patrocínio da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul"³. Vinte e seis números são editados até 1942, quando termina seu primeiro ciclo de existência⁴. Propondo-se de servir à coletividade, pretendeu colocar-se "decidida e sinceramente ao lado do professor, auxiliando-o na sua difícil e árdua tarefa, pela disseminação de resultados de pesquisas, normas legais interessantes ao ensino, observações e conclusões de inquéritos, iniciativas aconselháveis para esclarecer suas dificuldades"⁵.

O professor primário foi o destinatário privilegiado da REVISTA DO ENSINO. Vários indícios permitem-nos identificar esta priorização: o uso da expressão **professorinha**, a referência específica de alguns editoriais ao professor primário⁶ e o número significativo de orientações didático-pedagógicas e artigos referentes a este nível de ensino⁷. Além disto, a maioria dos artigos são pequenos, com linguagem simples e direta, de leitura acessível.

A REVISTA DO ENSINO foi iniciativa de um grupo de professores⁸ da Universidade de Porto Alegre, liderados pelo Professor Pery Pinto Diniz⁹ - diretor de redação e editorialista - que ao referir-se à sua criação, a caracteriza como um "projeto autônomo e pioneiro, cujo alvo era o magistério da rede estadual". A iniciativa - afirma Diniz - vinha "ao encontro de um desejo do Secretário de Educação do Estado, com o qual mantínhamos as melhores relações, que prestara apoio imediato e estabeleceu um regime informal de vinculação da Revista com a SESP/RS. A Revista era autônoma, privada, não dependia de verbas orçamentárias, não recebia subvenção, ou incentivos financeiros, apenas tinha uma colaboração técnico-pedagógica da Secretaria"¹⁰.

A REVISTA DO ENSINO era um periódico educacional de divulgação mensal, com sistema de vendas avulsas e assinaturas¹¹. Quanto à tiragem e à instituição que imprimia a Revista, não foi possível obter dados¹². Mas alguns indicadores permitem aquilatar o grau de penetração da REVISTA DO ENSINO. Entre eles, a estratégia da direção da Revista que constituiu os diretores dos Grupos Escolares e das Escolas como seus representantes em todo o Estado¹³. Essa estratégia manteve uma rede de distribuição da Revista, permitindo sua maior penetração nas escolas. O suporte oficial, dado pelo apoio institucional da SESP/RS, também facilitava esta penetração. Cartas de Diretores de Escolas e Prefeitos¹⁴, publicadas na REVISTA DO ENSINO, evidenciam sua boa acolhida, ao mesmo tempo que reforçam o comprometimento de professores e diretores com sua leitura e divulgação: "Nenhuma iniciativa - dizia uma Diretora de Escola - poderá merecer mais do que essa o apoio e a dedicação do magistério rio-grandense". Um outro elemento que permite aquilatar o grau de penetração da REVISTA DO ENSINO é o espaço de publicidade. Sua variedade, extensão e diversificação permite supor que a Revista tenha sido considerada como um bom veículo de propaganda¹⁵. Podemos ainda apontar o esgotamento de diversos números¹⁶ e dados veiculados na REVISTA DO ENSINO sobre o número de

participantes em concursos que promoveu¹⁷, como indicadores importantes de seu grau de penetração.

A partir de 1940 a REVISTA DO ENSINO passa a ser publicada pela Editora Educacional Ltda., empresa criada por seus diretores¹⁸. A nova estrutura empresarial possibilita uma ampliação da sua área de atuação. É criado um departamento - Serviços de Administração e Procuratória -¹⁹ anexo à REVISTA DO ENSINO, que organizava-se como prestação de serviços à comunidade ligada à área educacional, por meio de assessoria junto aos órgãos públicos - estaduais e federais²⁰. Além desta prestação de serviços, a Editora Educacional também gerenciava a publicação de outra revista e editava livros²¹.

A autonomia financeira da REVISTA DO ENSINO decorria dos recursos oriundos de vendas avulsas, de assinaturas, da publicidade²² e da prestação de serviços. Esses recursos permitiam cobrir os custos de edição e distribuição da Revista e remunerar o Diretor-gerente. Os demais integrantes da equipe, que lhe dedicavam tempo apenas parcial, exercendo outras funções em órgãos do Estado, não eram remunerados pela Revista.

*a relativa autonomia
mostra o caráter
da função ideológica sendo
cumprida; os "atras" são
consciência de se
atras!*

A REVISTA DO ENSINO resultava da mobilização de um grupo de intelectuais, na maior parte vinculado à Universidade de Porto Alegre e interessado em participar do projeto estadonovista de "reconstrução nacional", trazendo sua contribuição à organização da sociedade brasileira - "Damos corpo e forma ao velho ideal de servir à coletividade, colaborando (...) na solução do problema da formação da inteligência nacional, obra da educação organizada que se reveste de importância máxima sobretudo na fase atual, caracterizada pelo sentido nacionalista e patriótico da Reconstrução do País, e afirmação de sua existência como nação livre e soberana no conceito internacional"²³.

A relação entre a REVISTA DO ENSINO e a Universidade é explicada pelo Prof. Pery P. Diniz. Ela seria resultado de uma amizade, pessoal e profissional, que unia as principais figuras de cada instituição e o responsável pela revista, congregando em torno da idéia, pessoas interessadas em apoiá-la. Este fato explicou tanto o surgimento da Revista, como, em parte, o seu encerramento. Parece que o episódio que afetou as relações entre o Prof. Pery Pinto Diniz e o Secretário J. P. Coelho de Souza deveu-se ao Projeto do Reitor Ary de Abreu Lima de transformar a Universidade em

Escola única, integrando primário, secundário e Ensino Superior como um Centro Cultural integrado à Comunidade. Este projeto pretendia incorporar instituições, tais como a Biblioteca Pública, o Museu Júlio de Castilhos, o Instituto de Meteorologia, como órgãos complementares da Universidade, a fim de melhor dotá-la de elementos que lhe proporcionassem meios de cumprir sua finalidade. Estes órgãos pertenciam ao Estado, ao qual a Universidade também estava ligada, mas com alguma autonomia. O Secretário J. P. Coelho de Souza não apoiou a idéia - atribuindo o projeto ao Prof. Pery P. Diniz -, pois a mesma representaria uma diminuição do poder da Secretaria e fortalecimento da Universidade. Esse incidente afetou as relações de amizade e profissionais - "Com isso, vi que não havia mais condições de trabalho (...). Foi naturalmente. Eu me desinteressei pelo assunto, porque as situações mudaram (...). Houve um momento em que meu próprio relacionamento com a Secretaria ficou afetado...". A explicação embasada em "relações pessoais" para justificar o empreendimento, os vínculos fortes com as instituições envolvidas e o seu desaparecimento, aliado à situação precária, parecem ter reforçado a crise enfrentada. A pergunta que fica é - por que a REVISTA DO ENSINO, sendo um projeto com amparo institucional relevante para a produção e divulgação do

trabalho da SESP/RS quanto à "nacionalização do ensino" e ao projeto de "renovação educacional", terminou tão bruscamente, no meio do caminho? O fato denota que este apoio deveria ser muito fluido, não fazendo parte de um programa sistemático da Secretaria. É relevante registrar que o balanço que Coelho de Souza faz da sua atuação frente à Secretaria (1937-1945), em nenhum momento faz referência à "iniciativa" da REVISTA DO ENSINO²⁴.

A instalação da Universidade de Porto Alegre em 1934 foi caracterizada por um período de conflitos e disputas ideológicas. Para o Prof. Pery P. Diniz "os anos de 1936-37 foram, para a Universidade, de frustrações e de expectativas. As dificuldades para instalação da UPA decorreram de disputas ideológicas entre "Positivismo", "Geração Católica" e defensores da "Escola Nova", bem como de questões político-administrativas de sua vinculação com a Secretaria de Educação e Saúde Pública. A Universidade de Porto Alegre estava submetida à legislação federal e com autonomia administrativa, apesar de ser uma instituição estadual ligada à SESP/RS"²⁵. Assim, na intenção de consolidar e aprofundar a vinculação da Universidade com o Estado, pode-se compreender o agrupamento de professores em torno da publicação de uma revista pedagógica, voltada a

levar o discurso oficial da SESP/RS relativo à política de nacionalização e "renovação educacional".

A participação dos professores da UPA será importante na configuração do projeto editorial da REVISTA DO ENSINO. Os artigos assinados por estes professores divulgavam o conhecimento produzido na Universidade, pondo-o a serviço das autoridades educacionais e dos professores. Para o Diretor de Redação - "Foi iniciativa nossa, diante das nossas possibilidades e características, procurar atrair os professores da Universidade. Pretendíamos valorizar o elemento local, interessando um grupo grande da Universidade e fora dela. Aproveitávamos nas publicações, artigos que interessariam e iriam ao encontro das preocupações do magistério"²⁶.

Os professores da UPA, em sua maioria oriundos da Faculdade de Direito, da Escola de Engenharia e do Colégio Universitário, apoiaram a iniciativa como articulistas da revista na secção "Política Educacional", que expressava, juntamente com os Editoriais, a dimensão doutrinária da revista, enquanto órgão vinculado ao programa de "reconstrução nacional" e de "renovação educacional". Neste empreendimento doutrinário, os intelectuais da UPA que

colaboravam na REVISTA DO ENSINO constituíam-se como intelectuais engajados na política estadonovista, como que personificando a consciência nacional. Nos Editoriais²⁷, por exemplo, redigidos pelo Diretor de Redação Prof. Pery Pinto Diniz²⁸, são freqüentes expressões como: "nós, que formamos os que trabalham para o futuro, (...) nós, integrados no espírito de fraternidade e colaboração, (...) nós, que (detemos) a força moral e espiritual necessária (...)".

Na linha do engajamento ao momento político-nacional, situa-se a contribuição do Prof. Gaspar D. Ochôa²⁹, diretor da Escola de Agronomia e Veterinária. Em seus artigos, Ochôa abordava a questão da educação rural, dos clubes agrícolas, da escola normal rural³⁰, contribuindo, significativamente, para a implantação da política estadonovista junto às zonas coloniais³¹. A REVISTA DO ENSINO, sensível à prioridade governamental conferida a esta política, cria a seção "Educação Rural: Prática Pedagógica e Agrícola", sob a sua responsabilidade, visando a possibilitar ao professor o contato com os "absorventes problemas da agricultura moderna" e de seu ensino.

Outra significativa contribuição para a dimensão

doutrinária da REVISTA DO ENSINO foi dada pelo Prof. Darcy Azambuja³², Professor Catedrático de Direito, através de artigos sobre sociologia da educação³³, sendo que parte deles organizou-se como "um verdadeiro curso sistematizado de sociologia". Para o Diretor de Redação esse "curso" era sobretudo interessante, por formar o espírito através da reflexão sobre o método das ciências sociais e sua natureza, orientando o leitor para o conhecimento dos problemas concretos da sociedade contemporânea. O conhecimento adquirido através dessa educação sociológica conduziria o professor a considerar, na sua prática educativa, a "necessidade da iniciativa na vida social e do despertar de interesses coletivos". Além desses artigos, o Prof. Azambuja assinou outros, voltados à exaltação do passado da sociedade brasileira, como o artigo "Nação e Civilização". Na apresentação que fez deste artigo, o Diretor de Redação destaca sua contribuição para o estudo da História e da Sociologia brasileira, mostrando ao leitor "as tendências das transformações políticas e sociais de um povo, aprimorando o seu sentimento cívico"³⁴.

Os professores da UPA também colaboravam com artigos didático-pedagógicos, de modo a orientar e assessorar as atividades docentes dos leitores da REVISTA DO ENSINO.

Nessa perspectiva, situa-se a contribuição do Prof. Elpídio Paes, professor da Faculdade de Direito, responsável pela secção "Questões Vernáculas"³⁵. O Prof. Leonardo Tochtrop, professor de Matemática, subsidia o professor com noções sobre o ensino da Aritmética³⁶. O Irmão Teodoro, padre lassalista e professor, tem expressiva participação, escrevendo diversos artigos versando sobre a Pedagogia Lassalista - princípios, objetivos e métodos³⁷. Outros professores da UPA - Armando Câmara, Raul Moreira, Francisco M. Carrion, Ary de Abreu Lima³⁸, Dante Laytano - também colaboraram na REVISTA DO ENSINO, produzindo artigos variados, reforçando com suas idéias a política de reconstrução nacional e de renovação educacional³⁹. Questões centrais nesta política eram objeto dos artigos: a defesa do espiritualismo, a ênfase nas tradições brasileiras, o ideal panamericano.

A participação dos professores da UPA dá-se também na Secção "Educação Sanitária", através de artigos relacionados à problemas de saúde pública, física e mental⁴⁰. A educação da saúde - considerada uma questão de "segurança da nacionalidade", e da formação homogênea da raça, é vista como uma atribuição escolar por estes articulistas.

Também a participação da SESP/RS teve muita importância na configuração do projeto editorial da REVISTA DO ENSINO. Ela se deu como colaboração técnico-pedagógica de professores e técnicos da Divisão Geral de Instrução Pública, como articulistas. Além disto, procurando emprestar um caráter oficial ao patrocínio da Secretaria, a REVISTA DO ENSINO também destina significativo espaço à divulgação de iniciativas governamentais no campo da remodelação e da nacionalização da escola. O Secretário de Educação, J. P. Coelho de Souza, tem expressiva participação no "corpus" da revista como articulista, enfocando questões relativas ao cultivo das tradições e valores nacionais e ao projeto de renovação educacional com ênfase especial ao papel do professor⁴¹.

A "colaboração" técnico-pedagógica da SESP/RS dá-se através da Divisão Geral de Instrução Pública, de sua Seção Técnica, que é responsável na REVISTA DO ENSINO pela Seção "Orientação Técnico-Pedagógica"⁴², onde são publicados os comunicados da Diretoria, enviados às Escolas, sobre questões pedagógicas e de conduta. Normatizando as atividades docentes e escolares a partir de sugestões de trabalho (realização de excursões escolares, organização de auditórios e festas escolares); da

regulamentação de atividades extra-classe (Clube de Leitura, Clube Agrícola Escolar); do estabelecimento de programas mínimos curriculares (Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Estudos Naturais, Moral e Civismo, Desenho e Artes Plásticas, Música); de critérios de avaliação; da prescrição de condutas escolares com os alunos (frequência e pontualidade, asseio corporal e uso do uniforme, cuidados com o mobiliário, a sala de aula, o prédio escolar e suas dependências, recreio escolar, organização das classes e campanha da Semana de Boas Maneiras). Esta secção procura traduzir e divulgar as medidas educacionais adotadas pelo Estado no programa de renovação educacional, visando à "formação religiosa, moral, social e cívica, ao mesmo passo que ao desenvolvimento mental, estético e físico".

Essa colaboração técnico-pedagógica da SESP/RS parece não ter ocorrido de forma sistemática e regular, como era esperado pela Direção da Revista. Uma das razões prováveis da interrupção da Revista, em setembro de 1941, parece ter sido a dificuldade de manutenção deste vínculo, conforme pode-se inferir das explicações dadas aos leitores sobre o atraso na edição do número de julho/agosto, do mesmo ano: "ao reiniciarmos a jornada, por instantes interrompidas, (...) teremos à colaboração regular da

Instrução Pública"⁴³. Parece, no entanto, que tal relação não se concretizou, visto que a Revista deixa de ser publicada a partir do mês seguinte, e somente inicia sua publicação em maio de 1942. Nesta ocasião, a REVISTA DO ENSINO dirige-se aos seus leitores informando ter traçado um programa de ação, com a Seção Técnica da Divisão Geral de Instrução Pública - "seria contando com a colaboração direta deste importante órgão de Instrução que a REVISTA DO ENSINO poderia oferecer a seus leitores mais variado ^{a a} messe de informações e comentários de interesse pedagógico"⁴⁴. A direção da REVISTA DO ENSINO considerava fundamental a orientação técnico-pedagógica da Diretoria Geral de Instrução Pública no objetivo de assessorar o professor no trato com o aluno e nas atividades docentes. A palavra dos órgãos técnicos da SESP/RS, coordenando, comentando e aconselhando atividades às Escolas era a espinha dorsal da REVISTA DO ENSINO, enquanto órgão de divulgação da política educacional do Estado.

A Professora Olga A. Geyer⁴⁵, Diretora da Divisão Geral de Instrução Pública, em carta de felicitação que escreveu à direção da REVISTA DO ENSINO, pelo transcurso do primeiro aniversário desta, destaca a estreita vinculação do periódico à política de Educação adotada pelo Estado.

Esta vinculação expressar-se-á no registro das "atividades culturais e educativas", na divulgação das "correntes do pensamento científico e filosófico que renovavam por toda a parte, as idéias de Educação", nas informações dadas "aos professores sobre as disposições legais". No seu entender, a REVISTA DO ENSINO refletiria "o espírito da atual política". O sucesso da REVISTA DO ENSINO, segundo a Diretora, residia nesta estreita vinculação e na abrangência e ênfase de suas temáticas: "Na nova fase histórica que vive a educação rio-grandense - de profundo sentido construtivo - não se justificaria a ausência de uma publicação periódica que bem refletisse o espírito da atual política de educação, tributária de uma profunda filosofia de vida; em que se recolhessem as experiências e iniciativas onde quer que elas surjam e frutifiquem; que registrasse as atividades educativas e culturais e as relações mais significativas, para levá-las a todos os recantos do Estado, aquecendo entusiasmos, suscitando ou retificando idéias ou atitudes, enrijando esforços e afirmando propósitos; que divulgasse, pela palavra cálida e nutrida de sugestões de seus colaboradores, as correntes do pensamento filosófico e científico, que renovaram por toda a parte as idéias de educação; que submetesse a uma análise serena e bem orientada as idéias e obras que, por serem

novas, têm franca acessibilidade aos espíritos desprevinidos; que troxesse, enfim, bem informados os nossos professores sobre as disposições legais que nos brindam a União e o Estado, com intuito de lhes amparar e orientar o trabalho e lhes assegurar os direitos, hoje, mais do que nunca, presentes e respeitados"⁴⁶.

A caracterização do projeto editorial da REVISTA DO ENSINO não estaria completa sem o registro da participação do professor primário da rede oficial (pública e privada), colaborando através de vários artigos, geralmente encomendados. Esta participação também se dá através da colaboração nas secções "Consultas" e "Nossas Realizações Escolares", especialmente criadas com a finalidade de divulgar experiências e orientar a atividade docente, abrindo canais diretos de relação com o professor. Assim, a secção "Nossas Realizações Escolares" procurava servir de estímulo ao trabalho renovador das técnicas de aprendizagem. A estratégia que a equipe da REVISTA DO ENSINO utiliza para obter esta participação consiste em visitas às escolas e em contatos diretos com os Diretores dos Grupos Escolares⁴⁸, incentivando contribuições, tais como: relato de atividades com crianças, planos de trabalho e os resultados obtidos, relatórios de estudo. A secção

"Consultas"⁴⁹ é criada com o objetivo de "solucionar pequenas dificuldades de ordem técnica que surgem ao professor primário e levar às escolas a uniformização da prática de certas questões comuns a determinados ambientes"⁵⁰. As "dificuldades técnicas" que se explicitam nas consultas feitas pelos professores eram classificadas pela REVISTA DO ENSINO em questões vernáculas⁵¹, administrativas⁵², pedagógicas⁵³ e consultório de Botânica⁵⁴. A configuração e abrangência da secção dependia do teor das consultas feitas pelos professores. Isto determinou que fossem, especialmente, contempladas as questões vernáculas, que foram tratadas em doze números da REVISTA DO ENSINO, enquanto as demais, juntas, em apenas cinco. Este destaque dado às questões vernáculas pode ser explicado por sua importância nas medidas de nacionalização do ensino, que prescreviam a obrigatoriedade do ensino em Língua Portuguesa, para professores que, em muitos casos, não dominavam o idioma nacional.

Buscando também ampliar a participação do seu leitor e estreitar seus vínculos de comunicação com ele, a REVISTA DO ENSINO organiza concursos, para alunos e professores: Charadas⁵⁵, Concurso de Botânica⁵⁶, Concurso de Redação⁵⁷. Tais atividades têm finalidades tanto pedagógicas como recreativas, pretendendo estimular a competição "sadia"

pela premiação. A REVISTA DO ENSINO também apóia a iniciativa cívica da Divisão Geral da Instrução Pública, publicando as instruções e os resultados de concursos, promovidos por esse órgão da Secretaria, destinado à comemoração do Dia Pan-Americano⁵⁸.

A significativa participação dos professores da rede e de articulistas provenientes da UPA e da SESP/RS, dá à REVISTA DO ENSINO o caráter de publicação regional, interessada na divulgação da política, do pensamento pedagógico e das realizações rio-grandenses no campo educacional. Mas havia também na Revista espaço para a participação de intelectuais de trânsito nacional⁵⁹ no campo da Educação, como D. Hélder Câmara, Lourenço Filho, Everardo Backheuser, Helena Antipoff, Celina Nina, F. Venâncio Filho⁶⁰. Além destes, não é possível subestimar o espaço reservado pelo periódico para a publicação de artigos traduzidos de revistas estrangeiras⁶¹, especialmente americanas, francesas, espanholas, argentinas⁶², que supera a de colaboradores nacionais. Eram artigos que versavam, principalmente, sobre questões pedagógicas, incidindo tanto sobre problemas doutrinários e teóricos como sobre questões mais vinculadas à prática docente na sala de aula. Com a divulgação deste tipo de

produção, a REVISTA DO ENSINO busca atualizar seu leitor, familiarizando-o com problemas e temas por ela veiculados.

Com o objetivo de colaborar para a "disseminação da cultura e do ensino", o projeto editorial da REVISTA DO ENSINO abrange quatro grandes secções: Política Educacional, Noticiário, Legislação Estadual e Federal, Saúde/Educação Sanitária.

A secção Política Educacional é composta por mais de 200 artigos, sobre temas muito diversificados, escritos por quase de 100 articulistas⁶³. Estes, em sua maioria, escreveram apenas um artigo⁶⁴, enquanto nove autores são responsáveis por 60 artigos, tendo presença marcante ao longo da Revista. Estes últimos pertencem em sua maioria, aos quadros da UPA; assinando artigos sobre Sociologia, Psicologia, Filosofia, Pedagogia, Didática, com ênfase no ensino das disciplinas escolares.

As sub-secções - Consultas, Nossas Realizações Escolares, Orientações Técnico-Pedagógicas, Contos Infantis, Subsídios para a História da Educação Brasileira - compõem também a Secção Política Educacional.

A sub-secção "Contos Infantis", sob a responsabilidade da Prof. Pepita Leão, da SESP/RS, publicava adaptações e/ou traduções de histórias infantis estrangeiras e contos nacionais, as quais pretendiam "subsidiar a ação educativa dos seus leitores". No primeiro artigo desta secção, a Prof. Pepita Leão destaca o papel didático do hábito de contar histórias, bem como os seus procedimentos metodológicos - "Recorri sempre aos contos para levar a criança a observar preceitos que não encontrariam eco algum nela, se fossem impostos; para chamar a atenção dispersa dos mais remissos; para obter a reconsideração de um ato mais vivo, e irrefletido, contra companheiros mais fracos; para, não raro, conseguir que um culpado tornasse atrás, sem que nenhum dos outros percebesse não me ser desconhecido o autor da falta. Serviam-me também, diariamente, no meio dos trabalhos da classe, para descansar o espírito das crianças, que voltavam depois às lições dispostas e satisfeitas". A maioria das estórias publicadas eram estrangeiras, adaptadas pela responsável da sub-secção⁶⁵. Através desta sub-secção, a REVISTA DO ENSINO pretendia contribuir com a representação do aluno, da família, comunidade e disseminar valores morais e sociais relevantes do seu ponto de vista à sociedade em "construção".

Com o objetivo de registrar datas e fatos significativos para a constituição de uma "história da educação brasileira", a REVISTA DO ENSINO criou a sub-seção "Subsídios para a História da Educação Brasileira", sob a responsabilidade da Prof. Élide de Freitas e Castro, correpondente do INEP que, mensalmente, registrava os acontecimentos ocorridos no Rio Grande do Sul, dia a dia. Esta sub-seção vinculava-se a um projeto maior, de âmbito nacional, sob coordenação do INEP, que pretendia organizar uma cronologia da História da Educação Brasileira, e publicá-la nos seus boletins. Esta sub-seção tem muito interesse do ponto de vista deste trabalho pelo tipo de acontecimento que seleciona e veicula como "digno". Foram privilegiados eventos relativos à política de nacionalização do ensino, tais como: a inauguração de prédios escolares, festividades cívicas, concertos musicais orfeônicos, cursos, homenagens a autoridades, fechamento de escolas. Esta "seleção" articulava-se como exaltação das atividades governamentais, na área educacional principalmente.

A sub-seção "Noticiário" não tem regularidade na Revista, confundindo-se, algumas vezes, com a coluna "Notas e Comentários". O objetivo é comunicar os eventos da

administração da SESP/RS e das escolas da rede pública. É a atualidade presente na REVISTA DO ENSINO. A ênfase desta sub-secção é similar à da sub-secção "Subsídios para a História da Educação Brasileira", na divulgação das iniciativas do Governo, notadamente das relativas à "campanha de nacionalização do ensino". Nesta perspectiva, situa-se a série de reportagens nas quais é exaltada a obra administrativa nas áreas de instrução pública, assistência social e saúde pública nos municípios gaúchos com grande contingente de imigrantes⁶⁶ - "Na visão fotográfica com que a REVISTA DO ENSINO vem procurando apresentar aos seus leitores o que as comunas rio-grandenses têm feito no setor, entre todos relevante, do ensino público, pode-se aquilatar como é vitorioso o princípio de que cabe à administração pública empregar-se a fundo para a solução desse transcendental problema, tão de perto ligado aos fatores da grandeza do país. Os intuitos nacionalistas e de estruturação da independência econômica da Nação seriam frustrados se não encontrassem, no sistema escolar, a ressonância e a ambiência que necessariamente reclamam. Não podemos deixar de reconhecer o esforço sincero, o espírito de colaboração dedicada com que os municípios do Rio Grande do Sul têm, sob o atual regime, procurado corresponder aos propósitos da União e do Estado

de ampliação da rede escolar, de melhoria das condições do ensino e de fiscalização das normas que prescrevem a nacionalização do ensino"⁶⁷. Com essa iniciativa a **REVISTA DO ENSINO** estaria "educando as gerações brasileiras", eliminando "o complexo de inferioridade que entorpece o brasileiro em relação ao imigrante (...) dar à estrutura do aparelhamento educacional recursos capazes de evitar futuras desagregações e eliminar, pela ação eficiente e objetiva, o complexo de inferioridade que entorpece o nacional em face ao imigrante de além mar - eis o que está sendo resolvido pela política construtiva do nosso governo. Da ação combinada dos poderes públicos e dos particulares, da sincronia de esforços orientados pelos supremos interesses coletivos, é justo esperar a consolidação e a afirmação das nossas características distintivas de povo livre e realizador, das novas prerrogativas e ideais de cultura"⁶⁸.

A secção "**Legislação Estadual e Federal**" está sempre presente na **REVISTA DO ENSINO**, compreendendo transcrições de Decretos, Portarias, Leis, bem como atos administrativos, relativos à área educacional. Ocupava um número significativo de páginas - de uma a vinte e nove - considerando-se que cada número da **REVISTA DO ENSINO** tinha, em média, sessenta e oito páginas dedicadas à Educação⁶⁹.

Pretendia transcrever "as normas legais interessantes ao ensino, observação e conclusões de inquéritos de interesse do professor e importantes para o exercício de sua função". Nesta perspectiva, são publicados documentos cuja variedade se unificava politicamente: decretos referentes a programas mínimos a serem adotados nas escolas; regulamentação da carreira do magistério; regimento interno das escolas primárias; decreto-lei de organização da juventude brasileira, de proteção à maternidade, à infância e à adolescência; criação da Escola Complementar.

A sub-seção "Educação Sanitária" está presente na REVISTA DO ENSINO a partir do número 10, quando é estabelecida uma divisão da Revista em duas partes, uma dedicada à Educação, e outra, à Saúde, sob a responsabilidade do Departamento Estadual de Saúde Pública⁷⁰. Os primeiros números da REVISTA DO ENSINO também apresentavam artigos sobre o tema, sem constituírem uma seção especial⁷¹.

Na apresentação da nova seção, o Diretor de Redação - Prof. Pery P. Diniz - afirma que "a mesma obedece à necessidade de atender ao importante setor da Educação Sanitária". A seção Saúde ocupa em média, trinta páginas da REVISTA DO ENSINO, nos treze números em que esteve

presente⁷². Na secção foram publicados, ao todo, oitenta e oito artigos com colaboração de mais de trinta médicos⁷³. O Secretário de Redação, Dr. Leônidas S. Machado, é responsável por grande número de artigos (onze), bem como o Dr. Bonifácio Castro, Diretor do Departamento Estadual de Saúde, que assina os Editoriais, em número de nove. Estes editoriais tratam de temas diversificados: puericultura, tuberculose, sífilis, mortalidade infantil, alcoolismo, alimentação, refeitório escolar, saneamento. Estes temas eram tratados informativamente e os articulistas se dirigiam a um destinatário representado no feminino: era a virtual leitora da REVISTA DO ENSINO, que, como mãe e professora, ampliaria o universo destas informações para a clientela escolar e para a família.

A maioria dos seus articulistas era formado por médicos vinculados à UPA e ao Departamento Estadual de Saúde da SESP/RS, que pretendiam disseminar os princípios de higiene nas Escolas do Estado: "inculcando modos de pensar e de agir entre as novas gerações, mais adequadas à defesa e conservação da saúde". Assim, os artigos sobre alimentação, higiene, doenças e hábitos de conduta, mobilizavam a professora à educação sanitária, qualificando-a para desenvolver atividades de moralização de condutas, diagnósticos preliminares de sintomas de doenças, tomada de

medidas preventivas, ensino de hábitos de higiene e de alimentação saudáveis, preenchimento de fichas médicas escolares com dados da atividade escolar do aluno. A melhoria da raça brasileira era considerada uma atribuição escolar, cabendo à Escola formar o homem "novo" para o Estado Novo.

A REVISTA DO ENSINO também dedicou-se em divulgar as iniciativas institucionais adotadas pela administração estadual, no campo da saúde pública, com ênfase nas relativas a população escolar. Iniciativas como o serviço de Merenda Escolar eram divulgados como dispositivos do programa de nacionalização do ensino⁷⁴. Assim, a educação higiênica e alimentar é considerada uma "patriótica política econômica e racial", esforço de "valorização nacional pela educação", "certeza de que as gerações novas saberão realizar a grandeza da pátria"⁷⁵.

Documentos provenientes do Departamento Nacional de Saúde são também publicados pela REVISTA DO ENSINO, na secção de "Educação Sanitária". A política nacional de "proteção à infância", que visava o fortalecimento da raça através da proteção e assistência à infância brasileira, recebe um destaque especial, principalmente, a "Associação de Proteção à Infância e à Maternidade".

A vida institucional da REVISTA DO ENSINO foi marcada por diversas alterações⁷⁶ e descontinuidades⁷⁷, encerrando sua publicação em agosto de 1942⁷⁸. O ano de 1941 já evidencia dificuldades: acoplamento de números e a interrupção, no mês de setembro, decorrente da dificuldade de contar com a colaboração da Diretoria Geral de Instrução Pública, conforme anúncio da Direção da REVISTA DO ENSINO aos seus leitores - "Por motivos vários não foi possível, até agora, coordenar a nossa Revista ao fecundo e inteligente labor dos órgãos técnicos da Secretaria de Educação"⁷⁹. Após breve interrupção, a REVISTA DO ENSINO volta a circular, em maio de 1942. O Editorial do número 25, assim se expressa sobre o recomeço - "Passado o período de férias, no reinício das atividades deste periódico educacional, é com decisão que abrimos as páginas da REVISTA DO ENSINO. É que, em meio à jornada, erizada de dificuldades e imprevistos, que só em acompanhar iniciativas de finalidade cultural como esta, para alentarnos com o calor do seu entusiasmo e o prestígio de sua personalidade de escol, encontramos um companheiro amigo e cavalheiro, cujo ideal de educacionista converge para um ponto comum à nossa ação - a servir à causa da educação nacional"⁸⁰.

Um novo Diretor de Redação - Prof. Dr. Gaspar D. Ochôa

- parece ter representado um reforço de peso para a equipe da Revista, bem como uma estratégia para sua sobrevivência. Dificuldades de ordem econômica também parecem ter contribuído para a interrupção na publicação da REVISTA DO ENSINO⁸¹. No número 26, de junho de 1942, a Direção "roga" aos assinantes para renovarem suas assinaturas: "se reconhecem e apreciam o trabalho apresentado e desejam vê-lo prosperar ainda, não lhes neguem a sua cooperação precisa. Hoje, mais do que nunca, necessitamos o valioso concurso de todos. (...) A REVISTA DO ENSINO, a única publicação do gênero no Estado, é mantida com enorme esforço há dois anos". Entretanto parece que outros fatores contribuíram para a interrupção da REVISTA DO ENSINO: a dificuldade de contar com a colaboração da Diretoria Geral de Instrução Pública, dando sustentação teórico-metodológica à Revista; o estremecimento das relações entre o titular da SESP/RS e o Diretor de Redação da REVISTA DO ENSINO que, afetando o patrocínio oficial, levaram, em agosto de 1942, a publicação do último número da REVISTA DO ENSINO.

A REVISTA DO ENSINO constituiu-se como uma tribuna de diferentes especialistas, que expressaram suas idéias e pensamentos, refletindo o movimento de idéias em nível regional e nacional. Ao mesmo tempo pretendeu ser um

veículo de divulgação da política educacional, procurando mobilizar e integrar o professor no projeto de reconstrução nacional e renovação educacional, pela normatização e homogeneização de determinados princípios e práticas escolares.

*Mas quem tem controle
da escola? (este) qual
aparece por dentro?*

NOTAS

1. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(13):8.

2. O "JORNAL DO ESTADO", de 12 de setembro de 1939, publica uma nota sobre a criação da REVISTA DO ENSINO, dando divulgação ao evento com a seguinte notícia: REVISTA DO ENSINO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - ÉSTE IMPORTANTE ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO É PATROCINADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Está em circulação, desde sábado (09.09.1939), um novo órgão de divulgação, destinado especialmente ao magistério estadual, sendo o mesmo patrocinado pela Secretaria de Educação e Saúde Pública. Do sumário consta: o discurso pronunciado pelo Dr. Coelho de Souza, Secretário da Educação, no G.E. Duque de Caxias; "A Faculdade de Filosofia e o ensino secundário" pelo Prof. Ary de Abreu Lima, Reitor da Universidade; "Sentido da Educação Rural", pelo Prof. G. D. Ochoa, diretor da Escola de Agronomia; "O cinema a serviço da Educação", pela Profa. Maria Cibevia, do Instituto de Educação, além de outras valiosas colaborações de professores das nossas escolas. Além dessa parte, a REVISTA DO ENSINO reúne os dispositivos mais importantes da legislação do ensino e uma seção de noticiário útil à classe magisterial. A REVISTA DO ENSINO mantém, igualmente, uma seção de consultas, para responder aos questionários de professores sobre questões de ensino. O novo periódico é de cuidadosa apresentação. São diretores de redação o Dr. Pery P. Diniz e Armando Pereira e Diretor-gerente o Sr. Artur F. Carneiro. Dadas as indicações acima, pode-se assegurar o êxito que essa publicação terá, não só entre o magistério rio-grandense, como entre o público leitor". (REVISTA DO ENSINO. Jornal do Estado. Porto Alegre. 12 de setembro de 1939. p. 8).

3. A vinculação da REVISTA DO ENSINO ao Estado, como seu órgão de divulgação em nível institucional, não foi passível de reconstituição pela ausência total de arquivos e documentos sobre a sua existência, além das próprias revistas.

4. Sobre os ciclos da REVISTA DO ENSINO, ver apêndice "As primaveras da REVISTA DO ENSINO".

5. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(1):7-8, set. 1939.

6. "O professor primário, artífice ímpar do bem, plasma os primeiros acordes dos desajustados e lapida os espíritos peregrinos". "O professor primário é o centurião das gerações que ainda não atingiram a perfeição (...) formar o espírito do educador primário". (EDITORIAL - Saúde. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(10):155. junho 1940).

7. A REVISTA DO ENSINO também apresentava, em menor número, artigos voltados a outros níveis de ensino, como: jardim de infância, secundário, superior, educação de excepcionais.

Níveis de Ensino	Quantidade de Artigos
Jardim de Infância	04
Ensino Secundário	12
Ensino Superior	04
Educação de Excepcionais	03

8. O grupo responsável pela REVISTA DO ENSINO era formado pelo Prof. Pery Pinto Diniz, Dr. Armando T. Pereira (de set. de 1939 a fev. de 1940) e Dr. Gaspar D. Ochôa (de maio a agosto de 1942) - Diretores de Redação, professores da Universidade de Porto Alegre. A Professora Nair Engelsdorf - secretária de Redação, professora estadual, responsável pelo "elo de ligação" entre a Revista e a Secretaria de Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul. Em junho de 1940, a Secretária de Redação era sub-dividida em Educação e Saúde, assumindo esta última o Dr. Leônidas Soares Machado, até junho de 1941, quando o Departamento de Saúde deixa de estar ligado à Secretaria de Educação. Em Setembro de 1940, a Professora Anita P. Wellausen substitui a Professora Nair Engelsdorf como Secretária de Redação até agosto de 1942, quando a Revista deixa de ser publicada.

9. "Pery Pinto Diniz nasceu a 31 de outubro de 1909, na cidade de Dom Pedrito, no Rio Grande do Sul. Completou o curso secundário em dezembro de 1926, no Ginásio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. Diplomou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito, da Universidade de Porto Alegre, tendo recebido o respectivo grau acadêmico a 7 de setembro de 1931. Exerceu a função de Secretário da Faculdade de Direito/UPA no período de 1929 a 31 de março de 1936, quando foi nomeado Secretário Geral da Universidade de Porto Alegre. Ingressou no magistério superior, como suplente de Direito Comercial da Escola de Comércio, em 1933. Com a reforma do ensino de Ciências Econômicas (1945), passou a lecionar a cadeira de Instituição de Direito Privado, da qual foi Professor Catedrático. Foi Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas (1952-1964); Vice-Reitor da Universidade (1952-1964). Exerceu a docência na Faculdade de Filosofia e Ciências Políticas e Econômicas da PUC/RS. Fundou e dirigiu a Revista do Ensino do Estado do Rio Grande do Sul. (ANUÁRIO-UFRGS. Departamento de Educação e Ensino, Porto Alegre, 1955, p. 72). Ver a nota 28, deste capítulo.

10. DINIZ, Pery P. Entrevista. Porto Alegre, 30 de junho de 1989.

11. O preço da capa da Revista era 2\$200; a partir do nº 23/24 de julho de 1942, a venda avulsa passa para 3\$500. Os números atrasados também podiam ser adquiridos, mas custavam 3\$500 e 4\$000, respectivamente. As assinaturas eram anuais, para 12 números. Pagas adiantadamente, começavam no mês em que eram tomadas e custavam:

Brasil	24\$000
Sob registro	24\$000
Para outros países	35\$000
Sob registro	45\$000

A REVISTA DO ENSINO também vendia os volumes encadernados, com lombada e cantoneiras de couro. Cada volume compreendia 3 números e custava 20\$000. Em várias revistas é noticiado o esgotamento de diferentes números. "As edições dos números 1, 3, 5, 6, 7 acham-se completamente esgotadas, as assinaturas novas só poderão ser tomadas a contar do oitavo número".

12. Em entrevista realizada com o Diretor de Redação da REVISTA DO ENSINO, Prof. Pery P. Diniz, o mesmo não soube informar quem imprimia a Revista e o número de exemplares. Informou que o arquivo da REVISTA DO ENSINO ficava com o Diretor-gerente, Artur F. Carneiro, já falecido. Não foi possível localizar seus herdeiros, para verificar o destino do arquivo e da documentação da REVISTA DO ENSINO.

13. LEIA E DIVULGUE A REVISTA DO ENSINO - Cooperando para uma maior difusão da primeira e única revista do gênero no Rio Grande do Sul. São nossas representantes, em todo o interior do Estado, as Sras. Professoras Diretoras dos Grupos Escolares Estaduais.

14. "A Revista do Ensino veio preencher a grande e sentida lacuna que tínhamos. Estou convencida e asseguro mesmo, que ela triunfará e terá todo o apoio de que é merecedora da parte do professorado rio-grandense. Como representante da REVISTA DO ENSINO envidarei esforços para a sua vida, prosperidade e maior difusão, especialmente entre os professores". (Professora Diretora de Escola. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 2(6): 112, fev. 1940).

"Congratulo-me com as minhas colegas de classe pela ótima aquisição que terão oportunidade de fazer, assinando este órgão educativo de tão altas finalidades. Poderão estar certas de que, com imenso prazer, tudo farei para bem representá-la junto as professoras deste Grupo Escolar". (Professora Diretora de Escola, p. 121). "Este município, que tem diligenciado em elevar o nível cultural do professorado, não poderá prescindir de tão útil e necessária revista. Resolvi tomar tantas assinaturas, quantas aulas existem subvencionadas pela Município, para distribuição entre as mesmas". (Prefeito Municipal. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 2(6):124, fev. 1940). "...Cumpro o agradável dever de felicitar-vos por tão inteligente iniciativa que vem preencher uma grande lacuna no ambiente educacional de nosso Estado. Como era de se esperar, a REVISTA DO ENSINO encontrou franco apoio e entusiasmo por parte do corpo docente deste estabelecimento de ensino, inscrevendo-se, desde logo, alguns de seus membros como assinantes, prometendo os outros, fazê-lo dentro em breve". (Professora Diretora de Escola. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 2(6):124, fev. 1940). "...Aproveito a oportunidade para dizer-lhes o quanto estamos contentes com a REVISTA DO ENSINO. Ela já se impôs no nosso meio escolar, pois vemos com satisfação que se tornou em realidade a nossa velha aspiração de possuir um órgão que acompanhasse a marcha evolutiva do ensino com seus métodos, programas, leis, enfim, que fosse a vida do magistério". (Professora Diretora de Escola. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):7, maio 1940). É publicado, na íntegra, um telegrama do Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação, Abgar Renault, o qual agradece a remessa das revistas e destaca "a variedade e o valor das colaborações que se encontram em suas páginas, e que merecem a minha melhor atenção, são atestado seguro do alto nível a que atingiram, no Rio Grande do Sul, os estudos especiais sobre os problemas da educação". (REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 3(9):15, maio 1940).

15. A receita da REVISTA DO ENSINO provinha, também de espaços de publicidade. A publicidade aparece desde o primeiro número da Revista, e sua presença cresce ao longo dos seus 27 números. As contracapas são sempre utilizadas para publicidade. No corpo da Revista os anúncios são freqüentes, compreendendo pequenos quadros distribuídos ao final dos textos/artigos. Os anúncios são variados, desde os ligados à área de ensino até os da vida em geral. Livrarias, cursos, colégios fazem sua propaganda em espaços da Revista, bem como bancos, farmácias, óticas, lojas, advogados, médicos, escritórios de contabilidade, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, e tantos outros.

16. Na primeira página da REVISTA DO ENSINO, onde era publicado o sistema de vendas e permuta, contava também a referência ao esgotamento de diversos números e a indicação da reedição de alguns números devido à grande procura dos mesmos.

17. A REVISTA DO ENSINO promoveu concursos como: "Charadismo como fator educativo", "Concurso de Botânica", concurso de redação sobre "Seguro de Vida". Ver as notas 55, 56, 57, deste capítulo.

18. De fevereiro de 1940 até agosto de 1942, a REVISTA DO ENSINO é uma publicação da Editora Educacional Ltda. No número 14, out. de 1940, é feita a referência de que a REVISTA DO ENSINO do Estado do Rio Grande do Sul "acha-se devidamente registrada de acordo com o art. 5º, nº 1, do Decreto Federal nº 24.776 de 14 de julho de 1934, sob o nº 96 do Cartório do Registro Especial de Porto Alegre e na Divisão de Imprensa do Departamento Nacional de Imprensa e Propaganda.

19. O "Serviço de Administração e Procuradoria" realizava as seguintes atividades:

- matrícula de alunos em estabelecimentos de ensino da Capital ou do Rio de Janeiro ou transferências dos mesmos;
- localização de alunos do interior e assistência aos mesmos;
- pareceres e informações sobre a legislação do ensino em todos os graus e da jurisprudência respectiva;
- extração de degundas vias de certificados de exames;
- pagamento de quotas de fiscalização na Tesouraria do Ministério de Educação e Saúde;
- recebimento de vencimentos de inspetores de ensino, diárias, e quaisquer trabalhos no Departamento Nacional de Educação;
- registros de diplomas;

(REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 2(8):30, abril 1940).

20. O serviço contava com um representante no Distrito Federal, atendendo tanto instituições como professores. Numa publicidade desse serviço é feito um chamamento aos Senhores Diretores de Escolas "antes de pedir a inspeção permanente de seu estabelecimento de ensino, consulta o Departamento da REVISTA DO ENSINO".
21. A Editora Educacional gerencia a edição de dois números da revista ESTUDOS, órgão da Associação dos Professores Católicos do Rio Grande do Sul, em 1940. A vinculação inicial de "Estudos" com a Editora Educacional Ltda., responsável pela REVISTA DO ENSINO, trará algumas características comuns: a apresentação visual, a organização do índice e a distribuição da propaganda são muito semelhantes em ambos os periódicos. Os primeiros números de "Estudos" trazem essa identificação muito forte. Após o primeiro ano de edição, a Revista muda sua organização interna e visual, assumindo outra apresentação. "Estudos", publica um aviso alertando sobre a mudança de propriedade da Revista. "Prevenimos aos leitores que, pelo fato da propriedade desta revista haver passado da Editora Educacional Ltda. à Associação de Professores Católicos, toda a correspondência, bem como ordens de pagamento, deverão ser dirigidas à atual gerência Rua Marechal Floriano, 72. Outrossim, por esse motivo, não haverá redução de preço para os que assinam a REVISTA DO ENSINO, conforme se fizera até aqui". (ESTUDOS, Porto Alegre, 2 ago/set. 1940). Aos assinantes era dado um desconto de 20% para a assinatura de ESTUDOS. Sobre a Revista ESTUDOS, ver nota 41, Capítulo 1. A Editora Educacional edita o livro didático "Novos Jogos Infantis", do Prof. Hugo Muxfeldt, professor catedrático de Educação Física, conforme anúncio veiculado em vários números da REVISTA DO ENSINO.
22. A REVISTA DO ENSINO também veiculava anúncios de órgãos e serviços da administração estadual, cooperava em campanhas (Recenseamento - 1940). Presença significativa de anúncios na Revista será do Instituto de Previdência do Estado (IPE/RS), que financiava o projeto da revista. Em troca desse apoio financeiro, a REVISTA DO ENSINO veiculou o tema "Seguro", em vários artigos que pretendiam dar um "caráter pedagógico" à publicidade, aproveitando o Seguro como motivação para os trabalhos escolares.
23. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(1):7, set. 1939.
24. Relatório de maio de 1943 ao Sr. Cordeiro de Farias, publicado pelo INEP em 1945, no Boletim nº 28. O artigo "A educação no Rio Grande do Sul" publicado in: PRADO, A. Rio Grande do Sul: terra e povo. 1964.
25. DINIZ, Pery et alii. A revolução de 1930 e a criação da Universidade de Porto Alegre. In: Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre, out. 1980.
26. DINIZ, P. Entrevista. Porto Alegre, 30 de junho de 1989.
27. Os Editoriais envolviam temas diversos e da atualidade, como: Educação Nacional, Educação Rural, A Proteção à Infância, Dia Pan-americano, Realizações da Administração Estadual de Educação, Cruzada pela Educação Nacional, A criança, Aniversário da Revista, Datas Históricas/Dia do Professor, Educação da Juventude, Festividades Escolares, Enchente de 1941, Escolas Experimentais, Acidente do Presidente Getúlio Vargas, Destaques a professores falecidos.
28. Para o Prof. Álvaro Magalhães, o "Prof. Pery P. Diniz, com vinculação profissional à UPA e à SESP/RS, representante da elite intelectual rio-grandense, tendo significativa atuação na vida institucional da UPA, tanto política quanto acadêmica, tendo participado, ativamente, de sua constituição em 1934 e da criação da Faculdade de Filosofia, em 1942. Quero ainda me referir ao antigo Vice-Reitor e Secretário-Geral da Universidade, o Prof. Pery Pinto Diniz, que se caracterizou como um inovador e promotor entusiasta de grandes iniciativas universitárias. Soube cultivar, de forma exemplar, o conhecimento da legislação do ensino e da administração pedagógica da Universidade. Posso dar meu testemunho pessoal do seu acendrado amor à causa da Universidade procurando assimilar e pôr em execução os grandes princípios do sistema de ensino vigente no país, contribuindo no assessoramento inteligente aos Reitores da Universidade, para que o Rio Grande se inscrisse na Corrente dos Pioneiros da Escola Nova. Diuturnamente, esteve o Professor empenhado naquele

mister, sem conhecer a fadiga, enfrentando percalços e atuando na solução de crises por que passou a instituição. E outrossim, de forma desinteressada, mobilizando, sob sua liderança simpática e afetuosa, seus colegas para aquelas missões pedagógicas que se constituíram em elos de autêntico apostolado cívico-educacional" (MAGALHÃES, Álvaro. Novas perspectivas educacionais (depoente). In: Simpósio sobre a Revolução de 30, op. cit., p. 605).

29. Gaspar Dilermando Ochôa. 22.09.1892 - 22.06.1960. Natural de Santiago. Em 1916 concluiu o curso de Agronomia e Veterinária da Universidade Técnica de Porto Alegre. Em 1921, fez um curso de especialização em Agrogeologia na Universidade de Illinois e, em 1933, formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Em 1936, foi designado membro do Conselho Executivo Florestal Estadual. Exerceu o magistério de nível médio no Colégio Júlio de Castilhos e no Curso de Técnicas Rurais do Instituto Técnico do Rio Grande do Sul. Foi também presidente da Sociedade Rio-grandense de Educação, Diretor da Estação Zootécnica de Bagé, diretor do Instituto Experimental de Agricultura em Viamão, membro do Conselho Consultivo do Colégio Universitário, reitor interino da Faculdade de Porto Alegre, professor catedrático e diretor da Escola de Agronomia e Veterinária da UFRGS, colaborador assíduo de revistas técnicas e jornais diários sobre temas educacionais e rurais. Ingressou na Faculdade de Geologia e Paleontologia à data de sua fundação, exerceu a direção da Faculdade de 17.01.49 a 04.09.50. (CORREIO. CRPE/RS. INEP/MEC. Porto Alegre, jul-ago-set. 1968. Ano IX, n. 61, p. 29).

30. OCHÔA, Gaspar D. O sentido da Educação rural. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 1(1):18-20, SET. 1939.

_____. Organização para escolares: Clubes Agrícolas. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 1(3):175-76, nov. 1939.

_____. Uma organização para escolar de valor educativo: A liga dos amigos da natureza. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 2(5):31-32, jan. 1940.

_____. Ensino da Horticultura na Escola Rural. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 3(9):27-28, mai. 1940.

_____. Prática Pedagógica: comentários sobre tração mecânica e tração animal. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 3(11):221-222, jul. 1940.

_____. Prática Agrícola - Pontos de referência para os principiantes. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 3(12):326-27, ago. 1940.

_____. O exercício de Laboratório como fator educativo. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 4(13):59-61, set. 1940.

_____. Prática Pedagógica e Agrícola: métodos de horticultura para conseguir variedades novas de hortaliças e flores. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 4(16):358-61, dez. 1940.

_____. Primeira Escola Rural. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 5(20-21):312-14, abr./mai. 1941.

_____. Primeira Escola Normal Rural. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 6(22):7-9, jun. 1941.

_____. Colônia de Férias. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 6(25):6-8, mai. 1942.

31. O Prof. G. D. Ochôa foi uma personalidade ativa na implantação da política de ensino rural, através da criação da Primeira Escola Normal Rural e da realização do Curso de Especialização de Supervisores da Educação Rural.

32. Darcy P. de Azambuja. Nasceu em Encruzilhada, Rio Grande do Sul, a 26 de agosto de 1903. Catedrático da Faculdade de Direito da UFRGS, (...) exerceu vários cargos públicos, entre os quais as de Promotor Público, Inspetor do Ensino Normal, Procurador Geral do Estado, Secretário do Interior e Justiça. Lecionou a cadeira de Política, nos cursos de Ciências Sociais e Jornalismo da Faculdade de Filosofia da e na Faculdade de Direito da UFRGS e na PUC/RS. (PRADO, A. et. alii. RGS. Terra e Povo. Porto Alegre, Globo, 1964). TRINDADE, em nota de seu artigo "Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS" destaca que, à primeira vista, parece surpreendente que Darcy Azambuja vincula-se à geração católica, levando em conta sua formação no Colégio Militar e sua atuação política. Porém, naquele momento, por amizade a Armando Câmara, ele está bem cotado com os católicos. Prova disto é o seu artigo sobre "O Brasil e a Companhia de Jesus" e "Naturalismo e o Direito", esse último publicado na Revista "Estudos" de 1940, p. 52.

33. AZAMBUJA, Darcy. Sociologia e Educação. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 1(2):98, out. 1939.
- _____. A formação histórica da idéia republicana no Brasil. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 1(3):158-61, nov. 1939.
- _____. Sociologia - A interpretação dos fenômenos sociais. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre 2(5):20-25, jan. 1940. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 2(6):91-94, fev. 1940. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 2(7):168-71, mar. 1940.
- _____. O dever da América. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 2(8):248-49, abr. 1940.
- _____. Sociologia: Fatores externos - o meio físico. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 3(9): mai. 1940.
- _____. Sociologia: tipos sociais. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 3(10):91-92, jul. 1940.
- _____. Nação e Civilização. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 4(13):8-16, set. 1940.
- _____. Sociologia: fatores sociais coletivos - A imitação. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 5(20/21):204-05, abr./mai. 1941.
- _____. Curso de Sociologia: fatores sociais - A Raça. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 6(23):91-96, jul./ago. 1941.
34. "A REVISTA DO ENSINO, como instituição de finalidades educativas, sentindo as vibrações cívicas do momento histórico que vivemos, integra-se ao sentimento da comunidade nacional que se exaltou com as significativas comemorações da "Semana da Pátria", no mês fluente, sob a inspiração da passagem de mais um aniversário da Independência do Brasil. É nestes instantes que os bons patriotas que amam e trabalham sinceramente pelo desenvolvimento do País, detêm-se na reverência dos grandes vultos do passado, encarando a história não como narração descritiva descolorida e rígida dos fatos, mas como herança coletiva de um povo, como sociologia de seu passado, destacando as tendências das suas transformações políticas e sociais. O sentimento civil, o civismo, tem um fundo moral em que se reúnem anseios de espíritos e ritmos de corações. Renan o definiu como têmpera uniforme para o esforço e homogênea disposição para o sacrifício. É conjunção de sonhos comuns para se empreenderem grandes causas e firme resolução no sentido de realizá-las. É convergência na aspiração da justiça, no dever do trabalho, na instensidade da esperança, no pudor da humilhação, no desejo da glória". (AZAMBUJA, Darcy. Nação e Civilização. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 4(13):8, set. 1940).
35. O professor Elpídio Paes, além da contribuição em quatorze números da Revista, respondendo questões lingüísticas, assina também o artigo - Direito da criança à instrução: "Assim vai o Estado, entre nós, pausadamente mas honestamente, procurando cumprir o seu dever para com o indivíduo, a fim de que este cumpra também, fielmente, os seus deveres para com a sociedade. Pois somente quem dá o que deve tem o direito de exigir o que lhe é devido..." (REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 2(5):13-19, jan. 1940).
36. TOCHTROP, Leonardo. Iniciação Aritmética, REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 2(8):259-263, abr. 1940.
- _____. Iniciação Aritmética II. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 3(9):22-26, mai. 1940.
- _____. Iniciação Aritmética. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 3(11):205-209, jul. 1940.
- _____. Iniciação Aritmética IV. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 4(14):40-44, set. 1940.
- _____. A Fração Ordinária I. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 4 (14):140-42, out. 1940.
- _____. A Fração Ordinária II. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 4(15):251-52, nov. 1940.
- _____. A Fração Ordinária III (conclusão). REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 4(16):353-57, dez. 1940.
- _____. A Aritmética no Curso de Admissão. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 5(17-18):23-29, jan./fev. 1941.
- _____. A Aritmética no Curso de Admissão II. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 5(19):146-53, mar. 1941.
- _____. A Aritmética no Curso de Admissão (conclusão). REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 5(20-21):226-29, abr./mai. 1941.
- _____. A Cosmografia ao alcance do aluno do curso de Admissão. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 5(20-21):230-34, abr./mai. 1941.
- _____. A Aritmética no Curso de Admissão IV. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 6(22):27-34, jun. 1941.

37. IRMÃO TEODORO. Pedagogia Lassaliana. *REVISTA DO ENSINO*, Porto Alegre, 1(1):30-32, set. 1939.
_____. Pedagogia Lassaliana, Parte II. *REVISTA DO ENSINO*, Porto Alegre, 1(2):99-100, out. 1939.
_____. Pedagogia Lassaliana, III Parte. *REVISTA DO ENSINO*, Porto Alegre, 1(3):182-84, nov. 1939.
_____. Pedagogia Lassaliana. Um pouco de crítica. *REVISTA DO ENSINO*, Porto Alegre, 1(4):250-53, dez. 1939.
_____. Para estabelecer as bases de uma geoantropologia Rio-grandense aplicada à Educação. *REVISTA DO ENSINO*, Porto Alegre, 2(5):26-30, jan. 1940. *REVISTA DO ENSINO*, 2(6):95-98, fev. 1940.
_____. Pedagogia Lassaliana. A orientação profissional e o ensino técnico-profissional. *REVISTA DO ENSINO*, Porto Alegre, 2(6):107-09, fev. 1940.
_____. Pedagogia Lassaliana. O ensino da Trigonometria na Escola Primária. *REVISTA DO ENSINO*, Porto Alegre, 3(10):97-99, jun. 1940.
_____. Flora do Rio Grande do Sul. *REVISTA DO ENSINO*, Porto Alegre, 3(12):321-25, ago. 1940.
_____. Consultório de Botânica. *REVISTA DO ENSINO*, Porto Alegre, 4(14):171-73, out. 1940.
_____. Consultório de Botânica. *REVISTA DO ENSINO*, Porto Alegre, 4(16):370-71, out. 1940.
38. Armando Câmara, Elpidio Paes, Raul Moreira, Francisco M. Carrion, Darcy Azambuja e Ary de Abreu Lima (reitor) pertencem ao grupo "Geração Católica", que significativa participação cultural e política teve nessa época, centradamente na constituição da Faculdade de Filosofia e futuramente, viria a ter importante participação no quadro docente da Faculdade.
39. CÂMARA, Armando. Filosofia Espiritualista e a Psicologia Experimental. *REVISTA DO ENSINO*, Porto Alegre, 1(2):94-97, out. 1940.
_____. A Filosofia Espiritualista e a Psicologia Experimental. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 1(3):169-74, nov. 1939.
_____. A Eucaristia e a necessidade da hora presente. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 2(8):264-70, abr. 1940.
- MOREIRA, Raul. Higiene Mental da criança. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 1(1):26-27, set. 1939.
CARRION, Francisco M. O ensino de História. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 1(1):28, set. 1939.
_____. Uma aula de História no Curso Secundário. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 4(13):62, set. 1940.
LIMA, Ary de Abreu. A Faculdade de Filosofia e o ensino secundário. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 1(1):16-17, set. 1939.
- LAYTANO, Dante. O português de Açores na consolidação do domínio lusitano no extremo Sul do Brasil. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 4(15):248-50, nov. 1940. *REVISTA DO ENSINO*, Porto Alegre, 4(16):333-35, dez. 1940.
REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(17-18):7-11, jan./fev. 1941.
- GUIDO, Angelo. Sentido e Expressão do Desenho Infantil. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 7(27):151-56, ago. 1942.
_____. O Destino da América. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 2(8):250-54, abr. 1940.
- SCHULZ, Alarick. O Ensino de Botânica. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 2(7):186-90, mar. 1940.
_____. O Gabinete de História do Colégio Universitário de Porto Alegre. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 3(10):137-140, jun. 1940.
- CORONA, Fernando. O desenho no ensino. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 2(8):282-85, abr. 1940.
- SPALDING, Walter. Município de Porto Alegre. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 4(13):29-31, set. 1940. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 4(14):143-46, out. 1940.
- PADRE RAMBO, S. J. Finalidades das ciências naturais nos ginásios. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 1(3):178-81, nov. 1939.
_____. O Ensino de História Natural. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 3(11):203-4, jul. 1940.
40. Dr. Leônidas Soares Machado, Dr. Maya Failace, Dr. Jacinto Godoy, Dr. Luiz Ciulla, Dr. Raul Moreira, Dr. Décio Martins Costa foram alguns dos articulistas da seção "Educação Sanitária" que estavam vinculados à UPA.

41. SOUZA, J. P. C. de. Homenagem ao Duque de Caxias. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(1):9-15, set. 1939.
_____. Oração ao Mestre. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):8-12, maio 1940.
_____. Importante circular assinada pelo Secretário da Educação. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(14):161-62, out. 1940.
_____. Circular nº 8.008/1940. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(16):328, dez. 1940.
_____. Os problemas educacionais do Rio Grande do Sul. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(16):329-332, dez. 1940.
_____. O Culto aos grandes homens da Pátria. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 6(23):88-90, jul./ago. 1941.
42. SESP/RS. Diretoria Geral de Instrução Pública/Seção Técnica. Comunicado Pedagógico nº 2. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):47, maio 1940.
_____. Comunicado Pedagógico, nº 3. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):48-51, maio 1940.
_____. Sugestões para a organização do Clube de Leitura. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(7):228-30, mar. 1940.
_____. Estatutos do Clube Agrícola Escolar: da denominação, sede e objetivos. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(7):231-34, mar. 1940.
_____. Sugestões para a realização de excursões escolares. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(14):166-68, out. 1940.
_____. Comunicado nº 2, de 25 de julho de 1939. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(15):276-8, nov. 1940.
_____. Comunicado nº 3, de 19 de outubro de 1939. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(16):368-69, dez. 1940.
_____. Comunicado nº 1, de 3 de maio de 1939. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(17-18):66-68, jan./fev. 1941.
43. Aos Nossos Leitores. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(23-24):86-87, jul./ago. 1941.
44. Aos Nossos Leitores. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 7(26):66, jun. 1942.
45. A Professora Olga A. Geyer também escreve um artigo para a REVISTA DO ENSINO - "Serviço de Assistência Alimentar: sugestões para a sua intensificação e maior eficiência em nosso meio escolar". REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(2):81-86, out. 1939.
46. GEYER, Olga A. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 4(13):5, set. 1940.
47. A seção "Nossas realizações escolares", aparece no número 14 da REVISTA DO ENSINO. com a seguinte apresentação do Diretor de Redação: "A REVISTA DO ENSINO, continuando no propósito de contribuir para as realizações de valor pedagógico, inicia, neste número, a publicação das atividades das professoras e dos alunos de nossos estabelecimentos de ensino primário, no intuito de trazer a lume iniciativas que possam servir de estímulo ao trabalho renovador das técnicas de aprendizagem. Publicando realizações práticas de nossas escolas primárias, atividades das crianças, organização de planos de trabalho e os resultados obtidos, relatórios de determinados estudos que nos parecerem de interesse para o ensino, esperamos corresponder à expectativa de nosso professorado". (Nossas Realizações Escolares. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(14):147, out. 1940).
48. SILVA, Ruth J. T. Clubes Agrícolas Escolares. (Trabalho em experiência no Grupo Escolar "Euclides da Cunha", Porto Alegre). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(15):257-66, nov. 1940.
SCHENKEL, Aidé. A Bandeira. (Projeto levado a efeito no 4º ano do Grupo Escolar Rheingantz, Uruguiana). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(15):267-68, nov. 1940.
COSTA, Gercy de Castro. Excursão a Viamão. (Grupo Escolar Fernando Gomes). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(17-18):49-52, jan./fev. 1941.
MEDEIROS, Inah C. e FAILLACE, Jurema M. Como surgiu o "Grêmio Esportivo Treze de Maio" (Escola Experimental 13 de maio). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(23-24):131-37, jul./ago. 1941.

49. A seção "Consultas" foi criada já a partir do número 1, de setembro de 1939, estando presente na maioria das Revistas.
50. Consultas. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(1):37, set. 1939.
51. As questões vernáculas estiveram a cargo do Prof. Elpídio Paes, da Universidade de Porto Alegre. Versavam sobre problemas de grafia e sentido das palavras, bem como questões relativas à gramática da Língua Portuguesa. Teve presença significativa em doze números da REVISTA DO ENSINO.
52. As questões administrativas ficaram a cargo do Dr. Ney de Almeida Brito, Diretor da Seção Administrativa da Diretoria da Instrução Pública. Houve duas consultas, sobre licença-saúde, faltas justificadas e licença para prestação de exames.
53. As questões pedagógicas foram confiadas à Professora Ida Silveira, da Seção Técnica da Divisão Geral da Instrução Pública e Zenaide Cardoso Schültz, Orientadora do Ensino. Somente duas consultas pedagógicas foram respondidas, sendo questões bastante específicas sobre "recursos de ensino/aprendizagem": uma sobre o uso de cadernos de linha dupla para o desenvolvimento da escrita e outra solicitando sugestões sobre o emprego de gravuras, para o treino da linguagem, no primeiro ano. Como eram questões pormenorizadas, foram respondidas a partir do tema abrangente - "O ensino da linguagem", orientando o professor nesta tarefa.
54. O "Consultório de Botânica" esteve sob a responsabilidade do Prof. Irmão Teodoro, tendo apenas uma consulta sobre a organização de um Herbário escolar.
55. O "Charadismo como fator educativo" é proposto ao professor, tanto como atividade pedagógica a ser estimulada nos alunos, como atividade recreativa. É proposta no número 15 da Revista, de novembro de 1940, e foi publicada, no número 19, a relação dos professores que enviaram suas respostas, em número de 11 pessoas, a maioria do interior do Estado, evidenciando o grau de penetração da Revista. No entanto, sua atividade não reaparece em nenhum outro número.
56. No número 16, de dezembro de 1940, a REVISTA DO ENSINO, propõe um "Concurso de Botânica" entre os alunos das escolas e ginásios do Estado do Rio Grande do Sul, sob a coordenação do Irmão Teodoro, com o objetivo de colaborar com as autoridades acadêmicas na árdua tarefa de tornar realidade o "Programa mínimo" a ser adotado nas escolas primárias. Assim, foi proposta a tarefa: preparar plantas segundo as normas da Flora do RGS (obra do Irmão Teodoro) e classificá-las por comparação em número de 56, correspondentes aos 56 primeiros números da obra. A atividade estimularia o interesse pelas plantas do Rio Grande do Sul, a noção da riqueza do Brasil e amor à terra que nos viu nascer". (CONCURSO DE BOTÂNICA. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(16):370-71, dez. 1940).
57. O concurso de redação sobre "Seguro de Vida" foi proposto aos alunos das escolas primárias de Porto Alegre, públicas ou particulares, sob o patrocínio do Instituto de Previdência do Estado. Vinculava-se a uma série de artigos sobre o tema, de "propaganda educativa", esclarecendo o professor para "o alto valor moral da instituição Seguro". Os trabalhos classificados foram publicados nas REVISTAS DO ENSINO de nº 23/24 (jul./ago. 41) e nº 26 (jun. 42) com indicação do autor, estabelecimento a que pertencia e carta de agradecimento do Diretor da Escola. O concurso de redação sobre "Seguro de Vida" tinha por objetivo adicional (talvez fosse seu objetivo principal) fazer a propaganda do Instituto de Previdência do Estado - IPE/RS, principal fonte financiadora da REVISTA DO ENSINO. A Revista parece ter trocado o patrocínio por esta modalidade de prestação de serviços.
58. O dia Pan-americano foi comemorado no dia 14 de abril de 1942, com o objetivo de desenvolver o "sentido espiritual da cordialidade e cooperação das nações". Entre as atividades comemorativas ao Dia, situava-se o concurso de frases de "Saudação aos Países Americanos", realizado nas Escolas da Capital do Estado. As frases

deviam ser redigidas pelos alunos, "permitindo-se também a interpretação de fontes de valor histórico ou cívico", compreendendo alusões aos 21 países. (Noticiário. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 7(26):107, jun. 1942).

59. A presença de artigos escritos por professores de outros Estados corresponde a 5% da REVISTA DO ENSINO.

60. CÂMARA, P. Hélder. Construção objetiva de Programas de Ensino. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(5):7-12, jan. 1940.

_____. Educação Progressista. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 7(26):70-73, jan. 1942.

ANTIPOFF, Helena. Educação dos Excepcionais. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(6):87-90, fev. 1940.

_____. e Naitres Rezande. Educação das crianças retardadas. Ortopedia Mental. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(19):132-36, mar. 1941.

NINA, Celina A. O repouso no Jardim de Infância no Instituto de Educação. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(6):113-15, fev. 1940.

_____. Educação Pré-primária. Um século de Jardim de Infância. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 7(26):74-88, jun. 1942.

_____. O brinquedo dramatizado no Jardim da Infância. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 7(27):151-56, ago. 1942.

_____. Credo da Jardineira, de Ruby Minor (adapt.). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 7(27):161-62, ago. 1942.

BACKHEUSER, Everardo. A criança na literatura para crianças. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(7):168-171, mar. 1940.

VENÂNCIO FILHO, F. O problema dos trabalhos manuais na educação. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(7):174-82, mar. 1940.

LOURENÇO FILHO, M. Educação e segurança nacional. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(15):232-237, nov. 1940.

61. Os artigos de autores estrangeiros corresponderam a 18% dos artigos publicados.

62. BALLESTEROS, Antônio. Método Ideo-visual da leitura. (Excretos da obra El Método Decroly). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(27):163-65.

BERGE, André. A Contra Educação na família. (Éducation e Contra-education). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 6(22):18-26, 1941.

BLOUGH, Glenn. Como se modifica a superfície da terra. (Traduzido e adaptado). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 6(20-21):215-25.

BOUTINAU, Alfred. Caracterologia e os retardamentos escolares. (Tradução da obra Caracterologia). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(6): fev. 1940.

BROW, Bessie. Uma unidade sobre biblioteca. (Revista The Instructor). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 6(23-24):19-20, 1941.

CHARLES, Teodoro Boris. Dois anos de uma Escola Rural. (Revista de Pedagogia Madrid). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 6(23-24): 122-26, 1941.

CUBBERLY, Elwood. O primeiro dia de aula. (Sugestões e aspectos extraídos do livro The principal and his scholl). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(1):42-46, set. 1939.

_____. Classificação dos alunos. (Tradução do capítulo XIX, da obra The principal and his scholl). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(2):115-19, out. 1939.

DECHAMPS, M. Os métodos novos na Escola Primária. (Revue Belge de Pédagogie). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(12):299-306, ago. 1940.

- DÉVAUD, Eugène. A recusa da neutralidade escolar. (fragmento da obra A Pedagogia Escolar na União Soviética). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(2):112-14, out. 1939.
- _____. Disciplina Escolar. (tradução do capítulo XIV da obra The principal and his scholl). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(3):191-97, nov. 1939.
- _____. Saúde e controle sanitário. (Tradução do capítulo XII). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(7):200-05, mar. 1940.
- FERRERO, Raul. O Professor. (Revista da Universidade Católica do Peru). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(8):292-96, abr. 1940.
- GALARZA, Ernesto. A paz pela Escola. (Transcrito do Boletim da Seção de Cooperação Intelectual da União Panamericana). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(8):278-85, abr. 1940.
- HARRIS, Mildred Ver Sam. Vivendo a cordialidade do Auditório. (Revista The Instructor). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 6(23-24):9-17, 1941.
- MALLART, J. A Educação Ativa na Escola Atual. (Revista La Educacion Ativa). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9), mai. 1940.
- MILLER, Charles. Posição da língua portuguesa na educação americana. (Tradução Revista Education). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 7(27):138-40, ago. 1942.
- _____. Iniciação ao cálculo. (Revista Education). REVISTA DO ENSINO Porto Alegre, 1(2):124-25, out. 1939. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(3):205-06, nov. 1939. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(4):123-24, dez. 1939.
- _____. Os Pássaros - Centro de interesse. (Revista Education). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(7):197-99, fev. 1940.
- _____. Assim são os Projetos. (Boletim do Departamento de Cooperação Intelectual União Pan-americana). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(7):278-85, fev. 1940.
- _____. Os problemas de adaptação social da criança. (Boletim do Departamento de Cooperação Intelectual União Pan-americana). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(12):314-20, ago. 1940.
- _____. Periodismo Escolar - como os meninos podem fazer uma revista. (Revista Argentina Yose). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(17-18):62-64, jan./fev. 1941.
- _____. Como combater a mentira e a invencionice na criança. (Revista de Pedagogia e Cultura Nacional - Quito-Ecuador). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 6(23-24):102-10, 1941.
- _____. As crianças e a guerra. (Ministério de Educação/EUA). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 7(27):191-92, ago. 1942.
- VIOLLET, J. A educação do menino até os cinco anos. (Tradução da revista Education). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(2):120-23, out. 1939.
- _____. O adolescente e sua família. (Transcrito da Revista Education). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(7):194-96, mar. 1940.
- MINOR, Ruby. Credo da Jardineira. (Adaptação). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 7(27):161-62, ago. 1942.
- PATRI, Angelo. O plano de outrora. (Tradução do primeiro capítulo do livro Vers l'école de demai). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(4):259-69, dez. 1939.
- PERRY, Elizabeth W. Um taboleiro de areia medieval. (Revista The Instructor). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(23-24):122-29, 1941.
- VERONELLI, Atilio A. Devem os meninos estudar durante as férias. (Revista Viva Cién Años). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(6):125-27, fev. 1940.
- VIOLLET, J. A educação do menino até os cinco anos. (Tradução da Revista Education). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(2):120-23, out. 1939.
- _____. O adolescente e sua família. (Transcrito da Revista Education). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(7):194-96, mar. 1940.

63. Colaboradores da REVISTA DO ENSINO e número de artigos na seção de EDUCAÇÃO

COLABORADORES	ORIGEM	Nº DE ARTIGOS
Alarich S. Schulz	UPA - Professor	03
Amneris Fortini	Inst. Educação/PoA	01
Angelo Guido	UPA - Professor	02
Ari Abreu Lima	UPA - Reitor	01
Armando Pereira Câmara	UPA - Professor	03
Antonio T. Corte Real	Professor	02
Arlindo Ramos	Professor	01
Aydeé Schenkel	SESP - Professora	02
Alfredina de Paiva Souza	Professora - RJ	01
Boris Seligman	UPA - Professor	02
Bruno Kleim	SESP - Professor	01
Celina A. Nina	Professor - RJ	03
C. Wauthier D'Aygalliers		01
Carlos de Azevedo Légor	Jornalista	03
Carmem Espíndola	Professor - MG	03
Dante de Laytano	UPA - SESP	03
Darcy Azambuja	UPA - Prof. Catedrát.	12
Dario Brossard	Professor	01
Décio Martins Costa	UPA - Médico/Prof.	01
Elisa Castey	Professora	01
Elida de Freitas e Castro	SESP - Professora	06
Edith Hood		01
Elpidio Paes	UPA - Prof. Diretor	12
Everardo Backheuser	Professor - RJ	01
F. G. Gaelzer	UPA - Professor	01
Fernando Corona	UPA - Professor	01
Fernando R. da Silveira	UPA - Professor	01
Francisco M. Carrion	UPA - Professor	02
Francisco Venâncio F ^o	Professor - RJ	01
Francisca P. Oliveira	Professora	01
Gaspar D. Ochôa	UPA - Professor	11
Gercy de Castro Costa	SESP - Professor	03
Guilhermina Krug	Inst. Educação/PoA	01
Gustavo Lessa	Professor	01
Gastão Dias de Castro	Professor	01
Helena Antipoff	Professora - MG	02
Helena Mills		01
Helder Câmara	Padre - RJ	02
Hilda Castro Jardim	SESP - Professora	01
Ida Silveira	SESP - Professora	03
Inah C. Medeiros	Professora	01
Iris Leão	Professora	01
Irmão Anselmo	Lassalista	01
Irmão Dionísio	Marista	01
Irmão Edédio	Lassalista	01
Irmão Teodoro	Lassalista	10

Ita Helena Mattar	Professora - SP	01
Iza Goulart Bueno	Professora	01
J. P. Coelho de Souza	SESP - Secretário	05
J. A. de Mattos		02
João Pedro dos Santos	Professor	01
Jônatas Serrano	Professor	01
José Guedes de Azevedo		01
José Groseman		01
Josefina Gaudenzi	Professora	01
Judith F. Almeida Mello	Professora	01
Juraci Silveira	Professora - DF	01
Jurema May Faillace	Professora	01
Lahidy Zapp	Professora	01
Ledy W. de M. Lima	Professora	01
Lourenço Filho	MESP/INEP	01
Luiz Antonelli	Professor	02
Leonardo Tochtrop	UPA - Professor	12
Maria Ribeiro	In Educ./Poa	02
Maria Schenkel	Professora	01
Maria Josefina M. Sampaio	Professora - DF	01
Maria de Lourdes Campêlo	Professora	01
Marieta M. B. Costa	Inst. Educ./PoA	01
Marieta Cunha e Silva	SESP - Professora	02
Marinha Noronha	Professora	03
Mário Totta	UPA - Médico	02
Mário Ferreira de Medeiros	Professor	01
Monta Mac Fadin	Professor	04
M. A. Teixeira de Freitas		01
Martim Gomes	Professor	01
Ney de Almeida Brito	Professor	02
Ney Crisostomo da Costa	UPA - Professor	01
Olga A. Geyer	SESP - Diretora	02
Olavo Amaro da Silveira	Militar	01
Oscar Machado	Professor	01
Padre Rambo	Jesuíta	02
Pepita Leão	SESP - Professora	06
Raul Moreira	UPA - Médico	01
Raja Gabaglia	Professora	01
Rute Ivoti T. da Silva	Professora	03
Rose Fyleman		01
Selma Lagerdof	Professora	01
Talia Leão	Professora	01
Tancredo Blotta	Professor	01
Vera Simch	Professora	03
Walter Spalding	UPA - Professor	02
Zenaide Cardo Schultz	Professora	02
Inst. Previd. Estado/IPE		15
Deptª Estad. de Ed. Física	SESP	01

Deptº Estad. de Ed. Física	SESP	01
Deptº Estd. de Saúde	SESP	03
Diretoria Instrução Pública	SESP	04
Diretoria de Estatística	SESP	02

TOTAL 93 228

64. Cinquenta e oito professores escrevem um artigo. Dezenove deles escrevem dois artigos; doze, três artigos e dois escrevem quatro artigos.

65. "A casa que cresceu", de Rose Fyleman; "É a pura verdade", Andersen; "A noite de Natal", Selma Lagelof; "A escola de animais", Edith Hodd (adapt.); "Os anões que queriam apagar a lua", Helen Mille (adapt.); "A aranha que fez a volta ao mundo", R. Fleymen; "A cama de Joãozinho", Layra Richards; "História Popular", Pepita Leão.

66. Novo Hamburgo. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(11):233-239, jul. 1940.

 Caf. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(12):333-39, ago. 1940.

 Taquara. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(14):174, out. 1940.

 Garibaldi. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(16)::374, dez. 1940.

67. Garibaldi. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(11):233, JUL. 1940.

68. Novo Hamburgo. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(11):233, jul. 1940.

69. LEGISLAÇÃO

REVISTA N° NÚMERO DE TOTAL DE PÁGINAS DA REVISTA

01	02	14	78
02	03	16	73
03	01	09	73
04	02	29	75
05	02	32	80
06	02	13	75
07	01	03	75
08	02	08	75
09	02	28	80
10	02	02	87
11	NOTÍCIAS	07	49
13	02	07	82
14	01	01	48
15	01	01	54
16	02	04	54
17/18	02	17	96
19	02	05	71
20/21	ATOS E INIC	07	55
22	01	08	58
23/24	01	01	75
25	04	03	64
26	03	24	71
27	03	20	79

70. "A Seção "Educação e Propaganda Sanitária" do Departamento Estadual de Saúde Pública, cuja "tarefa educacional residia em estabelecer a consciência sanitária do povo" por intermédio do rádio, da imprensa, de folhetos e cartazes, palestras, exibições de conselhos de saúde nos cinemas, de publicações mensais em formato de jornal, colaboração na REVISTA DO ENSINO, na sua Seção de Saúde". (Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias, M. D. Interventor Federal, pelo Dr. Bonifácio Paranhos da Costa, Diretor Geral do Departamento Estadual de Saúde, em 1940. AHRGS-SE003, p. 17).

71. "Higiene Mental da criança", Prof. Dr. Raul Moreira, (REVISTA DO ENSINO, 1:26-7); "A alimentação pré-escolar" (REVISTA DO ENSINO, 2:126-7); "Alimentação Escolar de 7-12 anos" (REVISTA DO ENSINO, 3:211-16); "Alimentação Escolar de 12-16 anos", Departamento Estadual de Saúde (REVISTA DO ENSINO, p. 268-70); "Em prol da Saúde de nossos escolares", FG Gaelzer (REVISTA DO ENSINO, 5:38-8); "O Tracoma" (REVISTA DO ENSINO, 6:128-9); "Saúde e Controle Sanitário", Elwood Gubberley (REVISTA DO ENSINO, 7:200-15); "Num ponto de higiene escolar", Prof. Mario Totta (REVISTA DO ENSINO, 8:271-2).

72. A secção "Educação Sanitária" esteve presente do número 10 ao número 22.

73. Colaboradores da REVISTA DO ENSINO e números de artigos na seção SAÚDE

COLABORADOR	ORIGEM	Nº DE ARTIGOS
Dr. Bonifácio Costa	DES	10
Dr. Amaro A. O. Batista	DES	01
Dr. José Barros de Araújo	DES	01
Dr. Jacinto Godoy	UPA/DES	02
Dr. Maia Failace	UPA	03
Dr. Poli Espírito Santo	DES	02
Dr. Hugo Ribeiro		01
Dr. Heitor Silveira	DES	06
Dr. Leônidas S. Machado	UPA/DES	11
Dr. Gilberto Mangeon		01
Dr. J. Pessoa Mendes		01
Dr. A. Mércio Xavier		01
Dr. D. T. Clausell	DES	01
Dr. Raimundo Godinho	DES	01
Dr. Newton Neves da Silva	DES	01
Dr. César G. D'Elia	DES	02
Dr. Eurípedes Jobim Oliveira	DES	02
Dr. Amaro A. Batista	DES	01
Dr. Paulo Boas de Oliveira	DES	01
Professora Joaquina Muniz Reis		01
Dr. Radagásio Taborda	DES	05
Dr. Savino Gasparini		02
Dr. Arthur Ramos	DNS	04
Dr. Renato Kehl		01
Dr. Mário Guimarães	DES	01
Dr. Pedro A. Pereira	DES	01
Dr. Alfredo Schermann	DES	02
Dr. Halley Marques	DES	01
Dr. Gastão Dias de Castro	UPA	01

EQUIPE EDITORIAL DA REVISTA DO ENSINO

COLABORADORES

PERÍODO

Diretores de Redação:

- Pery Pinto Diniz	09/1939 a 08/1942
- Dr. Armando T. Pereira	09/1939 a 02/1940
- Dr. Gaspar Ochôa	05/1942 a 08/1942

Secretaria de Redação:

- Prof. Nair E. Engelsdorf	09/1939 a 08/1940
- Prof. Anita P. Wellausen	09/1940 a 08/1942
- Dr. Leônidas S. Machado	06/1940 a 06/1941

77. No primeiro ano da Revista, foram publicados doze números, de setembro de 1939 a agosto de 1940. Estes doze números foram organizados em 3 volumes, cada um compreendendo quatro números. O ano 2 apresentou continuidade em seus primeiros quatro números, de setembro a dezembro de 1940, compondo o volume 4. Os números referentes a janeiro e fevereiro de 1941 foram acoplados em uma única revista - nº 17/18, bem como os números de abril e maio - 20/21, formando o volume nº 5. Este ano é fechado com o volume 6, que compreende os nº 22 e 23/24, de junho a agosto de 1941. De setembro a abril de 1942, a REVISTA DO ENSINO não é publicada, havendo uma interrupção que já se anunciava a partir do acoplamento de números. De maio a agosto de 1942, são publicados mais dois números da Revista, encerrando sua edição no número 27, que na verdade corresponde ao número 26.

78. A REVISTA DO ENSINO de nº 27, último número publicado em agosto de 1942, não traz indícios do encerramento de sua edição. A evidência de que haveria continuidade é constatada no artigo "O Método de Projetos nas escolas urbanas", já que, consta "continua" (próximo número).

79. Aos Nossos Leitores. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 6(23-24):jul./ago. 1941.

80. EDITORIAL, REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 7(25):5, maio 1942.

81. "A Revista, para se manter, crescer, chegou a fazer investimentos bastante altos em equipamentos, mas os custos estavam cada vez maiores e houve dificuldades de manter a infra-estrutura necessária. Estávamos em um período crítico, de guerra, justamente no período de 1939 a 45. Nós sobrevivemos três a quatro anos, não conseguimos nos manter mais e tivemos que interromper a publicação". (DINIZ, Pery P. Entrevista. Porto Alegre, 30 de junho de 1989).

CAPÍTULO III

A REVISTA DO ENSINO E A MOBILIZAÇÃO DO PROFESSOR NA CAMPANHA DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL

CAPÍTULO III

A REVISTA DO ENSINO E A MOBILIZAÇÃO DO PROFESSOR NA CAMPANHA DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL

"Ide, prezadas professoras e cumpri essa apostólica missão, que é a vossa.

Dai à infância o exemplo impressionante do vosso idealismo e do vosso patriotismo.

Idealismo e patriotismo que se afirmam em espírito de sacrifício e que vos leve em ânsia de criação, a todos os recantos da campanha e da colônia rio-grandense, onde desde décadas, gerações inteiras esperam a palavra da cultura e da fé brasileira".

J. P. Coelho de Souza

A REVISTA DO ENSINO engajou-se na campanha de "reconstrução nacional" do Estado Novo, procurando contribuir para o seu "integral êxito". Empenhada no programa de "renovação nacional", assume a bandeira da "patriótica cruzada" pela educação, que visava construir uma nova identidade nacional pela disseminação da cultura e do ensino. Os editoriais da REVISTA DO ENSINO marcaram seu engajamento nesta campanha, mobilizando o professor, de cujos anseios se constituía, também, num intérprete "(...)nada mais fizemos que coord^enar as aspirações comuns, do meio educacional, de publica^ções de um periódico que serviria de expressão de seus anseios de vida, de renovação e aperfeiçoamento de proces^sos, integrando-nos, ao mesmo tempo, no desejo das altas autoridades orientadoras da Educação no Estado, que nos honraram concedendo-nos o patrocínio oficial"¹.

Expressando-se em nome de seu patrocinador - o Estado - e de seu público leitor virtual - o professor - e promovendo a integração de ambos, a REVISTA DO ENSINO toma para si o papel de "coordenação das aspirações comuns", traduzindo-as nas idéias de "reerguimento moral e intelectual, espírito de fraternidade e colaboração". Assumindo a missão de ser representante da consciência

coletiva, ao pretender educar a sociedade quanto à "noção de deveres para com a Pátria e a Civilização", procurou conquistar o seu leitor - o professor, convencendo-o a "trabalhar pela educação das novas gerações e a cultivar o sentido cívico, o reerguimento do índice moral, intelectual e físico do povo brasileiro"².

A REVISTA DO ENSINO, animada assim por uma "vontade firme" e por um "sentimento de engrandecimento nacional", assume o papel de intermediadora entre o Estado e o magistério rio-grandense, propagandeando e divulgando as novas propostas e iniciativas governamentais. Engajou-se no que é proposto como luta pela intensificação do ensino e renovação educacional, procurando sensibilizar o seu leitor para o que entende ser o papel social da Educação: como processo mais complexo do que "simplesmente instruir". A Educação é proposta como um processo de vida individual e social, "alicerce não só moral como econômico e político da vida do Estado". Tem por função o preparo do novo homem - formação da inteligência nacional - capaz de desenvolver a "solidariedade, a iniciativa, a capacidade de trabalho útil, orientado pelas necessidades do país". Nessa perspectiva, a Educação, articulada ao sentimento "nacionalista e patriótico", volta-se à formação de

indivíduos adaptados às necessidades do país, da vida econômica ou de produção útil.

A valorização social do homem pela Educação vincula-se ao desejo de fortalecimento da raça, preparando sujeitos fortes e sadios, contribuindo para que os brasileiros deixem de ser "um rebanho de corpos exangues e almas desfalecidas". A figura do Jeca Tatu, caricatura do anti-herói, identificada com a ociosidade, o egoísmo, opõe-se à necessidade de preparação do "verdadeiro cidadão", com "espírito de iniciativa, consciência dos deveres, alma aberta, simples, sincera, apta à compreensão da vida e à sua integração no seio da comunidade com a satisfação do dever cumprido"³.

A Escola deve formar esse "novo" homem como uma "oficina de aprendizagem social", exercendo funções políticas e sociais, de formação da nacionalidade e propagação dos ideais postulados pelo Estado Novo. Nessa perspectiva, a REVISTA DO ENSINO mobiliza o professor, convencendo-o da importância de sua ação na Escola, proposta esta como "germe de toda a obra de reconstrução nacional", "elemento de formação e defesa da nacionalidade", "núcleo de ação do Estado em que se forja o próprio corpo e espírito da raça".

A Escola, como célula de formação da nacionalidade, cabe uma "nobre missão": a de preparar "moral, intelectual e fisicamente" as novas gerações "no espírito da unidade de comunhão e de segurança nacional". Como elemento "dinâmico e reformador", a Escola deve "penetrar na vida social, atingindo os lares e todos os rincões da comunidade", levando-lhes a "obra redentora do Estado". Nessa perspectiva, insere-se a Escola Rural, que deve desempenhar relevante papel na "adaptação das elites rurais" como fator de integração nacional. Sua ação educativa deve preparar o "ambiente para aplicação das medidas de âmbito nacional, dissipando velhos preconceitos, afastando prevenções, transformando em uma, a mentalidade das elites rurais, habilitando-a a compreender os ideais e as instituições da sua época"⁴. Essa função da Escola é relevante para a campanha de nacionalização do ensino onde os guetos de imigrantes apresentam resistência à ação política e educativa empreendida pelas autoridades nacionais.

A ação educadora da Escola é direcionada para uma série de atividades cívico-culturais que objetivavam popularizar e difundir a ideologia do regime. As festividades e comemorações escolares eram estimuladas pelo seu papel na formação cívica e moral do "novo" homem - "o que a Pátria exige da Escola é que prepare os jovens como verdadeiros

cidadãos", conscientes de seus deveres para com a sociedade.

Os editoriais, assim como enfatizavam a "Escola e a Educação como processos de vida individual e social", exaltavam o professor como sua "viga mestra". A docência era caracterizada por expressões como "mobiliante e patriótica missão", "apostolado cívico de redenção nacional", "apostolado nacional", "obra mais divina do que humana", "sagrada missão", "tão nobre profissão", "grandeza cívica da sua missão", "verdadeiro apostolado", "herói anônimo". O professor era conclamado a participar da obra de reconstrução nacional "como fator decisivo do fortalecimento da civilização brasileira".

Os editoriais da REVISTA DO ENSINO, voltados para a mobilização docente, falam do professor e para o professor, com o objetivo de "fortalecer, em cada educador, a consciência integral da sua função e deveres". O professor tem na REVISTA DO ENSINO um veículo "formador" da sua postura individual e social. Com o objetivo de reintegração do mestre em sua nobre e verdadeira missão, a REVISTA DO ENSINO articula um discurso de engrandecimento da ação docente. O professor é digno de si e da Escola por suas qualidades pessoais, predicados do espírito e do caráter:

"amor, entusiasmo pela extensão do saber, pelo crescimento da força de vontade e da virtude, fidelidade e devotamento à sua profissão, aptidão para vencer sua própria pequenez, desejo de ampliar o seu programa intelectual, espírito de reflexão e firmeza de princípios, gravidade temperada pela alegria de viver, elasticidade de espírito, conhecimento e estima da juventude"⁵.

A atividade docente é vislumbrada como uma "obra mais divina que humana", exigindo uma postura de doação, sacrifício, abnegação, como um sacerdote da Educação que "o amor e a vocação animam". Nessa perspectiva, o editorialista expressa que: "mais do que a própria erudição do professor, vale o seu caráter, exemplo de respeito à ordem e aos seus deveres que, quotidianamente, propicia a seus alunos. Disto depende a fecundidade dos processos escolares, que seriam vazios e sem expressão de outro modo"⁶.

Todas estas "qualidades pessoais" e estes "predicados de espírito" e do "caráter" fazem do professor a "coluna granítica em que repousa a segurança da grandeza e continuidade nacional". Para construir esta imagem do professor, o editorialista usa a força do exemplo. Três editoriais dedicam-se a exaltar figuras de professores

modelares, falecidos, como ideais a serem seguidos: Emílio Mayer, "apóstolo do ensino"⁷, Prof. Ary de Abreu Lima⁸, Professora Margarida Pardelhas⁹. Outro recurso utilizado para a construção do papel de "doação" da função do professor é desvinculá-la de outros interesses. "Compenetrem-se os educadores de sua alta missão, que transcende os limites do mesquinho interesse individual para colocá-los como poderosos instrumentos de coordenação, formação e direção social..."¹⁰. Nessa construção modelar do professor, também foi reforçada a imagem de "exemplo de virtudes", com as quais estaria educando o "novo" homem, isto é, "no exemplo de sua vida de virtudes, forma, plasma, aperfeiçoa, corrige caracteres, cria e estimula bons hábitos".

As expectativas da REVISTA DO ENSINO em relação ao professor podem ser sintetizadas em duas dimensões - pessoal e sócio-profissional. Na pessoal, a ênfase é dada à doação, ao idealismo, ao sacerdócio, portanto aos "predicados do espírito e do caráter", "a grande tarefa do professor está em função direta da energia moral, do entusiasmo, da fé em sua missão, do devotamento constante"¹¹. Na sócio-profissional, a ênfase reside na formação do professor e sua valorização profissional,

evidenciando, com mais clareza, a preocupação de integrá-lo à obra educativa do Estado e aos "princípios superiores da Pátria".

Nos editoriais, a questão da formação do professor está marcada pelo interesse de ajustá-lo à política nacional da Educação, visando à sua efetiva implementação. "Formar um corpo seletivo de mestres e libertos de injunções deprimentes tem sido a preocupação máxima das nossas autoridades, assim como a formação de uma elite cultural, técnica, profissional e especulativa"¹². Esta formação deve preparar o professor de acordo com as "novas necessidades da sociedade e deve ser disciplinada, tanto quanto possível, pelas correntes experimentais da moderna pedagogia"¹³.

Neste intuito de formação do professor, a REVISTA DO ENSINO divulga novas concepções sobre o papel da Educação e da escola. Assim, por exemplo, sustenta que "o ideal educativo, disciplinado quanto possível pelas correntes experimentais da moderna pedagogia, é o de formação de indivíduos que saibam se adaptar às necessidades do meio"¹⁴. Ou ainda: "seria ilusório pensar que a Escola preencheria, integralmente, sua função social (...) sem visar à formação do caráter e da personalidade do aluno. Seria preciso melhorar a Escola, principalmente, nos

aspectos morais, de orientação e intercomunicação com os núcleos familiares e sociais¹⁵. Também uma nova percepção do aluno e de seus problemas será enfatizada: "e é para a criança, objeto da ação da Escola, que devemos dirigir a vista, procurando, por todos os meios, enaltecer a infância e a adolescência - elementos básicos de inestimável valor para a sociedade"¹⁶.

O discurso dos editoriais objetivava a mobilização do professor para a patriótica campanha pela Educação Nacional, com ênfase especial à sua colaboração na mudança de mentalidade das elites rurais, "habilitando-a a compreender os ideais e as instituições da sua época. (...) Ela esclarecerá sobre a verdadeira missão social do homem moderno os brasileiros que sabem ler e não lêem, extinguirá dos campos a eiva da rotina e tornará o cidadão, representativo da cidade ou vila sertaneja, um colaborador consciente do Estado em todos os empreendimentos edificantes em prol da grandeza do Brasil"¹⁷.

A perspectiva de que "Bons Mestres fazem as Boas Escolas"¹⁸, orienta a atuação da REVISTA DO ENSINO em relação ao seu público-leitor. A idealização da conduta do professor, pela exaltação da profissão do educador como "realização magnânima"¹⁹, não é dissociável da apologia

das finalidades do "novo" Estado. O professor deve sintonizar sua ação à política estatal, caso contrário é estigmatizado, pela Revista, como "professor burocrata, individualista, egoísta". Para o Editorialista, o professor deveria dispor de dispositivos de conformação da conduta do professor são dirigidos também à mulher professora: "modelo de virtudes, elemento de preservação da fibra religiosa e moral da nação". Como cidadã, mãe e professora, a mulher era coadjuvante do processo de nacionalização e modernização da sociedade brasileira, através da Educação e da escola, formando o homem integral - "cidadão-patriota".

A colaboração do professor rio-grandense, também, é enfatizada pelos editoriais da secção Educação Sanitária. Solicita-lhe que atente à questão da saúde na formação do "novo" homem, considerando que "de nada valerão as iniciativas a favor do saneamento e da proteção do indivíduo, se a Educação não formar a consciência de cada ser presente"²¹. Ele deve estar instrumentalizado para realizar diagnósticos preliminares de sintomas de doenças e tomar medidas preventivas; ensinar hábitos de higiene e de alimentação saudáveis; preencher fichas médicas escolares com dados da atividade escolar do aluno, moralizar condutas. Estas novas funções exigiam conhecimento em

agricultura, pediatria, fisiologia da criança, higiene mental.

Não basta exaltar a missão do professor, ou mesmo da "professorinha". É preciso mostrar-lhe a obra de "reconstrução nacional" e de "renovação educacional" empreendida pelo Estado. Dessa forma, a divulgação e a propaganda das iniciativas e metas das autoridades governamentais, vão ser outra marca dos editoriais da REVISTA DO ENSINO.

A exaltação da obra educacional é efetuada a partir da contraposição do "novo" ao "velho"²². O passado era caracterizado como uma "triste e deprimente época de inércia e indiferença governamental em face da Educação do nosso país". À "falta de organização e continuidade dos planos e iniciativas que teria marcado uma concepção egoística de sociedade, formas e métodos de instituições parasitárias e deprimentes"²³, contrapunham-se às novas realizações, caracterizadas pela busca de eficiência, centralização, ordem, disciplina e progresso, "pilares indispensáveis a qualquer obra duradoura". As iniciativas governamentais propagandeadas enaltecem "a vitalidade e segurança do regime, orientadas que eram pelos postulados de ação profundamente nacionalista".

O sentido moderno das iniciativas governamentais na área educacional decorre de sua subordinação a órgãos técnicos com funções de "fiscalização, coordenação e amparo". Seu "perfeito paralelismo" com as principais inovações verificadas em outros países e adequadas às exigências da vida contemporânea²⁴: aumento das verbas para a instrução pública; reformas nos programas e métodos do ensino primário, diminuição das medidas relativas à prorrogação da escolaridade; medidas relativas à maior intervenção do Estado na elaboração e escolha dos manuais didáticos; admissão à escola secundária; ensino profissional e técnico; a formação e capacitação docente; desenvolvimento da higiene escolar e da educação física. Elas testemunhariam "o alto nível em que está colocado o sistema educacional brasileiro".

Para convencer os mais céticos e pessimistas, o editorialista não somente exalta as realizações governamentais²⁵, mas também enaltece as figuras dos dirigentes políticos, idealizando-as como exemplos a serem seguidos. Nessa perspectiva, a figura de Getúlio Vargas é amplamente focalizada²⁶. O editorialista adota as palavras do Chefe da Nação como palavras de ordem: "tão belos e magnânicos conceitos merecem ser agora reproduzidos como homenagem de nossa admiração e como ordem de sentido na

cruzada que se inicia"²⁷. Também a figura do Secretário de Educação e Saúde Pública - Coelho de Souza - é objeto de idealização²⁸. Posicionando-se como órgão de implementação da política de reconstrução nacional, a REVISTA DO ENSINO transcreve palavras do Secretário, endossando-as nos seus editoriais: "sem vacilação, sem respeito humano, sem transação com o espírito negativista, temos procurado orientar novas gerações no sentido da beleza moral da vida e do cumprimento do dever cívico; ao reconhecimento dos valores espirituais; à consagração total à Pátria; ao ideal da unidade brasileira; à disciplina da vontade; à vocação da ordem; à austeridade de conduta; à elegância das atitudes"²⁹.

Na apologia do regime, a REVISTA DO ENSINO veicula a visão da realidade brasileira, mitificando as autoridades e exaltando o regime. Enaltece "o caráter construtivo" da política governamental, caracterizando a obra de renovação educacional como "reação vigorosa do brasileiro contra a figura caricatural do Jeca Tatu". E, para esta obra, convoca o professor, entendendo como sua a missão de "fortalecer, em cada educador, a consciência de sua função e deveres". Assim, a REVISTA DO ENSINO valorizara determinadas atitudes e posturas morais do professor, como

"um servidor social, instituído para manter a boa ordem e assegurar a regularidade do crescimento social".

Como um "servidor social", o professor tinha uma "missão", que deveria ser abraçada "com idealismo e patriotismo". Merecedora de todos os sacrifícios, pode ser "nobre e bela", essa "divina missão" residia na meta de "tornar cada vez maior o sentimento de brasilidade e converter os brasileiros em cidadãos crescentemente mais válidos e presentes". Tratava-se de formar o "homem novo que vai surgir com o Estado Nacional". Tal homem deveria ter como características: "fé profunda em Deus, consagração total à Pátria, disciplina da vontade, vocação à ordem à austeridade de conduta, à elegância de atitudes". Estes atributos deveriam também caracterizar a conduta de todo o professor, como exemplo a ser seguido. Dessa forma, atitudes como "amor, vocação, dignidade, abnegação, idealismo, despreendimento e dedicação", são constantemente referidas como "um estado de espírito, um modo de vida" do professor em sua atividade. Reforçando essa dimensão, a REVISTA DO ENSINO publica a Circular nº 8008, de 09 de novembro de 1940, assinada pelo Secretário J. P. Coelho de Souza, que exalta o magistério rio-grandense, destacando "mais uma vez, a abnegação, a dedicação, o despreendimento,

as virtudes todas que são o belo apanágio do nosso professorado"³⁰.

Esse "modo de vida" é proposto como um "sacerdócio", como dedicação exclusiva à causa da Educação brasileira, numa "mística de ação que desconhece confortos, horários de trabalho, repouso, regalias regulamentares". Nesta dimensão, residiria a nobreza de seu fazer social "abnegado apostolado formador de espíritos", o que afastaria, de certa maneira, do perfil de um funcionário com "função burocrática". PEIXOTO, em seu estudo, também salienta que a tônica do discurso pedagógico desse período foi no sentido de fazer do magistério, mais que uma profissão, um verdadeiro apostolado. A retribuição devida ao professor não é de cunho material ou de valorização de seu trabalho através de oportunidades de aperfeiçoamento, mas sua recompensa é o reconhecimento social de seu trabalho, a satisfação do dever cumprido. Nessa perspectiva, o discurso para e sobre o professor, no Estado Novo, "explora o caráter missionário de que se reverte sua atuação exaltando a modéstia, a simplicidade, o espírito de renúncia, o sacrifício, como qualidades essenciais do mestre"³¹.

A imagem do professor é marcada por metáforas religiosas³² que convertem o trabalho docente em "atividade sagrada"³³, por atitudes de "renúncia e solidariedade", e

por seus objetivos: "modelagem de almas, humanização e regeneração da sociedade"³⁴. Este "discurso moralizador" da prática docente intenta reforçar os "predicados do espírito", os quais devem também guiar o modelo pedagógico a ser implementado. Assim o processo educativo deve ser mediado por sentimentos como "amor", "compreensão", "bondade", "cooperação", "solidariedade". Tais sentimentos permitiriam ao professor orientar e conduzir a ação educativa, formando o cidadão capaz de refletir essas atitudes com relação à Pátria. O professor, ao sintetizar essa postura, criaria uma área de consenso, desenvolvendo sua prática educativa e a disciplina de forma consentida. FERRERO, em seu artigo "O professor", diz que a autoridade docente deriva das suas qualidades morais, do espírito bondoso ao mesmo tempo que enérgico, com que deve conduzir o processo educativo. A bondade, como um dom, é definida pelos "atributos de delicadez, imparcialidade, firmeza e constância", e deve ser uma atitude, no professor exemplar, ao mesmo tempo, que um objetivo de ensino³⁵.

O discurso de moralização do professor reforça também a relação da mulher com o magistério. Os predicados de espírito e a pseudo-fragilidade feminina, condensadas no uso intensivo do diminutivo "professorinha", são valorizadas como elementos importantes à obra de

"reconstrução nacional". O papel da mulher, como responsável pela educação das crianças, tanto na família quanto na escola, era enaltecido. A atuação da professora tinha de refletir uma maternidade espiritual voltada aos seus filhos - alunos na escola-lar. Para exemplificar esta relação, é significativo registrar a homenagem que a Sociedade Rio-grandense de Educação oferece às 150 novas professoras do Estado³⁶, concursadas e nomeadas, na qual, como lembrança da festa, são oferecidos exemplares da "Oração do Mestre", de Afrânio Peixoto³⁷, especialmente impresso. Esta "homilia", carregada de uma moral religiosa exagerada da "sagrada missão pedagógica", evidenciava quais as expectativas das autoridades educacionais quanto à ação dessas futuras professoras: "que o meu lar fosse a minha escola"; "ensinar é a maior responsabilidade sobre a terra (...) é criar a alma"; "faze que toda manhã eu acorde de alma tranqüila e coração puro (...) e encontre meus filhos de quem a noite inteira fui privada", "faça que eu derrame igual maternidade sobre eles, para que sejam irmãos ao menos na minha escola". A professora, como modeladora de almas, mãe espiritual, atuava na escola como no lar. Educar era amar, e o reconhecimento do trabalho vinha a partir do reconhecimento desse amor. Esta valorização simbólica da ação pedagógica minimizava as dificuldades reais que estas

professoras encontravam, desde hostilidade do meio, desconforto material, baixa remuneração, zonas inóspitas, controle rígido e fiscalização de suas atividades profissionais e pessoais. As autoridades, ao endossarem a idéia de que "educar é amar", esvaziavam e reduziam a prática docente a um "ato de amor e de renúncia": "já lhe fizestes o dom integral da nova vida e por ela renunciastes a todas as outras ambições".

A idealização da "professorinha" velava a realidade cotidiana. Alguns depoimentos expressam o isolamento, o abandono a que estavam sujeitas, enviadas às zonas inóspitas, em que o único contato, com a sede do município, se dava uma vez por semana, quando o ônibus passava, trazendo correspondência, jornais, notícias. As professoras moravam em pensões ou em casas de famílias de colonos. Para estes, personificavam o elemento repressor do Estado. Essa posição ambígua tornava seu trabalho particularmente difícil - "todos esses sacrifícios, porém culminam no dia em que a hotelaria pede a elas os quartos que moram. Eles não mais podem dar abrigo a excomungadas rivais de Hitler. Solto-as na rua"³⁸.

A campanha de nacionalização do ensino, com a implantação de uma rede de escolas públicas, nas zonas

coloniais, como forma de abasileiramento dos guetos imigrantes, trouxe uma série de dificuldades às professoras nomeadas para atuar nessas regiões. A reportagem "Moças que salvaram uma geração", de Justino Martins, publicada na Revista do Globo (anexo 1), apesar do tom exaltatório, relata as dificuldades com que se depara a professora recém nomeada. Diz-lhe a Diretora: "a vida aqui vai ser dura, minha querida, prepara-te e verás. Teremos de lutar contra duas religiões e uma sociedade. Com as primeiras por questões políticas e financeiras e com a última por uma questão de moral. As famílias daqui não admitem vestidos acima da perna. Não se pode rir muito e nos vemos obrigadas a viver completamente isoladas, lecionando apenas às crianças de origem absolutamente brasileira. Estas são poucas. A população em quase toda a sua totalidade, é de origem germânica. Os religiosos governam", "Vila Imperial"³⁹. No registro ficcional, o romance de Vianna Mogg "Um Rio que imita o Reno", também descreve os percalços enfrentados por uma professora primária numa colônia teuto-brasileira - "isolada do mundo, no meio dos colonos que a estimavam. Tudo correria bem até o momento em que o pastor protestante começara a hostilizá-la, porque ela se recusava a conceder-lhe as horas da manhã para o ensino da religião. (...) pretexto para suas propagandas anti-nacionalistas"⁴⁰. Parece que era uma rotina a praxe da

denúncia, tanto pelas "professoras de nacionalização" como pelas populações atingidas. Assim, o romance relata a preocupação da "professorinha", pela representação que o pastor protestante fizera contra ela ao Secretário de Educação porque "a tinham visto a passear com o noivo pelos arredores".

Essa passagem indica o controle a que estava submetida a mulher docente, cuja vida pessoal estava a mercê das autoridades educacionais. A REVISTA DO ENSINO, publica o comunicado nº 1, da Diretoria de Instrução Pública, dirigido às jovens estagiárias, no qual recomenda "o prestígio do cargo fará convergir sobre vossa personalidade todas as atenções e vossas atitudes, gestos, palavras serão estudadas e influirão, positiva ou negativamente, sobre o meio (...) Trajar de acordo com vossa função, com aquela simplicidade que não exclui a elegância, mas sem os exageros, talvez, admitidos nos grandes centros. (...) abandonai os trajes de luxo e os atrativos que tão bem vão nas grandes cidades, mas que lá (pequenas cidades) não cabem"⁴¹. Além da divulgação de comunicados oficiais, a REVISTA DO ENSINO publica artigos nos quais o tema é retomado. O artigo de FERRERO, por exemplo, intitulado "O Professor", ao tratar da questão da autoridade, destaca que a mesma deriva de três classes de condições: físicas,

intelectuais, morais. Nas condições físicas, alinha a necessidade de gozar de boa saúde e ser de compleição residente, possuir normalidade dos sentidos - visão, audição e voz. Mas, acrescenta: "é mister que o mestre apresente certa dignidade exterior, devendo vestir sem pretensão, porém sem abandono ou negligência. O porte do mestre tem de ser severo e simples, evitando as manias ridículas ou os gestos desordenados. As atitudes sem compostura, a afetação solene e o gesto presunçoso estão dissociados do bom tom"⁴².

Essa preocupação com a postura do professor decorria pela noção de que, para moralizar, o agente do processo deveria ser um "exemplo vivificador". A REVISTA DO ENSINO dirigia-se ao professor, insistindo: "educais pelas atitudes do que pelas palavras, pelos julgamentos que expandeis"⁴³. O exemplo já é um ato educativo, na perspectiva de "moralização" social. Estas prescrições envolvendo condutas e atitudes do professor visavam constituí-lo como "modelo de virtudes". O depoimento da professora Ana Luiza demonstra a absorção das normas emanadas das autoridades educacionais: "já não uso batom nem rouge. A saia azul-marinho há muito que lhe roça abaixo do joelho"⁴⁴.

As dificuldades - zonas inóspitas e hostilidade do meio social - foram as razões levantadas pelas autoridades para dar prioridade a professores do sexo masculino - **"ser forte, impor respeito, autoridade"**, nas regiões em que a política de nacionalização precisava se realizar de forma mais imperiosa. A visão de fragilidade feminina impunha a necessidade de professores homens⁴⁵.

A construção modelar da prática docente utiliza a família como metáfora do magistério. Este era concebido como uma grande família, cujo espírito de cooperação e solidariedade devia conduzir a atitude de cada um, contribuindo para um clima de harmonia no ambiente escolar. O modelo enfatizava a identidade de interesses, a **"unidade espiritual"**, a **"disciplina"**, a **"harmonia"**, a **"hierarquia"**. Respeito mútuo, compreensão, cordialidade, cooperação, solidariedade e amizade eram também atributos componentes do modelo. A metáfora traduzia-se em preceitos: **"conduzam-se as administrações escolares com firmeza e doçura e obedeçam às professoras com alegria e disciplina - à maneira do que se observa nas famílias bem constituídas"**⁴⁶. As autoridades educacionais eram identificadas com a **"autoridade paterna"** e deviam conduzir os professores como filhos, com **"firmeza e doçura"**, evitando a criação de ambientes **"hostis, conflitantes, dominados de pessimismo"**.

Acima de tudo, não deviam permitir que os alunos percebam ou "vislumbrem o espetáculo desedificante de atitudes menos delicadas"⁴⁷. Todos os esforços deviam dirigir-se à constituição de um clima de "alegria construtiva", dispendendo todos os esforços para manter uma estrutura de "compreensão mútua" e "uma atmosfera de serenidade" no ambiente escolar. Essas recomendações deixam entrever que a realidade não se apresentava de forma harmônica e serena. O isolamento e o meio hostil dificultavam a manutenção dessa orientação - alegria construtiva versus "não se podia rir muito".

Na constituição do professor "modelo de virtudes"⁴⁸, a REVISTA DO ENSINO faz uso intensivo de exemplos de educadores falecidos - "nesta recordação, encontraremos o estímulo para as horas de desânimo, a resignação para os momentos de mágoa, a coragem e o valor para realizar os bons empreendimentos, o amor por espargir o bem"⁴⁹. No elogio dos mortos, as qualidades mais valorizadas eram: trabalho, dedicação, despreendimento, sacrifício, modéstia, carinho, competência, honestidade absoluta, integral dedicação, forte noção de dever.

O modelo de professor, centrado no "espírito de sacrifício" e de "apostolar dedicação ao ensino", punha em

destaque a função docente como sacerdócio. Mas enquanto era reforçada a "abnegação", o "sacrifício" da ação docente, a questão salarial configurava-se como uma questão menor, subvalorizada e diminuída pelo discurso oficial, em frases como: "sua alta missão transcende os limites do mesquinho interesse individual"; "o professor, que exerce o seu magistério não com fins lucrativos"; "não se confundindo nunca com os professores burocratas, que consideram seu ministério simples meio de vida"; "ao ensino se deve ir só quando uma vocação definida nos impele, jamais em busca de um negócio".

aqui o texto era uma análise dicotômica na qual não se inclui o "isto e isto"

O professor "modelo de virtudes" era proposto como representante do Estado nos pequenos centros urbanos e no meio rural. No âmbito da política de nacionalização neste meio, como "elo de ligação entre as autoridades educacionais e as colônias de imigrantes, levando uma leitura de mundo, voltada a disseminar o sentimento nacional e patriótico de homem"⁵⁰. O exercício deste papel requer do professor uma postura social, intelectual, profissional e moral, regulamentada, disciplinada e fiscalizada.

O papel atribuído ao professor como "poderoso instrumento de coordenação, formação e direção social",

requer, segundo ponto de vista da REVISTA DO ENSINO, a definição dos limites da atuação docente, consubstanciado num conjunto de deveres - morais e profissionais. Tais deveres são talhados pelo "corpus textual" da REVISTA DO ENSINO, através, principalmente, de artigos intitulados "credos", que atuam como guias de comportamento pedagógico⁵¹. O "Credo do Professor - Guia"⁵² exemplifica o procedimento de modelização da prática docente: "devo lembrar que não há padrões fixos do viver; devo criar ambiente de confiança; devo ser sincero e procurar compreender o aluno; devo ser capaz de captar a atenção e o respeito do aluno; devo me capacitar a empregar a melhor estrutura técnica, devo estar metodicamente preparado; devo responder aos alunos, devo continuar a evoluir...".

Para LENHARO, durante o Estado Novo, houve a "utilização discursiva de imagens enquanto recurso de auto-representação, com a intenção de demarcar uma identidade cultural própria, manter uma distância preventiva e guarnecer a aura de mistério. (...) As imagens não se acumulam indiscriminadamente: apesar de sua multiplicidade, elas aparecem selecionadas e articuladas de modo especial, pondo-se em realce aquelas mais caras ao imaginário religioso e católico do povo brasileiro: o culto do amor à Pátria, a fé na prática e no futuro, o apostolado

para a Pátria, a predestinação do líder, o fim dos antigos intermediários entre o poder e o povo e a nova relação - de comunhão - entre Getúlio Vargas e as massas, as novas leis, atos e atitudes aprovados por todos, concretização da universidade eclesial⁵³. Ao professor cabia a perfeita consciência de seus deveres - morais e profissionais - frente à atividade pedagógica, as quais eram obtidas mediante a homogeneização e disciplinamento de suas atitudes, condutas e práticas escolares e sociais.

A "sacralização" do professor é promovida, no discurso da REVISTA DO ENSINO, como questão que envolve a valorização profissional, tanto pelo preparo técnico-pedagógico como pela "dignificação da carreira". As estratégias de assegurar o engajamento docente na obra de "reconstrução nacional", têm esta dimensão - "considerando as solicitações imperiosas da obra de renovação que se opera nos setores educacionais do Estado e que propicia ao professorado novas perspectivas de trabalho (...) dentro das normas de prudência e segurança que orientam a reconstrução do sistema educacional, transcurar do valor pessoal do mestre, do seu preparo cultural e técnico, de seus atributos de formação moral e social, seria solapar os alicerces em que cumpre assentar a carreira profissional e,

conseqüentemente, a melhoria progressiva da situação do professor⁵⁴.

Nesta perspectiva, a REVISTA DO ENSINO publica inúmeros atos legislativos, estaduais e federais, do ensino público e particular⁵⁵. Como instituição, também colocou o seu "Departamento de Serviços Administrativos e Procuratória" à disposição do professor⁵⁶. Também publica a regulamentação da carreira do magistério. O editorialista exalta-a como "outra realização de grande alcance, visando a afastar os vícios deletérios e desintegradores da personalidade moral do professor, que dominavam a sua seleção e aproveitamento - o nepotismo e o facciocismo político". Destaca como "marcos" desta legislação: o concurso como forma de ingresso, a nomeação pela ordem de classificação; o aproveitamento e provimento do cargo dentro do critério de estágio⁵⁹; a possibilidade de acesso para as professoras; o rotativismo das direções; a criação dos quadros de delegados regionais de ensino privativo dos professores; a criação do quadro de orientadores técnicos⁶⁰; a promoção automática aos dez anos de exercício em uma entrância⁶¹. Tais medidas, segundo o editorialista, colocam o professor rio-grandense "fora do arbítrio da desorganização do ensino público e da humilhação do pedido,

através de medidas de controle e moralização da vida profissional em oposição ao apadrinhamento político e "pistolões" partidários, como critério e composição dos quadros docentes".

Devido a campanha de nacionalização, havia muita insatisfação dos professores em servir no interior e no meio rural. O concurso foi a medida adotada para regulamentar a transferência, como forma de controle e limitação. Uma série de circulares (são) expedidas procurando limitar essa sistemática, restrita a pedidos feitos no período de férias, pelas Delegacias Regionais de Ensino. "Não tendo conseguido violar o sistema, e na ânsia de fugir à vida rural, sem embargo das vantagens materiais e facilidades de hospedagem que lhes têm sido asseguradas, inúmeros professores procuram alcançar, "dentro do mesmo estágio", remoção que as aproxime tanto quanto possível dos centros urbanos, com desprezo da sua alta missão e com recurso ao velho processo de intervenção de mediadores". Dessa forma, o "apadrinhamento político" continuou como norma, como podemos verificar pela Carta de 11 de abril de 1939, enviada ao Interventor Federal ("Prezado Cordeirinho") pelo Sr. Sabóia Bandeira de Mello, da 3ª Região Militar, em Vacaria, solicitando a nomeação de Maria de Jesus dos Cantos Camargo, que havia concluído a Escola

Complementar, como professora - "Peço-te para que ela seja colocada em Vacaria porque é ainda muito jovem para se afastar da família e ir para o interior", (...) E te posso asseverar que, sob todos os pontos de vista, se pode ter confiança nela". Em 17 de abril de 1939, o Secretário de Educação responde ao Interventor dizendo que a mesma foi nomeada professora substituta para o Grupo Escolar Vacaria, devendo a mesma fazer concurso em fevereiro p. v."⁶².

SOUZA, em discurso proferido na formatura das alunas-mestras do Instituto de Educação - "Oração ao Mestre", publicado pela REVISTA DO ENSINO, destaca que "nunca a dignidade do mestre foi tão cultivada na nossa terra quanto nesta hora e, também, que jamais lhe foram asseguradas tantas possibilidades de carreira, à base do mérito, do trabalho e do estudo"⁶³. O editorialista⁶⁴, também, vai fazer referências às medidas tomadas quanto ao aperfeiçoamento "cultural e técnico" do professor, destacando os comunicados de orientação pedagógica, os cursos de especialização e os estágios de professores em centros mais adiantados⁶⁵.

A REVISTA DO ENSINO exalta a obra de "dignificação docente"⁶⁶, promovida pelas autoridades educacionais⁶⁷ -

assegurando recompensas"⁶⁸. Os direitos e recompensas são apresentados como diretamente proporcionais ao **"mérito e caráter do professor"**, levando em conta sua correspondência aos papéis e deveres estabelecidos pela nova estrutura educacional⁶⁹. E para melhor controle e fiscalização no cumprimento das normatizações oficiais é criado um corpo hierarquizado de cargos que visam a dar uma estrutura de **"eficiência"** e **"unidade"** ao sistema. Assim,, acima do professor, há o orientador da educação, o diretor de escola, o delegado regional de ensino, os técnicos de ensino. Esta rede de relações hierarquizadas e normatizadas possibilita um maior controle e fiscalização do processo educativo, bem como um esvaziamento da função do professor, pela diluição e diminuição de sua esfera de atuação, cada vez mais restrita à sala de aula. Este esvaziamento não se dá de forma objetiva e direta. O discurso oficial e a **REVISTA DO ENSINO**, como seu portá-vozes, resgatam e valorizam a prática docente, em nível da sala de aula, como coadjuvante na campanha de nacionalização do ensino, ao mesmo tempo que a política estadonovista centraliza, hierarquiza e controla o universo escolar, restringindo e homogeneizando suas atividades.

A **REVISTA DO ENSINO**, pretendendo promover a interlocução entre o Estado e o magistério rio-grandense,

veicula as idéias postuladas pelo Estado Novo, de "reconstrução nacional" e "renovação educacional". Falando do professor para o professor, a REVISTA DO ENSINO o mobiliza como agente da política do Estado, pela sacralização da sua função docente. Através de um discurso idealista e moralizador, formador da postura - individual e social - do professor, objetivava cristalizar determinadas práticas e crenças quanto a sua conduta e prática escolar. Idealismo e patriotismo sintetizam o sentido a ser corporificado pelo professor "modelo de virtudes" na sua ação como coadjuvante do Estado, na campanha de nacionalização do ensino.

NOTAS

1. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(13):6, set. 1940.
2. Ibidem, p. 6.
3. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(15):230, nov. 1940.
4. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(5):5, jan. 1940.
5. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(3):156, nov. 1939.
6. Ibidem, p. 157.
7. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(6):85, fev. 1940.
8. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 6(23/24), jul./ago. 1940.
9. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 7(27):141, ago. 1940.
10. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(11):197, jul. 1940.
11. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(2):80, out. 1939.
12. "Para isto foi instituída a carreira do magistério, com rigoroso concurso para ingresso e promoção processadas, anualmente, com toda a regularidade. Abriam-se ao professor capaz, amplas possibilidades de acesso, com o rotativismo das direções, criação das Delegacias responsabilidades, o desinteresse, a abnegação do professor. Aponte-se aos nossos escolares, como lição de fé no brasileiro e exemplo de colaboração desinteressada, impregnada de mais alto sentido público (...) onde aparece radiante o gesto magnânimo daqueles professores que, esquecendo-se de si mesmos, olhos fitos no futuro e empolgados pela luz de um ideal superior, empenharam inteligências, esforços, energias, vontades e os próprios recursos, para a construção de instituições de ensino (...) verdadeiros padrões de sacrifício e organização -e que constituem a riqueza do patrimônio espiritual da cidade". (EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(14):126, out. 1940).
13. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(11):193, jul. 1940.
14. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(2):80, out. 1939.
15. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(5):5, jan. 1940.
16. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(19):126, mar. 1941.
17. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(5):6, jan. 1940.

18. SESP/RS. Diretoria Geral de Instrução Pública. Seção Técnica. Orientação Pedagógica. Comunicado nº 1. "Os bons mestres fazem as boas escolas". REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(17/18):66, jan./fev. 1941.

19. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(14):126, out. 1940.

20. A REVISTA DO ENSINO publica pensamentos e curiosidades, em pé de página, que exaltam a profissão do educador como ideal de "realização magnânima..." -A profissão nobre. Um dia, em Cannes, conversava o imperador Pedro II com alguns brasileiros, quando declarou gravemente:

- "Se eu não fosse Imperador, desejaria ser professor. Não conheço missão maior e mais nobre que a de dirigir as inteligências juvenis e preparar os homens do futuro". (REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(2):97, out. 1940).

- "Missão transcendental do mestre é desenvolver asas nos que têm mãos e mãos nos que têm asas". (S. Y. Cajal. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(17/18):29, jan./fev. 1941).

- "Hoje, depois de vinte e cinco anos de dedicada obra educacional, quando me pergunto qual o sentimento mais profundo que me veio dela e se conversa, descubro que é o sentimento de respeito pela criança". (Dupanloup. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(17/18):79, jan./fev. 1941).

- "Não há verdadeiro amor sem grandes sacrifícios, não há comunidade sem renúncias, nem aperfeiçoamento social sem luta heróica contra egoísmo". (Foerster. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(17/18): jan./fev. 1941).

21. EDITORIAL. Saúde. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(19):155, jun. 1940.

22. "Confiou-se a Educação do povo brasileiro a órgãos especializados próprios, com funções de fiscalização, coordenação e amparo. Instituíram-se a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário; o dever primordial, para o Estado, de incrementar o ensino pré-vocacional e profissional, a obrigatoriedade da educação física, do ensino cívico e o de trabalhos manuais. (...) Ensino primário intensivo, confiado à competência e desvelo de emérita professora; seleção rigorosa do professorado; fixação de critérios de aptidão e merecimento nos quadros do magistério; reintegração do mestre em sua nobre e verdadeira missão; aperfeiçoamento do material didático, disseminação de escolas; construção e ampliação de edifícios escolares. Assimilação de alienígena pela assistência escolar. Adaptação do selvícola pela instrução. Amparo e assistência social do escolar, pelo fortalecimento dos vínculos de solidariedade social, pela instituição do Cooperativismo, da Caixa, da Merenda e da Sopa Escolar, Ensino Rural e profissional reorganizado e adaptado às suas utilíssimas finalidades. Ensino normal modelar e de comprovada eficiência. Ensino secundário em fase de franca assistência fiscalizadora e coordenadora, cujos resultados não se farão esperar sob a direção enérgica e equilibrada de uma figura ímpar de professor. Ensino superior - em moldes universitários - dinamizado e sabiamente orientado por outra figura exponencial do magistério universitário e com o eficaz apoio moral e material dos poderes públicos". (EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(3):156-57, nov. 1939).

23. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(15):229, nov. 1940.

24. O editorialista, para explicitar o paralelismo com o que havia de "novo" e "moderno" e, portanto, adequado às necessidades nacionais, buscou, no "Anuário Internacional de l'Education et de l'Enseignement de 1939", os pontos de contemporaneidade e concomitância das medidas educacionais nacionais com as de outros 60 países. (EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(3):156, nov. 1939).

25. "Dentre todas as iniciativas, porém, destaca-se a da nacionalização de ensino na qual se empenhou o Governo com o objetivo de realizar o ideal de formação de nacionalidade e assimilação dos núcleos coloniais estrangeiros desenvolvidos à margem da civilização brasileira pela inércia e indiferentismo dos nossos governos". (EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9): maio 1940).

26. Destaque deve ser dado ao editorial de junho de 1942, no qual foi registrado o acidente sofrido pelo Presidente da República, o qual exalta que são exemplos dignificantes e criadores de energia e forças morais. "A REVISTA DO ENSINO recolhe os sentimentos da classe docente do Estado para, na exaltação da personalidade do estadista insigne que dirige a República, o Dr. Getúlio Vargas, expressar-lhe, com a sua homenagem, os votos de restabelecimento imediato, para que não sofra abalo e ritmo de progresso da Nação, que avança com segurança e firmeza na resolução que o momento lhe impôs em cumprimento dos grandes compromissos de sua função histórica". (EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 7(26): 69, jun. 1942).

27. O Editorial de março de 1940, intitulado "A Proteção à Infância", transcreve o discurso de Getúlio Vargas, pronunciado em 24 de novembro de 1939: "Estão vibrando ainda em nosso ouvido as palavras de S. Exa. o Sr. Dr. Getúlio Vargas, eminente Chefe da Nação, na oração, por todos os títulos brilhantes, na véspera de Natal, em que traço os rumos da política governamental agora consubstanciada nos referidos documentos legislativos". (EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(7):165, mar. 1940).

28. O Editorial de maio de 1940, ao analisar a ação educacional implantada no Rio Grande do Sul, destaca o papel desempenhado pelo titular da Secretaria de Educação, "retraça o perfil sereno, culto e equilibrado do administrador cômico das responsabilidades e apaixonadamente dedicado ao grande ideal que inspira a sua ação pública: - a Educação da mocidade em vista do futuro da nacionalidade. (...). Manter-se "na verticalidade de uma atitude de coordenação de técnicas, de exame sincero e apoio a seus planos e aspirações, e de inflexível aplicação das normas legais - constitui só por si título incontestado para a consagração de um homem público. Todavia não são apenas essas credenciais que distinguem a obra administrativa do titular da pasta da Educação. (...) deixamos consignada o aplauso e a nossa solidariedade a quem, com tanto êxito e brilho, tem realizado tão refulgente obra administrativa de ressurgimento das novas gerações brasileiras". (EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):5-7, maio 1940).

"... O ilustrado homem público, cuja obra de revigoração do sistema educacional rio-grandense é um padrão inacessível de dedicação, patriotismo e devotamento ao engrandecimento da Pátria". (EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(11):197, jul. 1940).

29. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 6(22):6, jul. 1940.

30. SESP/RS. Circular nº 8.008, de 09 de novembro de 1940. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(16):328, dez. 1940.

31. PEIXOTO, Ana Maria. Educação e Estado Novo em Minas Gerais. p. 323.

32. A vinculação da imagem do professor com a Igreja está ilustrada no artigo "O Brasil confia em ti", escrito por Mário Ferreira de Medeiros, especialmente para a REVISTA DO ENSINO. O autor ao destacar as qualidades de ousadia, dignidade e bravura, daquela professorinha que optou pelo cargo de professora pública, enfatiza "como é grande, nobre e pura a tua missão. Forjadora de caracteres para o Cristo e para o Brasil". Continua afirmando seu papel de educadora: "formadora de bons hábitos", de educadora do Brasil: "Terás de formar as almas para o Brasil"; de educadora para Cristo. "Mas, acima de tudo, como supremo dever de cada segundo de tua vida, terás de ser a educadora de Cristo". Após, analisa o Brasil, afirmando: "... se existe um Brasil de Caliban do Anti-Cristo, deve, também, existir um outro Brasil, capaz de realizar tudo quanto de alto e belo já demos ao mundo. Um Brasil de Ariel. Falemos com mais precisão e numa linguagem mais costumeira: um Brasil de Jesus Salvador". (MEDEIROS, M. F. O Brasil confia em ti. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):19-21, maio 1940).

33. "Todo educador pode considerar-se um sacerdote; mas o sacerdote, em seu sentido restrito, isto é, a simplesmente religião, se diferencia dele, pelo menos enquanto tende a desenvolver no educando valores religiosos por meio de determinados bens. Separa-o ainda do educador a circunstância de que quase sempre dirige-se exclusivamente à vida espiritual do aluno, mas não de igual modo ao portador orgânico dessa vida espiritual, isto é, ao corpo". (KERCHNSTEINER, Georg (1934). In: LOPES, E. M. T. Da Sagrada Missão Pedagógica, p. 167).

34. O "culto místico" religioso do trabalho durante o Estado Novo também tinha por função dar uma dimensão humanizante e regeneradora do trabalho. A proliferação dessa tese teria a função de exploração ideológica, por veicular que a "ação pedagógica do trabalho é a garantia da perfeição moral do ser humano, por seu concurso desenvolvem-se as regras de convívio e as relações de fraternidade dos homens entre si". (LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. p. 87-89).

35. FERRERO, Raul. "O Professor". REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 2(8):292, abr. 1940.

36. A Sociedade Rio-grandense de Educação resolveu promover uma homenagem às novas educadoras rio-grandenses, oferecendo-lhes uma recepção na próxima segunda-feira, 27 do corrente, às 17 horas, em sua sede na Duque de Caxias, 1363. Em nome da Sociedade saudará as homenageadas a Professora Maria de Gusmão Brito, diretora do Colégio Elementar 3 de Outubro e vice-presidente da Associação. (Discurso sobre "A função da professora". Sociedade Rio-grandense de Educação. Jornal do Estado. Porto Alegre, 25 de junho de 1938).

37. Não tendo localizado o exemplar da "Oração do Mestre" entregue às professoras, nesta época, fui encontrá-la publicada na REVISTA DO ENSINO de outubro de 1951, no segundo número desta segunda fase da revista, o que evidencia a permanência dos valores por ela explorados.

ORAÇÃO DA MESTRA - Afrânio Peixoto

SENHOR, pois que o quiseste, que o meu lar fôsse a minha escola, que seja a Tua vontade! Não é que não seja capaz de amá-la, que sinto que ensinar é a maior das responsabilidades sobre a terra.

É criar mais do que criar a carne, que é apenas alguns anos de sacrifício, pois que é criar a alma, para a vida inteira, de incompreensão ou de serenidade. Os pais lançam os filhos ao caminho, os mestres é que lhes ensinam esse caminho. E ele é a vida. Possa eu ensinar o bom caminho...

Faze que toda a manhã eu acorde de alma tranqüila e coração puro, para buscar minha escola e encontrar meus filhos, de quem a noite inteira fui privada. Que eu prepare nossa casa para recebê-los como trouxe preparado o ânimo para acolher.

Que na hora tumultuosa em que entram, como aves, inquietas no ninho, vá meu sorriso ao encontro deles e lhes diga, a todos, que os esperava. Um filho nunca é indiferente a dois braços maternos, que se estendem para ele... Faze que eu não distinga entre eles se a sorte os distinguiu, pela beleza, pela saúde, pela côr, pelas vestes, pelas maneiras, que em minha companhia, em nossa escola, nem o pobre seja envergonhado, nem o bem vestido jactancioso. Faze que eu derrame igual maternidade sobre eles, para que sejam irmãos ao menos na minha escola.

Faze-me paciente e insinuante ao difícil de entendimento, que eu saiba estimular e ajudar ao tardo e desanimado; que seja simples e apenas alusiva ao dotado para não tornar fátuo, e entretanto mais esforçado; que minhas mãos sobre as cabecinhas tenras sejam consolo e prêmio; que meus lábios sorriam ambíguos, com meiguice receptível aos que mereceram louvor ou com tristeza compreendida só dos que mereceram censura. Faze que possa dizer as palavras que contam, as definitivas para a vida inteira. Faze que inspire confiança a meus alunos e confie neles para os tornar dignos de si e mais próximos do ideal. Educação não é só confiança? Educar é amar.

Faze-me a justiça branda e sem vivacidade, antes triste, para entristecer ao culpado do que dura para revoltar ao insubmisso; faze que atinja a inteligência pelo coração e que toque estes coraçõezinhos, às vezes teimosos, pelo teimoso amor que quer conquistar. Senhor, dá-me pois que me fizeste mestra, que meu amor, o amor que dá a todas as criaturas, seja a minha escola, para amá-la e honrá-la todos os minutos de minha vida e que meus alunos sejam meus filhos, carne da minha alma tanto ou mais que a carne da carne e pois que me fizeste também mãe de filhos dos outros, que eu possa fazer de minha escola o lar igual, pacífico, decente, feliz, ativo, estudioso, bom, que cada dia eles deixam com saudade, para volverem no outro com alegria.

Faze Senhor, que cada um deles, desses meninos e meninas que na vida vão conhecer outras mulheres mãe, irmãs, parentas, esposa, filhas possam, à lembrança das que foram dignas de amor, juntar a de sua mestra, que todo o bem lhe quis, de quem foram o grande amor da vida, com o amor da sua profissão. Amém. (REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(2):42, out. 1951).

38. MARTINS, Justino. Moças que salvam uma geração. Revista do Globo. Porto Alegre, 28/03/1942, p. 17-21.
39. Ibidem. p. 18.
40. - "Não tem estranhado? - perguntou.
- Pelo contrário. Tenho gostado muito, a gente é muito boa. Os meninos são obedientes e quase não me dão trabalho.
- Estão aprendendo o português com facilidade?
- É a parte mais difícil. Sou a primeira professora pública que mandaram para cá.
Geraldo queria mais detalhes. A professorinha respondia sem afetação. Explicava que, além da aula estadual, havia ainda a aula municipal, cujo professor vivia do que lhe davam os colonos em gênero da roça, porque o que ganhava, oitenta mil réis mensais, não lhe chegava para o sustento. Tinha muita pena dele. Os colonos porém preferiam a aula estadual, que lhes saía mais baratas. Só encontrara até ali uma dificuldade para o desempenho do cargo: o pastor protestante. Este aconselhava a aula municipal, porque lá se ensinava alemão. Movia-lhe forte oposição, porque ela se recusava conceder-lhe as horas da manhã para o ensino da religião. Em verdade, não queria ensinar religião; a religião fora apenas pretexto para suas propagandas anti-nacionalistas. Como sabia que as meninas tinham que ajudar os pais na roça, à tarde, queria à força que ela lhe concedesse a manhã". (p. 149-59).
"- Isto é mesmo uma indecência - (...) chega um sujeito desses, com a responsabilidade de um nome ilustre, de uma posição, para desfazer num minuto todo o trabalho da professorinha. Assim nunca se há de nacionalizar coisa alguma! (p. 168).
"Fazia já alguns minutos que conversavam, Alzirinha contava a sua odisséia em Tannenwald. Os colonos a estimulavam, tudo corria bem até o momento em que o pastor protestante começara a hostilizá-la. Ultimamente chegara a conseguir que alguns habitantes do lugar fizessem uma representação contra ela ao Secretário de Educação porque a tinham visto a passear com o noivo pelos arredores" (p. 230). (VIANNA, Moog. Um rio que imita o Reno. Porto Alegre, Globo, 1957).
41. SESP/RS. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Comunicado nº 1. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(17/18):66-68, jan./fev. 1941.
42. FERRERO, Raul. "O Professor". REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(8):292, abr. 1940.
43. SESP/RS. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Comunicado nº 1. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(17/18):66-68, jan./fev. 1940.
44. MARTINS, Justino. Moças que salvaram uma geração. Revista do Globo. Porto Alegre, 28/03/1942, p. 20.
45. O Decreto nº 7.614 de 12 de dezembro de 1938, no seu artigo 12, dizia que, "quando as circunstâncias o exigirem, o governo poderá contratar para essas escolas professores do sexo masculino". SESP/RS. Decreto nº 7614, de 12 de dezembro de 1938. Provê sobre o ensino primário. (REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(8):314, abr. 1940).
46. SOUZA, J. P. "Circular nº 8008, de 09 de novembro de 1940. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(16):328, dez. 1940.
47. SESP/RS. Diretoria Geral de Instrução Pública. Seção Técnica. "Comunicado nº 2". REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):48, maio 1940.

48. "Virtudes" são disposições constantes do espírito - devoção, humildade, doçura, constância, paciência, sabedoria, gravidade, silêncio, prudência, discricção, zelo, generosidade e bom exemplo - enquanto que "qualidades" são propriedades ou atributos pela pessoa adquiridas. Para ser uma boa mestra de escola eram necessárias duas qualidades: vigilância e firmeza. E eram necessárias doze virtudes..." (LOPES, Eliane M. T. Da Sagrada Missão Pedagógica, p. 67).

49. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 6(23/24):85, jul./ago. 1941.

50. CASTRO, Gastão. "Professores Agrícolas". REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(11):197, jul. 1940.

51. Parece ter sido uma norma e disciplinamento do professor e de sua prática a utilização de "Credos", com sua forte identificação religiosa, visto que são "guias" para comportamento que devem ser cumpridos acima de tudo, caso contrário haverá sanções, ao praticante (o pecado, o confessorário). A REVISTA DO ENSINO publica o "Credo da Jardineira", adaptação de Celina Nina. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, (27), ago. 1942.

52. O Credo do Professor-Guia

Eu devo sempre lembrar que não há padrões fixos de viver humano, que em cada caso estou tratando de uma personalidade distinta: e que cada indivíduo que procura o meu conselho é levado por um desejo verdadeiro de encontrar auxílio.

Devo criar um ambiente de confiança de modo que o aluno sinta que está falando a um amigo que não o trairá, mas o ajudará a resolver o seu problema. É somente quando a oportunidade se apresenta para uma troca franca de idéias que posso trabalhar bem.

Devo ser sincero e procurar compreender o aluno; interessa-me pelos problemas e dificuldades dos outros. Ser tolerante, pois a tolerância é absolutamente necessária ao cumprimento de minha missão. A pedra fundamental na estrutura do trabalho do professor é compartilhar o ponto de vista dos outros com uma compreensão simpatizante de suas esperanças, seus temores, suas falhas e seus sucessos.

Devo ser capaz de captar a atenção e o respeito do aluno de uma maneira digna. Prestígio sem hostilidade e respeito sem medo são os fins essenciais. Eliminar a hostilidade e o medo e inspirar o respeito e prestígio são necessidades para as boas relações na aula ou na aula-lar.

Devo me capacitar de empregar sempre a melhor estrutura técnica, melhorando-a em cada experiência e adaptando-a a cada aluno e a cada situação.

Devo estar metodicamente preparado: reconhecer os diversos tipos de problemas que possam surgir e ter à mão fontes de materiais que me auxiliam a resolvê-los. Quanto mais informações reunir, tanto mais útil poderei ser.

Devo responder a cada consulta de maneira tal que o aluno saia com o sentimento de haver conseguido algo que o ajudará a resolver o seu problema.

Devo continuar a evoluir. As informações e as inspirações novas para ajudar aos meus alunos devem vir do esforço para consolidar os sucessos e remediar as imperfeições. Cada dia deve trazer novas dificuldades e novos estímulos.

(...) Devo considerar a minha profissão como uma das ocupações mais nobres - a de moldar o seu humano. Devo sempre lembrar que tenho uma responsabilidade grande e uma oportunidade verdadeira". FADIN, Monta Mc. Assistência Educacional e o Professor. (Guidance). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(15):247, nov. 1940. LENHARO, A. Op. Cit. p. 169 e 194.

54. REGULAMENTAÇÃO da Carreira do Magistério Público Primário. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 1(1):56, set. 1939.

55. Decreto n° 273, de 10 de junho de 1941. Provê sobre a designação e transferência dos professores especializados em Desenho, Música e Educação Física das Escolas Primárias do Estado. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 6(22):56-58, jun. 1941.

Decreto-Lei nº 3.193, de 14 de abril de 1941, que dispõe sobre a carga horária do professor nos estabelecimentos de ensino. Parecer do DASP. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(20/21):252-54, abr./maio 1941.

Decreto nº 193, de 11 de janeiro de 1941. Dispõe sobre o aproveitamento das normalistas especializadas em Educação Física.

Decreto-Lei nº 63, de 10 de janeiro de 1941. Estabelece o comissionamento de professores para preenchimento de vagas em escolas de 2ª e 3ª estágios.

Decreto-Lei nº 62, de 02 de janeiro de 1941. Cria 100 novos cargos de professoras estagiárias no magistério público estadual.

Anteprojeto do Decreto-Lei que dispõe sobre a preparação do magistério e administradores de ensino do mesmo grau e dá outras providências.

"Remuneração condigna dos professores de ensino particular". Portaria Ministerial nº 8, de 16 de janeiro de 1941. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(17/18):80-94, jan./fev. 1941.

Decreto-Lei nº 3.085, de 03 de março de 1941. Dispõe sobre o registro de professores.

Decreto nº 205, de 31 de janeiro de 1941, art. 72-95. Pagamento de vencimentos. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(19):168-71, mar. 1941.

Decreto-Lei nº 489, de 13 de fevereiro de 1942. Regula a transferência de professores com exercício em escolas de formação do magistério primário e dá outras providências.

Decreto nº 485, de 04 de fevereiro de 1941. Estabelece a maneira de provimento dos cargos criados pelo Decreto nº 155, de 20 de novembro de 1941.

Decreto nº 477, de 15 de janeiro de 1942. Dá denominação ao quadro do magistério público primário, criado pelo Decreto nº 7989, de 19 de outubro de 1939. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 7(25):61-64, maio 1942.

56. O Departamento de Serviços Administrativos e Procuratório da REVISTA DO ENSINO, atendendo à solicitação da circular nº 2, de 03 de março de 1941, da Divisão do Ensino Secundário do Ministério de Educação e Saúde, comunica a todos os interessados que o registro de professores no Departamento Nacional de Educação, para os graus secundários (fundamental e complementar) e comercial, reaberto por força do Decreto-Lei que acima publicamos, continua obedecendo ao disposto no art.69 e parágrafos do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931.

Nestas condições, os requisitos deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

- a) Prova de identidade;
- b) Prova de idoneidade moral;
- c) Certidão de idade;
- d) Certidão de aprovação em instituto oficial de ensino secundário ou superior, do país ou estrangeiro, nas disciplinas em que pretendam inscrição;
- e) Quaisquer títulos ou diplomas científicos que possuam, bem como exemplares de trabalhos publicados;
- f) Prova de exercício regular no magistério, pelo menos, durante dois anos.

Parágrafo "único" - O documento a que se refere este artigo, na letra d, poderá ser substituído por qualquer título idôneo, a juízo de uma comissão nomeada pelo Ministério de Educação e Saúde e constituída por três professores do magistério secundário oficial e dois do equiparado.

57. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):5, maio 1940.

58. O primeiro concurso para professor primário realizou-se em fevereiro de 1938, tendo-se inscrito 1207 candidatos e sendo classificados 1036, dos quais 538 foram imediatamente nomeados. No concurso de reversão, houve 16 professores inscritos, mas somente um classificado. No concurso para professor especializado em Música e Desenho, inscreveram-se 107 professores, classificando-se 33.

59. Para os critérios de nomeação, reversão e remoção de professores, as escolas primárias do Rio Grande do Sul foram classificadas em quatro estágios, de acordo com a sua localização, além do estágio especial, que se realizava na Escola Normal, no Curso de Aplicação. O princípio dos estágios, na classificação das escolas,

obedecia ao critério de acesso e índice populacional, isto é: "são consideradas de primeiro estágio as escolas localizadas em fazendas, centros agrícolas ou industriais povoados, vilas ou cidades cuja população não seja superior a três mil habitantes"; até o 4º estágio que compreendia os estabelecimentos de ensino da capital. Também o professor foi classificado em classe, em número de 4 - estagiários e professores de 1º, 2º e 3º instâncias. As "promoções" em classes não implicavam alteração na situação do professor no tocante ao cargo e à categoria e estágio da escola em que servia; somente as "remoções" e "reversões" é que envolviam mudanças de escola. Para estas situações, o decreto regulamenta, em mínimos detalhes, as condições de concurso para ocorrerem mudanças na vida profissional do professor. É interessante verificar os critérios de promoção do professor-estagiário para a 1ª instância. Além da atuação docente são destacados: execução do programa de ensino que lhe for confiado, orientação pedagógica do trabalho escolar, interesse pelas atividades educativas extra-classe; o exercício - um ano de exercício efetivo decorrido, no máximo em duas escolas, pontualidade não inferior a 90%, dos dias letivos do ano; a atuação moral e social - no meio escolar e no meio social. Estes critérios demonstram preocupação e controle da conduta do professor - "haver demonstrado formação ética superior, em suas relações quer com as autoridades escolares, quer com os corpos discentes, docentes e administrativos ou ainda com o meio social".

As escolas também foram classificadas em 4 categorias, de acordo com o número de classes que a compõe: 4ª categoria: as escolas que contam até 7 classes; 3ª, de 8 a 15 classes; 2ª, de 16 a 25 classes; 1ª, mais de 25 classes. Assim como o Estado foi dividido em "circunscrições escolares", em número de 10 regiões escolares, "abrangendo cada região limitado número de municípios, atendendo à facilidade de meios de comunicação e transporte e às condições mesológicas, étnicas, econômicas e físicas". Estas regiões formariam as Delegacias Regionais de Ensino, superintendidas por delegados imediatos do poder central, com atribuições técnicas e administrativas. Esta organização do Estado em Delegacias Regionais de Ensino considerava "a necessidade de descentralização dos serviços técnicos e administrativos do ensino, atenta à extensão territorial e à crescente penetração do ensino público nas regiões do interior", bem como "a indispensável aproximação da realidade educacional do órgão central da direção, para eficiência e unidade de orientação do trabalho escolar e solução conveniente dos reclames particulares do ensino em cada região". (DECRETO nº 7641, de 28 de dezembro de 1938. Cria Delegacias Regionais de Ensino, a cargo de Delegados Regionais de Ensino e Orientadores de Educação elementar e extingue cargos. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 1(2):138, out. 1939).

60. Foi criado também o cargo de "orientadores da educação elementar", cuja função primordial seria "prestar assistência técnica ao professor primário". O quadro de Orientadores da Educação voltava-se, também, para a "necessidade do serviço de fiscalização", exigido nas escolas particulares pela nacionalização do ensino, e de "assistência técnica" à rede de escolas públicas e particulares do Estado. Muitas vezes, era o "orientador da Educação" que ministrava as classes de língua portuguesa, história e geografia do Brasil nas escolas nacionalizadas, estando, diretamente, subordinado ao Delegado Regional de Ensino. (RS/SESP. Decreto nº 7640, de 28 de dezembro de 1938. Regulamenta a Carreira do Magistério Público Primário. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(1):68, set. 1939).

61. "Em menos de dois anos, foram promovidas mais de 500 professoras e o provimento das vagas tem sido efetuado, rigorosamente, dentro do critério de merecimento verificado através de concurso de títulos". (EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):7, maio 1940).

62. RS. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, março 17, lata 524.

63. SOUZA, J. P. "Oração ao Mestre". REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 3(9):11, maio 1940.

64. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):7, maio 1940.

65. LOURO, referindo-se ao movimento da Escola Nova no Rio Grande do Sul, destaca o incentivo ao aperfeiçoamento dos professores, através de viagens de estudos para o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais

e Montevideo (Uruguai), "para observação dos novos métodos e processos de ensino". (LOURO, Guacira. "Educação e Sociedade no Rio Grande do Sul", p. 16). A SEÇÃO DA REVISTA DO ENSINO "Subsídios para a História da Educação Brasileira" também registra, em 17 de dezembro de 1940, a realização de um curso de aperfeiçoamento, no Rio de Janeiro, de dez professores estaduais, a convite da ABE.

66. "A função de educar já não constitui, assim entre nós, mero emprego público, de limitadas perspectivas e de incertas possibilidades de ascensão e de acesso, e cuja conquista não raro significa favor grangeado, com desapareço da dignidade pessoal. Decantado do sedimento de protecionismo e da prepotência, tornou-se o Magistério, dentro do plano de recursos educacionais do Estado, uma carreira orgânica e coerente, cercada de garantias da lei e alicerçado na aplicação de critérios impessoais e objetivos e com promessas generosas de acesso para níveis cada vez mais altos de cultura e de esforço. Ontem, luta de competições mesquinhas, dependência moral, preterições injustas. Hoje, o esforço honesto de concorrência profissional, vitória autônoma, reconhecimento do mérito verdadeiro". (A INSTRUÇÃO pública no Rio Grande do Sul. Jornal do Estado. Porto Alegre, 02 de maio de 1939. p. 26-27).

67. "É certo que a Educação é problema diretamente dependente das possibilidades do Estado e que a ação dos educadores decorre das condições que aquele lhe propicia para o correto e eficiente exercício de seus deveres. E que a clarividência de espírito da administração jovem do Estado soube compreender e distinguir as falhas perturbadoras da perfeita engrenagem do aparelhamento escolar e dar-lhes soluções compatíveis com a realidade e as exigências do meio. Outras naturalmente se-lhes seguirão, no ritmo marcante de progresso e reorganização que caracteriza esta fase da vida brasileira". (EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(19):12, maio 1941).

68. Capítulo III - Dos Professores

Art. 97 - Compete aos professores:

- 1) Comparecer ao estabelecimento 5 minutos antes do início do trabalho diário.
- 2) Ocupar-se durante todo o expediente com os trabalhos regulamentares.
- 3) Preparar diariamente o seu plano de aula e registrar em caderno especial.
- 4) Usar processos de ensino que não se afastem do conceito atual de aprendizagem e educação.
- 5) Organizar fichários de seus planos em que sejam registrados todos os dados necessários ao ajustamento dos processos educativos aos casos individuais, assim como as modificações verificadas.
- 6) Responsabilizar-se pelo rendimento de sua classe, no sentido da promoção e educação integral dos alunos.
- 7) Registrar a freqüência diária.
- 8) Colecionar os relatórios semanais da classe.
- 9) Assinar os boletins mensais.
- 10) Responsabilizar-se pela conservação da sala, mobiliário e material didático a seu cargo.
- 11) Prestar todas as informações solicitadas pelas autoridades competentes.
- 12) Conservar em ordem a escrituração da classe.
- 13) Receber todos os alunos que forem encaminhadas à sua classe, comunicando à Direção sempre que a classificação da criança não correponder ao seu grau de adiantamento.
- 14) Colaborar com os orientadores no ajustamento das atividades da classe aos novos processos educativos.
- 15) Comunicar à Direção as faltas dos alunos, excedentes em três dias.
- 16) Inculcar nas crianças, pelo exemplo, o respeito às autoridades, superiores hierárquicos, leis e regulamentos; formar hábitos de cooperação, urbanidade e lealdade para com os colegas.
- 17) Integrar comissões examinadoras.
- 18) Participar de atividades extra-classes, interessando-se pelo êxito das instituições escolares.
- 19) Comparecer às solenidades em que a escola tomar parte.
- 20) Cumprir as disposições regulamentares.

Capítulo IV - Dos Professores Privativos

Art. 98 - Os professores privativos de Música, Desenho, Educação Física e Trabalhos Manuais estão sujeitos às mesmas determinações que os demais professores com exclusão das atribuições referidas nos incisos 8 e 9 do art. 97.

Art. 99 - Os professores de matérias especializadas exercerão as suas atividades do 3º ano em diante, podendo, auxiliar, a critério da Direção, as professoras dos primeiros anos, quando necessário.

Art. 100 - Aos professores privativos cabe organizar o trabalho em conexão com as atividades de classe.

(RS/SESP. Decreto nº 7929, de 30 de agosto de 1939. Regimento Interno das Escolas Primárias. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(3):225, nov. 1939).

69. "O professor rio-grandense emancipou-se. Como na magistratura, ele permanece à margem das competições estranhas, vivendo, evoluindo e crescendo dentro de seu próprio ambiente, nobilitado pelos fins superiores da sua missão e amparado por uma lei que foi ditada pela inteligência e pelos mais altos sentimentos da humanidade e justiça". (EDITORIAL. Jornal do Estado. Porto Alegre, 12 de maio de 1939. p. 3).

CAPÍTULO IV

A RENOVAÇÃO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA REVISTA DO ENSINO

CAPÍTULO IV

A RENOVAÇÃO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DA REVISTA DO ENSINO

"E como seguirão os educadores?

A solução encontrar-se-á na velha sabedoria da moderação e da equidistância, em um justo equilíbrio crítico.

Nada de extremismo, igualmente perigosos.

Nem a paralisia da rotina, nem o abalo das revoluções, mas o passo firme de um progresso sadio"

J. P. Coelho de Souza

O professor como "modelo de virtudes" também precisava estar preparado e instrumentalizado para exercer a "obra moral e espiritual de engrandecimento da Pátria".

A formação, atualização e dignificação de um corpo seletivo de professores faziam parte do programa de "renovação educacional", com o objetivo de alcançar uma "unidade orgânica de ação, afastando da escola o empirismo e a rotina, fundamentando as tendências educativas em princípios científicos capazes de lhes assegurar ação eficaz sobre o educando, com possibilidades de aperfeiçoamento constante"¹. Assim, foi uma ação planejada e dirigida pelas autoridades educacionais, que considerava ser o professor uma peça fundamental da nova máquina, cujo funcionamento poderia comprometer todo o sistema².

A qualificação dos professores "técnica e moralmente idôneos", envolvia tanto os futuros mestres³ como os "militantes"⁴, com o objetivo de formar uma "elite cultural e profissional", orientada e "disciplinada quanto possível pelas correntes experimentais da moderna pedagogia". Essa atualização do "equipamento profissional" visava a tornar o professor um "profundo conhecedor - consciente de sua missão, com elevação moral bastante para se pôr ao serviço da causa"⁵.

Cursos, reuniões, "semanas de estudos" são promovidos pelas autoridades educacionais com o objetivo de "estudar e debater com amplitude os problemas atinentes ao ensino e à administração escolar (...), no intuito de cooperar para o aperfeiçoamento profissional e de levar a todos os recantos do Estado uma palavra de incitamento e estímulo às atividades profundamente práticas de educar"⁶. Esse aperfeiçoamento profissional estava circunscrito às normas estabelecidas pela Diretoria de Instrução Pública, através de sua Seção Técnica. Exemplo significativo desta normatização é a regulamentação da "Semana de Estudos", promovidas nas Delegacias Regionais de Ensino, com o objetivo de "estudar in loco e divulgar as novas técnicas pedagógicas para a solução prática dos mesmos"⁷. O programa determinava que "ficavam proibidas as discussões que se afastassem da ética profissional". O programa de estudos incluía palestras sobre: "a formação da consciência moral, como aspecto essencial da educação da criança"; "a motivação do trabalho escolar"; discussões sobre problemas de ensino da linguagem (objetivos da matéria e como atingí-los através da leitura, expressão oral e escrita, gramática, literatura), problemas do ensino da Matemática (noções essenciais, repetições, problemas, levando em consideração a psicologia da aprendizagem e a função da

matemática na vida real); o ensino da História e da Geografia pátrias (como fatores capazes de despertar o sentimento cívico, criando motivos superiores de amor à Pátria); novas técnicas de ensino (unidades de trabalho, centro de interesses e projetos); adaptação da escola ao meio rural (problemas do meio rural e como resolvê-los através da escola); e demonstrações práticas sobre: leitura de 1º grau, a Matemática do 3º ano, projetos, problemas de agricultura. Esse programa procurava abranger a teoria e a prática do processo de ensino-aprendizagem, numa dimensão de "renovação" da atividade de ensino.

Assim, a busca de "renovação educacional", mediante um trabalho sistemático de cursos, instruções, planos de atividades, "orientação para estudo e autocultura", seria dirigida pelas autoridades educacionais, sobretudo pela Diretoria de Instrução Pública, posteriormente, Departamento de Educação Primária e Normal, com o objetivo de levar ao magistério rio-grandense, "maiores recursos de fundamentos científicos em que se apoiava toda renovação escolar, integrando-as na unidade orgânica da obra educacional em realização". A intenção, que orientava essa ação das autoridades educacionais, era a "fixação de um padrão" para o magistério em que estivesse presente "uma

apurada formação de sua personalidade humana e profissional, nas linhas de cuja estrutura se amparam as novas qualidades da escola rio-grandense renovada"⁸. Nessa ação coordenada, situava-se a REVISTA DO ENSINO, com a função de auxiliar o professor, informando-lhe "os resultados das pesquisas técnicas especializadas, as normas legais interessantes ao ensino, observações e conclusões de inquéritos, iniciativas aconselháveis e para esclarecer suas dificuldades"⁹.

Essa formação do professor intentava dar-lhe uma segura formação didático-pedagógica, que lhe permitisse "planejar, seriar dificuldades, dar unidade, dar seqüência, afastar a fragmentação", isto é, "tomar as pérolas soltas e enfeixá-la em colar"¹⁰. A ênfase seria dada ao cuidadoso planejamento, acompanhamento e avaliação constante de todas as atividades de ensino promovidas, na perspectiva de uma "pedagogia experimental". Uma série de sugestões de atividades de aula, com técnicas variadas, é dada ao professor primário rio-grandense, visando a instrumentalizá-lo para melhor executar sua "nobre e árdua tarefa". Tais sugestões estão intimamente relacionadas e identificadas com os "programas mínimos" estabelecidos para as escolas primárias do RS, pelo Decreto nº 8020, de 29 de

dezembro de 1939, que procuravam "imprimir orientação uniforme ao trabalho educativo, com a pré-fixação dos objetivos a atingir e da previsão dos meios adequados a realizá-los"¹¹. Essa "orientação uniforme" justificava-se pela necessidade de "adequar a escola às exigências e aspirações do meio de que recolhe o aluno, aos modernos estudos sobre a criança e as exigências da vida social criadas pela civilização em nossos dias". A renovação curricular, em Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Estudos Naturais, Desenho, Artes Aplicadas e Música, tinha "caráter experimental", estando sujeita a "revisões periódicas pelos resultados das pesquisas, inquéritos e observações relativas às exigências do meio e aos interesses e possibilidades reais de aprendizagem de nossos escolares".

Essa "orientação uniforme", dada pelos programas de ensino por série, incluía os objetivos, os mínimos curriculares e a "normativa", com as orientações metodológicas para o alcance dos dois primeiros itens, como um verdadeiro "receituário" de "como" desenvolver as atividades de ensino. O professor deveria "redescobrir" um outro enfoque para as matérias dentro dos princípios escolanovistas - "a aritmética bem ministrada é uma matéria

tão atraente que não necessita ser ensinada disfarçadamente, e não há dúvida de que a Escola Nova deprender-lhe-á diretamente os valores e prazeres intelectuais, que o seu estudo sério envolve e proporciona. A escola ativa quis terminar com o ensino meramente verbal, procurou ainda desenvolver a atividade do aluno dentro do processo intuitivo, atividade essa que mais notada se fez no trabalho manual. Uma resposta satisfatória nos veio das pesquisas da psicologia infantil e da psicologia experimental. Demonstraram estas pesquisas que é mister adaptar o ensino da aritmética ainda muito mais ao desenvolvimento natural da criança"¹².

Paralela a essa visão "nova" das matérias e métodos de ensino, a orientação dada pelos artigos da REVISTA DO ENSINO evidencia uma dimensão tradicional, na qual diretrizes fechadas e detalhadas do "dever" do professor, são estabelecidas, como se pode constatar pelo artigo "Técnica da lição". Nele, seis requisitos são abarcados, porque "universalmente estabelecidos, por compendiarem toda a didática". Assim, a lição "deve ser adequada à capacidade mental dos alunos; deve despertar o interesse e a animação; deve ser intensiva e não simplesmente extensiva; deve instruir e educar ao mesmo tempo; deve ser ilustrada

conveniente e suficientemente; deve ser metódica e constar de três partes essenciais: a introdução, o desenvolvimento do assunto e a recapitulação"¹³. Outros artigos procuravam alertar os professores quanto aos perigos dos "extremismos metodológicos" , dosando o "novo" com o "velho": "Com o movimento de renovação escolar, condenando-se a memorização puramente passiva dos conteúdos, caiu-se no extremo oposto e quase foi completamente abandonado o treino sistemático da tabuada. Daí resultou um decréscimo assustador da eficiência do cálculo (...). Reconheceu-se que não se pode confiar aos simples acaso a formação desses conhecimentos e que há necessidade de exercícios sistematizados, que levam a criança a dominá-los e a usá-los com rapidez e exatidão"¹⁴.

Essa atitude de precaução como o "novo" é evidenciada no discurso proferido pelo Prof. Oscar Machado na Sociedade Rio-Grandense de Educação em 1941. Nele, alerta-se quanto ao "forte entusiasmo renovador" no campo educacional, que teria gerado uma exagerada preocupação com o meio e o descaso generalizado pela finalidade. Salienta-se que toda transformação educacional leva a duas atitudes: uma reforma dos meios (organização) e uma revisão dos fins (orientação). Afirma-se, no entanto, que na escola nova

brasileira, estabeleceu-se o "primado do método", a organização dominou a orientação, o materialismo atingiu a pedagogia¹⁵.

Para que houvesse essa mudança de mentalidade do professor, quanto ao papel da escola, do ensino, da educação, auxiliando-o a superar a "visão tradicional", considerada "verdadeiramente ridícula para o momento que atravessamos", o discurso da REVISTA DO ENSINO vai constantemente enfatizar esta relação entre o "novo" e o "velho".

A Escola tradicional é apresentada com destaque aos seus aspectos negativos, em uma estratégia de exaltação dos "novos métodos" e de diminuição nas críticas decorrentes das mudanças provocadas pelo "novo". Assim, o artigo "Como compreendemos a higiene escolar", procura exercer este papel, ao expressar-se dessa forma: "Da escola arcaica, onde o mestre, monarca absoluto, enfeixava em mãos todos os poderes sobre a imberbe turba que se lhe confiava à sonha amansadora, e até fazia jus a encômios, contanto que lhe metesse nas cacholas, pelo terror, aritmética e letras, tão rapidamente evoluímos para a antípoda que é hoje a nossa escola primária no RGS, que essa evolução se adiantou de

muito, à da mentalidade do nosso povo, pais e mães de família (...) cuja única pedagogia em que acreditam é a do "puxe por ele", tal qual há dois séculos. E quando pequenino, que fora à escola na expectativa de encontrar um "amansa burros", de lá regressa alegre, elogiando, entusiasmado, a queridinha da professora, cai água na fervura, e se abre essa conhecidíssima série de críticas e diatribes, contra os métodos, contra a escola, contra os professores modernos"¹⁶.

O artigo "Os Métodos Novos na Escola Primária", também critica a escola tradicional, por "regular tudo pela medida do adulto, (...) ser mais lógica que psicológica, (...) ter uma programa muito dividido e negligenciar muito o que se refere à criança e ao seu meio"¹⁷.

A relação entre o "novo" e o "tradicional" não é uma questão tranqüila e resolvida na REVISTA DO ENSINO. Ao mesmo tempo que existe uma ênfase do discurso no "novo", o tradicional continua imbricado em algumas falas, principalmente naquelas referentes ao papel da educação e à função do educador. O discurso do Secretário de Educação, J. P. Coelho de Souza, por exemplo, intitulado "Oração do Mestre", ao mesmo tempo que faz a apologia da renovação

educacional, traz os ensinamentos de Herbart, afirmando: "Coloquemos a escola nacional sobre uma base espiritual. Conservemo-nos fiéis à lição de Herbart, colocando a pedagogia em seu verdadeiro terreno: entre a Psicologia, ciência do menino, e Ética, ciência do fim a que este deve ser conduzido pela educação. Nesse conceito está cristalizada toda uma norma de ação: o estudo da Psicologia da criança é a renovação permanente dos métodos; a preocupação da Ética como fim de toda educação é a finalidade da orientação"¹⁸. Esta fala reforça a afirmação do Professor Oscar Machado, de que o "primado do método" marcou a modernização da escola, enquanto a finalidade de sua orientação não foi rediscutida, mantendo-se, seu perfil tradicional com ênfase no espiritualismo, na ética. O "novo" era identificado com a ciência, com o materialismo, e o "tradicional", com a ética, o espiritual.

O artigo "Os Métodos Novos na Escola Primária" também alerta o leitor quanto ao fato de "a pedagogia experimental estar longe de ser toda a pedagogia". Esta observação considera que, em algumas questões, a pedagogia nova tem sido incompetente para a solução. O "fim da educação, as qualidades do educador, a educação moral, toda a parte sobrenatural da pedagogia" seriam alguns tópicos não

plenamente abordados pela escola nova. A seguir, lista algumas contribuições que a pedagogia experimental trouxe aos professores, centradas no ensino das matérias, como: cálculo, leitura, ciências. Evidenciando em que a pedagogia nova tem sido competente, o artigo deixa claro que são as questões práticas, as de métodos de ensino, as que melhor são atendidas, enquanto as questões filosóficas ficam a descoberto. Apesar destas limitações, o artigo traz ao professor a mensagem de que "se interesse, ainda que sumariamente, pelos métodos novos e seus resultados, ao menos para aprender a observar melhor as crianças"¹⁹.

Os artigos de exaltação do "novo" procuravam chamar a atenção do leitor para as "novas" perspectivas de ensino que se abriam ao professor, em que "ensinar perdeu a significação de transmitir conhecimentos e tomou sentido único de educar". Assim, para educar, e não instruir, o professor precisava aprender "esta arte de educar, conhecendo as leis a que está sujeito o entendimento e os meios de o desenvolver". A "arte de educar" exigiria do professor, "mais esforço que o clássico sistema empregado nas lições mecânicas e na cópia de modelos caligráficos". Assim, "guiar e orientar seriam papéis do professor na escola renovada". Ele deveria "acompanhar o progresso, como

escopo primordial, afastando da escola o empirismo e a rotina, e fundamentar as tendências educativas em princípios científicos capazes de lhes assegurar ação eficaz sobre o educando, com possibilidade de aperfeiçoamento constante"²⁰.

O caráter experimental da pedagogia nova vai ser amplamente focado nos artigos da REVISTA DO ENSINO, que pontuam que "arte de ensinar não deve (...) se conceber dirigida por preceitos rígidos e minuciosos de base técnica, abstrata, dedutiva"²¹, mas que o estudo dos problemas educativos deve ser conduzido sob o ângulo da pesquisa científica.

O professor deveria assumir a função de observador e experimentador, fazendo da escola, da sala de aula um "laboratório". Todos os momentos lhe forneceriam dados significativos para analisar e avaliar o processo pedagógico. Por exemplo, no Comunicado Pedagógico nº 3, o professor é alertado de que o recreio, período em que os alunos realizam atividades de sua livre escolha, oferece oportunidade para a observação de "particularidades de caráter e temperamento, preferências individuais, gestos, tendências, grau de amadurecimento social, marcas do meio

em que vivem"²². Essa observação de interesse científico era também vigilância atenta à questões de disciplina.

No intuito de estimular a observação das manifestações da vida social da criança, na perspectiva da escola como um laboratório, o artigo "A Criança e o Grupo", de S. Lipeszycac²³, orienta o professor sobre a riqueza de oportunidades que o uso do jogo proporciona como "livre expressão social da criança". Ele possibilitaria observar e analisar "os valores de ordem moral que regem o grupo, a forma de estruturação dos grupos, a criança em suas relações no grupo". Também o "sociograma", que permitiria avaliar o grau de adaptabilidade social e perceber as crianças com problemas, e a "autobiografia", constituída como exercício de higiene mental para o aluno e fonte de informação para o professor, tem seu uso recomendado neste artigo.

A ênfase dada pelos articulistas é no sentido de evidenciar que o papel da pedagogia experimental é o de suscitar problemas cuja solução indicasse quais os métodos mais favoráveis ao desenvolvimento das potencialidades do aluno e à aquisição de conhecimentos. Mas importava, para

estes mesmos articulistas levar o professor a "distinguir o que é eterno do que é efêmero, conhecer a base filosófica que deve informar toda a pedagogia, renovar permanentemente os processos pedagógicos que levam a criança a uma formação integral"²⁴.

A REVISTA DO ENSINO, procurando reforçar no leitor o caráter experimental da prática pedagógica, publica três capítulos da obra "Vers l'école de demain", de Angelo Patri²⁵, que relatam as memórias deste professor, que como "mestre-escola" "viveu o espetáculo da escola americana em plena transformação". Em estilo romaneado, o autor relata a sua experiência como aluno, numa escola tradicional - "rígida, repetitiva" - onde a "disciplina era a base do ensino" e o papel do professor como modelo era enfatizado. Depois relata as suas primeiras experiências como professor, cujas atividades haviam sido previamente prescritas pelo diretor que exercia uma vigilância constante. Relata, ainda, que sua transformação como docente se deu após a leitura da obra "Ensaaios", de Dewey, quando procurou fazer, na prática, uma "nova escola", que descreve, mostrando que a observação cotidiana da vida escolar, fornece, elementos importantes para o professor interessado na renovação da escola.

Para poder "guiar e orientar", o professor deveria ter condições de conhecer a realidade escolar, as necessidades do aluno, seus interesses e características. Essa mudança de papel do professor - que se transformou de "monarca absoluto" em "guia e orientador" - é enfatizada com uma valorização de sua função: "esta educação exige do educador uma soma muito maior de conhecimentos biológicos e psicológicos, uma técnica muito superior e uma habilidade especial"²⁶.

Na medida em que ensinar perdeu a significação de transmitir conhecimentos e tomou o sentido de educar, cabia ao professor adquirir conhecimentos especializados que lhe permitissem melhor conhecer a "arte de educar" e "a entidade viva e central da escola - o aluno". O aluno passava a ser o centro do processo e, dessa forma, preocupação básica do professor, que deveria ser capaz de percebê-lo - como ser social e ser individual.

Assim, impunha-se como uma necessidade primordial o conhecimento da criança "de seu modo peculiar de pensar, agir e sentir, de acordo com as diferentes fases de seu desenvolvimento"²⁷. Tal conhecimento, era instrumento valioso para o professor, na "condução do estudo, na

seleção da matéria, na adaptação do conteúdo e da forma do ensino à psicologia do aluno"²⁸.

O conhecimento da criança sob diferentes ângulos, fornecidos por "novas" ciências - Psicologia, Biologia, Sociologia, Medicina - auxiliaria o professor na busca de "harmonização entre o comportamento individual e social" do educando, para que pudesse "agir com eficácia no meio social".

Os artigos de Psicologia e Higiene Mental são, em sua maioria, escritos por médicos do Departamento Estadual de Saúde Pública e professores da Universidade de Porto Alegre. Os conhecimentos de Psicologia Infantil, entendida também como Higiene Mental, eram de responsabilidade tanto do médico "no contato na clínica, no seio das famílias", como do professor, no interior das escolas, possibilitando-lhe "exercer a nobre missão de sondar os tipos normais e separarem os que necessitam assistência especial à parte"²⁹. Propunha-se uma ação conjunta de pais, professores e médicos com a finalidade de formação do caráter da criança. Entendida esta no âmbito da campanha de profilaxia mental, que contribuísse para o fortalecimento da raça.

A higiene mental é proposta como "Psicologia Social" que estuda todas as espécies de desajustamento do comportamento humano. O professor deveria conhecer o conceito de "anormalidade mental" que englobava "desadaptabilidade social", já que se "o indivíduo não se ajeita às condições de sua família, de sua escola, do seu emprego, enfim da sociedade em que está vivendo (...)" é porque "a sua inteligência, o seu caráter, as suas aptidões ficam aquém ou além das exigências que o dado meio lhe apresenta"³⁰. O conhecimento dos "anormais", desde os anormais pedagógicos, anti-sociais, indisciplinados, até os com graves perturbações mentais orgânicas ou adquiridas, permitiria a compreensão do conceito de "anormalidade", como desvio da norma do habitual, reforçando a idéia de normalidade: "tipo individual, são e bem adaptado ao ambiente"³¹.

Conhecer as diversas categorias de "anormais" deveria permitir ao professor classificar e corrigir as situações de fracasso escolar, indicativas, segundo a REVISTA DO ENSINO, de anormalidade. Assim, recomendava-se que: "Toda a criança que se atrasa de modo sistemático e que não pode acompanhar os companheiros de classe deve ser encaminhada a uma consulta de neuro-psiquiatria infantil"³². Para que os

professores tivessem condições de observar seus alunos e verificar os casos de "desadaptabilidade social" as autoridades educacionais do Departamento Estadual de Saúde, da SESP/RS, promovem o Curso de Bio-Psicologia Infantil e a REVISTA DO ENSINO publica as palestras proferidas, com o objetivo de habilitar o professor a fazer o diagnóstico precoce desses distúrbios ou, ao menos, distinguir anomalias de defeitos. "Um educador ignorante dos elementos de patologia mental é moralmente responsável pelo futuro sombrio, do ponto de vista psíquico, de muitas crianças cujos pais jamais as suspeitaram atingidas de uma doença". As palestras proferidas nas escolas, envolviam noções sobre inteligência, caráter, anormalidades neurológicas e endocrinopatias, métodos de diagnóstico dos anormais da inteligência, do caráter, de motricidade, sobrecarregadas de informações especializadas na área médica³³.

O estudo pelo professor da "evolução mental da criança", e problemas de má formação congênita e de desaptabilidade social, seus tratamentos, procurava instrumentalizá-lo "cientificamente" para o exercício da função docente. Os novos conhecimentos de psicologia, medicina social eram um instrumental de considerável importância: "a direção e a extensão da

transformação interior da criança será estabelecida pelo exame médico, mas a tarefa de execução, a parte mais nobre, repousa na atividade do pedagogo"³⁴.

A ênfase no trato da "anormalidade", na visava a reforçar a idéia de "normalidade", adaptabilidade social, como forma de profilaxia para o fortalecimento da raça. Mas era também instrumento teórico importante para a homogeneização das classes escolares. Nesta perspectiva, propunha-se a criação de "classes especiais" para "anormais", autônomas ou anexas a Grupos Escolares.

Eram também tratados problemas de adaptação social da criança, na perspectiva de defeitos considerados anti-sociais, como: a mentira; o furto; a crueldade; o hábito de fazer gazeta, o tipo de criança mimada ou escorraçada; problemas de indisciplina, turbulência, agressão e desobediência. Para saber como diagnosticar e conduzir a criança a superar esses defeitos, considerados subversivos à ordem social estabelecida, o professor seria orientado para agir de modo a "nem permitir demasiado, nem reprimir demasiado", mantendo uma "liberdade vigiada", dosada com cuidados psicológicos, buscando despertar o interesse da criança para que esta aprendesse a "viver em sociedade".

Assim, a escola continuaria a ser uma "instituição disciplinária".

O artigo "A higiene mental na Escola"³⁵, do enfatiza a importância da escola como "ambiente onde a criança vai ensaiar os primeiros passos de sua adaptação à comunidade (...) onde vai espreitar o mundo exterior, o mundo agitado das competições e das lutas". Afirma que a "escola clássica" não conheceu estes problemas, porque era uma escola de repressão e inibição, que sufocava a personalidade da criança, obrigando-a a se manter calada e reservada. "Não era uma escola educativa, no amplo sentido moderno da expressão", que procurava "compreender e amar as crianças num ambiente de liberdade e alegria". O articulista informa que essa liberdade é uma "liberdade vigiada, dosada com critérios psicológicos, que visa ao estudo da personalidade da criança em condições reais de experiência". Para o autor, era fundamental uma nova "atitude mental" em face da criança. Enquanto a escola tradicional estaria sendo uma fonte de angústias para a criança, "escola do medo e da punição", não só pelos castigos corporais mas também pela atitude de superioridade do adulto, a escola moderna procuraria compreender a criança dentro do jogo complexo das suas relações familiares e sociais.

O artigo "Como combater a mentira e a invencionice na criança"³⁶ propõe-se como auxílio na identificação da mentira, considerada como parte da "luta da criança em afirmar-se defrontando-se com as exigências morais e sociais". Ao sugerir meios preventivos e meios curativos, conclui que "se a mentira é um sintoma de dificuldade interior, o melhor meio de combatê-lo é procurar imediatamente descobrir-lhe as causas, ou, em outras palavras, curar a alma da criança". Mais uma vez, patenteia-se que, enquanto a escola tradicional era uma escola punitiva em relação a estes problemas disciplinares, a nova escola, pelos conhecimentos da psicologia infantil, teriam melhores meios e condições de dirigir "afetuosamente essas crianças maltratadas para o triunfo das forças do bem".

Outro artigo intitulado "Observações sobre o Ensino Primário", sugere estratégias de condução da criança na habilidade de "distinguir entre o bem e o mal", para que possa "atingir o aperfeiçoamento físico, moral e intelectual". Para a autora, o "melhor meio para corrigir os maus instintos é, seguramente, o de favorecer os bons, transformando-os, pouco a pouco, em impulsos, em hábitos duráveis definidos". Nessa perspectiva, situar-se-ia a generosidade que auxiliaria a cultivar as boas inclinações.

Quanto à liberdade, considerada "o grande princípio da educação moderna", sugere-se ao professor uma "vigilância racional", pois a "liberdade em educação deve ser capital condição capaz do mais favorável desenvolvimento da personalidade, quer pelo lado fisiológico, quer pelo lado psíquico". O professor, teria o papel de "tirar e aproveitar as manifestações sucessivas da criança, não rompendo ou sufocando as suas misteriosas energias". Assim, deveria dirigir a criança à "liberdade ideal, que não é o alvoroço nem a indisciplina, elementos destruidores", mas aquela onde "não se exercita nenhuma pressão sobre a criança, podendo ela trabalhar ou repousar quando quiser; escolher o trabalho que mais lhe agrade, tomar as peças e os utensílios que mais lhe interessem, mas só poderá utilizar-se do aparelho para o fim a que é destinado e não outro. Não pode também perturbar os trabalhos dos seus companheiros nem retirar-se da escola, quando quiser".

O artigo "Trabalhe no Laboratório de sua vida privada"³⁸, reforça o valor da disciplina "pela qual a inteligência humana se conserva flexível e com a beleza moral que confere a quem possui energia inexgotável e subjugadora". Para o autor, a disciplina fortalece a raça, regenera o caráter, e o descuido com esta questão traz sérias conseqüências para o indivíduo e para a sociedade -

"Até bem pouco, opusemo-nos a que refreassem nosso amado individualismo. Agora, começamos a compreender que uma liberdade ampla, com tudo que ela implica de oportunidade democrática e fruição pessoal, se acha em perigo. Tardiamente, nos apercebemos que quanto menor for a disciplina que existe fora do homem, maior disciplina deve ter em seu interior. Se não nos impusermos a disciplina a nós mesmos e a nossos filhos haverá outros - mais cruéis e mais tiranos - que a farão algum dia".

A disciplina, como liberdade vigiada e dirigida, era para a REVISTA DO ENSINO um componente fundamental na formação do que entendia como "cidadão". Moldado pelo professor, este deveria conformar-se a uma concepção de autoridade, de hierarquia, que seria alcançada pela ordem e disciplina do trabalho no cotidiano escolar. E tal formação deveria se processar no âmbito da chamada "escola nova": enquanto na escola tradicional a disciplina era imposta, na escola nova a autodisciplina deveria ser estimulada.

Entre os artigos nos quais a função disciplinadora da Escola³⁹ é assunto central, destaca-se o artigo "Problemas da Adaptação Social da Criança"⁴⁰, que aborda o que considera defeitos "anti-sociais", capazes de subverter a

ordem social estabelecida. Apresenta cinco sintomas da dificuldade de adaptação social, que levam a criança a se tornar um "tipo associal": fugir da convivência com os colegas, preferir trabalhar e brincar sozinha, apresentar desconfiança, freqüente abatimento de ânimo e descontentamento, ressentimento, timidez. Para lidar com este tipo de dificuldade, o professor deveria conhecer a "higiene mental da infância", provendo-se de subsídios para o tratamento dos problemas de conduta.

O discurso da REVISTA DO ENSINO reforçava a necessidade de um "conhecimento" da criança, não como ser isolado, mas no "jogo complexo de suas relações familiares e sociais", que deveria permitir agir de modo adequado no trato do que era proposto como indisciplina escolar, fonte de desajustamentos futuros. Tais "conhecimentos" instrumentalizavam o professor no controle da disciplina escolar. A disciplina vigiada na escola deveria contribuir para a estabilidade da ordem social constituindo os "alicerces da nacionalidade".

A Escola, como instituição social, deveria atentar para a questão da disciplina escolar na perspectiva do desenvolvimento "das capacidades positivas que tivessem significação social". O "conhecimento" da criança

proporcionado pela "higiene mental" e pela "psicologia experimental", deveria permitir que o professor agisse em relação à indisciplina escolar, implantando a ordem, a obediência, o respeito à hierarquia, a autoridade.

O texto "Disciplina Escolar"⁴¹ orienta o professor quanto ao papel do diretor como "juiz da disciplina", indicando procedimentos de como "transformar a escola indisciplinada com liberdade e não simplesmente com apoio imediato e absoluto na coação e em regras inflexíveis". A liberdade sugerida não exclui o uso da "repressão severa, se a força for o único meio eficaz, a ação deverá ser rápida, segura e certa, visto que o rigor deve ser usado com sobriedade". O autor destaca que a atenção do professor deve dirigir-se aos meninos por considerar que a maior parte das perturbações provém deles. Considera que, se a atitude dos rapazes for correta, "as meninas não demandarão, normalmente, grandes cuidados".

A "disciplina vigiada" voltava-se tanto à sala de aula, como ao espaço escolar. O recreio é um momento que também deve ser observado e controlado pelo professor, por constituir-se num espaço natural de expressão da espontaneidade da criança. O recreio torna-se um "laboratório" em que o professor acompanha - discreto e

cauteloso - investiga, conhece melhor a criança que educa. Como atividade dirigida à educação da criança, evita as "perturbações de atenção no segundo período letivo, cansaços desnecessários". O professor moderno deveria usar o recreio como um momento do trabalho escolar, intervindo "direta ou indiretamente para que os alunos adotassem, durante o mesmo, padrões de conduta coerentes com os valores que a escola ambiciona incorporar à personalidade das crianças a ela confiadas"⁴², que eram: ordem, obediência, respeito à hierarquia e a autoridade.

As autoridades, no Comunicado Pedagógico nº 2⁴³, orientam o professor para os problemas de inadaptabilidade escolar, no qual o recreio é um ambiente educativo e propício para o desenvolvimento de adequadas condutas sociais. Nesta perspectiva, também estavam incluídos os momentos de circulação dos alunos no espaço escolar, a saída da sala de aula e retorno a ela, que deveriam fazer-se "com respeito a certas normas que assegurasse tranqüilidade de trabalho e locomoção desimpedida de todos".

A questão da disciplina é considerada "um dos problemas que mais preocupam" num mundo em que proliferam "exemplos de anarquia moral e social". Apontar as formas que assume a

indisciplina no mundo moderno é objetivo da REVISTA DO ENSINO, que transcreve um quadro publicado no livro "Better School" de Walhburne⁴⁴. Ao professor/leitor é apresentado um quadro com várias colunas, as quais listam, para as "condutas desejáveis", as causas possíveis, as condições causais, "os possíveis remédios". Assim, eram considerados problemas disciplinares o "barulho excessivo, a fraude, a impertinência". Os remédios recomendados eram de natureza diversa, desde arrumação da sala, uso de bancos confortáveis, necessidade de momentos de descanso, observação da dieta alimentar, bem como fazer uso de recursos como elogio, perguntas animadoras, polidez, amizade, calma. Um tal ambiente de amor cecando a criança poderia dar-lhe condições suficientes para transformá-la em sujeito "cordato e trabalhador". No entanto, isso não era suficiente e o professor seria orientado a dirigir a disciplina da criança na perspectiva de "liberdade consentida e vigiada". Ele "não deveria consentir na livre e pura satisfação de todos os impulsos infantis, mas conhecendo-os, consentir na exteriorização de uma parte deles". Dessa forma, o futuro "cidadão" aprenderia a se disciplinar e, com isso, a sociedade se disciplinaria. Essa questão da disciplina não ficava restrita à sala de aula e ao recreio, mas também envolvia a organização do tempo e do

espaço escolar - "Todos os serviços precisam ter organização científica para o bom funcionamento e êxito no trabalho e facilidade de inspeção, verificação e controle".

A formação teórico-doutrinária do professor que a REVISTA DO ENSINO promovia recorria também a sociologia e se voltava para o fortalecimento do sentimento de brasilidade.

O escolanovismo procurou apresentar um conjunto de idéias e valores que explicavam a prática pedagógica como também, a regulavam, fornecendo regras e normas,, para que se desenvolvesse de forma "científica e justa". Para SOARES⁴⁵, A Teoria Sociológica de Durkheim e a Psicologia Experimental é que davam **cientificidade** à proposta. A Teoria Sociológica fundamentava a concepção da educação como socialização do indivíduo, e de outro lado, a Psicologia Experimental conferia a racionalidade e objetividade à prática pedagógica, pelo conhecimento da criança, centro do processo de ensino-aprendizagem.

Os artigos que versavam sobre sociologia, vão ser assinados pelo Professor Darcy Azambuja, que também colabora com artigos de exaltação do sentimento nacionalista. Assim, sociologia e formação da consciência

nacional estavam interligadas na função educadora da REVISTA DO ENSINO - "de elevar os alicerces da nacionalidade, garantindo um coeficiente cultural do povo"⁴⁶.

No segundo número da REVISTA DO ENSINO é publicado o artigo "Sociologia da Educação"⁴⁷, que discute "o papel preponderante da sociologia da educação". O texto inicia recorrendo a Durkheim - "a educação deve tender à formação de indivíduos dotados de conhecimentos capazes de atender às necessidades sociais da sua época e de sentimentos que sejam favoráveis à moral contemporânea (...); tem por função precípua formar o caráter individual harmonicamente com as idéias morais do tempo, de modo a tornar raros os indivíduos anti-sociais e inadaptados". Em seguida, relativiza estas afirmações denunciando o que entende ser a tendência determinista quanto à finalidade da educação - "conformar cegamente o que uma sociedade pensa e sente em certas épocas". O autor argumenta que a educação tem também por função "corrigir preconceitos, idéias errôneas e sentimentos nocivos que a sociedade inculca no indivíduo". Sustenta que a educação tem certa autonomia em relação à sociedade, já que "nem tudo que o meio social elabora e transmite aos homens deve ser cultivado pela educação". Saliêta que, assim, sendo, a educação incorreria no erro

de ensinar apenas "idéias comuns, sentimentos comuns, modos de agir comuns". Enfatiza que cabe à educação "desenvolver as virtualidades que cada homem traz consigo ao nascer", o que não seria uma educação individualista, mas uma educação visando ao "progresso e ao bem-estar social". O artigo conclui que a função da Sociologia da Educação não se "resume em selecionar as idéias e sentimentos coletivos para inculcá-los nos indivíduos", mas em "estudar a origem e a evolução da sociedade, para identificar os interesses e opiniões e ideais para assimilar e defender".

A REVISTA DO ENSINO publica "um verdadeiro curso sistematizado de sociologia", que segundo o editor, ensinaria a "refletir sobre os métodos das ciências sociais e sua natureza". Para o Professor Darcy Azambuja, as teses apresentadas possibilitariam "um exame mais direto e sistematizado dos fatos sociais, pois a simples exposição das teorias e a sua crítica, teria aspecto meramente negativo, passando em silêncio um acervo enorme de fatos e noções já definitivamente organizados, que constituem propriamente a sociologia geral"⁴⁸.

A primeira tese apresentada seria sobre "A Interpretação dos Fenômenos Sociais"⁴⁹. Partindo de um conceito de Sociologia "ciência que estuda a sociedade

humana na sua estrutura, no funcionamento, na sua origem, nas suas transformações e nos seus fins" o autor analisa o seu respectivo papel de observar, classificar e indagar "quanto aos preconceitos de toda a ordem que informam a nossa condição de homem". Sustenta que não cabe à Sociologia julgar ou criticar os fatos sociais, e que só a "perfeita imparcialidade científica permite a aquisição de noções exatas sobre a extraordinária complexidade social".

Nesta perspectiva, o autor discorre sobre o conceito de fato social, contrapondo-o ao fato psicológico, diferenciando-os. Distingue dois tipos de fatos: individuais e sociais, este de caráter coletivo e permanente. Para analisar o fato social como um "modo de sentir, pensar e agir que inspira e dirige a atividade humana coletiva e se transmite às gerações sucessivas pela educação e pela tradição", o autor discute o que considera serem as principais teorias sociológicas: a interpretação mecanicista, a biológica, a econômica, a sociológica, a psicológica⁵⁰, passando-as em "revista apressada e incompleta", de modo a "demonstrar a imensa complexidade dos fenômenos sociais e o ininterrupto labor dos pensadores e cientistas para descobrir as leis que o regulam e classificá-los em quadros definidos". Segundo o autor cada

escola pecaria pelo "exclusivismo em que se coloca, pela pretensão de reduzir o todo à parte, de explicar o conjunto pela análise de um só aspecto. Mas, desse mesmo defeito decorrem alguns benefícios, pois cada uma delas aprofunda em determinada direção o exame da realidade e oferece assim aos investiga-dores que lhes sucedem um rico cabedal de observação e experiências". A "síntese de todas essas verdades sociais" constituiria o "objetivo da Sociologia contemporânea". Esta "revista apressada" funciona como um termomêtro da orientação ideológica da REVISTA DO ENSINO. Nos artigos são feitas diversas críticas à teoria econômica de interpretação dos fenômenos sociais de Karl Marx, pelas finalidades políticas de sua obra, pelo aspecto violento e agressivo de suas afirmativas, pelo tom pseudocientífico com que procurou descrever e açular a luta de classes e, sobretudo, pelas promessas e profecias com que estimulou nas massas proletárias o desejo de governar a sociedade em proveito próprio". A "falsidade irremediável das teorias marxistas" seria "indiscutível". As "premissas e conseqüências postas e tiradas por Marx e seus assecclas seriam falaciosas e puramente fantasistas". Pois, nem "nas sociedades primitivas nem nas contemporâneas, o fator econômico não foi e não é predominante. Não há dependência unilateral, mas interdependência mútua". Por fim, "a mentalidade tártara e violenta dos seus criadores, ao

afirmarem que toda a vida da humanidade é a história da luta de classes" teria falseado "deliberadamente a verdade, pois mais freqüente do que a luta, foi sempre a cooperação das classes, sem o que a civilização não teria sido possível". Os artigos valorizam a obra de Pareto, que considera o "Karl Marx da burguesia" e identifica como sociólogo e profeta do fascismo - "Pela originalidade de muitas de suas generalizações, pela influência que tem tido na sociologia contemporânea, sua obra merece um exame". Ao tom "pseudocientífico do marxismo", o autor opõe o que considera ser as qualidades científicas da obra de Pareto, que "propos estabelecer as bases de uma sociologia rigorosamente científica, construída sobre dados lógico-experimentais, sobre a observação dos fatos alheia a qualquer especulação, uma sociologia que descreve simplesmente os fatos e procura as uniformidades entre eles, sem qualquer julgamento de valor". Destaca ainda como importante, a postura de Pareto quanto à "heterogeneidade social" e à "teoria da circulação das elites".

Dando prosseguimento ao "curso sistematizado de Sociologia", o Professor Darcy Azambuja abordaria em dois números a "tese" relativa ao meio físico e sua influência sobre os grupos sociais, intitulada: "Fatores Externos - o

meio físico"⁵¹. O objetivo do artigo era fazer um rápido exame de algumas das mais importantes teorias e hipóteses relativas à influência do meio físico sobre o homem e os grupos sociais, e apontar a improcedência destas "grandes generalizações". O autor iniciava seu texto fazendo uma crítica ao que chama de "sociologia positivista" que simplificaria e reduziria a estrutura geral da sociedade a dois elementos: território e população. Postula a necessidade de se compreender a sociedade em "todos" os seus aspectos: mundo físico, biológico, psíquico. Os fatores externos representados pelo meio físico, os fatores internos dividindo-se em fatores biológicos (hereditariedade, raça, população) e sociais ou coletivos (educação, moral, direito, arte). Para tratar das questões relativas ao meio físico e sua influência sobre os grupos sociais, o autor analisa as distintas teorias que ao longo da história procuram explicar esta relação, conduzindo o leitor a assumir uma postura identificada com o "relativismo" - "Nenhuma lei absoluta, nenhum imperativo cego. (...) O homem e a sociedade são fenômenos demasiadamente complexos para serem explicados por um simples aspecto de suas infinitas formas de pensar, de sentir e de agir".

Merece registro especial a tese "Fatores Sociais Coletivos: a imitação"⁵². Nela, a imitação é apresentada como um fenômeno psicológico e social que seria o fator eficiente de homogeneização da sociedade. Esse artigo reforça a postura assumida por articulistas da REVISTA DO ENSINO, de ênfase na postura exemplar, modelar do professor junto aos alunos e comunidade⁵³. O exemplo exerceria uma função pedagógica no desenvolver hábitos e atitudes motivadores da ordem.

No artigo "Fatores Sociais: a Raça"⁵⁴, o professor era incentivado a examinar as diversas teorias raciais com "espírito imparcial": "os erros dessas teorias, que têm servido para justificar imperialismo e perseguição odiosos, não nos devem impedir de reconhecer a parcela de verdade que contêm; do mesmo modo, as verdades que revelam devem recorrer para que lhes abracemos também os erros e ilusões". O artigo posiciona-se contra o nazismo - ilusão ariana - criticando a tendência de entender o conceito de nação como sinônimo de raça. Mas defende a eugenia, por sua capacidade de "libertar a humanidade de muitas de suas taras e vícios". Com isto, defendia uma política eugenista, de fortalecimento da raça, fundamental no projeto de "reconstrução nacional".

A "formação sociológica" do professor, igualmente envolveu a teorização da relação escola/sociedade e a compreensão das novas necessidades decorrentes dessa articulação - com a família e a comunidade. Na REVISTA DO ENSINO uma série de artigos versa sobre o que se entendia ser a função socializadora da educação, da escola, do ensino - "a escola de hoje é profundamente socializadora, cuja influência só pode ser comparada a dos grandes fatores educativos como a família e a Religião"⁵⁵. Dessa forma, artigos como: "O Ensino na Escola Nova. Fins e Importância do Ensino", "A Escola como Instituição Social"⁵⁶, "Instituições Escolares"⁵⁷, orientariam o professor sobre o papel da escola como "instituição coordenadora, que é das ações educativas resultantes das instituições sociais, políticas, religiosas e econômicas". A Escola deveria "proporcionar às crianças a participação direta nas experiências de vida, para que, exercitando-se em situações reais, saibam reagir, no momento oportuno, de modo desejável, ajustado ao bem estar coletivo". Os artigos sustentam que "através das instituições escolares, em todas as suas formas e modalidades, que se poderiam trazer para o ambiente escolar, as organizações sociais, de forma simplificada e acessível à compreensão da criança, de modo que, pela participação ativa em tais instituições, possa

praticar atitudes convenientes em uma sociedade cada vez mais depurada".

A "formação da consciência nacional" do professor seria outro objeto do discurso da REVISTA DO ENSINO. Além dos Editoriais, que visavam à conscientização do professor quanto ao seu papel na "cruzada pela educação", na "obra nacionalizadora da educação", e no "projeto da renovação educacional"⁵⁸, outros artigos também procuravam sensibilizar o professor para a importância do sentimento nacional. O Professor Darcy Azambuja alia-se nesta intenção, ao assinar uma série de artigos sobre o passado brasileiro, sua história, tradição. Por exemplo, para "A Formação Histórica da Idéia Republicana no Brasil"⁵⁹, seria dada uma aula de História do Brasil, enfatizando a docilidade, pacificidade do povo ao ter declarado a República que "se fez tão naturalmente como se o próprio D. Pedro a houvesse proclamado".

O sentimento nacional também seria fortalecido pela exaltação do sentimento panamericano, pela valorização do pacifismo da América e do seu destino em "plasmar uma grande cultura". A fim de que o professor pudesse colaborar neste objetivo, a REVISTA DO ENSINO publica

vários artigos exaltando o PANAMERICANISMO, como "O dever da América"⁶⁰, "O destino da América"⁶¹, "A Educação na América"⁶². Esses artigos traduziam a oposição Europa e América, criticando a tradição de transplantar os exemplos europeus "que representa uma verdadeira traição ao espírito americano a tentativa de adaptar ao nosso meio qualquer das normas de conduta das nações no Velho Mundo (...). Essa libertação de todos os ilusionismos de idéias importadas, de moldes alheios de pensamento é a que mais vale para nós. E será fazendo-se livre espiritualmente, como se faz politicamente, que a América atingirá o seu destino, que é diferente do destino da Europa, porque cada civilização tem sua própria alma, sua própria forma, seu próprio tipo, sua própria meta a atingir"⁶³.

A formação da consciência nacional incluía, também, o resgate das tradições brasileiras, de suas raízes históricas, a fim de fortalecer o seu sentimento nacional e melhor atuar junto ao aluno. Nesta perspectiva, situa-se a publicação de artigos sobre a História da Colonização do Estado do RGS - "O Português de Açores na Consolidação Moral do Domínio Lusitano no Extremo Sul do Brasil", pelo Professor Dante de Laytano⁶⁴, que exalta a contribuição portuguesa como "consolidador social e moral" do povo

brasileiro. O autor sustenta que "o alemão pouco ou quase nada tem influído na formação e na tradição da província meridional do Brasil", já que teria sido absorvido pelos portugueses. Até "mesmo onde o elemento alemão permeneceu em maior número e muitas vezes renovado, vamos ver da mesma maneira que a gente germânica e seus descendentes cedem aos luso-brasileiros". Ao negar a contribuição e influência alemã no povoamento do RGS, o autor procura relativizar o poder dos guetos coloniais, demonstrando a "superioridade do português e as conseqüentes extensões das áreas de sua influência, após inabalável consolidação jurídica e moral do território ocupado". Com isto, reforçava-se a campanha de nacionalização do ensino, propondo-a como uma ação natural de solidificação de uma identidade já afirmada.

As comemorações do IV Centenário de Fundação da Companhia de Jesus, em 27 de setembro de 1940, vão constituir-se em significativo momento de valorização do passado brasileiro. O artigo intitulado "A ação Política e Econômica da Companhia de Jesus - América na Fase Colonial", do Professor Ney Crisóstemo da Costa⁶⁵, destaca a importância dos jesuítas cuja "obra de gigantes, glória fulgente que ressoa como um hino triunfal na História da Humanidade". Dando seqüência a este texto, a REVISTA DO

ENSINO publica "pontos para conferências ou dissertações nos institutos de ensino", para as Comemorações do 4º Centenário da Companhia de Jesus. São três os pontos indicados para serem desenvolvidos: A Companhia de Jesus, em geral; os jesuítas no Brasil; os jesuítas no Rio Grande do Sul. O texto enfatiza o papel educacional dos jesuítas na zona colonial alemã com a fundação do Colégio Conceição e do Seminário em São Leopoldo (1869) apresentado como "o mais afamado estabelecimento de ensino secundário do Sul do Brasil". O autor faz elogios à ação educativa dos jesuítas, sem se referir à intervenção das autoridades do Estado em suas escolas, em decorrência da campanha de "nacionalização do ensino", que fechou escolas católicas e evangélicas alemãs.

Os artigos de J. Antunes Matos, "Creio no Brasil"⁶⁶ e "Creio na Bandeira do Brasil"⁶⁷, na linha de exaltação do país em forma de credo, também contribuíam para a formação do professor. Nessa linha de "ufania de ser brasileiro", situam-se os artigos do Secretário de Educação, J. P. Coelho de Souza, intitulados "O culto aos grandes homens da Pátria"⁶⁸ e "Homenagem ao Duque de Caxias"⁶⁹, os quais pretendiam ser uma "lição" a todos os educadores gaúchos para o "trabalho dos dias presentes, de ideal e combatividade, (...) pelo culto de todos os brasileiros

ilustres, pelo exemplo de civismo que capacita os povos ao progresso e ao elevamento moral".

A publicação da Conferência de Lourenço Filho - Educação e Segurança Nacional - ⁷⁰ proferida na Escola do Estado Maior do Exército, em outubro de 1939, reforçava a formação da "consciência nacional" do professor e exaltava a obra nacionalizadora. Visando persuadir ao professor de "educar é buscar a segurança, é ensinar a segurança", orienta-o na busca deste objetivo - "mantendo os valores fundamentais da raça, aprofundando-os e estendendo-os a cada nova geração, ajustando os interesses do indivíduo com os interesses e os fins do Estado".

O conjunto desses artigos exaltava a história nacional e as tradições brasileiras, sensibilizando o professor para a obra de "reconstrução nacional".

Alguns artigos da REVISTA DO ENSINO colocavam-se em termos de uma orientação espiritual e cristã. Essa não parece ter sido uma função articulada e intencional da Revista, como aquela voltada a subsidiar o leitor com enfoques teóricos de Psicologia e Sociologia. Ela estará presente nos artigos assinados pelo Professor

Armando Câmara⁷¹ como, por exemplo, a conferência "A Eucaristia e a necessidade da hora presente". A defesa da espiritualidade fazia-se por oposição à Psicologia Experimental, que ao procurar explicar os problemas transcendentais do homem, teria negado, segundo o autor, "os problemas metafísicos da alma". Sustenta, ainda, que "a Psicologia nasceu sob o signo do espiritualismo, não podendo existir dentro de uma concepção materialista, lógica e coerente como se propõe". Esses artigos procuram relativizar a importância das explicações psicológicas, sociológicas e históricas da sociedade, resgatando o valor da espiritualidade e da fé cristã na ação cotidiana.

O artigo da Professora Marieta Cunha, "A Filosofia tomista e a orientação moderna da educação"⁷², procura resgatar o valor da espiritualidade, na nova proposta pedagógica. Afirma que "ao encantamento pela técnica julgada, não raro, em condições de resolver os mais profundos problemas da educação, devemos opor como termo de referência, a reflexão metafísica que permitirá atribuir um valor real, durável e por que não? - eterno à ação pedagógica que deverá formar os cristãos, ou melhor os santos de nossos dias. Estes seriam os "novos cidadãos". Enfatiza que os programas de ensino deveriam expressar uma "harmonia entre as forças espirituais e corporais". Assim,

caberia estabelecer uma íntima relação entre a pedagogia tomista e a nova pedagogia, pois a primeira, ao formular "o programa em função do ideal e do educando, situava os valores educativos, de acordo com a fé, o tempo, o meio, a raça, as necessidades e aspirações da sociedade", que vincula-se às novas concepções/orientações pedagógicas. A intenção da autora seria evidenciar ao leitor, a atualidade da pedagogia tomista, enraizando nela a "nova pedagogia": "Os problemas analisados na "De Magistro" e a solução que lhes é dada não caberiam nos mais modernos tratados sobre educação?". Com esta premissa, o artigo vai destacar alguns pontos da atualidade da doutrina tomista: a relação muito íntima entre a realidade da vida e a educação, a busca de um construir contínuo da personalidade, pela valorização interior; a ação do mestre sobre o discípulo, como estimulador da vontade de aprender; a dignidade do aluno; os conceitos de autoridade e subordinação no fenômeno educativo, prerrogativa do professor decorrente de sua responsabilidade, a participação do ensino na vida ativa; o conhecimento real do educando; a atividade cooperadora do aluno como princípio educativo e de desenvolvimento de sua espiritualidade; a interação professor/aluno. Nessa perspectiva, a autora vai procurar mostrar a importância da atividade do aluno na pedagogia tomista. Não será só o germe da escola ativa ponto de

convergência, mas, também, o papel do professor como orientador e conhecedor do seu aluno: "cabe ao mestre fornecer ao educando os dados sensíveis que hão de pôr em atividade o intelecto agente, para a formação das idéias, e levando-o a pesquisar, guiando-o no descobrimento da verdade, dando lugar a iniciativas sempre novas, invenções sucessivas, soluções próprias". Essa leitura da pedagogia tomista, com os olhos impregnados de escolanovismo, visava, a uma (re)valorização da formação espiritual do aluno, da fé cristã, formando os "novos santos homens". Esse artigo, ao argumentar a íntima relação entre a pedagogia tomista e os princípios pedagógicos do escolanovismo, sustenta que a cientificidade dos novos métodos, de modo algum, negava a espiritualidade e a fé cristã.

Cabe ainda destacar a série de artigos, publicados pela REVISTA DO ENSINO sobre a pedagogia lassaliana, "cujo estudo interessa o professorado rio-grandense, pois a pedagogia lassaliana tem sido muito recomendada pelas autoridades educacionais". O Irmão Teodoro, autor da maioria dos artigos, justificava: "estudar-lhe o método é poder conhecer os princípios", por possibilitar uma formação católica profundamente cristã e prática; pelos resultados obtidos no ensino secundário, pelo melhor ensino agrícola e profissional. Por essas razões expostas, a

pedagogia lassaliana seria exposta ao leitor; envolvendo desde a fundação da ordem, seus princípios pedagógicos, modelos de aula (trigonometria e salinidade das águas); o ensino profissional. A ênfase da maioria dos artigos seria dada à questão dos princípios da pedagogia lassalina, isto é, "sua filosofia de vida, já que toda pedagogia estaria baseada em uma". Assim, o ideal lassaliano seria a educação cristã, isto é, "unir o zelo pelo bem da Igreja com o zelo pelo bem do Estado, fazendo os alunos dóceis às verdades da fé e instrumentalizando-os para o trabalho"⁷³. Nessa perspectiva, estaria formando "perfeitos cristãos", através da ação do professor. Para a pedagogia lassaliana, "todas as pedagogias são boas, contanto que o professor ame a profissão e saiba entusiasmar os alunos". Esse entusiasmo seria obtido, quando o professor educasse pelo exemplo e não somente pela palavra "o silêncio, a discreção e a vigilância do professor que estabelecem e conservam a disciplina numa sala de aula e não a dureza e as pancadas"⁷⁴; quando orienta a ação do aluno: "o professor não vale tanto pelo que ele faz, como pelo que manda fazer aos alunos", e os estimula "saberem o que pensam, como pensam e por que pensam"⁷⁵.

Com esses princípios os artigos motivam o professor-leitor a adotá-los na sua ação cotidiana. Salientam, ainda,

que a pedagogia lassaliana volta-se a educar a sensibilidade⁷⁶, a partir de uma concepção social de vida. A educação da sensibilidade se daria "pelo exercício de maneira a adquirir bons hábitos físicos, intelectuais e morais; pelas faculdades intelectuais em parceria com as faculdades práticas; pelo domínio dos sentidos e das paixões, submetendo os alunos à disciplina da vontade aplicada à aquisição das virtudes cívicas e cristã". A sensibilidade referida seria, assim, adquirida por via dos conhecimentos gerais, formação técnica, observação e experimentação e "vontade férrea". Dessa forma, o aluno chegando ao pleno domínio de si e de "consciência social". O aluno, na pedagogia lassalina, seria foco central do processo, merecendo respeito absoluto. Condenavam os "castigos aflitivos infligidos pelo professor", pois a educação da sensibilidade não admitia essa atitude, mas a disciplina como consequência da vontade. Outro elemento destacado como "disciplinador preventivo", pela pedagogia lassaliana, seria o espírito de justiça, condição "sine qua non" da autoridade de um mestre. Dessa forma, cabia ao mestre apresentar algumas características básicas fundamentais ao processo de ensino-aprendizagem, tais como "retidão de juízo - supõe uma boa formação geral", o conhecimento psicológico da criança e os materiais de ensino em vigor, o cuidado de nunca se deixar influenciar

por opiniões pré-concebidas; firmeza de espírito - "espécie de instrução que permite ler nos corações e nas inteligências e prever as disposições psicológicas diárias da criança; retidão do caráter - agir do educando em todas as circunstâncias de tal maneira que o aluno possa dizer de si para si: o mestre é firme porém é justo e procura o meu bem"⁷⁷. Com essas qualidades morais, o professor estaria educando os alunos com justiça, o que é ressalvado que não quer dizer igualdade, pois cada aluno tem seus méritos e cabe ao professor observá-los.

Outro princípio da pedagogia lassaliana seria "estudar é uma arte" - "Reter, compreender e descobrir o segredo da eficiência está na arte de fazer desempenhar em cada um dos três fatores do estudo o papel exato que lhe corresponde". Dessa forma, cabia ao professor estimular o aluno primeiro à pesquisa pessoal, acostumá-lo a propor-se questões, ensinando-lhe o meio de resolvê-las - "o hábito adquirido de observar e comparar, de julgar e apreciar, de experimentar e verificar, de admitir e procurar é muito importante para a formação e a vida. Muito acertadamente os métodos insistem sobre este aspecto do ensino sobre o valor psicológico da iniciativa e da descoberta. Não obstante, a memória, sob o duplo aspecto de lembrança e hábito, deve primar na formação do aluno primário"⁷⁸. Observa-se, nessa

orientação, a valorização da memorização tanto na perspectiva tradicional, como em nova dimensão a partir da vivência daquilo que deve ser retido. Assim, também, situa-se a orientação quanto ao uso dos manuais escolares e às lições do professor⁷⁹, em que a ênfase seria dada à lição do mestre, sendo o livro didático um recurso "para gravar na memória as noções expostas".

Sobre o ensino profissional, a REVISTA DO ENSINO somente publicou o artigo do Irmão Teodoro, sobre "Pedagogia Lassaliana: a orientação profissional e o ensino técnico-profissional"⁸⁰, com o intuito de "ser útil aos colegas professores, de propor um ideal e fazer uma sugestão". O artigo orienta o professor em como conduzir uma "verdadeira orientação profissional aos alunos que concluem o curso primário". Parte de uma orientação geral sobre as matérias-primas - ferro, madeira - os processos de sua transformação até uma "orientação qualificada". Caberia ao professor observar as aptidões psico-sensoriais, motoras, mentais, morais necessárias para a atividade profissional, bem como, sua preparação física. Para exemplificar, sugere o exemplo da "Escola Profissional de Saint-Étienne", para a realidade brasileira, como alternativa para solucionar a questão da formação dos adolescentes que se destinam à indústria e à agricultura (Escola Rural).

O significativo espaço destinado à apologia da pedagogia lassaliana não descartava que outras ordens religiosas fossem exaltadas por articulistas. Nessa perspectiva, situa-se o artigo "O programa de higiene da Escola Primária"⁸¹ em que o articulista para enfatizar a questão formativa da escola primária, remete o leitor à pedagogia de Dom Bosco - "A Escola primária não é feita para encher de instrução a criança, mas sim, ajudar a educação, isto é, o desenvolvimento físico, intelectual, social e moral da criança. Isto já preconizara, em meados do século passado, um dos maiores pedagogos que foi Dom Bosco, decretando para suas escolas o "Sistema Preventivo" insurgindo-se contra os castigos, dando por norma aos mestres: "Fazei-vos amar se quizerdes que vos temam. Nessas condições, um olhar ou uma palavra de repreensão será mais sentida do que uma bofetada", repetindo, a todo o instante, que a escola tem que ser a continuação do lar, que o "papel do mestre não é amontoar conhecimentos na cachola das crianças, mas captar-lhe a confiança e conhecer-lhe os defeitos e as tendências e amoldá-las em ordem à felicidade" (...). Longe estava, entretanto, o imortal pedagogo, de imaginar que seu sistema, segundo ele mesmo dizia, calcado sobre a caridade cristã, fosse, como o é, entre nós, tão bem compreendido, e até, direi mesmo, melhor observado, em escolas do Estado, do que em muito colégio

religioso". A sua conclusão nos faz deduzir que os princípios pedagógicos de algumas ordens religiosas eram valorizados pelas autoridades educacionais e aplicados nas escolas públicas. Outrossim, essa tendência poderia ser explicada pelo fato de que essas autoridades educacionais faziam parte da Associação de Professores Católicos, onde esses ideais eram divulgados e propagados.

A presença de professores ligados a geração católica da UPA e a Associação de Professores Católicos de Porto Alegre como articulistas na REVISTA DO ENSINO de certa forma explicaria o destaque da espiritualidade e da fé cristã. Outro elemento a considerar seria a recorrência no discurso da REVISTA DO ENSINO da tensão entre o "novo" e o "tradicional". O primeiro identificado com a ciência e o materialismo, e o outro, com a humanização, a ética e a espiritualidade.

NOTAS

1. RS/SESP. Relatório, de maio de 1943. A. H. RS. p. 40.
2. GEYER, O. A. "Um dos aspectos característicos do atual Plano Educacional no RS". In: COUTO E SILVA, Morency. Imagem da Terra Gaúcha. Porto Alegre, Cosmos, 1942.
3. "Em 1939, realizam-se transformações importantes no curso normal. (...) o qual passava a se articular com o ginásio ao invés de ser com o primário, buscando um melhor lastro cultural para o magistério. A Escola Normal de Porto Alegre passa a se chamar Instituto de Educação General Flores da Cunha (09/01/1939) contando com um Jardim de Infância, uma Escola Experimental (primária), uma Escola Secundária (Ginasial e Complementar) e Escola de Professores, para a formação de professores primários e professores especializados em Música, Desenho e Artes Aplicadas; bem como a formação de administradores do ensino (que incluem orientadores) e o aperfeiçoamento de membros do magistério do estado". (LOURO, G. Op. cit. p. 87).

Cerca de 15% dos professores estaduais eram leigos, mas a política adotada a partir de 1937, de instituir as exigências de título para o exercício do magistério, pretendia reverter esta situação paralela à criação de escolas complementares (oficiais e particulares). Em 1943, o RS possuía as seguintes Escolas Normais:

a) Escolas Oficiais:

1. Instituto de Educação
2. Escola Normal Osvaldo Aranha, Alegrete
3. Escola Normal Olavo Bilac, Santa Maria
4. Escola Normal Assis Brasil, Pelotas
5. Escola Complementar de Cachoeira
Caxias do Sul
Passo Fundo

b) Escola Equiparada:

1. Escola Espírito Santo - Bagé
2. Escola Santíssima Trindade - Cruz Alta
3. Escola São José - Montenegro
4. Escola Nossa Senhora do Horto - Uruguaiana
5. Escola União
6. Escola S. C. de Jesus - Itaqui
7. E. N. S. do Horto - D. Pedrito
8. E. Santa Catarina - Novo Hamburgo
9. E. Santa Tereza - Livramento
10. E. Santa Joana D'Arc - Rio Grande
11. E. São José - São Leopoldo
12. E. São José - Vacaria
13. E. São Carlos - Bento Gonçalves
14. Escola Madre Bárbara - Lageado
15. Escola Monsenhor Scalabrini - Guaporé

Escolas Normais Rurais (particulares)

1. Escola Normal Rural, da Arquidiocese de Porto Alegre
2. Escola Normal Rural Murialdo, Caxias

4. Cursos sob a direção e responsabilidade de elementos da Seção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública da Secretaria de Educação e Saúde Pública:

1939

- a) Aperfeiçoamento pedagógico, para o magistério em geral, a cargo dos professores Lourenço Filho e Everardo Backheuser (férias de inverno)
- b) Administração Escolar, freqüentado pelos diretores de 35 grupos escolares da capital.
- c) Especialização em desenho e Artes Aplicadas
- d) Curso de Educação rural
- e) Curso de orientação ao ensino de Música
- f) Curso de preparação para professores de núcleos de silvícolas
- g) Curso de Educação Física para professores já em exercício e candidatos ao ensino da disciplina.
- h) Curso de reajustamento pedagógico
- i) Reunião com professores dos 1º, 2º, 3º anos dos Grupos Escolares da capital; sobre a associação do desenho e dos trabalhos manuais às outras disciplinas do currículo primário
- j) Reunião com professores, sobre o teste ABC
- k) Reunião com orientadores técnicos de ensino
- l) Reunião com os delegados regionais de ensino

1940

- a) Círculos de estudos com os diretores dos grupos escolares da capital - 25 sessões
- b) Reunião efetuada no interior do Estado - 6 sessões
- c) Curso com professores de Desenho e Artes Aplicadas, dos Grupos Escolares da capital - 30 sessões
- d) Estudo de problemas pedagógicos - série de reuniões com professores do interior e da capital - 20 sessões
- e) Reuniões com os delegados regionais - 6 sessões
- f) Curso de aperfeiçoamento para professores de Música, pela Professora Conceição de Barros Barreto - 25 sessões
- g) Curso de Bio-Psicologia sob a responsabilidade dos médicos do DES - 30 sessões

1941

- a) Círculos de estudos com diretores dos Grupos Escolares da capital - 35 sessões
- b) Curso com professores de 1º ano dos Grupos Escolares da capital - 20 sessões
- c) Reuniões com delegados regionais - 4 sessões
- d) Curso com as professoras de Escolas Experimentais - 6 sessões

1942

- a) Curso de especialização para professores de Jardim de Infância pela Professora Celina Nina - 25 sessões
- b) Curso de especialização em Agricultura, para os professores superintendentes de Clubes Agrícolas, por elementos da Universidade e da Secretaria da Agricultura - 26 sessões

1943

- a) Curso aos orientadores de educação elementar - 52 sessões
 - b) Curso com os professores fiscais das Escolas Complementares equiparadas - 20 sessões
 - c) Círculo de estudos com os Diretores dos Grupos Escolares da capital - 45 sessões
 - d) Curso com os professores superintendentes de Clubes Agrícolas
 - e) Curso com os professores de 1º ano das escolas primárias da capital - 12 sessões
 - f) Curso com as professoras das Escolas Experimentais - 4 sessões
 - g) Reuniões com os Delegados Regionais de Ensino - 4 sessões
- (RS/SESP. Relatório, de maio de 1943. A. H. RS. p. 44)

5. VENÂNCIO FILHO, Francisco. "O problema dos trabalhos anuais educação". REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(7):174, março 1940.

6. GEYER, Olga A. "Gesto Expressivo do Professor Lourenço Filho". *Jornal do Estado*. Porto Alegre, 11 de setembro de 1939, p. 3.
7. RS/SESP. Diretoria da Instrução Pública. Seção Técnica. "Semanas de Estudos nas Delegacias Regionais: bases e programas das reuniões". *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 3(11):244-45, jul. 1940.
8. GEYER, O. A. "Um dos aspectos característicos do atual Plano Educacional do RS". In: **COUTO E SILVA**, Morency. *Imagem da Terra Gaúcha*. Porto Alegre, Cosmos, 1942.
9. EDITORIAL. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 1(1):8, set. 1939.
10. KRUG, Guilhermina. "A respeito do aprendizado da língua Portuguesa". *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 1(3):163, nov. 1939.
11. RS. Decreto nº 8020, de 29 de novembro de 1939. Aprova o programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Estado. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 1(4):283-310, dez. 1940.
12. TOCHTROP, Leonardo. "Iniciação à Aritmética". *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 3(11):209, jul. 1940.
13. FERRERO, Raul. "O Professor". *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 2(8):294, abr. 1940.
14. SOUZA, Alfredina de Paiva. "O Ensino da Matemática no curso primário: adição e subtração". *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 6(25):43, maio 1942.
15. MACHADO, Oscar. Reflexões sobre o problema da Educação. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 6(20/21): 206-07, abr./maio 1941.
16. TABORDA, Radagásio. Como compreendermos a higiene escolar. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 5(17/18):100, jan./fev. 1941.
17. DECHAMPS, M. "Os Métodos Novos na Escola Primária". *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 3(12):299, ago. 1940.
18. SOUZA, J. P. Coelho de. Oração ao Mestre. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 3(9):10, maio 1940.
19. DECHAMPS, M. "Os Métodos Novos na Escola Primária". *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 3(12):299, ago. 1940.
20. RS/SEC. "Relatório, de maio de 1943". A. H. RS. p. 40.
21. EDITORIAL. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 6(22):5, jun. 1941.
22. RS/SESP. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Comunicado Pedagógico nº 3. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 3(9):51, maio 1940.
23. LIPESZYCOVA, S. "A Criança e o Grupo". *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 2(8):297, abril 1940.
24. SOUZA, J. P. Coelho de. Oração ao Mestre. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 3(9):9, maio 1940.
25. PATRI, Angelo. Plano de Outrora. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 1(4):259-268, dez. 1939.
_____. Na Escola. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 2(7):209-222, março 1940.
_____. Fora da Escola. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 3(10):119-129, jun. 1940.

26. SCHENKEL, Maria. O Ensino na Escola Nova. Fins e Importância. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(23/24):100-01, jul./ago. 1941.
27. COSTA, Gercy de Castro. "O Papel do Professor na Escola Renovada". REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(5):33-34, jan. 1940.
28. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 6(22):5, jun. 1941.
29. MOREIRA, Raul. Higiene Mental da Criança. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(1):27, set. 1939.
30. ANTIPOFF, Helena. Educação dos Excepcionais. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(6):87, fev. 1940.
31. CIULLA, Luiz. Menores Anormais do caráter. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(15):298, nov. 1940.
32. LA PORTA, Ernesto. Oligofrenia - Parada do Desenvolvimento Psíquico. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(15):267, nov. 1940.
33. Programa do Curso de Bio-Psicologia Infantil para professores da Instrução Pública e Médicos Escolares, a cargo do Departamento Estadual de Saúde, 12, julho de 1940.
- * 1ª) Lição inaugural - Dr. Jacinto Godoy
 - 2ª) Introdução ao Estudo da Inteligência e do caráter - 2 lições - Dr. Décio de Souza.
 - 3ª) Causas dos Distúrbios da Inteligência e do caráter - 2 lições - Dr. Ciro Martins e Dr. Avelino Costa.
 - * 4ª) Anormalidades da inteligência - Oligofrenia - 2 lições - Dr. Raimundo Godinho e Ernesto La Porta.
 - * 5ª) Anormalidades do caráter - 1 lição - a) Constituições mórbidas e o problema da formação da personalidade - 1 lição - b) Estudos dos tipos anormais - Dr. Mário Martins e Dr. Luiz Ciulla.
 - 6ª) Psicogênese dos sintomas corporais - 1 lição - Dr. Brito Velho.
 - 7ª) Síndrome neurológicas - 1 lição - Dr. Murilo da Silveira.
 - 8ª) Endocrinopatias - 1 lição - Dr. Leônidas Escobar.
 - 9ª) Métodos de despistage dos anormais de inteligência, do caráter e da motricidade na escola - 1 lição - Dr. Dionélio Machado.
- (REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(11):254, jul 1940).
- * Destacam as palestras publicadas na REVISTA DO ENSINO.
34. GODOY, J. Curso de Bio-Psicologia Infantil. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(11):249, jul. 1940.
35. RAMOS, Artur. "A higiene mental na Escola". REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(19):180, março 1941. (O autor, no fim do artigo, recomenda as seguintes publicações do Serviço de Higiene Mental (Biblioteca Pedagógica/São Paulo) aos professores para estudos dos "problemas escolares": "A higiene mental na Escola e suas bases teóricas", "A família e a escola: conselhos de higiene mental aos pais", "A mentira infantil", "O problema psicológico do filho único", "A dinâmica efetiva da criança mimada", "Os furtos infantis", "Tiques e ritmias na criança escolar", "A pré-delinquência infantil", "A criança problema").
36. COMO combater a mentira e a invencionice na criança. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(24/25):102-110, jul./ago. 1941.
37. SAMPAIO, Maria Josefina M. "Observações sobre o ensino primário". REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(1):34-36, set. 1939.
38. CARREL, Alexis. Trabalho no Laboratório de sua vida privada. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(19):127-131, março 1941.

39. KLEIN, Bruno. Consagrar a Vida à Verdade. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):33-35, maio 1940.
MACKINNON, J. M. O Teste de Rute. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(10):104-108, jun. 1940.
LEÃO, Pepita. Por que Alda Mentia? REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(6):103-104, fev. 1940.
40. MARTINS, Elise. Problemas de Adaptação Social da Criança. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(12):314, ago. 1940.
41. CUBBERLY, E. Disciplina Escolar. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(3):193, nov. 1939.
42. O RECREIO. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(23/24):121, jul./ago. 1941.
43. RS/SESP. Diretoria da Instrução Pública. Seção Técnica. Comunicados Pedagógicos nº 2. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):51, maio 1940.
44. Os PROBLEMAS da disciplina. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(13):65-57, set. 1940.
45. SOARES, Magda. Travessia: tentativa de um discurso da ideologia. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, 65(150):337-68, mai./ago. 1984.
46. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(1):7, set. 1939.
47. AZAMBUJA, Darcy. Sociologia e Educação. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(2):98, out. 1939.
48. AZAMBUJA, Darcy. Sociologia: a interpretação dos fenômenos sociais. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(5):10-15, jan. 1940.
49. AZAMBUJA, Darcy. Sociologia: a interpretação dos fenômenos sociais. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(5):20-25, jan. 1940; 2(6):91-94, fev. 1940; 2(7):168-171, março 1940.
50. Analisa a interpretação mecanicista, onde destaca Herbart e a psicologia mecanicista; a interpretação biológica, considerando a sociedade um organismo; a interpretação econômica, fazendo severas e contundentes críticas a "Marx e sua escola"; a interpretação sociológica de Durkheim; a interpretação psicológica de Freud; a interpretação de Pareto, considerado o "Karl Marx da burguesia".
51. AZAMBUJA, Darcy. Sociologia: fatores externos - O meio físico I. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):8-12, maio 1940.
52. _____. Fatores sociais coletivos: a Imitação. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(21/22):204-205, abr./maio 1941.
53. Ver Capítulo III, principalmente as páginas 153 a 158.
54. AZAMBUJA, Darcy. Fatores sociais: a Raça. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(23/24):91-96, jul./ago. 1941.
55. SCHENKEL, Maria. O ensino da escola nova - Fins e importância do ensino. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(23/24):100-101, jul./ago, 1941.
56. Ibidem p. 100.
57. SILVEIRA, Ida. Instituições escolares. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(10):93-94, jun. 1940.

58. Ver análise EDITORIAIS. Cap. III, principalmente as páginas 140 a 146.
59. AZAMBUJA, Darcy. A formação histórica da idéia republicana no Brasil. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(3):158-161, nov. 1939.
60. AZAMBUJA, Darcy. O Dever da América. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(8):248-49, abr. 1940.
61. ANGELO, Guido. O destino da América. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(8):250-54, abril 1940.
62. A EDUCAÇÃO na América. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(8):278-81, abril 1940.
63. ANGELO, Guido. Op. cit. p. 250.
64. LAYTANO, Dante. O português dos Açores na consolidação moral do domínio lusitano no extremo sul do Brasil. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(16):333-35, dez. 1940; 5(17/18):7-11, jan./fev. 1941.
65. COSTA, Ney G. Ação política e econômica da Companhia de Jesus - América na fase colonial. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(13):21-24, set. 1940.
66. MATOS, J. Antunes. Creio no Brasil. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(11), jul. 1940.
67. _____. Creio na Bandeira do Brasil. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 3(12), ago. 1940.
68. SOUZA, J. P. Coelho de. O culto aos grandes homens da Pátria. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(23/24):88-90, jul./ago. 1941.
69. _____. Homenagem ao Duque de Caxias. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(1):9-15, set. 1939.
70. LUCENA FILHO, M. Educação e Segurança Nacional. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(15):232-237, nov. 1940.
71. CÂMARA, Armando. A Eucaristia e a necessidade da hora presente. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(8):264-270, abr. 1940.
- _____. A filosofia espiritualista e a psicologia experimental. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(2):94-97, out. 1939; 1(3):169-174, nov. 1939.
72. CUNHA e SILVA, Marieta. A filosofia tomista e a orientação moderna da educação. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, (27):145-55, ago. 1942.
73. Irmão Teodoro. Pedagogia Lassaliana I: O ideal lassaliano. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(1):30-33, set. 1939.
74. _____. Pedagogia Lassaliana IV: um pouco de crítica. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(4): dez. 1939.
75. _____. Pedagogia Lassaliana III: uma aula de Geografia. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(3):182, nov. 1939.
76. _____. Pedagogia Lassaliana II: Educação da sensibilidade. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 1(2):99-100, out. 1939.

77. Irmão Edésio. Pedagogia Lassaliana VII: O espírito de justiça como elemento de disciplina preventiva. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):29, maio 1940.
78. Irmão Anselmo. Pedagogia Lassaliana VII: Reter, compreender, descobrir. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(7):191-193, mar. 1940.
79. . Pedagogia Lassaliana IX: Os manuais escolares e as lições do professor. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(13):45, set. 1940.
80. Irmão Teodoro. Pedagogia Lassaliana V: A orientação profissional e o ensino técnico-profissional. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(6):107-109, fev. 1940.
81. TABORDA, Radagásio. O programa de higiene na Escola Primária. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(14):192-93, out. 1940.

CAPITULO V

UMA ESCOLA PARA O ESTADO

UMA ESCOLA PARA O ESTADO

A Escola assume caráter estratégico, na de obra "reconstrução nacional", como instituição capaz de proporcionar a socialização e a integração na sociedade. Nesta perspectiva, a Escola é chamada a exercer "novas funções" para a consolidação da "nova ordem", como um "elemento dinâmico e reformador, capaz de contribuir para a obra de transformação social, agindo sobre a família e o meio em geral e levando até as camadas mais profundas suas influências e os seus benefícios"¹. Peça chave desta política social, a Escola é a instituição capaz de "imprimir ao povo certa unidade de pensamento e capacidade física através da socialização diferenciada, da disciplinação dos corpos e da ocupação da mente pela ideologia oficial"².

Na REVISTA DO ENSINO, a Escola é concebida como "uma oficina de aprendizagem social", "centro da vida da comunidade" preocupada em preparar o "futuro homem e futuro cidadão" na dimensão "individual e social". A Escola é responsável pelos "alicerces do progresso de um grande povo, capaz de assegurar a vitória dos destinos políticos e

sociais da nossa pátria" em colaboração com a família. Estado e família³ unem-se para acompanhar o processo de transformação da Escola, superando a visão tradicional, "artificial e formalista", que tendia a "uma ruptura de equilíbrio entre a inteligência e a atividade dos alunos". A "nova" Escola, considerada a "alavanca de todas as iniciativas", não poderia permanecer inerte, insensível "à onda de renovação" em todos os setores sociais. O discurso do "novo" atinge a Escola, que deve reestruturar-se "como instituição coordenadora das ações educativas resultantes das instituições sociais, políticas, religiosas e econômicas", proporcionando à sua clientela "a participação nas experiências de vida, para que, exercitando-se em situações reais, saiba reagir, no momento oportuno, de modo desejável, ajustando-se ao bem-estar coletivo"⁴.

A reformulação do papel, funções e objetivos da Escola é um ponto importante na política de nacionalização do ensino, visto que a ampliação do número de escolas da rede pública, resultante da campanha nacionalista, exigia novas perspectivas da Escola como coadjuvante do programa de "reorganização social dentro da ordem vigente". Esta "nova" Escola, deveria desempenhar as funções esperadas pelo Estado, formando uma consciência nacional e promovendo "unidade espiritual".

No discurso da REVISTA DO ENSINO, a Escola deve assumir a função de "recuperação dos valores perdidos como religião, família, pátria", preservando as instituições nacionais e combatendo a "anarquia espiritual". No papel de "redentora da sociedade", a Escola dirige e controla as ações e atividades voltadas a moralizar e formar o "novo" homem. Nessa perspectiva, a "nova" ação educativa da Escola deve visar a "enriquecer e capitalizar inteligências" através de uma "tarefa - profunda, sólida e verdadeira - de espiritualizar e enobrecer a criança no contato imediato da vida escolar"⁵. O papel da Escola está ligado à adaptação do indivíduo ao meio social - "na escola se brinca de sociedade" -, produzindo e normatizando práticas sociais "no sentido de despertar e cultivar nos escolares a consciência do dever", da disciplina, da moral, do trabalho, consideradas "posturas pedagógicas fundamentais à educação dos brasileiros pelo Estado Novo"⁶. A ênfase nestas atitudes propunha-se diferente da "disciplina exterior e da ordem aparente da escola artificial antiga", substituídas por uma "atividade vigiada, que permite aos alunos aprender ao vivo as vantagens da ordem e da aplicação, do controle de si próprio, fundamentais à expansão de personalidades fortes e leais, de quem a sociedade atual tem tanta necessidade"⁷. O "novo" homem -

"são, forte e leal" - seria formado na ordem e na disciplina, através de "atividades dirigidas", que visam à "formação do caráter", considerado "elemento essencial da personalidade e onde repousa o futuro da Pátria".

A formação do "novo" homem intentava cooptá-lo a participar, de forma dirigida, da obra de reconstrução da nacionalidade⁸. Para o Estado Novo, "a nacionalidade tem o dever de efetuar um empreendimento assoberbante que exige o enfeixamento de todas as vontades, de todas as inteligências e de todos os corações num esforço decisivo, a qual não obedecerá somente a um imperativo do espírito de solidariedade humana, senão que também do instinto de defesa nacional no seu mais alto e nobre sentido"⁹.

A ação da Escola deve dirigir-se no sentido de promover uma série de "atividades sociais educativas" no ambiente escolar e extra-escolar. À Escola cabe o controle das atividades extra-classe, através de atividades com fins recreativos, culturais, educativos e esportivos, as quais desenvolverão valores cívico-morais e de disciplina - "promovendo ocupação proveitosa para as horas de lazer e evitando, conseqüentemente, a vagabundagem infantil e seus funestos resultados". Assim "colaborará a instituição, eficazmente, no estabelecimento de corretas atitudes e hábitos na formação dos futuros cidadãos"¹⁰.

A normatização das atividades pedagógicas será objeto de rígida regulamentação, controle e fiscalização, através de pareceres, leis, decretos e regulamentos elaborados por técnicos, com o objetivo de **"adaptar o indivíduo ao seu meio social"**. Essa normatização enfatizará, fundamentalmente, a questão da formação da **"consciência nacional"** e a proposição de deveres para com a Pátria. As atividades programadas, de padrões nitidamente cívico-nacionalistas, estimulam e regulamentam a participação **"desejada"** do **"novo homem"**, nos rumos da Pátria.

LENHARO destaca o papel da Educação **"como setor estratégico de controle social"**. O discurso dos livros escolares, especialmente dos editados nesse período, revelam o **"labor quotidiano"**, **"os cuidados do lar"**, **"a tenacidade"** e a grande virtude militar - **"a disciplina para a construção da pátria"**. O espaço social da escola é esquadrihado de maneira neutralizadora e envolvido por uma redoma defensiva do mundo externo, pleno de tensão e conflito. Lar, Escola e Pátria constituem as únicas referências geográficas utilizadas. Todos esses espaços estão preenchidos de amor e desprovidos de conflito: **"Só o amor constrói"**. O lar é espaço privilegiado do aconchego. Na escola, o professor desperta sugestões emotivas e exercita para o impulso heróico e para o apostolado cívico.

Pais e filhos, professores e alunos não se manifestam hierarquicamente. As relações sociais, do lar à escola e, deles, para o genérico da Pátria, diluem-se gradativamente, sustentadas apenas pelo crivo da moralidade¹¹.

A dinâmica do trabalho escolar precisa adequar-se a essas exigências. O espaço social da Escola deve modificar-se de forma planejada, organizada, de acordo com os princípios da escola "moderna". A REVISTA DO ENSINO, com as instâncias técnicas da SESP/RS, vai veicular sugestões e normas de organização do espaço e tempo escolar, com o objetivo de tornar a Escola um "centro social" sedutor, estruturado por uma "nova concepção de educação".

O artigo "Organização de Trabalho na Escola Elementar", de Iza G. Bueno¹², destacaria os objetivos da administração escolar - "buscar condições para realizar uma educação mais econômica e eficiente", que visasse "economia de dinheiro, de esforços, de tempo e eficiência de serviços". Esta busca de "eficiência" e "economia" implicava a necessidade de o professor e do diretor atentarem para a divisão do trabalho, distribuição do pessoal e de material e articulação dos serviços. Para tal deveria ser feito uma análise da situação da escola, das suas funções e elaborar um plano de organização do trabalho escolar, que

abrangesse: a organização do corpo técnico e organização das classes, a localização e movimentação das mesmas no edifício escolar, a organização do corpo administrativo, o equipamento material da escola e a utilização do prédio.

No âmbito de preocupação deste tipo destacava-se a relativa ao **"sistema de classificação e promoção de alunos"** - considerado de capital importância para a administração próspera de uma escola e para o progresso das crianças nas diversas séries do curso. Seria imprescindível que o diretor estivesse perfeitamente familiarizado não somente com os melhores princípios do processo geralmente em uso, como também com as normas particularmente adotadas pela escola que lhe cumpriria administrar. O artigo **"Classificação dos alunos"**¹³, recomendava **"que na busca da homogeneidade dos grupos de trabalho deve haver um equilíbrio entre o trabalho a ser feito e a real capacidade do aluno"**, a fim de evitar casos de má classificação que venham a perturbar a eficiência e disciplina do grupo. Para isso, era recomendado ao diretor que adotasse **"todos os planos que lhe permitissem imprimir a máxima eficiência e firmeza na classificação e progresso das crianças sob seu controle"**, atentando para a **"apuração do grau de inteligência da criança, mais do que na idade, no desenvolvimento físico, no seu reforço e no simples**

juízo do mestre". O artigo conclui apresentando treze pontos, "conjunto de normas gerais que servirão de guia ao diretor", na classificação das classes e homogeneização dos grupos de trabalho. Neste guia percebe-se a ênfase ao papel diretivo e controlador do diretor de escola no processo de classificação e promoção escolar, no qual deveria ser utilizada não somente a avaliação do mestre, mas também, se possível, de dados de "exame físico", da consulta aos pais dos alunos, "especialmente quando esses pais fossem pessoas inteligentes", para verificar causas que inibem a promoção.

O Regimento Interno das Escolas Primárias do RS (Decreto nº 7929, de 30 de agosto de 1939)¹⁴, em seu Título II - Do Funcionamento dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas, no Cap. IV - Da Classificação dos Alunos e Distribuição das Classes - recomendava que cada turma deveria se constituir com quarenta alunos no máximo. A escola que tivesse mais de uma turma por série, deveria organizá-las por "classes seletivas", para maior rendimento do ensino. Os alunos deveriam ser classificados pelo nível de maturidade para o aprendizado da leitura e da escrita. Caso não fosse possível, era recomendado o critério da idade e da escolaridade anterior deveria ser respeitado.

A classificação dos alunos era justificada pelo recurso

à Psicologia Experimental, que exigia que se considerasse "a idade, o sexo, o temperamento da criança, sua natural incostância e seu humor caprichoso, sua habilidade em discernir os motivos que a fazem agir"¹⁵.

Essa classificação era indissociável das questões relativas aos programas mínimos das disciplinas escolares. A regulamentação a respeito do que deveria ser ensinado em cada série visava a garantir seqüência e adaptação dos programas de ensino à série e idade dos alunos, mas também a homogeneização do que era ensinado nas escolas públicas do RS. O Decreto nº 8020, de 29 de novembro de 1939¹⁶, que aprova o programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Estado, justifica que o mesmo se faz necessário para "imprimir orientação uniforme ao trabalho educativo nas escolas primárias do Estado, através da prefixação dos objetivos a atingir e da previsão dos meios adequados a realizá-los". Salienta, também, a necessidade de adequação do programa escolar, em seu conteúdo e nas linhas ordenadoras dos assuntos, "aos modernos estudos sobre a criança e as exigências da vida social atual". A delimitação e graduação desse programa considerou o que seria indispensável à vida atual, resultante das investigações psicológicas e sociais realizadas no meio educacional. O Decreto salienta que o programa terá

"caráter experimental", estando sujeito a revisões periódicas, a fim de se adequarem aos "resultados de pesquisas, inquéritos e observações relativas às exigências do meio e aos interesses e possibilidades reais de aprendizagem de nossas escolas".

A padronização dos programas de ensino intentavam mais um mecanismo de controle do fazer pedagógico do professor, orientando o que e o como ensinar. Tais medidas permitiam às autoridades educacionais uma maior vigilância do cotidiano escolar. Para justificar ao professor essas medidas homogeneizadoras, a REVISTA DO ENSINO publica o artigo "Construção Objetiva de Programas de Ensino", do Padre Helder Câmara¹⁷, explicando o porquê da construção objetiva de programas de ensino. Para ele, o julgamento do professor sobre as necessidades e o desenvolvimento dos alunos muitas vezes é falho, o que explicaria a necessidade da construção de programas por especialistas nomeados periodicamente para tal fim. Salaria que são dados indispensáveis à construção científica dos programas de ensino: "a medida das possibilidades do educando, a medida dos interesses do educando, a medida das necessidades dos educandos", isto é, o que podem, o que desejam, o que precisam aprender. Sugere como procedimento científico a consulta a professores e alunos, mediante inquéritos em

cada série, pois crê que, "por meio de discussões, não serão descobertas as possibilidades, os interesses e as necessidades dos educandos". O autor defende a elaboração de um "Programa Mínimo Educacional" e de um "Teste Nacional de Aproveitamento", tendo em vista a diversidade dos programas e dos critérios de promoção. A busca de uma homogeneização em nível nacional é justificada a partir de exemplos de outros países que já executaram essa idéia: Argentina, Rússia, Itália, EUA. Este artigo, com a intenção de reforçar a iniciativa das autoridades educacionais na homogeneização dos programas mínimos das escolas primárias, enfatiza ao professor a necessidade desse procedimento, cabendo a especialistas a elaboração científica do currículo.

A Escola precisa criar um "ambiente físico" propício à implementação das novas exigências e para cumprir as suas funções educativas - formação cívica e moral do "novo" cidadão traduzida no objetivo de "veneração da Pátria". A ostentação da Bandeira Nacional, de mapas do Brasil¹⁸ e, "em lugar de destaque e permanentemente, do glorioso verso de Olavo Bilac: Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste"¹⁹, são alguns dos ingredientes simbólicos recomendados pelas autoridades educacionais e pela REVISTA DO ENSINO para comporem o espaço físico da sala de aula e

da Escola, "com o fim de manter vivo, no espírito da infância e da juventude, o pensamento da grandeza da Pátria e dos deveres inafastáveis que ela nos impõe" 20. Essas recomendações quanto à decoração interna da sala de aula incidem também na organização do tempo escolar, já que deveria sempre que possível, ser trabalho dos próprios alunos, orientados "pela forma que o entusiasmo e o gosto do professor dita".

O culto à Bandeira Nacional, com a instituição do "Dia da Bandeira", leva as autoridades educacionais a determinarem a organização de uma série de atividades, na sala de aula e na escola: "Valorizar junto aos espíritos infantis o lãboro augusto da Pátria, como imagem da terra, cuja magnificiência retrata, e como expressão de um passado de sacrifícios e heroísmo de disciplina e coragem cívica, de generoso devotamento de glórias, inspiradas na devoção do símbolo pátrio"21.

A REVISTA DO ENSINO publica a Circular da Diretoria de Instrução Pública, sobre "O culto da Bandeira nas Escolas Públicas", que orienta as Direções de Escola no "culto e reverência ao Pavilhão Nacional". A sugestão dada foi no sentido de "confecção de uma fina Bandeira Nacional",

elaborada por alunos de todas as classes, que "se distinguem pela excelência da conduta, aplicação, cumprimento exato dos deveres, espírito de solidariedade e cooperação ou espírito de cidadania", e carregada pelo melhor aluno do último ano, nos desfiles cívicos, em situação de destaque. A confecção da Bandeira deveria desencadear um processo de "emulação patriótica", estimulando os alunos a se empenharem em participar. Tal participação conferia "excepcional distinção": "carregar a Bandeira da Pátria deve constituir honra que cada um há de conquistar pela significação moral de suas atitudes e ações"; "um quadro dos trabalhadores da Bandeira - operários da Bandeira" - com o nome dos alunos e o motivo por que chegaram a grangear o honroso privilégio. Também, diariamente, durante 15 minutos, deveria ser contada a "História da Bandeira", "de maneira a encantar e comover". Composições sobre a Bandeira, desenhos, dramatizações, cantos são valorizados. A ênfase na "emulação patriótica" - conferir diplomas ou distintivos a todos os alunos que tenham figurado como trabalhadores da Bandeira; a escrituração diária, num livro, dos alunos escalados para o hasteamento da Bandeira, com a razão de escolha e ciência à família da honra com que se distingue a criança - foi recurso corrente. Com estes procedimentos pretendia-se educar cidadãos para a vida em sociedade. A competição era

considerada "saudável", entendida como sinônimo de "solidariedade, iniciativa, capacidade e aptidão de empreender", atributos fundamentais ao "novo homem".

A veneração da Pátria também envolvia a veneração dos seus símbolos²², como a Bandeira, pois contribuía para a criação de um "espírito nacional", moldado pelos atributos morais de "disciplina, coragem cívica, devotamento, cooperação e cumprimento do dever". Para auxiliar o professor na tarefa de desenvolver esse "espírito exaltatório nacional", a REVISTA DO ENSINO publica artigos: "A Nossa Bandeira"²³ e "Creio na Bandeira"²⁴ que tratam da história e do significado da Bandeira. É ilustrativa a analogia feita entre a mulher e a Bandeira²⁵ - "farei o elogio, sim, dessa MULHER linda que se chama BANDEIRA DO BRASIL" -, através dos qualificativos de fé, amor, pureza, beleza - "ela foi e encantamento dos homens de ontem, alentadora na conquista da terra, animadora nas atividades do trabalho criador; linda na fé que soube inspirar aos lavradores e maravilhosa no amor que incendiou no coração das nossas mães"²⁶. Essa alegoria feminina da bandeira parece também pretender encantar a "professora/leitora", predispondo-a ao exercício do que era proposto como sua "função cívica" no espaço escolar.

A REVISTA DO ENSINO publica também um "plano de aula" sobre a Bandeira²⁷. O projeto pretendia que os alunos adquirissem uma série de conhecimentos como o estudo da evolução e do significado dos símbolos da bandeira; explicação da legenda "Ordem e Progresso" e do preceito "Amai-vos uns aos outros".

A busca da "unidade espiritual" do cidadão brasileiro, além do "espírito nacional", envolvia a valorização e incentivo ao culto dos símbolos, rituais e conteúdos cristãos, proporcionados pela Igreja Católica. Dessa forma, a ostentação do Crucifixo, na entrada da Escola e nas salas de aula, foi uma orientação da SESP/RS para a organização do ambiente escolar. A cerimônia de benção deste símbolo religioso foi um dos rituais do cotidiano escolar, conforme se pode perceber em notícia publicada : "No Grupo Escolar Fernando Gomes, realiza-se, hoje, pela manhã, a cerimônia de benção de um crucifixo"²⁸.

O espaço escolar precisa também ser renovado e ampliado. A REVISTA DO ENSINO divulga as orientações da SESP/RS relativas a organização do ambiente escolar e artigos que destacam a importância do cuidado a ser dispensado quanto o mobiliário escolar, o prédio, o asseio corporal dos alunos. Assim, além da sala de aula, o aluno

deveria ter, à sua disposição, outros ambientes que proporcionassem "a sua formação integral em reais situações de vida", assegurando condições para a realização das diversas atividades propostas pelo "novo" currículo escolar.

Auditório, museu, biblioteca, ginásio, gabinete médico-dentário, refeitório escolar (sala de merenda), laboratórios, salas para clubes, grêmios e direção são alguns dos novos ambientes que devem compor o espaço físico escolar. A Secretaria orienta a ampliação da rede física das escolas públicas²⁹, com modelos de edifícios escolares de acordo com a capacidade física (número de alunos) e finalidades do ensino (escola primária e/ou secundária). A arquitetura dos prédios deveria refletir a modernização pedagógica, "assemelhando-os a viveiros coloridos, tirando-lhes o aspecto das gaiolas apertadas ou de quartéis mal imaginados". A "escola de amanhã" deveria ser "uma cidade-jardim"³⁰. Três tipos de escola³¹ são padronizados, arquitetonicamente, todos providos de "vastos campos de cultura física, de higiene, de acomodações para leitura, de laboratórios e de salas de antropometria".

A renovação do mobiliário escolar também preocupava as autoridades educacionais. As antigas carteiras deveriam ser

substituídas por pequenas mesas de "conformidade com as melhores exigências pedagógicas"³². A saúde dos escolares orientava estas reformas visto que a "grande maioria dos defeitos físicos dos escolares é, em geral, uma resultante dos desvios da coluna vertebral, consequência de atitudes malsãs forçadas por carteiras escolares impróprias". Com o "novo" mobiliário escolar pretendia-se atender às diferenças individuais, de modo que carteiras adequadas para os alunos de altura diferente, garantissem o princípio de que "a boa postura é o resultado de um melhor ajustamento, primeiro das várias partes do corpo entre si e, segundo, do corpo, como um todo, ao seu meio ambiente, ocupação ou trabalho"³³.

A padronização atinge igualmente, o material escolar, que foi reformulado de acordo com as novas exigências de unidade pedagógica e administrativa. Assim, foram adotados livros e impressos destinados ao registro e controle do movimento escolar, matrícula, freqüência, inspeção, boletins, fichas para biblioteca³⁴.

Prescrevia-se ainda, o asseio corporal do aluno e o uso do uniforme, como forma de "preservação da saúde na escola e por ação da escola". O professor deveria estar alerta: "verificar as deficiências em relação à prática dos hábitos

fundamentais de asseio do corpo e do vestuário, dirigindo perseverante campanha pelo melhoramento contínuo das condições sanitárias de seus alunos³⁵. "A Higiene da Mãos", "Doenças do couro cabeludo", "Higiene da visão", "Higiene do vestuário", "Cuidado com os ouvidos", "Os Olhos" são algumas informações relevantes de "higiene escolar" que o professor deveria dominar para levar a efeito o "asseio corporal" de seus alunos, entendido como "reflexo da Educação e uma das manifestações da dignidade", bem como, "elemento útil à sociedade e a Pátria".

Para LOURENÇO FILHO, a preservação da saúde na escola e por ação da escola, deveria ser buscada através do estudo racional das construções escolares e de adaptação do mobiliário destinado às crianças. Os serviços médico-escolares, de ação permanente, a discussão das questões relativas à fadiga dos escolares, influíam nos princípios de organização de horários, tempo de trabalho e recreio e organização dos programas de ensino³⁶.

A obrigatoriedade do "uso do uniforme escolar"³⁷ visava a unidade e a disciplina dos escolares e tinha em vista questões de higiene, pela recomendação de vestes adequadas à atividade de estudo³⁸. Cabia ao professor convencer as crianças e seus pais sobre as vantagens e necessidades do

uso do uniforme. O artigo "Higiene do Vestuário"³⁹ prescreve cuidados com o vestuário, como forma de "proteção à saúde". Assim instruído, o professor estaria apto a "aconselhar" e recomendar às crianças que "as roupas têm que variar de acordo com as variações do clima".

Cuidados com o mobiliário, sala de aula, prédio escolar e suas dependências deveriam traduzir a busca de um ambiente de "ordem, harmonia e arranjos que trazem um esforço de beleza e de conforto". A Educação integral envolvia a "cultura espiritual e física", levando educadores e higienistas a atuarem juntos. Providências "salutares", como: salas amplas, ventilação adequada, claridade conveniente, sol em abundância, bebedouros deveriam transpor o tempo em que o "colégio era apenas o atelier em que se decoravam cérebros; é necessário cuidar da cultura do espírito como da cultura do corpo"⁴⁰.

A conservação e ordenação do espaço escolar também deveria propiciar o desenvolvimento de atitudes como: "solidariedade, responsabilidades coletivas, comunhão de interesses de objetivos". Pretendia-se ordenar o "ambiente da classe, solicitando-se a participação das crianças nas atividades correspondentes"⁴¹, através de atividades de embelezamento da sala; gravuras, flores, cartazes de

propaganda e avisos. Uma das formas incentivadas para a conservação e uso do espaço escolar era a instituição de **"comissões de polícia e propaganda"**⁴². O ambiente escolar comportava a criação de instituições coercitivas similares às existentes no sistema social, reforçando a premissa da escola como **"oficina de aprendizagem social"**.

O disciplinamento de hábitos e atitudes envolvia a prescrição de normas relativas à frequência e à pontualidade escolar de professores e alunos⁴³. O professor deveria **"comparecer à Escola cinco minutos antes, do trabalho diário"**; os diretores, dez minutos antes e permanecendo na escola durante o expediente e comparecendo às solenidades em que a escola tomasse parte. Os professores eram obrigados a assinar ponto, forma de controle da sua assiduidade.

Como exemplo a ser seguido, o professor deveria atentar para a frequência e a pontualidade do aluno⁴⁴ - **"fator de repercussão no ritmo, ordem, continuidade e rendimento do trabalho"**. Tal controle deveria constituir-se objeto de **"ação intencional"** do professor, que mobilizaria o **"gosto da competição, o desejo de aprovação social, a tendência a agir e a solidariedade dos companheiros"** como mecanismo de incentivo. Uma série de atividades era sugerida a fim de

promover esses hábitos: quadro mural com o nome dos alunos para registro do comparecimento e hora de entrada, onde cada aluno deveria assinar sua presença, segundo "convenções que estabelece distinção entre os pontuais e os retardatários"; jogos como a "corrida da freqüência"; concessão de privilégios aos alunos mais freqüentes, como distinções ou prerrogativas de conservar a Bandeira Nacional na sala de aula; uso de certos brinquedos. A "proclamação da maior freqüência verificada no dia" era estimulada, bem como a confecção de um quadro com o gráfico da freqüência da escola, "destacando, convenientemente, a classe em que a porcentagem de comparecimento tinha sido mais elevada". A questão da freqüência e pontualidade também dependia da capacidade da escola "em atrair as crianças", isto é, proporcionar "ambiente agradável de arranjo, asseio, comodidade e beleza e, sobretudo, uma atmosfera de respeito à personalidade infantil". A ação desenvolvida pela escola no meio social e suas relações, em particular, com as famílias também eram fatores que levavam a uma maior freqüência e pontualidade dos alunos. A freqüência merecia, por parte das autoridades educacionais, uma atenção especial, devido ao fato dos filhos de colonos não comparecerem à escola pública, sendo assim necessário uma "relação harmoniosa" com as famílias a fim de que enviassem seus filhos⁴⁵.

A questão da freqüência e pontualidade vinculava-se à regulamentação do ano letivo, horário de entrada e saída, acesso às salas de aula. O início diário das atividades da escola deveria apresentar o seguinte ritual: quando houvesse pátio ou vestíbulo na escola, as crianças deveriam ser reunidas ali, e, posteriormente, conduzidas, pelos professores, **"ao som de uma canção ou marcha, na hora adequada"**.

O recreio ou **"hora da reparação"**⁴⁶, foi também alvo de prescrição, por parte das autoridades em relação ao tempo, finalidades, local, devendo desempenhar novas funções. Além de ser um intervalo nas lições e **"meio natural de expressão da espontaneidade do aluno"**, o recreio era um momento para observação da criança, conhecendo-a melhor através de **"particularidades de caráter e temperamento, preferências individuais, gostos, tendências, grau de amadurecimento social"**. O professor **"moderno"** deveria estar presente ao período de recreio como uma hora de trabalho em que pesquisaria e observaria, de maneira discreta e cautelosa - como se estivesse num **"laboratório social"**, intervindo somente em casos excepcionais. A participação do professor evitaria a indisciplina e o cansaço, canalizando a **"adoção de padrões de conduta"** e de **"boas maneiras"** coerentes com os valores que a escola intentava incorporar à

personalidade das crianças. Era, também, recomendado o disciplinamento das atividades - desde a saída da sala de aula e a circulação nos corredores até a aquisição da merenda - evitando atropelos e algazarras. A "tranqüilidade" seria atingida pela adoção do uso da fila para os deslocamentos no ambiente escolar.

Ordem, disciplina, harmonia no ambiente escolar exigiam o desenvolvimento de determinadas posturas e atitudes compatíveis com o espaço escolar e social, tais como a polidez e a cortesia. Nessa perspectiva, é instituída a campanha das "Boas Maneiras"⁴⁷ - de caráter permanente - com o intuito de "promover o exercício das formas de sociabilidade". As atitudes consideradas fundamentais para uma "perfeita integração na sociedade (...) aumentando a eficiência dos contatos pessoais diretos", deveriam ser motivadas através da instituição de uma "Semana das Boas Maneiras". Semanalmente, durante 20 minutos, deveriam ser discutidos problemas de conduta, do ponto de vista da cortesia, por meio de dramatizações e leituras. Também deveriam ser organizadas listas de ações ou situações em que as crianças aplicassem os princípios da cortesia e da polidez. Além disso, deveriam ser elaborados manuais - de cortesia e de civilidade, cartazes ou quadros. A recomendação era no sentido de que a atenção dada às boas

maneiras deveria tornar-se efetiva em todos os momentos da vida escolar, qualquer que fosse a matéria em estudo, sugerindo que, na disciplina de Estudos Sociais, se enfatizassem questões como: **"a cortesia entre os índios, boas maneiras antigas e modernas"**.

A adaptação da criança ao seu meio social passava por sua integração no meio escolar, através do desenvolvimento de atitudes e hábitos de disciplina como uma **"atividade espontânea"**, sempre em consonância com os **"modernos"** conhecimentos sobre a criança, **"compreendendo-a, não como um ser isolado, mas dentro do jogo complexo das suas relações familiares e sociais"**. Nessa perspectiva, a questão da disciplina era percebida como uma **"nova atitude mental"** em face da criança, pela qual os **"novos"** conhecimentos da psicologia, sociologia e biologia subsidiariam o professor diante dos problemas de disciplina com **"critério psicológico"**. Auxiliando o professor a compreender essa mudança de postura, a REVISTA DO ENSINO enfatizava o uso do confronto entre o **"velho"** e o **"novo"**. Assim, enquanto **"a escola clássica não conhecia estes problemas, porque era uma escola de repressões e inibições (...) enfocava a personalidade da criança, obrigando-a a se manter calada e reservada, sendo uma fonte enorme de angústias para a criança"**⁴⁸, a escola nova procurava tratar,

"cientificamente", os problemas de adaptação social da criança, tais como a mentira, a timidez, a desconfiança, o desânimo, o "mimo" em excesso. Era imprescindível que o professor conhecesse a criança para orientar a "correta transformação de atitudes ao contato das exigências sociais", transformando "a criança rebelde e destruidora de hoje no indivíduo cordato e criador de amanhã". Uma das sugestões apresentadas era a de que, contra a "rebeldia", deveriam ser contrapostas atitudes como a "bondade", a "cordialidade", o "sentimento do belo", que contribuiriam para transformar a escola do "medo e da punição" em um "lugar de alegrias puras e cheio de atrativos". A ênfase era no sentido de que, "compreendendo e amando as crianças, num ambiente de liberdade e alegria", o professor estaria combatendo as "atitudes negativas", identificadas como decorrentes dos "maus tratos". Trabalhando com as "forças do bem", o professor dirigia a vontade da criança para algo bom, associando-o à estética e ao belo, para dirigir a sensibilidade. Por exemplo, o professor atuaria, "pedagogicamente", no combate "à mentira e à invencionice da criança" se a cercasse de compreensão, carinho, "franqueza, lealdade e sinceridade".

A REVISTA DO ENSINO publica o artigo "Os Problemas da Disciplina"⁴⁹, transcrito da Revista Brasileira de

Pedagogia, como forma de auxiliar o professor nesta temática, pois era **"a que mais preocupava os educadores nos dias que correm"**, pelos sucessivos **"exemplos de anarquia moral e social"**.

A disciplina também era objetivo da organização de classes, mais ou menos homogêneas, o que, propunha-se, facilitaria o trabalho do professor e aumentaria o rendimento do trabalho escolar. A padronização exigia o nivelamento dos alunos, de acordo com seu **"rendimento"**, cientificamente medido através de provas experimentais e submetido a tratamento estatístico. A organização das classes, **"mediante critério seletivo"**, era feita através da aplicação de testes ABC, atendendo-se as novas tendências pedagógicas, segundo as quais a criança deve ter sua individualidade devidamente atendida, para melhor canalizar suas aptidões⁵⁰.

Na REVISTA DO ENSINO discursos distintos tematizavam a questão da disciplina. Alguns artigos e comunicados pedagógicos da Divisão de Instrução Pública tratavam a temática com enfoque nas modernas orientações **"pedagógicas"** e **"psicológicas"**. Outras orientações oficiais normatizavam a disciplina no cotidiana escolar prescrevendo medidas de controle e fiscalização, como a instauração de comissões de

polícia e propaganda, enfatizando o controle autoritário.

Na obra de **"reconstrução nacional"**, a Escola deveria ser mobilizada promovendo ações cívico-sociais e pedagógicas de formação do **"novo homem"**. As festividades escolares eram amplamente incentivadas, pois desenvolviam a disciplina e o senso de deveres para com a Pátria, ao mesmo tempo que evidenciavam a vinculação das ações escolares ao Estado Novo.

As festividades escolares dominavam o cotidiano da Escola. As datas cívicas - dia da Bandeira, dia Pan-Americano, Proclamação da República, Independência, Descobrimento do Brasil, dia do Papa, dia do Chefe da Nação (aniversário), dia do escoteiro, cinqüentenário da Abolição da Escravatura, centenário de morte de José Bonifácio e tantas outras - precisavam ser comemoradas **"despertando sentimentos elevados de patriotismo"**, com grandes desfiles, cantos orfeônicos, atividades artísticas e cívicas, num grande **"esforço educativo e de mobilização"**.

Todas as festividades de natureza cívico-cultural voltadas à criança e à juventude deveriam estar relacionadas com acontecimentos significativos do desenvolvimento histórico do país, **"seu passado e suas**

grandezas morais e espirituais, permitindo à criança, senti-las, compreendê-las e cultivá-las, consciente e afetivamente, formando-as para a glória da Pátria e da civilização"⁵¹. Imprescindível era sua vinculação aos programas de ensino a serem expressos no trabalho escolar, "socializando a criança", e "estreitando as relações entre escola e a comunidade, proporcionando-lhes alegrias comuns".

Alguns editoriais e vários artigos da REVISTA DO ENSINO tinham por temática as festividades escolares, divulgando-lhes os objetivos, dados históricos, atividades apropriadas aos planos de trabalho. Visavam a cercar o professor de vários recursos para desenvolver a "participação ativa e consciente das crianças", promovendo o civismo e o "amor pelos grandes sentimentos e ideais que alicerçam esta grande nacionalidade, revigorada no valor e fortaleza moral de suas gerações, engrandecidas pelo espírito de sacrifício, de responsabilidade para com o patrimônio comum, e compreensão dos supremos ideais cristãos de fraternidade e solidariedade"⁵².

A REVISTA DO ENSINO publica a orientação da Diretoria de Instrução Pública, normatizando e orientando as atividades "propícias à formação da consciência infantil",

duas partes: as relativas às festas cívico-nacionais e as relativas a outras comemorações - Páscoa, Primavera, Dia Pan-Americano, centenários ou aniversários dos grandes Homens nas Artes e nas Ciências, que deveriam ocorrer, mensalmente, quando restritas ao âmbito escolar, e duas vezes por ano, quando de "caráter público".

As festas nacionais recebiam uma regulamentação detalhada e extensa, devendo merecer também, por parte da Escola, uma preparação mais cuidadosa. Assim, a "decoração" da escola e da sala de aula deveria "traduzir o entusiasmo patriótico dos alunos". Estas datas deveriam ser comemoradas "no dia da semana com que coincidiam, ainda que em domingo", com a "participação ativa e consciente das crianças", através do "estudo atento e cuidadoso do fato histórico e dos personagens que nele intervieram" e outras atividades como desfiles, dramatizações, declamações, narração de anedotas relacionadas com o fato histórico, palestras, concursos, canto orfeônico, bailado, exercícios de ginástica. Tais atividades eram consideradas "estímulos capazes de formar atitudes de simpatia e entusiasmo, respeito e veneração pelos nossos heróis e pela Pátria"⁵⁴.

Com a intenção de melhor subsidiar o professor nas festividades cívico-culturais, a REVISTA DO ENSINO publica

orientações oficiais, textos teóricos de apoio, planos e sugestões de atividades desenvolvidas, notícias do evento de alguma escola. Na oportunidade da "Comemoração do Bicentenário da Colonização de Porto Alegre", publica Circular da Diretoria de Instrução Pública⁵⁵ estabelecendo o plano de trabalho a ser desenvolvido. Publica também artigos dos historiadores Walter Spalding sobre a História da Cidade, e Dante de Laytano sobre a Colonização Açoriana no Sul do País e noticia as comemorações realizadas no Grupo Escolar Emílio Massot, como uma "iniciativa louvável"⁵⁶.

A culminância da maioria destas atividades de ensino era a realização de um Auditório, conforme as recomendações oficiais e as novas orientações pedagógicas, que destacam o valor desta atividade como: "um fator muito importante de estímulo do bom espírito escolar e na integração da vida da escola", e como "uma das atividades que abrange toda a escola e como tal, pode dar uma fotografia da escola à escola"⁵⁷. O auditório era estimulado por permitir mostrar o trabalho escolar à família, à sociedade. O princípio orientador desta atividade escolar é a ativa participação do aluno, desde organização até realização. Dessa forma, percebe-se a ênfase que os relatos publicados pela REVISTA DO ENSINO dão à questão da motivação e desenvolvimento de

um Auditório. O relato da professora Aidée Schenkel, sobre o "Auditório Pan-Americano", exemplifica que esta motivação era estimulada pelo professor: "falei-lhes com entusiasmo sobre esta data, procurando despertar o mais vivo interesse pelo assunto". Para a professora, a organização desse auditório desenvolveu nos alunos hábitos de trabalho, cooperação, disciplina e "conceitos do valor do trabalho em comunhão de esforços e dedicação". O auditório, também, deveria contribuir para a integração das diversas disciplinas escolares, pela motivação para a obtenção de uma série de conhecimentos. O relato da professora destaca que, em Estudos Sociais, os alunos "adquiriram conhecimentos sobre os continentes, as terras conhecidas no século XV, os países limítrofes com o Brasil, os demais países Americanos". A decoração da sala de aula ocasionou também vários exercícios de Matemática (medição, cálculo, figuras geométricas); a confecção das bandeiras e do programa absorveu as atividades de desenho e artes aplicadas; a elaboração de cartão para enviar a alunos de outros países e composição sobre o tema, envolveram as aulas de Linguagem. Os conhecimentos adquiridos em Moral, foram "espírito de solidariedade e cooperação, através do seu esclarecimento sobre que o amor da Pátria não importa em menosprezo às outras Nações".

O "culto aos heróis"⁵⁸ igualmente faz parte da formação cívica do futuro cidadão. O espaço e o tempo escolar organizam-se para cultuar os grandes vultos da história, bem como personalidades vivas - o Chefe da Nação, o Papa, e o Interventor. Pelo estudo da vida e das realizações de "figuras humanas exponenciais" que "fizeram a grandeza da Pátria e contribuíram para a sua glória" a criança identificava as "qualidades" significativas para a constituição do carácter de um verdadeiro cidadão - "consciente dos deveres morais e cívicos para com a Pátria". Pois, pela "veneração dos heróis se aprimoram as qualidades morais e cívicas das gerações que passam"⁵⁹.

O artigo "O culto aos grandes homens da Pátria" do Secretário J. P. Coelho de Souza, destaca um número significativo de "heróis" da História nacional desde a colonização. O estudo de suas vidas e obras impulsionaria os "homens do presente dentro de uma exaltação espiritual, a bem servir à Pátria e à coletividade". A listagem⁶⁰ privilegia os heróis nacionais, buscando construir a "identidade nacional", evitando os "regionalismos", considerados perigosos para a unidade. Observa-se que toda uma galeria de heróis rio-grandenses não é referida. Caberia à Escola cultuar os grandes vultos nacionais e

comemorar as efeméridas da História do Brasil como um "dever de brasilidade". Pois "nosso plano de Educação não estaria completo se deixasse ao léu a parte de formação do caráter, o elemento vital do verdadeiro patriotismo. É dever de toda a instituição brasileira desvelar-se pela manutenção e desenvolvimento das virtudes cívicas"⁶¹.

Outra maneira de valorizar os "heróis" é através da denominação dos grupos escolares⁶², com o objetivo de "cultuar, de maneira especial, a memória de personalidades que bem serviram à causa da nacionalidade", procurando-se, desse modo,, inculcar no ânimo das crianças "os sentimentos elevados de altruísmo e amor pátrio, através do conhecimento daqueles que deram o seu esforço em benefício do progresso do Rio Grande do Sul e do Brasil"⁶³.

É interessante registrar as homenagens prestadas pelo magistério rio-grandense ao Secretário de Educação, Dr. J. P. Coelho de Souza, quando do transcurso do 1º ano de governo do Interventor Federal Cel. Cordeiro de Farias. Além da extensa cobertura jornalística, divulgando a homenagem antes e depois de ocorrida, deve-se destacar a programação, que incluiu, durante três dias, programa de rádio em que três professoras falaram sobre a atividade do

Secretário em prol do ensino no Rio Grande do Sul; missa na catedral com coral e quinteto de cordas; recepção na Associação dos Funcionários Públicos e inauguração do retrato do Secretário. Para tal homenagem, as aulas foram suspensas para as professoras poderem comparecer à missa⁶⁴.

As festividades de **"veneração à Pátria"** - de seus símbolos, heróis, datas, fatos - exteriorizavam a ação pedagógica da Escola na formação do **"homem novo/brasileiro"** com rígidos padrões cívicos e nacionalistas. A Escola é estimulada a implementar instituições e atividades com o objetivo de desenvolver um programa cívico-cultural voltado à construção da identidade nacional. Tais iniciativas destinavam-se, mais especificadamente aos grupos imigrantes. Nesta perspectiva, por exemplo, situa-se o estímulo à criação de **"Bibliotecas Escolares"**⁶⁵ como um **"recurso que usa a Escola na sua função de ajustamento social"**; de Clubes de Leitura como meios de divulgação da cultura nacional. O sentido destas medidas centrava-se no papel desempenhado pelo livro⁶⁶, considerado instrumento de trabalho **"insubstituível e de extraordinário alcance nas técnicas atualizadas do ensino, e como fonte de prazer espiritual, de sugestões benéficas, de ideais sadios"** e pela contribuição que dá ao **"desenvolvimento intelectual de todos os brasileiros"**. A ênfase na leitura e,

conseqüentemente, no livro (o que ler), insere-se na busca de "novas" perspectivas pedagógicas colocadas pelo programa de "renovação escolar" em implantação, na qual o livro não fica reduzido à dimensão de "compêndio básico de leitura", mas está disponível em salas ambientes - bibliotecas, clubes de leitura - "onde a criança encontra recursos de documentação, de reflexão, de estudo para as suas atividades curriculares, para a solução dos seus problemas de classe e extra-classe, e que lhe alargam, suplementam e enriquecem a experiência das coisas"⁶⁷. A leitura é apresentada como um inestimável recurso para a criança melhor dimensionar sua integração com a vida nacional - "o constante manuseio de revistas, livros e jornais nacionais, o recorte de gravuras e assuntos ligados à nossa vida vai integrando mais rapidamente o filho dos estrangeiros na comunidade brasileira, fazendo brotar no seu espírito o amor pela terra em que nasceu"⁶⁸.

A criação de Bibliotecas e Clubes de Leitura é incentivada, neste período, como estratégia de "nacionalização do ensino" - "de nacionalização da leitura" - contribuindo para a integração das colônias estrangeiras e "mostrando aos pequenos as maravilhas e riquezas do Brasil, despertando-lhes o orgulho de serem brasileiros". Como um eficiente recurso no processo de

nacionalização do ensino, também auxilia o professor na sua atividade de ensino, para "motivar a atividade das crianças em certas matérias em si áridas". A orientação para a criação de um "Clube de Leitura" mostra ao professor/leitor que o mesmo enseja a aprendizagem das seguintes matérias: "Português - leituras, narrações, dramatizações, com o conseqüente desenvolvimento do vocabulário, e o que é importante, a aquisição do gosto pela leitura; Aritmética - cálculo do custo dos livros, dos materiais; Geografia - a confecção dos álbuns de aspectos do Brasil faz com que a classe tome conhecimento da geografia política, física e econômica do nosso país; trabalhos manuais - construção de estantes, porta-canetas, encadernação de álbuns e livros, confecção de cortinas e outros acessórios; Ciências - álbuns de gravuras de animais e plantas; Civilidade - cuidados para com os livros, modo de sentar-se, distância conveniente do livro, etc; Civismo - idéia de governo, uso do voto"⁶⁹. Essa extensa indicação da importância da "Biblioteca escolar" e do "Clube de Leitura" como recursos de aprendizagem remete à regulamentação que estas instituições sofreram pelos órgãos técnicos da Secretaria de Educação, visando à normatização e padronização de suas práticas, tanto pela sua função na nacionalização do ensino, quanto pela vinculação às "novas tendências pedagógicas". O Estatuto da Biblioteca Escolar⁷⁰, elaborado

pela Seção Técnica da Diretoria de Instrução Pública, publicado na REVISTA DO ENSINO, destaca que, dentre seus objetivos, a Biblioteca deve "formar hábito de trabalho independente e auto-cultura, hábitos de cooperação. ordem, disciplina, economia, solidariedade, recolhimento, responsabilidade, respeito pelos direitos e propriedades alheios". Deve organizar-se de acordo com uma "unidade de prognósticos educativos": "não se colecionarão livros ao acaso (...), nem se admitirão livros que, de qualquer forma, falseiam a educação moral ou cívica das crianças ou que atentem contra os seus princípios religiosos ou provoquem emoções menos sãs salientando aspectos maus da vida". Nesta perspectiva, a regulamentação divide o material da Biblioteca, na seção infantil (deveria haver uma seção para os professores), em: leitura informativa, composta por livros didáticos sobre todas as disciplinas e outros materiais; e leitura recreativa "constituída de histórias e historietas de fundo moral, história humorísticas, contos de animais, fábulas, anedotas, charadas, brinquedos, jogos, histórias de fadas, histórias reais, lendas e mitos, histórias de aventuras, viagens imaginárias, teatro infantil, poesias, histórias e heróis". Constata-se uma cuidadosa atenção quanto à formação moral do "novo" homem e se sua adaptação ao "meio social", mediante um excessivo controle e precisa orientação da

informação a ser obtida - "nenhuma obra será incluída na seção infantil da Biblioteca Escolar sem que o diretor ou professor, para tal designado, haja feito um exame prévio em que verifique não ser a obra contrária às leis morais e aos sentimentos de nacionalidade"⁷¹.

A obra de "nacionalização" precisa, também, atingir a família. A Biblioteca Escolar e os "Clubes de Leitura" seriam meios de vinculação da Escola à Família, "estendendo ao lar a ação educativa da Escola, através da abertura de sua freqüência a ex-alunos e familiares dos alunos - a Biblioteca da Escola, sobretudo no meio rural, deve ter, em sua organização, uma hora de leitura para os ex-alunos e para os pais, fora do expediente escolar, e com material que lhes convenha, sob o ponto de vista da Educação em geral e dos aspectos práticos da localidade em particular".

A obrigatoriedade de que deveria haver uma Biblioteca em todas as escolas e nas salas de aula, segundo o Regimento Interno das Escolas Primárias do Rio Grande do Sul, explica-nos o aumento considerável dessa instituição⁷². A cuidadosa atenção das autoridades educacionais quanto à normatização e padronização dessa atividade, evidencia-se nas sugestões para a sua organização, publicadas na REVISTA DO ENSINO. Nelas o valor

pedagógico dessa instituição é destacado como "função complementar ao ensino da leitura, ensejando o treino freqüente da leitura oral e prática de uso de livros, ao mesmo tempo que concorre para despertar o desejo de ler bem e de freqüência à biblioteca"⁷³. É interessante observar o direcionamento dado pelas "sugestões" no sentido de o professor "criar" a motivação para a instituição do "Clube de Leitura" em sua escola, já que toda a atividade extra-classe deve surgir de um "desejo realmente sentido pelos alunos". No caso provável de não surgir "espontaneamente" o motivo, cumpre ao professor provocá-lo, através de uma situação real, habilmente criada, como, por exemplo, o

O livro e sua utilização como recurso de ensino são objeto de controle e fiscalização. A reestruturação do ensino primário atinge, além dos aspectos administrativos, uma reformulação dos programas, conteúdos e métodos de ensino, identificados com o objetivo de construção da nacionalidade brasileira. Em decorrência, o livro didático é amplamente analisado e regulamentado, tanto na instância federal⁷⁴ como estadual. O exame dos livros adotados nas escolas estrangeiras⁷⁵ e elaboração de pareceres sobre os mesmos é uma das atribuições da Seção Técnica da Diretoria de Instrução Pública da SESP/RS, "que conta com uma biblioteca pedagógica que lhe serve aos próprios trabalhos

e consultas dos professores e um mostruário de livros didáticos e literatura infantil, em grande parte já estudados e classificados, para orientar as aquisições das obras que deviam figurar nas bibliotecas escolares"⁷⁶

Outras instituições escolares - Circulo de Pais e Mestres, Auditórios, Clubes Escolares, Liga dos Amigos da Natureza, Cooperativa Escolar, Merenda, Pelotão de Saúde, Museu, Clube de Ex-alunos - são propagandeados pela REVISTA DO ENSINO que estimula seus leitores a colaborarem com as autoridades educacionais, criando-as nas suas Escolas, com seus alunos e familiares. O Regimento Interno das Escolas Primárias do Rio Grande do Sul⁷⁷, publicado pela REVISTA DO ENSINO, prescreve que estas instituições devem ser "criadas de acordo com as necessidades do ensino e do meio em que funciona a escola" e "obedecer, em sua organização, às diretrizes traçadas pela Diretoria Geral de Instrução Pública". Estas instituições teriam a finalidade de exercitar "atitudes de sociabilidade, responsabilidade e cooperação" e deveriam surgir do "interesse" do aluno. As normas expedidas pela SESP/RS orienta os passos do professor na sua criação. A motivação, a escolha do nome, a elaboração dos estatutos, as atividades, todas as etapas eram minuciosamente regulamentadas pelas autoridades. O professor tinha domínio absoluto na sua consecução, apesar

do discurso ressaltar que a sua função deveria ser apenas de guia, orientador e estimulador, com o mínimo de intervenções. Os alunos têm sua participação regulamentada e restrita a pequenas tarefas, como votar o nome do clube, participando dentro dos limites pré-estabelecidos⁷⁸.

Tais instituições escolares, deveriam desenvolver um "trabalho social em comum na Escola ou para a Escola", orientando-se no sentido "cívico-cultural" de construção da identidade nacional pela formação de hábitos e atitudes, como "auto-educação, iniciativa, cordialidade, respeito mútuo, gosto pela vida ao ar livre, observação direta, pontualidade e assiduidade, dedicação ao trabalho, zelo pelos instrumentos de trabalho, sentimento de responsabilidade, de sociabilidade e de cooperação"⁷⁹. A ênfase nestas "instituições escolares" integra o programa de "renovação educacional", em que a escola deve cumprir "novas funções" através de "novos" meios, como na "campanha de nacionalização".

Na perspectiva de "construção de nacionalidade" é incentivada a criação de "grupos de escoteiros" por sua ação cívico-pedagógica⁸⁰. O escotismo no Rio Grande do Sul tem estreitas vinculações com a comunidade teuto-brasileira⁸¹, necessitando também ser nacionalizado e

aproveitado como estratégia para a integração nacional - "dado o sentido de cooperação à educação moral e cívica de tal iniciativa"⁸². O Secretário de Educação, J. P. Coelho de Souza, estimula a organização de grupos de escoteiros - "apóstolos da generosidade" - nos estabelecimentos de ensino, enviando ofício circular às Direções de Escolas da Capital, recomendando a organização de tropas escoteiras nas escolas, sem prejuízo dos programas e horários regulares. O Departamento Estadual de Educação Física deveria "incentivar, dirigir e orientar a prática do escotismo em todos os estabelecimentos de ensino estaduais oficiais e particulares", bem como formar "chefes escoteiros" através da Escola Superior de Educação Física e Desportos⁸³. O escotismo fazia parte das estratégias para "estimular o civismo da criança", por desenvolver uma disciplina rígida e consciência de seus deveres e responsabilidades fundamentais para a formação do caráter dos futuros cidadãos brasileiros⁸⁴.

A REVISTA DO ENSINO publica a experiência "Escola Experimental 13 de Maio"⁸⁵, que criou o seu "grêmio esportivo", como alternativa para "solução dos conflitos de horários para jogos, prática de outros jogos e a participação em maior número de atividades esportivas". O artigo dá instrução quanto a constituição do grêmio - sede,

campos, estatutos, distintivo e flâmula, compra de material esportivo. Enfatiza a participação ativa dos alunos de 6ª série em todas as atividades e o envolvimento de várias disciplinas do currículo, colaborando para a organização do grêmio. Por exemplo, a Música auxiliaria na escolha e preparo das canções do grêmio; as aulas de Desenho, na confecção das plantas da sede e do campo e na elaboração da flâmula e distintivo; os Trabalhos Manuais na confecção das cortinas e da flâmula; a Matemática, nos cálculos de custos, despesas, quantidade de materiais necessários, levando os alunos a elaborar problemas⁸⁶.

O Clube Agrícola é outra instituição escolar incentivada pelas autoridades, que estimulam sua criação por seu **"alto valor educativo"**. Pondo em foco a vida rural, núcleo da campanha de nacionalização do ensino, o Clube Agrícola ainda estimula a **"participação"** da criança, desenvolvendo a solidariedade e o **"cooperativismo"**⁸⁷, atributos considerados fundamentais na **"formação de futuros cidadãos"**. A REVISTA DO ENSINO salienta a relevância desta instituição que agiria **"favoravelmente sobre as populações coloniais e campesinais"**, no sentido de sua integração nacional e fixação ao meio, garantindo a estabilidade da ordem social vigente, questão esta de **"defesa nacional"**.

Além disso, o Clube Agrícola teria objetivo de "despertar, aprimorar e cultivar, no espírito da criança, o amor à terra, fonte perene de toda a riqueza, origem de todos os bens". Nesta perspectiva, esta instituição é considerada valioso instrumento "de fixação, de aprimoramento da raça e de engrandecimento da Pátria", desenvolvendo "uma consciência agrícola" e nacional no brasileiro⁸⁸, sem "urbanizar completamente a escola da roça, nem ruralizar "in totum" a da cidade". Nesta dimensão, duas preocupações distintas deveriam nortear sua organização: no meio urbano, seria seu "principal escopo formar a mentalidade agrícola pela dignificação do trabalho manual, para que o problema rural, considerado como base da economia do país, encontre apoio entre os brasileiros em geral, em qualquer ramo dos conhecimentos humanos a que se dedicarem"; no meio rural e zonas suburbanas, seria "o centro de irradiação de todas as atividades escolares", porque proporcionaria "o desenvolvimento integral do programa", comportando todas as outras instituições escolares e estabelecendo "ação contínua e recíproca entre a escola e o meio social"⁸⁹. A expansão dos "Clubes Agrícolas"⁹⁰ dá-se pela ação dirigida das autoridades educacionais que consideravam suas finalidades pedagógicas amplas e ilimitadas, contribuindo para o desenvolvimento de conhecimentos relativos às ciências naturais, geometria, aritmética, linguagem verbal

e escrita, higiene, educação física, trabalhos manuais, desenho, música, estudos sociais, civismo, moral social e religiosa - "o trabalho nessa situação, além de essencialmente educativo, socializado por excelência, exige constância e tenacidade (...), cria atitudes mentais favoráveis e hábitos desejáveis, nivelando, irmanando, pelo trabalho em cooperação com finalidade única, ricos e pobres, pretos e brancos, rapazes e meninos, aprendendo assim, desde criança, que o que distancia os homens não é tanto a diferença acidental de fortuna ou posição na sociedade, mas as qualidades fundamentais de caráter e que tão indispensáveis são para a grandeza da pátria e da humanidade, o intelectual como os humildes trabalhadores manuais"⁹¹.

A valorização dessas instituições evidencia-se no cuidado com sua normatização e fiscalização. Uma série de normas foram expedidas e publicadas pela REVISTA DO ENSINO, tais como: Estatutos do "Clube Agrícola Escolar" - da denominação, sede e objetivos⁹², e "Liga dos Amigos da Natureza" - bases gerais de funcionamento⁹³, as quais detalham ao leitor todos os procedimentos de funcionamento, organização, instalação, programa. Para o funcionamento dessas instituições, são destacados como objetivos:

"dignificar o trabalho manual, despertando a vocação e engrandecendo a profissão do trabalhador do campo; incutir o amor à terra, o sentimento de nobreza das atividades agrícolas e o reconhecimento do valor econômico e patriótico das mesmas; concorrer para o melhoramento permanente da vida rural, procurando torná-la mais agradável e aperfeiçoando-a quanto à higiene, sociabilidade, estética, cultura geral"⁹⁴. O professor preparado para "despertar, aprimorar e cultivar no espírito da criança o amor à terra, fonte perene de toda a riqueza", contribui para o incremento da Educação Rural, ponto básico da política educacional impetrada pelo Estado na nacionalização das comunidades estrangeiras. Via escola, dá-se a fixação do homem ao meio, sendo fundamental, à professora, "uma orientação rural de ensino, adaptando a escola ao meio, repetindo assim a própria vida local com finalidade aperfeiçoadora".

O Círculo de Pais e Mestres, considerado "instrumento de maior alcance educativo na vida da escola", é incentivado para estreitar a colaboração entre pais e professores na Escola. A busca de um maior entrelaçamento é fundamental para a obra de "renovação educacional" e para a "campanha de nacionalização do ensino", integrando pais e

professores num mesmo ideal: "É necessário que pais e professores, entrelaçados por sua amizade sólida, por uma mútua compreensão da realidade, por um veemente desejo de aperfeiçoamento, por um acentuado amor à Pátria e à família, marchem unidos e coesos com os olhos fitos no mesmo ideal"⁹⁵. Assim, a Escola exterioriza-se para além das "quatro paredes da classe". O apoio e a colaboração do "Círculo de Pais e Mestres" residiria em "integrar os pais" na vida normal da escola para que ela pudesse cumprir as suas "sublimes finalidades". Seria preciso "obter unidade de propósitos educativos, tanto na escola como no lar, para que a criança não sofresse com a influência de ambientes completamente heterogêneos"⁹⁶. Buscar uma melhor adaptação da criança ao meio e um "apoio" à obra educativa era o que se pretendia nos Círculos de Pais e Mestres. A colaboração era propagandeada na REVISTA DO ENSINO: "E se marchamos de acordo, vós - os pais - e nós, os professores, cumpriremos ambos um dever sagrado, de cujos benéficos resultados irão usufruir aqueles que são todo o vosso carinho e que são todo o nosso cuidado - os vossos filhos"⁹⁷.

As "novas tendências pedagógicas" centravam na família uma importante contribuição ao processo educativo. A aproximação da família com a Escola, como coadjuvante do processo educativo, possibilitaria um melhor conhecimento

do aluno, de seus interesses, aspirações, particularidades individuais, permitindo um melhor aproveitamento escolar. A Escola, aliada à Família e à Comunidade, teria condições mais favoráveis para a formação do "novo homem".

O fortalecimento da função social da escola vincula-se à idéia de que há enfraquecimento do papel da família na sua função educativa - "hoje, a autoridade patriarcal cada vez se sente mais fraca, senão nula; pede-se à escola que intervenha em tudo, na educação moral, no adiestramento para o trabalho e na cultura espiritual"⁹⁸. A Escola deve procurar unir-se à família, a fim de alcançarem juntas "a Educação e a instrução da criança de cujo futuro também depende o futuro da nacionalidade". Nesta perspectiva, deve incentivar a "participação" dos pais na vida escolar, aproximando-os dos problemas vividos no ambiente escolar e recebendo deles ajuda na sua solução. Além da "função educativa" da aproximação de pais e mestres, haveria outra, de "cunho assistencial", destinada a contribuir financeiramente, para o funcionamento escolar. Mesmo sendo o ensino primário "gratuito", o Estado estimula a contribuição dos pais à manutenção do ensino, através da "Caixa Escolar"⁹⁹ - "a gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigido

aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição, módica e mensal, para a Caixa Escolar"¹⁰⁰. Dessa forma, uma das expectativas da Escola em relação aos pais é sua contribuição pecuniária, "concorrendo voluntariamente na medida do possível"¹⁰¹. A aproximação dos pais com a Escola relaciona Lar e Escola como um "todo harmônico", possibilitando uma maior exteriorização da ação escolar.

As Colônias de Férias¹⁰² são estimuladas e promovidas pelas autoridades educacionais, com duplo objetivo: buscar o aperfeiçoamento físico, moral e mental da clientela escolar pela educação higiênica e alimentar¹⁰³, e ser uma demonstração da "obra educacional do Estado" quanto à nacionalização das comunidades estrangeiras¹⁰⁴. Numa ação conjunta - diretiva, normativa, disciplinadora - as "colônias tinham a criança como foco de aprimoramento social e pessoal".

A "nova" Escola precisava também inovar os "métodos de ensino", os quais deviam ter como objetivo estimular a participação, o entusiasmo, a curiosidade do aluno em conhecer e adaptar-se ao meio circundante. A escola precisava ser ativa, dinâmica, constituindo um novo ambiente. Assim, foram recomendados e destacados como

"remédios pedagógicos", os centros de interesse, os projetos, os auditórios, as excursões, o jornal escolar, que possibilitariam à criança novos campos de observação e experiência da realidade natural e social. Essas propostas metodológicas pretendiam estimular a participação social do "futuro cidadão", ampliando o espaço de vivência escolar, para atividades no "campo, praia, montanha, jardim, lavouras, oficinas, exposições, colônias de pesca, laboratórios, fábricas", conforme o desenvolvimento dos planos de estudos escolares e as possibilidades de cada região.

Vários artigos da REVISTA DO ENSINO vão procurar estimular o professor a fazer uso destas instituições escolares. A ênfase dada é no sentido de mostrar a função pedagógica desses recursos de ensino, que residem na possibilidade de estabelecer "uma íntima relação entre a escola, as preocupações, tendências e anelos do meio social". Tratava-se de proporcionar uma contínua vivência em sociedade, levando a escola a constituir-se numa "sociedade em miniatura", pela reprodução de situações concretas, onde o aluno aprenderia "a vida em sociedade". Recomenda-se, por exemplo, que seria "ideal que nos terrenos vizinhos à escola fosse reproduzida em miniatura a vida agrícola e industrial da localidade, da qual os alunos

participassem efetivamente, pela manipulação dos objetos que usam, pelo que vêem os outros fazer"¹⁰⁵.

Procurando "despertar a atenção dos educadores", vários artigos enfatizam os métodos - "centros de interesse" e "projetos" - que organizavam as atividades de ensino, pois "toda a atividade espontânea se realiza à base de projetos e interesses". Nessa perspectiva, a escola não pode distanciar-se da vida, mas integrada a ela, deve transformar-se num "laboratório de vida em sociedade". Projetos de uma oficina escolar, de um quadro de anúncio da classe, de um jardim, são algumas das sugestões dadas, recomendando-se ao professor cuidado na escolha dos temas, tendo em vista as finalidades da escola, o interesse da maioria, o seu valor para o desenvolvimento do aluno e do grupo e sua possível ampliação para outros problemas. O professor deveria atentar para a transição no emprego destes novos métodos de trabalho. As inovações deveriam ser introduzidas com cautela e, por isto, vários artigos trazem sugestões aplicáveis ao maior número possível de escolas.

Os auditórios também são um importante meio de ensino - "centro de estudos" - por "proporcionarem o desenvolvimento da cordialidade e da vida social, sendo fator de criação de relações democráticas, atitudes sociais e apreciações

desejáveis"¹⁰⁶. Como atividade de sala de aula ou de reuniões de toda a escola, o auditório é proposto para comemorações cívicas, audições, apresentações, palestras integrando a Escola, a Comunidade.

A REVISTA DO ENSINO publica vários relatos de professores sobre as atividades das escolas em conformidade as normas emanadas da SESP/RS. O relato das professoras Maria de Lourdes Campelo sobre um "Auditório dos Pássaros" para um 2º ano primário¹⁰⁷, e Ledy Lima, sobre o "Auditório da Páscoa", para um grupo de 3º ano¹⁰⁸, destacam o entusiasmo dos alunos, por terem trabalhado em torno de um assunto "escolhido espontaneamente e tratado livremente por eles". Esse entusiasmo seria também do professor, que faz a seguinte observação: "Não era muito simpático aos auditórios, confesso-o, por achá-los demasiado complexos, entretanto a realização deste, que foi o meu primeiro, deu-me grande satisfação e bastante modificou minha opinião, por ver o interesse despertado em toda a aula, composta de alunos de classificação inferior, bastante turbulentos, e a modificação de comportamento, que se operou, quanto à aplicação como à disciplina".

Esses relatórios evidenciam que no cotidiano escolar as atividades programadas pelas autoridades educacionais

tinham grande peso na organização das atividades de ensino. Um exemplo é a comemoração relativa aos "Centenários de Portugal", a partir do plano de trabalho detalhado na Circular expedida às Escolas. O relato dos trabalhos realizados pelo Grupo Escolar "Paula Soares"¹⁰⁹ permite constatar os problemas enfrentados em atender as solicitações emanadas da Diretoria de Instrução Pública. A Diretora da Escola expressa a dificuldade de compatibilizar as atividades de "preleção motivadora da festa" e o "Dia da Exaltação da Língua" com exames que não deveriam ser interrompidos: "Que fazer?" (...) "ficou resolvido que, após os exames, as professoras leriam e comentariam trechos de literatura portuguesa, poesias, etc. Enfim, pesquisariam o assunto e fariam os alunos pesquisarem; preparariam, portanto, a plano de trabalho". A Diretora ainda ressalta que o desenvolvimento do tema foi dos mais complexos, mas que "cada aula convencida da responsabilidade de sua tarefa, meteu ombros ao trabalho e dele se saiu galhardamente". Cita como exemplo de atividade, a dramatização/recitação de "A língua portuguesa", de Olavo Bilac¹⁰⁹, por um aluno de 4º ano, que demonstrou não ter compreendido bem o assunto. Mas a professora, "cultu", deu "verdadeiras aulas sobre cada parte do soneto". Outro trabalho, "digno de louvor" teria sido realizado pelo 3º

ano, na reinauguração da sopa no Grupo, com a "Sopa portuguesa", que serviu como motivação para introdução da unidade didática, conforme observa-se no Quadro resumo do Plano Executado¹¹¹. Neste plano, constata-se que após esta motivação "sui generis", foram desenvolvidas: excursões, palestras, pesquisas, sessões de leitura, dramatizações, jogos, bailados, composições, música, desenho e artes aplicadas. Essa variedade de técnicas, métodos e recursos incorporava as propostas da escola ativa, que recomendavam ao professor diversificar os estímulos para o aluno. Com algum exagero, é certo, como é o caso da motivação da unidade sopa portuguesa. Quanto aos conteúdos trabalhados nesta unidade, destacam-se: a alimentação, os vegetais, as frutas, a alimentação animal, vinculando-se à questão da merenda escolar; em Estudos Sociais e Naturais, a história de Portugal e sua situação sócio-econômica atual; em Matemática, conhecimento do dinheiro português; em Música, fados portugueses, Hino português; em Artes Aplicadas, dobraduras de caravelas. As palestras que foram efetuadas trataram dos objetivos da comemoração, da participação do Brasil na festa, da recapitulação do Descobrimento do Brasil e dos Milagres de Nossa Senhora de Fátima. A culminância dessas atividades foi a realização de um Auditório, conforme determinação da SESP/RS, expressando a síntese dos trabalhos escolares em homenagem a

Portugal¹¹². Para a Diretora, os fatos significativos do evento foram: a presença do Sr. Consul de Portugal, ao qual foi ofertada uma almofada com a bandeira portuguesa executada por alunas do 4º ano nas aulas de Trabalhos Manuais; e o trabalho desenvolvido pela professora bibliotecária nas turmas em torno de Julio Diniz e suas obras, principalmente sobre "As Pupilas do Sr. Reitor". No seu depoimento, destaca que esta atividade teve plena participação dos alunos "nada foi imposto, nada foi feito sem naturalidade, tudo foi executado em comunidade, sem prejudicar o programa de aula, que foi necessariamente globalizado, e na melhor ordem e disciplina". Esta afirmação tem efeito restrito, visto que, a própria diretora em outro momento, afirma que o Auditório bem como a unidade sobre Portugal, realizaram-se "por determinação da Secretaria".

Outro elemento a enfatizar deste relato e também presente em outros, é o "estímulo" dado pela Escola para a participação dos alunos nas atividades programadas. Todo o evento programado resultou de escolha dos melhores trabalhos feitos pelos alunos em cada aula, e posteriormente num concurso, para ver o "melhor dos melhores". A emulação foi amplamente estimulada, pois tudo era motivo para realizar uma escolha: quem falaria no

Auditório, quem seguraria a bandeira, que frases seriam lidas. Nos hábitos a desenvolver seriam enfatizados os princípios do "trabalho em coope-ração, obediência ao chefe de grupo, responsabilidade, boas maneiras, ordem e disciplina, cuidado e asseio nos traba-lhos executados, respeito à família, à Escola, à Sociedade", verificando-se um direcionamento do processo ensino-aprendizagem para a formação de hábitos e atitudes, consideradas na perspectiva de formação moral, de recorte cívico-nacionalista.

Outro relatório refere-se à sessão de Auditório sobre o "Centenário Jesuíta", que foi assistido pelas diretoras de outros grupos escolares da capital, reforçando a importância do evento. Em função do sucesso desta atividade, foi solicitado que a mesma fosse repetida para os alunos de outras escolas, de modo que pudessem "apreciar cena tão educativa", principalmente a dramatização do 4º ano. Nela, "as crianças, sentindo com verdadeiro patriotis-mo tudo o que diziam, não deixaram passar despercebidos, a nenhum espectador, o entusiasmo que lhes ia na alma, pelo seu Brasil tão querido, e o estudo cuidadoso que fizeram de tudo que faz de nossa Pátria e sua gente o país grandioso que é".

O relato da "festa de confraternização"¹¹³ transcrive

depoimentos dos alunos - "Nossa aula possui uma professora muito patriota, que não perde ocasião de falar na Pátria e no nosso dever de cidadão e de cristãos para com ela. Antes da Semana da Pátria, por pedido do Sr. Secretário, deveríamos colocar nas aulas a frase de Bilac (...), a qual foi explicada pela professora, que leu a poesia "A Pátria", o que nos entusiasmou tanto que resolvemos procurar em livros, revistas, jornais, folhetos, informações sobre tudo quanto fosse motivo de orgulho para os brasileiros". E informa que foi realizada leitura dos livros: "Por que me ufano de meu país" de Afonso Celso; "O Brasil e suas riquezas" de Waldomiro Potch; além de artigos sobre o Estado Novo e consultas no "Tesouro da Juventude".

O enviado da REVISTA DO ENSINO¹¹⁴ conclui o relato, destacando o trabalho da Escola e dos alunos, exaltando "a compenetração e a responsabilidade de suas atitudes, empenhando-se na sucessão natural e disciplinada de seus atos", valores considerados fundamentais à obra de renovação educacional.

É interessante registrar que apesar do Auditório ser sobre o "Brasil, Companhia de Jesus e Árvore", ele inclui a apresentação do "Bailado Mexicano", como referência às atividades desenvolvidas no Auditório Pan-Americano em 14

de abril. Segundo depoimento de um aluno, este bailado relaciona-se a "Sala México", inaugurada naquele dia pelo Sr. Consul, que "cortou a fita e agradeceu muito a homenagem feita à sua Pátria". Diz o aluno: "Ele tem sido muito gentil, já enviou muitos livros e muitos quadros para ornamentação da sala e, há poucos dias, fez-nos uma comunicação que muito nos honrou: O Governo do México, em retribuição à homenagem prestada pelo "Paula Soares", fez inauguração numa escola de lá, da sala República do Brasil".

O Jornal Escolar é outra sugestão para dinamizar a ação educativa e estimular a participação do aluno. Como recurso de ensino ou instituição escolar, o jornal escolar oportunizava grande número de atividades, oferecendo ambiente propício para a criança "aprender fazendo", isto é, realizando ela própria o aprendizado de conhecimentos e técnicas e a aquisição de hábitos e atitudes desejáveis, como o espírito de iniciativa, direção e solidariedade, hábito de trabalho em grupo e cultivo do amor à língua materna"¹¹⁵. Como trabalho de equipe, a confecção do jornal de classe ou da Escola contribuía para a formação do espírito de cooperação, coletividade, além de expressar o trabalho realizado, sendo uma "fonte preciosa para a história da vida da Escola"¹¹⁶. O Jornal Escolar foi uma

instituição incentivada pelas autoridades educacionais, conforme podemos observar no Relatório de 1943 do Secretário de Educação, J. P. Coelho de Souza¹¹⁷, em que aparece para os anos de 1940, 41 e 42 respectivamente, 6, 32 e 54 jornais escolares no Estado, evidenciando um crescimento desse recurso pedagógico¹¹⁸.

As excursões escolares são também estimuladas pelo alto valor educativo de integração da criança ao seu meio social, pela "aquisição de experiências diretas de vida", pela socialização proporcionada. As autoridades educacionais normatizaram esta atividade extra-escolar, dedicando um capítulo no "Regimento Interno das Escolas Primárias do Rio Grande do Sul"¹¹⁹, e através de Comunicados Pedagógicos enfatizam que as excursões com os alunos "os levam a olhar com inteligência o meio vital que os envolve, os habituam na pesquisa de informações utilizando os dados reais e positivos da experiência direta". Ao estimularem os "dons da observação", de despertar o "poder crítico", as excursões ensejariam também o conhecimento do "mundo do trabalho, pelo contato com as diferentes formas de trabalho produtivo", sendo especialmente recomendada nos últimos anos da escola, por "oferecerem à criança que está prestes a ingressar na sociedade com a sua contribuição de trabalho um

conhecimento maior das profissões, sob o ponto de vista do valor social e dos proventos individuais, permitindo escolher, com inteligência, o que esteja dentro dos seus pendores naturais e possibilidades físicas"¹²⁰.

A REVISTA DO ENSINO publica o Relatório de uma excursão promovida num Grupo Escolar de Porto Alegre, com a finalidade de orientar os professores sobre os cuidados na utilização deste "meio de atingir os objetivos a que a escola se propõe"¹²¹. As recomendações da Seção Técnica da Diretoria de Instrução Pública, propõem uma série de passos: a motivação para a excursão; a visita prévia do professor ao local escolhido; a organização da atividade junto aos alunos; as tarefas decorrentes da excursão realizada (relatório, redações, desenhos, exposições). Segundo o relatório da professora, as excursões escolares oportunizam atividades nas diversas disciplinas do currículo¹²², formando hábitos e atitudes, tais como iniciativa, respeito aos outros e a si próprios, espírito de cooperação, interesse pelo trabalho alheio, solidariedade, autonomia, noção dos limites da liberdade própria.

As exposições escolares, como meio de visualização do trabalho realizado na Escola, também são estimuladas¹²³. Os

trabalhos manuais tinham, nesta oportunidade, uma forma de divulgação, podendo inclusive ser comercializados, desde que feitos com material fornecido pela Caixa Escolar ou doado pelos alunos.

Também o potencial educativo do cinema e do rádio como recurso educativo é valorizado pela REVISTA DO ENSINO, pelo seu "sentido integrativo da nacionalidade, pelo aproveitamento sinérgico de forças uniformizadas, conjugadas harmonicamente e vivificadas pelo pensamento e pelo sentimento da comunhão espiritual da grande Pátria"¹²⁴. O rádio e o cinema educativo fazem parte de uma estratégia maior, em que os mesmos são amplamente utilizados para divulgação e propaganda da ideologia do regime. Recomenda-se que o professor não exagere no uso destes "auxiliares" visuais e auditivos, que não teriam vindo "ocupar o lugar do mestre", mas "revolucionar a metodologia clássica"¹²⁵. A utilização desses recursos de ensino também significava a vinculação da escola ao "progresso" da sociedade para o qual seriam indispensáveis como fator educativo e não mero "adorno". A instalação de Laboratórios nas escolas¹²⁶ também seria indicativo do desenvolvimento do ensino. Partindo da idéia de que "educar é preparar o homem para a vida social", destaca-se que as

atividades de laboratório permitiam ao aluno compreender "o sentido das coisas, sua verdadeira extensão, sua posição, sua qualidade", pois a explicariam "a função de tudo o que nos cerca e afeta nossas faculdades orgânicas". Salienta, também, a necessidade de o aluno "ver o que houver para ser visto e não aquilo que lhe disseram que visse", isto é, de poder chegar às suas próprias conclusões. Esse recurso, além de estimular a observação, também desenvolveriam o senso crítico, por possibilitar a verificação daquilo que foi aprendido.

A Escola estadonovista proposta na REVISTA DO ENSINO subordinava à dimensão cívico-nacionalizadora, as inovações pedagógicas identificadas com o ideário escolanovista. Nesta perspectiva a Escola era redimensionada incorporando ambientes, novo mobiliário, novos materiais e símbolos - pátrios e religiosos. Através de diferentes estratégias - auditórios, projetos, centro de interesse, excursões - toda a ação procurava destacar a finalidade cívico-social que assume a Escola, como instrumento de moralização e regeneração social no âmbito da política educacional estadonovista.

NOTAS

1. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(11):197-98, jul. 1940.
2. PEIXOTO, Ana Maria. A Educação e o Estado Novo em Minas Gerais, p. 15.
3. "De sorte que, aqui, o Estado não absorve, como na velha Esparta, a função educativa, pois que esta não visa, como no duro regime lacônico, à formação de um patriotismo exarcebido... Aqui, o Estado não se sobrepõe à família, procura apenas completá-la. (PAES, Elpidio. "Direito da Criança à Instrução". REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(5):13, out. 1940).
4. SILVEIRA, Ida. Instituições Escolares. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(10):93, jun. 1940.
5. RS/SESP. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Comunicado nº 3, out. 1939. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(169):368-69, dez. 1940.
6. Ver GRANDE, Humberto. A Pedagogia do Estado Novo. 1941.
7. PEETERS, Marie Louise. As Escolas Novas. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 3(11):216-18, jul. 1940.
8. Brasil. MESP. Boletim. O Estatuto da Criança. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(4):279, dez. 1939.
9. "A consciência nacional é a imagem unificadora, tanto no plano do discurso político-ideológico, quanto no das práticas e experiências sociais. A identidade nacional constitui a Nação brasileira". (MONARCHA, Carlos. A reinvenção da cidade e da multidão, p. 51).
10. PEIXOTO, Ana Maria. A Educação e o Estado Novo em Minas Gerais, p. 28.
11. LENHARO, Alcir. A sacralização da política p. 49.
12. BUENO, Iza G. Organização de trabalho na Escola Elementar. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(10):100-103, jun. 1940.
13. CUBBERLEY, Ellwood. Classificação de alunos. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre. 1(2):115-119, out. 1939.
14. RS/SESP. Regimento Interno das Escolas Primárias. Decreto nº 7929, de 30 de agosto de 1939. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(2):142-150, out. 1939.
15. Irmão Edésio. Pedagogia Lassaliana. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):29, mai. 1940.
16. RS/SESP. Decreto nº 8020, de 29 de novembro de 1939, aprova o programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Estado. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(4):282-310, dez. 1939.
REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(5):58-80, jan. 1940.
REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(6):147-160, fev. 1940.
17. CAMARA, Padre Helder. Construção Objetiva de Programas de Ensino. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 2(5):7-12, jan. 1940.

18. "Todas as aulas da colônia ostentam o símbolo da Pátria".(Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Miguel Tostes, DD Secretário do Interior, pelo Prefeito Municipal de Caxias - Sr.Dante Marcucci, relativo ao 1º semestre de 1939). "Agora todas as escolas dispõem da Bandeira Nacional e Mapas do Brasil". (Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Osvaldo C. de Farias, DD Interventor Federal, pelo Prefeito de Garibaldi, Sr. Olinto F. de Oliveira Freitas, em 1942).
19. RS/SESP. Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(12):342, ago. 1940.
20. Ibidem, p. 342.
21. RS/SESP. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. O culto da bandeira nas Escolas Públicas.. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(15):279-80, nov. 1940.
22. "O símbolo nacional tem a capacidade de traduzir o sentimento coletivo, de expressar a emoção cívica dos membros de uma comunidade nacional". (CARVALHO, José Murilo. A formação das almas, p. 127).
23. LEÃO, Pepita. "A nossa bandeira". REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(4):240-43, dez. 1939.
24. MATOS, J. Antunes. Creio na Bandeira do Brasil. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(12):296-98, ago. 1940.
25. Ver sobre a "alegoria feminina", como reforço da representação da República, em CARVALHO, J. M. A formação das almas. Cap. 4. p. 75-96.
26. MATOS, J. Antunes. Creio na Bandeira do Brasil. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(12):296-98, ago. 1940.
27. SCHENCKEL, Aidéé. A Bandeira. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(15):267-68, nov. 1940.
28. Jornal do Estado. Porto Alegre, 3 de maio de 1939, p. 5.
29. GEYER, Olga. A instrução Pública no Rio Grande do Sul. Jornal do Estado. Porto Alegre, 2 de maio de 1939, p. 26.
- _____. Os notáveis empreendimentos do atual governo dos pampas. Jornal do Estado. Porto Alegre, 24 de março de 1939, p. 3.
30. BACELAR, Rui. Arquitetura Escolar. Jornal do Estado. Porto Alegre, 16 de maio de 1939, p. 3. BARRET, Maurice. A Arquitetura e a decoração da Escola Nova. Jornal do Estado. Porto Alegre, 13 de maio de 1939, p. 10.
31. Modelo de distribuição do espaço físico de uma escola com capacidade para 1000 alunos, distribuídos em três andares:
- 1º andar: sete salas: trabalhos manuais para rapazes
- merenda
 - Diretoria
 - Secretaria
 - Sala de leitura
 - Vestiário
 - Depósito de livros
 - Serviço sanitário
 - Sala de orfeão e canto e música

2º andar: Trabalhos manuais para rapazes
Museu didático
Gabinete médico-dentário
Auxiliar de Direção
Vestiário
Educação sanitária
Serviço sanitário
1 terraço

3º andar: Trabalhos manuais para meninas
Gabinete de física e química
Museus
Vestiário
4 terraços

(Pavilhão de Educação Física. Construção de Edifícios escolares. *Jornal do Estado*. Porto Alegre, 7 de outubro de 1938, p. 1).

32. "O Secretário de Educação apresentou ao Interventor um plano de renovação completa do mobiliário escolar, plano que foi elaborado pela Diretoria Geral de Instrução Pública. Em relação à Capital, será construído material novo para o Instituto de Educação, sendo substituídas as atuais carteiras por pequenas mesas, de conformidade com as melhores exigências pedagógicas.

Os grupos escolares da Capital serão também guarnecidos com o mesmo tipo de mesa progressivamente, e com as classes retiradas do IE e as adquiridas do extinto Colégio Militar, depois de devidamente reparadas. Para o interior do Estado, serão remetidas, igualmente, mesas, carteiras, destinadas às sedes dos municípios, e o material que se encontra nas mesmas, depois de reparado, será distribuído pelas unidades da zona rural ainda em falta. As Escolas Complementares do interior receberão material idêntico ao Instituto de Educação". (Renovação completa do mobiliário escolar. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 3(11):242-43, jul. 1940).

33. GAELZER, F. G. Em prol da saúde dos nossos escolares. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 2(5):38, jan. 1940.

34. Novos livros para a escrituração escolar. (*Jornal do Estado*. Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1939), p. 1. A *REVISTA DO ENSINO* publica os modelos de fichas para bibliotecas. (*REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 1(2): out. 1939).

35. RS/SESP. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Comunicado nº 2. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 3(9):47, maio 1940.

36. LOURENÇO FILHO, M. B. Introdução ao estudo da Escola Nova. p. 52.

37. Art. 113 - inc. 9. "Comparacer às aulas e às festas escolares devidamente uniformizados". (Regimento Interno das Escolas Primárias do Rio Grande do Sul. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 1(3):219-28, nov. 1939).

38. "Saia pregada ou calça azul marinho, camisa branca, meia branca, tênis branco ou sapato preto". (Comunicado nº 3. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 3(9):47, maio 1940).

39. TABORDA, R. "Higiene e Vestuário". *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 4(15):315-16, nov. 1940.

40. TOTTA, Mário. "Um ponto de higiene escolar". *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 2(8):271, abr. 1940.

41. RS/SESP. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Comunicado nº 3. *REVISTA DO ENSINO*. Porto Alegre, 3(9):50, maio 1940.

42. O Comunicado nº 3, de 19 de outubro de 1938, sugere a instituição de "Comissões de política e propaganda para a conservação de espaço escolar", não sendo possível encontrar-se outras referências sobre a proposta, sua organização e se realmente foram instituídas.
43. RS/SESP. Decreto nº 7929, de 30 de agosto de 1939. Regimento Interno das Escolas Primárias. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(3):225, nov. 1939.
_____. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Comunicado nº 3. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):48-50, maio 1940.
44. "São deveres do aluno: comparecer à escola todos os dias letivos, à hora do início do trabalho, asseados de corpo e de vestuário, e só se retirar, quando terminarem as aulas". (Art. 113. Regimento Interno das Escolas Primárias. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(3):227, nov. 1939).
45. Essa parece ter sido uma das formas de resistência do colono à campanha de nacionalização do ensino.
46. RS/SESP. Regimento Interno das Escolas Primárias. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(2):144, out. 1939.
O RECREIO. REVISTA DO ENSINO, Porto Alegre, 5(23/24):121, jul./ago. 1941.
RS/SESP. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Comunicado nº 3. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 3(9):51, maio 1940.
47. RS/SESP. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Comunicado nº 3, de 19 de outubro de 1939. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(16):368-69, dez. 1940.
48. RAMOS, Artur. A Higiene Mental na Escola. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(19):180, mar. 1941.
49. "Os problemas da disciplina". REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(13):65-67, set. 1940.
50. Sobre a questão ideológica das "aptidões", ver o estudo de BISSERET, N. A Ideologia das aptidões naturais. In: DURAND, J. C. Educação e hegemonia de classes. p. 29-67.
51. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(14): out. 1940.
52. RS/SESP. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Comunicado nº 2, de 25 de julho de 1939. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(15):276-78, nov. 1940.
53. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(14):125, out. 1940.
54. RS/SESP. Diretoria de Instrução Pública. Seção Técnica. Comunicado nº 2, de 25 de julho de 1939. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(15):276-78, nov. 1940.
55. RS/SESP. Diretoria de Instrução Pública. Circular - A comemoração do 2º Centenário de Colonização de Porto Alegre nas escolas públicas. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(14):163-65, out. 1940.
56. SPALDING, Walter. Município de Porto Alegre (História). REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(14):143-46, out. 1940.
LAYTANO, Dante. O Português de Açores na Consolidação do Domínio Lusitano no Extremo Sul. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(15):248-50, nov. 1940; 4(16):333-35, dez. 1940; 5(17/18):7-11, jan./fev. 1941.
NOTICIÁRIO. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 4(16):363, dez. 1940.
57. MAC FADIN, Monta. Assistência Educacional e atividades extra-curriculares. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 5(17/18):17-22, jan./fev. 1941.

Como todos os passos do nazismo na Alemanha se refletem de imediato nas atividades germânicas do Rio Grande do Sul, o cônsul Frederico Ried, certamente ordenado por seus superiores, trata pois, de propor idêntica medida ao Sínodo Evangélico Brasileiro. 4

Não é feliz. Os dirigentes do Sínodo se negam terminantemente a tão inexcusable transformação dos seus rituais. Mas Frederico não esmorece. Ele conhece muito bem o arraigado espírito religioso dos colonos alemães no Brasil, sabe que as Igrejas em todos os tempos sempre foram os melhores veículos da propaganda política e não pode perder essa oportunidade. Manda buscar, então, na Alemanha cerca de 200 pastores "meia-bíblia", os quais espalha por todas as zonas coloniais do Estado.

Inicia-se então, uma formidável campanha educacional nazista. Os religiosos de Hitler assambram não só as antigas aulas paroquiais como também as particulares dirigidas por pacíficos professores teuto-brasileiros. Para termos uma idéia geral da situação em que o governo vai encontrar as escolas desses pastores, basta transcerver aqui, de passagem, alguns trechos do relatório apresentado pelo Sr. Francisco Sales Guimarães, fiscal do ensino no Município de Santa Rosa:

"Os pastores têm jornais, revistas, mapas alemães e também retratos de Hindenburg e de Hitler nas paredes das suas escolas paroquiais. Não se vê nem mapas nem bandeiras do Brasil. Nas escolas das Linhas Pedro de Toledo e Treze de Maio, regidas pela professora Ema John, as crianças não falam nem entendem o português. De 50 alunos interpelados por mim, apenas 5 responderam num português aceitável".

"Um pastor do Sínodo dirige todas as 6^{as} feiras à noite em uma escola particular de Mato Queimado, os trabalhos da mocidade, falando exclusivamente o alemão e fazendo saudações ao Führer. Em Campina, distrito deste mesmo município, o Padre Raubel, que é filho de brasileiros, obrigou as crianças que estudaram o catecismo no grupo escolar desta vila a se confessarem em alemão".

Estes fatos se repetem em todos os núcleos da população teuto-brasileira do Estado.

O QUE É PAN-GERMANISMO

Ao tomar o ônibus para Vila Imperial, a jovem professora Ana Luiza de Macedo ignora tudo isso. A sua

chegada, ela pensa unicamente na primeira aula que irá dar, dentro de poucos dias, logo que a matrícula tiver acabado. Imagina mesmo, o carinho com que será recebida pela população. Não lhe repetiram sempre que a profissão que abraçou é das mais nobres?

No quarto do pequeno hotel, logo na primeira noite, ela entra em contato com as duas colegas veteranas de dois anos no lugar. Então fica sabendo que tudo marcha justamente ao contrário do que imaginara. Uma das colegas, a diretora do Grupo Escolar, conta-lhe da tremenda campanha sofrida pelo Grupo, no ano anterior, por parte do pastor nazista e do padre católico.

- A vida aqui vai ser dura, minha querida - diz-lhe a diretora - prepara-te e verás. Teremos que lutar contra duas religiões e uma sociedade. Com as primeiras por questões políticas e financeiras e com a última por uma questão de moral. As famílias daqui não admitem vestidos acima da metade da perna. Não se pode rir muito e nos vemos obrigadas a viver completamente isoladas, lecionando apenas às crianças de origem absolutamente brasileira. Estas são poucas. A população em quase toda a sua totalidade, é de origem germânica. Os religiosos governam "Vila Imperial".

Ana Luiza está abismada, quase incrédula. Faz perguntas. Quer saber, em detalhes o porque de tudo isso. Então a diretora lhe explica que, fundamentalmente, a questão é de raça. O pan-germanismo se matém ^m tão arraigado nos colonos como o espírito religioso.

- A colonização alemã no Rio Grande - continua a diretora -, data de 1825, o ano em que D. Pedro fundou a colônia de São Leopoldo a margem do Rio dos Sinos. Centenas de famílias alemãs vieram para o nosso Estado e aqui receberam terras para cultivar. Vieram pais, mulheres e filhos. Mas não vieram de todo. Deixaram parte de sua alma presa à velha Alemanha. Um descuido e uma despreocupação lamentáveis por parte dos diversos governos brasileiros posteriores muito contribuíram para que os colonos se mantivessem à margem da sociedade nacional. Continuaram eles agarrados aos seus antigos hábitos, cultivando através do tempo, o mesmo espírito pan-germanista.

Então Ana Luiza quer saber o que significa pan-germanismo. A professora explica. Ela conhece a fundo a questão. Durante as férias não fez outra coisa senão estudá-la detidamente para melhor executar o seu trabalho de nacionalização recomendado pelo governo.

- Quando Bismark governava a Alemanha - diz ela - o seu retrato estava pregado nas paredes de todos os lares alemães do Brasil. Em substituição ao retrato de Bismark, sucedeu a o Kayser Guilherme II. Após a Guerra de 14, com o estabelecimento da República do Weimar, o retrato de Kayser não foi substituído pelo de um vulto republicano, mas pelo de Hindenburg, velho prussiano continuador do imperialismo germânico. Com a morte deste, Hitler substituiu-o no governo da Alemanha e nas paredes dos lares germânicos do Brasil. E assim, toda vez que aparece na "Grande Alemanha" um homem fardado à frente de três indivíduos tocando tambor e empunhando uma bandeira, o seu retrato é pregado imediatamente nas paredes destes lares. Isso é o que eu chamo de pan-germanismo.

EXCOMUNGADOS

Nos seus primeiros dias de aula, Ana Luiza observa que, de fato, a matrícula no seu curso não se eleva a mais de meia dúzia de alunos. Na escola católica, entretanto, o número de crianças matriculadas é elevadíssimo.

- Por que? - interroga ela à diretora.

- Por causa do espírito religioso dos colonos e por uma questão de idioma. As crianças daqui não sabem falar o português. E, mesmo que os seus pais quizessem matriculá-las no nosso Grupo seriam impedidas pelo padre. Nos sermões proferidos do púlpito, diariamente, ele verbera em alemão a pais e filhos contra a nacionalização do ensino e contra nós. Chega mesmo aaldiçoar-nos.

- Por que? - torna a indagar a inexperiente Ana Luiza.

- Por ignorância. O padre católico acredita que, perdendo a tradição e o espírito germânicos, a criança perde, também, a disciplina religiosa. Além disso, o professor dá aula para qual vive dos 3\$000 que recebe de cada aluno. Daí, essa campanha contra a nacionalização.

Entrando em maiores detalhes, a diretora explica, ainda, que traz da Secretaria de Educação ordens severas para proibir as aulas paroquiais, que numa flagrante desobediência ao recente decreto do Presidente da República, são dadas em alemão. E termina, confessando as suas esperanças de que tudo ficará consertado dentro de pouco tempo. Ana Luiza terá que ajudá-la na luta. Hão de aos poucos convencer àqueles pais de que a pátria dos seus filhos é o Brasil e não a Alemanha.

Um prefeito exasperado. Entrementes, a Secretaria de Educação está recebendo constantemente de todos os recantos do Estado, relatórios de fatos abomináveis praticados pelos "religiosos" de Hitler e por alguns padres católicos. Num colégio do interior, são apreendidos fragmentos da Bandeira Nacional, que eram empregados para limpar o quadro-negro.

Noutro estabelecimento, os alunos recebem lições de educação física em idioma estrangeiro, fazendo, após, a saudação nazista... Um padre católico de nacionalidade alemã, nega-se a benzer uma Bandeira Nacional doada pela Secretaria de Educação ao colégio, sob a alegação de que no seu ritual não há nenhuma oração para este fim... Cerca de 10.000 livros escolares são apreendidos pelos fiscais do ensino, juntamente com mapas e símbolos de propaganda nazista, em diversos municípios do Estado. O sub-prefeito de General Osório, no município de Cruz Alta, exasperado com a situação do ensino naquela localidade, escreve ao Dr. Coelho de Souza, em 30 de maio de 1938:

"Com o presente peço a venia para levar ao conhecimento de V. S. o seguinte: os padres, tanto católicos como protestantes, em as colônias como esta de Teuto-brasileiros, muito prejudicam a nossa campanha e o trabalho de Nacionalização; pede-se a eles com diplomacia para

colaborarem conosco, a fim de terminar com essa teimosia dos colonos de origem alemã não quererem se dedicar ao idioma pátrio; prometem e não cumprem.

As missas e os sermões são sempre em idioma alemão!

Seria de grande conveniência o governo apelar para as altas autoridades religiosas, pedindo que as colônias alemãs e italianas só sejam providas de padres brasileiros. Do contrário, nós como autoridades, temos dificuldades em nossa ação nacionalizadora. E tanto nos sentimos tapeados, que podemos cometer uma arbitrariedade com estes padres estrangeiros, que teimam em não respeitar as leis de nossa Pátria.

Desculpe e fico aguardando as dignas ordens de V. S. o patrício e amigo.

Carlos Berta - Sub-prefeito".

VISITA A PINDORAMA

Na Região Serrana, onde há numerosos núcleos de população estrangeira, especialmente alemã e italiana, as

irregularidades no ensino primário se processam com tanta gravidade como nas localidades mais próximas da capital. Naquela região, o delegado de ensino é uma figura ilustre do magistério rio-grandense. Por mais de 35 anos, Dona Margarina Pardelhas vem se dedicando à nobre profissão abraçada pela jovem Ana Luiza de Macedo. Ela foi professora da mãe do repórter e ao próprio repórter ensinou as primeiras letras e deu os primeiros conselhos.

Agora, percorrendo as zonas coloniais, mesmo no fim da vida Dona Margarida ainda luta pela alfabetização dos brasileiros. Seu relatório feito de uma visita a Pindorama (ex-Neue Württemberg), um dos principais focos do nazismo no Rio Grande do Sul, chega às mãos do Dr. Coelho de Souza com minúcias reveladoras do lamentável estado em que se encontra o ensino entre os teuto-brasileiros dessa região. Depois de comunicar ao Secretário de Educação diversas apreensões de livros didáticos alemães, ela escreve o seguinte:

"Há dez escolas nas linhas coloniais de Pindorama. Os seus professores falam mal, muito mal o vernáculo. Os ministros evangélicos, todos do Sínodo Rio-grandense sediado em São Leopoldo, são alemães natos. Sob o pretexto de ensino religioso, eles reúnem as crianças em suas

igrejas, todas as 4^{as} feiras e dão aulas orais e escritas em genuíno alemão. Tenho por hábito deter na estrada toda a criança portadora de livros, maletas, sacolas, etc... Converso com elas, procurando captar-lhes a confiança e inquirindo-lhes da escola que freqüentam. Assim, tenho tomado conhecimento da conduta capciosa de muitos professores. Dia 16, às 13 horas, avistei na estrada três meninos à cavalo. Fiz parar o auto e chamei-os: não me atenderam, mostrando-se intimidados. Pedi ao sub-prefeito, meu companheiro na viagem, que descesse e os tranquilizasse. Inutilmente lhes falamos: não nos entendiam. Enfim, valendo-nos mais de gestos do que de palavras, pudemos verificar que iam em demanda da Igreja da Vila para a aula de religião, que não freqüentavam na escola e que até o ano passado iam à aula da Linha Brasil, regida por Carlos Richter, alemão nato (registrado em 1938). Vimo-lhes livros e cadernos. Tudo em alemão. Aqueles, de religião. Nestes, havia ditados e exercícios. Em um deles, além do nome do aluno, lia-se "5^a Classe". Não apreendi coisa alguma, pois seria covardia valer-me de minha autoridade contra crianças inculpáveis do fanatismo de adultos".

"Às 16 horas, apresentei-me na Igreja. Uma construção majestosa, obedecendo à arquitetura alemã, erguida a poucos

metros do edifício onde funciona o Colégio Elsenal. Havia umas 40 crianças lá, regulando de 8 a 14 anos de idade. O Ministro Trotmann, alemão nato e que há 4 anos teve prêmio de viagem, à Alemanha, veio ao meu encontro, mostrando-se contrariado. Declinei-lhe o meu cargo. Respondeu-me: "É ensino de religião". Avancei até os alunos. Entre eles, muitos do grupo escolar, inclusive Gunther S. Schott que participou de delegação escolar da 9/RE.

O Ministro professor deu-lhes uma ordem em alemão: todos se ergueram. Mandei-os sentar. Aproximei-me mais. Dirigi-me a alguns, inclusive a Gunther. O constrangimento do Ministro e das crianças era grande. Lancei os olhos para os livros: não eram os mesmos que eu vira em poder dos meninos da estrada. No quadro-negro, uma lição bíblica em alemão. Cadernos, não vi. Mas as cestas e sacolas não estavam vazias. Em mãos do Ministro, um maço de revistas ou jornais alemães infantis do Sínodo Rio-grandense. Estavam sendo distribuídos quando eu me apresentei.

Limitei-me, então, a fixar na memória aquele quadro. Encontrava-me em terreno independente - a Igreja - logo, não podia agir. Despedi-me. O professor de novo ordenou em alemão às crianças que se erguessem. Elas obedeceram e eu saí convencida de que o Decreto 7.614, de 12.12.1938, só

será cabalmente cumprido quando a proibição do emprego da língua estrangeira fôr extensivo às igrejas de todas as religiões, inclusive a católica.

Em Pindorama, se diz que há dinheiro do 3º Reich empregado na construção quer da Igreja Evangélica, quer do extinto Colégio Elsenal. E eu acrdito, porque em ambos foram gastos muitos contos de réis. No Elsenal, havia uma biblioteca moderníssima com fichários, só de livros alemães. A 18 de agosto, quando lá passei, o Ministro Trotman disse-me que ele ia ser embarcado para o Rio de Janeiro, pois, era propriedade particular. Comenta-se em Pindorama que, nos primeiros dias os caminhões foram carregados à noite. O elemento nacional de Pindorama afirma que os livros eram de propaganda nazista.

Alguns alemães e teutos foram ter com o sub-prefeito e lhe perguntaram se eu já não conto tempo suficiente para me aposentar. A mim, no Clube da Comunidade Evangélica, Leopoldo Hepp disse, admirado: "A senhora, então, não teme viajar com chuva e barro?".

Não vos dou ciência destas inquisições para ressaltar a minha atuação, mas para que saibas que meu trabalho desagrada a esses senhores".

Saúde e Fraternidade

Margarida Pardelhas".

A SAIA AZUL-MARINHO DE ANA LUIZA

Não vamos aqui reproduzir todos os relatórios recebidos pelo Sr. Secretário de Educação durante os primeiros tempos da campanha nacionalizadora. Todos eles são mais ou menos semelhantes. Voltamos, portanto, a Vila Imperial, onde Ana Luiza já se encontra no segundo período de aulas.

As medidas repressivas ao ensino em língua estrangeira, não modificaram a situação da Vila. As professoras continuam com poucos alunos nos seus cursos, enquanto a aula paroquial se enche todos os dias para a Comunhão Solene e, em seguida, para o ensino em alemão. Talvez que as famílias do lugar aceitassem de bom grado o ensino em idioma português para os seus filhos, se o padre não estivesse hostilizando diariamente as professoras e incompatibilizando-as perante a "sociedade" da Vila. O colono alemão sempre foi pacífico e preocupado apenas com

seu trabalho. Ultimamente, é que os pastores do Sínodo Rio-grandense começaram a inculcar no seu espírito uma idéia que lhes agrada e que lembra a Pátria dos seus sonhos. Não fosse isso, os meninos talvez até já estariam falando direitinho o português.

Mas os religiosos são implacáveis. Eles querem tudo por si e pela Alemanha. Querem Alma e Corpo dos meninos. Querem acender uma vela a Deus e outra ao Nazismo.

Pensando nisso tudo, as professoras resolveram esperar a conclusão do majestoso edifício que o Governo do Estado mandou construir em Vila Imperial para o seu Grupo Escolar. Entremontes, por sua vez, Ana Luiza recorda com saudades os rápidos quinze dias das últimas férias. Pouco a pouco foi se integrando naquele ambiente. Já não usa baton nem rouge. A saia azul-marinho há muito que lhe roça abaixo do joelho. Ela resolveu ceder terreno para poder vencer a última batalha.

Todos esses sacrifícios, porém, culminam no dia em que a hoteleira pede a elas os quartos que moram. Ela não mais pode dar abrigo as excomungadas rivais de Hitler. Solta-as na rua.

Então, Ana Luiza e suas colegas passam a morar no prédio acanhado onde dão duas aulas. Com o auxílio de um fogareiro, diariamente, revezam-se na cozinha para fazerem seus alimentos. A diretora, desesperada, anda de Herodes para Pilatos, a fim de resolver a situação. As autoridades do lugar nada podem fazer, porque não devem descontentar a população. A diretora resolve, então, escrever diretamente à Secretaria de Educação. Não reclama: apenas pede providências.

Por esse tempo, através do noticiário dos jornais, elas ficam sabendo que fatos idênticos estão acontecendo em diversos pontos do Estado, com outras professoras e outros grupos escolares. Uma legião enorme de moças está empenhada nessa luta contra o nazismo e contra a falta de escrúpulos de alguns religiosos.

No "Correio do Povo", Ana Luiza lê uma notícia de Nova Pompéia, município de Bento Gonçalves, segundo a qual o padre da localidade lançou "de público e com grande pompa, à maldição sobre o Colégio Estadual, que está sob a direção da professora D. Amélia de Sá". Pouco depois, ela encontra no "Diário de Notícias", outra notícia contando de um sério incidente ocorrido em Novo Hamburgo. Trata-se de um discurso proferido por um aluno da Escola Complementar

Católica dessa cidade, perante o próprio Sr. Secretário de Educação e sua comitiva, onde é feita uma rude crítica à campanha de nacionalização do ensino. "Nenhum alemão ou descendente de alemão - diz o aluno - deverá afastar-se, um milímetro sequer da língua de seus antepassados. Todos nós devemos seguir os ensinamentos da Grande Alemanha". O fato causa escândalo. O Dr. Coelho de Souza retruca com um notável discurso de repúdio a essas ridículas palavras que, desde logo adivinha-se terem sido escritas pela mão de um adulto. S. Rvma., o Arcebispo D. João Becker, ao tomar conhecimento do incidente, reprova a atitude dos padres católicos. A Escola é fechada e o seu diretor, Pedro Miguel Meyer fica proibido de lecionar.

UM CONVÊNIO COM BISPOS E MINISTROS

Estes acontecimentos resultam numa série de medidas radicais adotadas pela Secretaria de Educação e apoiadas nos decretos do Governo Federal. Todos os Bispos católicos do Estado, assim como os dirigentes do Sínodo Evangélico Brasileiro, entram em entendimento com o Dr. Coelho de Souza e assumem um convênio, segundo o qual, comprometem-se

a nacionalizar definitivamente suas escolas, submetendo-as, além disso, a uma severa fiscalização por parte das autoridades educacionais.

O Sínodo Evangélico Rio-grandense nega-se, entretanto, a assinar o convênio. Intimamente ligado à Igreja Evangélica da Alemanha, com 200 pastores "meia-Bíblia" incluídos no seu corpo docente, é ele dirigido pelo Ministro Dohms, súdito fiel de Hitler e do Nazismo. O M. Dohms tem 3 sobrinhos, nascidos no Brasil na chefia da juventude Alemã de Berlim. Um deles, Gerard Dohms, ainda hoje serve como "speaker" na irradiação da D. N. B. para América Latina. Por isso ele recusa submeter-se ao patriótico convênio proposto pelo Secretário de Educação. Mas as suas "aulas de religião" já não são dadas com liberdade absoluta. A fiscalização faz-se rigorosa. As autoridades não perdem de vista todos os seus movimentos.

Em Santa Cruz existe um Colégio Sinodal que até então, tem sido dos mais renitentes contra a campanha nacionalizadora. Após as novas medidas proibitivas do ensino em alemão, o Dr. C. de Souza resolve ir fiscalizá-lo pessoalmente. Para chegar de surpresa no colégio, S. S. toma o avião da Varig, inscrevendo-se com o nome do conhecido jornalista Carlos Reverbel, funcionário da

Secretaria da Educação. Nada encontra de anormal. Tudo está em ordem. As professoras estaduais, que foram internadas no corpo docente do colégio, exercem ali uma atividade nacionalista deveras surpreendente. Não há desentendimentos. Dentro do Colégio já se canta perfeitamente o Hino Nacional e venera-se a Bandeira Brasileira. Os pastores limitam-se à educação sem qualquer influência política.

De Santa Cruz, o Dr. C. de Souza toma um automóvel e dirige-se para Candelária, dali para São Sebastião do Caí, de onde se embrenha na serra, atravessando rios e matos, até chegar, finalmente, ao pequeno agrupamento de casas que constitui Vila Imperial. É a primeira vez que uma alta autoridade governamental visita oficialmente esse lugar. Mas já não encontra o mesmo ambiente descrito em carta pela diretora do Grupo Escolar.

A VITÓRIA FINAL

Em verdade, a situação em Vila Imperial mudou muito, desde que foi assinado o convênio com as religiões. Além disso a ação da polícia contra as atividades da Gestapo no

Rio Grande do Sul também se fez sentir ali como uma bomba. As professoras voltaram a morar no hotel e, após uma conferência de Ana Luiza esclarecendo as famílias alemãs sobre a necessidade de nacionalização, o novo edifício do Grupo Escolar viu-se repentinamente repleto de meninos loiros.

Quando o Secretário de Educação e sua comitiva se retiram da Vila Imperial, as mesmas crianças que anteriormente contavam os hinos nazistas e saudavam o retrato do Hitler e a cruz suástica com o braço erguido, agitam bandeirinhas verdes e amarelas ao longo das estradas.

Ana Luiza de Macedo está vitoriosa. Na sombra das bananeiras que enfeitam o pátio da escola, ela reúne hoje, as crianças do Jardim de Infância para as primeiras lições de brasilidade. Ao mesmo tempo que lhes ensina a abotoar a roupa, a enfiar cordões nos calçados e a brincar com coelhinhos e bonecas, ela lhes explica pacientemente como se diz "nariz, boca, mão e Brasil" em português.

Como todas as belas histórias, também esta termina com um desfecho feliz: a nacionalização do ensino marcha triunfante no Rio Grande do Sul, e as abnegadas professoras

"tipo nacionalização" - assim as classificou Dr. Coelho de Souza, cujo senso de humor é sempre oportuno - vêm o seu patriótico trabalho reconhecido e elogiado nestas palavras do Gal. Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Estado, proferidas num dos seus últimos discursos:

"Professores de minha terra!

Conheço e admiro a vossa ação. Sei das vossas dificuldades e como por esse interior a fora, sois muitas vezes incompreendidas.

Nada, porém, vos deve arredar do caminho do dever e amanhã, quando o historiador examinar os dias que vivemos, o vosso trabalho há de aparecer na grandiosidade merecida e as gerações vindouras não de abençoar o vosso labor, todo ele orientado para a grandeza da Pátria".

LEGENDA DAS FOTOGRAFIAS

- No J. I. do Grupo Escolar "Paes Leme", as crianças aprendem trabalhos manuais elementares, sob modernos métodos pedagógicos. Em 1937, existiam no Rio Grande do Sul 171 Grupos Escolares. Em apenas 4 anos de administração, o Dr. Coelho de Souza elevou este número para 496, criando, além disso, 520 escolas isoladas, em todo o Estado. As verbas à disposição da Secretaria de Educação, de 24.000 contos em 1937, atingem agora 45.000 contos, sofrendo desta forma, um aumento de 50%.

- Estes alunos têm poucas semanas de aula brasileira, mas já sabem dizer umas cem palavras em português... Existem, no Rio Grande do Sul, atualmente 2418 escolas particulares registradas, que são atendidas por 4000 professores. As escolas do Estado congregam 1280 professores e a matrícula geral em 1940, eleva-se a 381.251 alunos. O Rio Grande desenvolveu nestes últimos anos um programa educacional jamais igualado no Brasil.

- Dr. Coelho de Souza, ilustre Secretário da Educação, a quem o Brasil deve a vitória da campanha de nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder.** O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
2. ALTMANN, Friedhold. **A roda.** Memórias de um professor. São Leopoldo: Somidal, 1991.
3. ANDRÉ, Marli E. D. Textos, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, nº 45, p. 66-71, maio 1983.
4. APPLE, Michael. **Educação e poder.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
5. _____. **Ideologia e currículo.** São Paulo: Brasiliense, 1982.
6. AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil.** São Paulo: Melhoramentos, 1958. v. 3- A formação da cultura.
7. BACKHEUSER, Everardo. **O professor.** Rio de Janeiro: Agir, 1946.
8. _____. **Manual de pedagogia moderna: teoria e prática.** Porto Alegre: Globo, 1948.
9. _____. **Técnica da pedagogia moderna (Teoria e prática da Escola Nova).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.
10. BALAU, Virgínia. **Textos didáticos: reflexão sobre análise de conteúdo e análise do discurso.** São Paulo: PUC/SP, 1981.
11. BARBOSA, Maria Carmem. **Estado Novo e Escola Nova: práticas políticas da educação no Rio Grande do Sul de 1937 a 1945.** Porto Alegre: UFRGS/FACED, 1987. Dissertação (Mestrado em Educação).
12. BARDIN, Lourenço. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Ed. 70, 1979.
13. BARTHES, Roland. **O rumor da língua.** São Paulo: Brasiliense, 1988.
14. _____. **A aula.** São Paulo: Cultrix, 1989.

15. BECKER, D. João. MEMORIAL de D. João Becker, Arcebispo de Porto Alegre, ao Ministro Capanema, referente ao ensino nas escolas primárias católicas do Rio Grande do Sul. 24 de abril de 1940. CPDOC/FGV, GC 34.11.30 g (II-2).
16. BECKER, Klaus (org). A Igreja no Rio Grande do Sul. In: Enciclopédia rio-grandense. Canoas: Ed. Regional, 1957. v. 4.
17. BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e educação popular (A teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil). São Paulo: Ática, 1982.
18. _____. Educação e sociedade no Brasil pós 30. In: FAUSTO, B. (org). História da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1981. p. 383-416.
19. CICALHO, Maria Fernanda B. O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, 1988.
20. BITTENCOURT, Circe M. Pátria, civilização e trabalho. O ensino de história nas escolas paulistas. (1917-1939). São Paulo: Loyola, 1990.
21. BOAVENTURA, Maria Eugênia do G. A. Movimento brasileiro. (contribuição ao estudo do modernismo). São Paulo: Secretaria da Cultura, 1978.
22. BOLETIM CPOE/RS. Porto Alegre, n. 1-10, 1947-1962.
23. BOLETIM DO CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS/RS. Alegre: n 1-3, 1956-1958.
24. BOLETIM INFORMATIVO DA REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre: Secretaria da Educação do RS, n. 1-13, 1975-1976.
25. BOMÊNY, Helena M. B. Nacionalização do ensino: a gênese da intolerância. Educação e política no Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1982.
26. _____. Organização da juventude: a política de mobilização da juventude no Estado Novo e nacionalização do ensino; a gênese da intolerância. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. 1990 (doc de trabalho).
27. BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
28. _____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1992.

29. BRANDI, Paulo. Vargas da vida para a história. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
30. BRASIL. Ministério de Educação e Saúde Pública. Realizações 1, panorama da educação nacional. Rio de Janeiro, 1937.
31. _____. INEP. O problema da colonização estrangeira e a nacionalização do ensino. (9.8.1940) CPDOC/FGV GC 34.11.30 g (III-14).
32. _____. DIVISÃO DO ENSINO PRIMÁRIO. Plano geral de nacionalização (16 de agosto de 1940). CPDOC / FGV. GC 34.11.30) (II-12).
33. _____. CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Campanha da nacionalização. 24.05.1938 CPDOC/FGV. GC 34.11.30 g (I-5).
34. _____. GABINETE DO MINISTRO. Medidas educacionais a serem postas em prática para mais rápida ação da nacionalização. s. d. CPDOC/FGV. GC 38.05.02 A g (3).
35. _____. GABINETE DO MINISTRO. Medidas administrativas do Ministério da Guerra, visando contribuir para a solução do problema da nacionalização do país, com as quais concordou o Ministério da Marinha. s. d. CPDOC/FGV. GC 38.05.02 A g (3).
36. _____. SERVIÇO DE NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO. Auxílios aos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul de 1931 a 1938. CPDOC/FGV. GC 34.11.30 g (I-7).
37. BUFFA, Ester. Ideologias em conflito: escola pública X escola privada. São Paulo: Cortes e Moraes, 1979.
38. BUITONI, D. A mulher de papel. São Paulo: Loyola, 1981.
39. CAEIRO, Francisco da Gama. Para uma história da educação brasileira: perspectivas duma pesquisa histórico-pedagógica (a propósito de um novo acervo documental). Revista da Faculdade de Educação. São Paulo, v. 4, nº 1, p. 35-61, jun. 1978; v. 5, nº 1/2, p. 119-154, dez. 1979.
40. CALHUB, Samira. A meta - linguagem. São Paulo: Ática, 1986.
41. CAMARA, Aristoteles de L. Nacionalização do ensino. (Conferência na ABE, em jan. 1940). CPDOC/FGV. GC 35.06.23 g. (3).
42. CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como objeto e instrumento de trabalho. São Paulo: USP/FFCH, 1975. (tese).

43. CAPANEMA, Gustavo. Conferência (01.10.1945). *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. Brasília, 66(153):187-200, maio/ago. 1985.
44. CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-45)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
45. CARDOSO, Ruth (org). *Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
46. CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.
47. CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
48. _____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
49. CARVALHO, Marta M. C. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
50. _____. *Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação. (1924-1931)*. São Paulo: USP, 1986. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação.
51. _____. *Notas para reavaliação do movimento educacional brasileiro. Cadernos de pesquisa*. São Paulo, nº 66, p. 41-51, ago. 1988.
52. _____. *O novo, o velho, o perigoso: relendo a cultura brasileira. Cadernos de pesquisa*, nº 71, p. 29-35, nov. 1989.
53. CASPARD, Penélope. *Presse Pédagogique et formation continue des instituteurs (1815-1939). Bulletins of the Faculty of Education*. Finlandy, n. 25, p. 152-167, 1988.
54. CASPARD, Pierre. *La presse d'éducation et d'enseignement du XVIII ème siècle à 1940; a propos d'un repertoire*. Paris: I.N.R.P/Service d'Histoire de l'Education, 1988.
55. CASPARD - KARYDIS, P. et al. *La presse d'éducation et d'enseignement - XVIII siècle - 1940*. Paris: INRP/CNRS, 1981. T 1.
56. CASTRO, Amélia D. *A didática na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: um percurso de quatro décadas. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 5, n. 150, p. 201-300, maio/ago. 1984.

57. CATANI, Denice B. **Educadores à meia luz.** São Paulo: USP, 1989. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Faculdade de Educação.
- _____. **A Imprensa Pedagógica Periódica e a Constituição do Campo Educacional Paulista.** Anais SBPC, 1993, p. 269.
58. CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Análise social da ideologia.** São Paulo: EPU, 1988.
59. _____. **A questão social no Brasil: crítica do discurso político.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
60. CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
61. CHALHOUB, Samira. **A meta-linguagem.** São Paulo: Ática, 1986.
62. CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.
63. _____. **O mundo como representação. Estudos Avançados.** São Paulo, 11(5), p. 173-191, 1991.
64. CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** São Paulo: Moderna, 1981.
65. CHAUI, M. e FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular.** Rio de Janeiro: CEDEC, Paz e Terra, 1978.
66. FATELI, Adilson. **Linguagem e persuasão.** São Paulo: Ática, 1980.
67. GOELHO DE SOUZA, J. P. Ver SOUZA.
68. CORDEIRO DE FARIAS, O. **1901-1981, meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
69. _____. **Nacionalização: dois discursos proferidos pelo Interventor Federal.** Porto Alegre: Globo, 1941.
70. CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil.** São Paulo: USP, 1982. Tese.
71. CORRÊA, Norma E. P. **Os libertários e a educação no RS (1895-1926).** Porto Alegre: UFRGS, 1987. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação.
72. CORREIO. Porto Alegre: CRPE/RS, n. 1-16, 1969-1974.

73. CORREIO DO POVO. Porto Alegre: Caldas Júnior, 1937-1939.
74. CUNHA, Célio da. Educação e autoritarismo no Estado Novo. São Paulo: Cortez, 1980.
75. _____. Educação no Estado Novo: raízes, concepções e desdobramentos. Brasília: UNB, 1979.
76. CUNHA, Fátima. Filosofia da Escola Nova: do ato político ao ato pedagógico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Niterói: UFF, 1986.
77. CUNHA, Luis Antônio. Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil. Forum Educacional. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 3-28, abr./jun. 1981.
78. _____. Educação, Estado e democracia no Brasil. São Paulo, Rio de Janeiro: Cortez, EDUFF, 1991.
79. CURY, Carlos J. Ideologia e educação no Brasil: católicos e liberais. São Paulo: Cortez, 1978.
80. DACANAL, J. H. e GONZAGA, S. RS: cultura e ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
81. DALBEY, Richard O. The german private schools of Southern Brazil during the Vargas years 1930-45; German nationalism vs Brazilian nationalization. Indianápolis: Indiana University, 1970. Tese (Doutorado).
82. _____. Os alemães no Sul do Brasil: do isolamento à integração com a nacionalização do ensino. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 53(118):400-8, abr./jun. 1970.
83. DARNTON, Robert. O massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
84. _____. O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
85. DAL MORO, Celina M. Escola, Igreja e Estado nas colônias italianas. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 57-80, jul./dez. 1987.
86. _____. De escola paroquial a escola pública. O significado da escola no desenvolvimento de Sananduva-RS. Rio de Janeiro: JESAE/FGV, 1985.
87. DESCAMPS, Annie. L'image des enseignements dans le journal "Le Monde". Paris: Université Paris V, 1983. Tese (Doutorado).

88. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. PORTO ALEGRE, 1939.
89. DILL, Aidê C. Diretrizes educacionais do governo de Antonio Augusto Borges de Medeiros (1898-1928). Porto Alegre, PUC/RS, 1984. Dissertação (Mestrado em História). IFCH.
90. DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder, relação de classes. In: FAUSTO, B. (org) III. O Brasil republicano - sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981. p. 78-120.
91. DURAND, José Carlos. Educação e hegemonia de classes. São Paulo: Mestre Jarí, 1971.
92. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1983.
93. _____. Estrutura ausente. São Paulo: Perspectiva, 1976.
94. ENGEL, Magali. Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro. (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.
95. ENGUITA, Mariano F. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
96. ETAVE, Roberto, ELIAS, Roseli. Uma contribuição à história da educação brasileira. Cadernos CEAS. Salvador, n. 33, p. 56-68, set./out. 1974.
97. FERREIRA, Alberto. Antologia de textos pedagógicos de século XIX português. Lisboa: Centro de Investigação Pedagógico, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971. v. 1.
98. FERREIRA, M. E. Poder regional e modernização educacional. Minas Gerais: (1927-28). Brasília: UNB/IFCH, 1976. Dissertação (Mestrado).
99. FIGUEIREDO, Paulo de. Aspectos ideológicos do Estado Novo. Brasília, Senado Federal, 1983.
100. FIORI, Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público. Florianópolis, Secretaria de Educação, 1975.
101. FORTUNA, Tânia Ramos. O pensamento educacional brasileiro e o fracasso escolar: o que dizem os artigos do Cadernos de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 1990. Dissertação (Mestrado).
102. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1984.
103. _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

104. _____. A história da loucura. Lisboa: Perspectiva, 1987.
105. _____. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Florense/Universitária, 1986.
106. _____. L'ordre du discours. Paris: Galimard, 1971.
107. _____. História da sexualidade I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
108. _____ et al. O homem e o discurso (a arqueologia de Michel Foucault). Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1971.
109. _____. As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
110. FOULQUIE, Paul. A Igreja e a educação. Rio de Janeiro: Agir, 1957.
111. FRANCO, James. Subsídios para a História da Educação no Rio Grande do Sul: a fundação da Universidade de Porto Alegre. Correio do CRPE: Porto Alegre, n. 63, p. 23-31, jan./jun. 1972.
112. FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e sociedade. São Paulo: Moraes, 1980.
113. _____. A teoria crítica: ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1986.
114. _____. Política educacional e indústria cultural. São Paulo: Cortex, Autores Associados, 1987.
115. FREITAS, Luis Carlos. Projeto histórico, ciência pedagógica e didática: notas para debate. Educação e sociedade, São Paulo, v. 9, n. 27, p. 122-140, set. 1987.
116. SANDINI, Raquel. Tecnocracia, capitalismo e educação em Anísio Teixeira. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.
117. _____. R. B. E. P. (1944-1952): Intelectuais, Educação e Estado. Campinas: Faculdade de Educação, 1990. Tese (Doutorado).
118. GARCIA, Nelson J. O que é propaganda ideológica. São Paulo: Brasiliense, 1980.
119. GEYER, Olga A. Um dos aspectos característicos do atual Plano Educacional do Rio Grande do Sul. In: COUTO e SILVA, M. M. Rio Grande do Sul. Imagem da terra gaúcha. Porto Alegre: Cosmos, 1942, p. 286-289.

120. GEROME, Noelle. Le bonheur inquiet: l'information pédagogique des familles pour la presse spécialisée. Paris, 1978. Tese (Doctorat III ciclo).
121. GERTZ, René. O fascismo no Sul do Brasil. Germanismo, nazismo, integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
122. _____. O perigo alemão. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1991.
123. GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. Educação e movimento operário. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.
124. _____. A evolução das idéias pedagógicas no Brasil republicano. Educação e realidade. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 69-79, jul./dez. 1986.
125. _____. História da educação. São Paulo: Cortez, 1990.
126. _____. Pedagogia e luta de classes no Brasil (1930-1937). Ibitinga, São Paulo: Humanidades, 1991.
127. GINSBURG, Carl. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
128. _____. Os queijos e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
129. GIRON, Loraine Slomp. As sombras do littorie: o fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul. São Paulo: PUC/SP, 1989. Tese (Doutorado).
130. GIROUX, Henry. A escola crítica e a política cultural. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.
131. _____. Pedagogia radical: subsídios. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1983.
132. _____. Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias de reprodução. Petrópolis: Vozes, 1986.
133. GNERRE, Maurizio. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
134. GOULART, Silvana. Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
135. GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

136. GRANDE, Humberto. **A pedagogia do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Guarany, 1941.
137. GREIMAS, A. J.; LANDOWSKI, E. **Análise do discurso em Ciências Sociais.** São Paulo: Global, 1986.
138. GUILHOM ALBUQUERQUE, J. A. **Instituição e poder.** A análise concreta das relações de poder nas instituições. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
139. GUIRARDO, Marlene. **Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono.** São Paulo: Summus, 1986.
140. HALLEWEL, Laurence. **O livro no Brasil (sua história).** São Paulo: T. A. Queriroz, EDUSP, 1985.
141. HOPPEN, Arnilda. **Formação de professores evangélicos no Rio Grande do Sul. 1ª parte (1909-1939).** São Leopoldo: Ed. do Autor, s. d.
142. HORTA, José Silvério B. **Regime autoritaire et education: Les cas du Brésil (1930-1945) étudié à la lumière du cas de l'Italie. (1922-43).** Paris: Unirversité Paris V, 1985. Tese (Doutorat d'état).
143. IMBERT, Gerárd. **Les discours du changement (stratégies du changement dans le discours social de la transition espagnole).** Paris: Université Paris IV, 1987.
144. _____. **Le discours de journal: a propos de "El Pais" pour una approche socio-sémiotique du discours de la presse.** Paris: CNRS, 1988.
145. _____. **Strategies discursives et non-dit dans le discours de la presse a propos de "El Pais". Melanges de la casa de Velasquez, Paris, v. 17, n. 1, p. 361-379, 1982.**
146. JORNAL DO ESTADO [do Rio Grande do Sul]. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, nov. 1937 - jul. 1942.
147. KAPLAN, Léa. **Influência do positivismo na educação brasileira. Legenda.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 9, p. 21-24, ago./dez. 1984.
148. KIPPER, M. H. **A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945).** Santa Cruz: APESC, 1979.
149. KOCH, Ingedore G. V. **Argumentação e linguagem.** São Paulo: Cortez, 1987.

150. KRAEMER, A. et al. **RGS: terra e povo**. Porto Alegre: Globo, 1969.
151. KREUTZ, Lúcio. **Magistério e imigração alemã; a formação do professor paroquial teuro-brasileiro do Rio Grande do Sul. Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 15-44, jan./jun. 1987.
152. _____. **O professor paroquial**. Magistério e imigração alemã. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1991.
153. LAJOLO, Marisa. **Usos e abusos da literatura na escola**. Bilac e a literatura escolar na República Velha. Rio de Janeiro: Globo, 1982.
154. LAVERHASS, JR, Ludwig. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo de 1930**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986.
155. LAZZAROTTO, Danilo. **História do RGS**. Porto Alegre: Sulina, 1986.
156. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
157. LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, UNICAMP, 1986.
158. _____. **Nazismo "o triunfo da vontade"**. São Paulo: Ática, 1986.
159. LEON, Antoine. **L'histoire de l'education: aujourd'hu**. Paris, UNESCO, 1984.
160. LEONEL, Maria Célia de M. **Estética: revista trimestral e Modernismo**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.
161. LIMA, Magali A. **Formas arquiteturais esportivas no Estado Novo (1937-1945): suas implicações na plástica de corpos e espíritos**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979. Dissertação (Mestrado).
162. _____. **O corpo no espaço e no tempo**. A educação física no Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro: FGV/IESAE, 1980. Dissertação (Mestrado).
163. LIMONGI, Fernando. **Revista sociologia**. A. E. L. S. P. e o desenvolvimento da sociologia em São Paulo. Série das Ciências Sociais 1. São Paulo: IDESP, 1987.

164. _____. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense. Revista brasileira de Ciências Sociais, v. 5, n. 2, p. 27-46, out. 1987.
165. LINS, Ivan. História do positivismo no Brasil. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1964.
166. LISPECTOR, Clarice. Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres. Rio de Janeiro: Nova Franteira, 1982.
166. LOPES, Eliana M. T. Casa da Providência: uma escola mineira do século XIX. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 6, p. 28-34, dez. 1987.
168. _____. O "Service d'histoire de l'education": a serviço de pesquisadores e docentes. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 8, p. 32-35, dez. 1988.
169. _____. Perspectivas históricas da educação. São Paulo: Ática, 1986.
170. _____. Da sagrada missão pedagógica. Belo Horizonte: UFMG/FACED, 1991. Tese (Concurso professor titular).
171. LOURENÇO FILHO, M. B. Introdução ao estudo da Escola Nova. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
172. _____. Tendências da educação brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1940.
173. _____. Nacionalização do ensino. Carta ao Ministro Capanema de 12.12.1938. CPDOC/FGV. GC 34.11.30 A g (I-6).
174. LOURO, Guacira L. História, educação e sociedade no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Educação e Realidade Eduções, 1986.
175. _____. Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1988.
176. _____. Prendas e antiprendas: uma história da educação feminina no RGS. Campinas: UNICAMP, 1986. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação.
177. LOVE, Joseph L. O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930. São Paulo: Perspectivas, 1975.
178. LOWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985.

179. MACHADO, Dulphe P. Ensino rural, nacionalização e desnacionalização. 18 de julho de 1940. CPDOC/FGV. GC 34.11.30 A g.
180. MACHADO, Roberto. **Ciência e saber. A trajetória da Arqueologia de Foucault.** Rio de Janeiro: Graal, 1981.
181. MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia autoritária no Brasil 1930-1945.** Rio de Janeiro: FGV, 1978.
182. MENDES, Durmeval T. Anotações sobre o pensamento educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília, v. 68, n. 160, p. 493-506, set./dez. 1987.
183. _____. (coord). **Filosofia da educação brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
184. MICELLI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945).** São Paulo: Difel, 1979.
185. MONARCHA, Carlos. **A reinvenção da cidade e da multidão: dimensão da modernidade brasileira - a Escola Nova.** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990.
186. MONTEIRO, Jacyr. **Nacionalização do ensino. Uma contribuição histórica da educação.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.
187. MORAES, F. Evaristo. **Comte: sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.
188. MORAES, Reginaldo. **Inteligência brasileira.** São Paulo: Brasileiense, 1986.
189. MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1930-1974).** São Paulo: Ática, 1980.
190. NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
191. _____. **Introdução da Escola Nova no Brasil (antecedentes). Boletim da cadeira de Teoria Geral da Educação.** Araraquara, v. 2, n. 1, p. 81-108, 1964.
192. _____ (org). **Educação e linguagem: para um estudo do discurso pedagógico.** São Paulo: EDART, 1976.
193. _____. **A educação na Primeira República.** In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: Difel, 1986. p. 261-291.
194. NAPOLI, Roseli. **Lanterna verde e o Modernismo.** São Paulo: IEB, USP, 1970.

195. NEGRÃO, Esmeralda V. (coord). **Avaliação da revista Nova Escola: desencontros numa tentativa de comunicação com/entre professores.** São Paulo: FGV, 1989.
196. NUNES, Clarice. **Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira: reconstituição de uma experiência.** Rio de Janeiro, 1989 (mimeo).
197. _____. **História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. Teoria e educação,** Porto Alegre, n. 6, p. 151-182, 1992.
198. _____ e CARVALHO, M. M. **Historiografia da Educação e Fontes. Cadernos ANPED.** Porto Alegre, n. 5, p. 7-64, 1993.
199. NUNES, Janary G. **Alguns documentos sobre o ensino alemão no Brasil.** Confidencial, 1940. CPDOC/FGV. GEC 34.11.30 - Ag (II-11).
200. NOVELLE, Michel. **Ideologia e mentalidades.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
201. OGNIER, Pierre. **L'Ecole républicaine française et ses miroirs; l'idéologie scolaire française et sa vision de l'école en Suisse et em Belgique à travers la Revue Pédagogique 1878-1900.** Berne: Peter Lang, 1988.
202. _____. **L'idéologie des fondateurs et des administrateurs de L'École Républicaine à travers la "Revue Pédagogique" de 1878 a 1900.** Revue Française de Pedagogie, n. 66, p. 7-14, jan./mar. 1984.
203. _____. **L'ideologie laique dans le Revue Pédagogique de 1878 à 1900.** Lyon: Université de Lyon II, 1981. Tese.
204. OLIVEIRA, Lúcia L. (coord). **Elite intelectual e debate político nos anos 30.** Rio de Janeiro, FGV, MEC, 1980.
205. _____ et al. **Estado Novo: ideologia e poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
206. _____. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, Brasília: CNPq, 1990.
207. OLIVEIRA, João B. A. e outros. **A política do livro didático.** São Paulo: Summus; Campinas: Ed. V. E. C., 1984.
208. ORLANDI, Eni. **Discurso e leitura.** São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1988.

209. _____ (org). **Discurso fundador** (a formação do País e a construção da identidade nacional). Campinas. São Paulo: Pontes, 1993.
210. **ORIENTAÇÕES**. Porto Alegre: CPOE/RS, 1963-1966.
211. **OSAKABE, H.** **Argumentação e discurso político**. São Paulo: Kairós, 1978.
212. **PAIVA, César.** **Die deutschsprachigen schulen in Rio Grande do Sul und die nationalisierungs politik**. Hamburg: Universität Hamburg, 1984. Tese (Dissetátion zur Erlangung der Würde des Doktors der Philosophie der Universität Hamburg).
213. _____. **Die Deutschsprachigen Schuler in Rio Grande do Sul und die nationalisierungs politik**. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 66, n. 153, p. 369, mai./ago. 1985.
214. _____. **Escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a política de nacionalização**. **Educação e Sociedade**. São Paulo, v. IX, n. 26, p. 5-28, abr. 1987.
215. **PAIVA, Vanilda.** **O sentido histórico do Manifesto dos Pioneiros**. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 65, n. 150, p. 459-60, maio/ago. 1984.
216. _____. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.
217. **PÉCAUT, Daniel.** **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.
218. **PEIXOTO, Ana Maria.** **Educação e Estado Novo em Minas Gerais**. São Paulo: PUC/SP, 1989. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação.
219. _____. **Reflexos da Revolução de 30 na educação brasileira**. In: **SIMPÓSIO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 30**, out. 1980, Porto Alegre (anais). Porto Alegre: ERUS, 1983. p. 198-209.
220. _____. **Escola no regime autoritário: o caso mineiro**. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 6, p. 3-10, dez. 1987.
221. _____. **Recessão e controle: a política educacional mineira na Era Vargas**. **Educação em Revista**. Belo Horizonte (15):5-13, jun. 1992.
222. **PELLANDA, Nize M. C.** **Escola e produção de subjetividade**. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 1992.

223. PEREIRA, Mônica. **Anhembi: criação e perfil de uma revista de cultura.** São Paulo: IDESP, 1987.
224. PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
225. PESAVENTO, Sandra J. **O cotidiano da república: elites e povo na virada do século.** Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1990.
226. _____. **História do RGS.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
227. _____. **República Velha gaúcha.** Porto Alegre: Movimento, IEL, 1980.
228. _____. **RS: a economia e o poder nos anos 30.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
229. PESQUISAS. Porto Alegre: CPOE/RS, 1963-1966.
230. PINTO, Céli R. J. **Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder.** São Paulo: Aucitec, 1989.
231. _____. **Construindo a de-construção: um exercício metodológico sobre a análise de discurso.** Porto Alegre: UFRGS, s. d. mimeo.
232. _____. **A mulher da campanha gaúcha na República Velha: uma análise de discurso.** Porto Alegre: UFRGS, 1986. mimeo.
233. _____. **Positivismo: um projeto político alternativo. (RS: 1889-1930).** Porto Alegre: L&PM, 1986.
234. POIMDRON-KARNAOUCH, Denise. **L'éducation populaire pour la presse périodique de 1789 à 1940. L'École et Nation.** Paris, n. 346, p. 32-34, fev. 1984; n. 347, p. 34-37; mars 1984; n. 348, p. 30-32, abril 1984.
235. PORTO, Adonia P. Marques. **Educação para a política do Estado Novo (1937-1945): um estudo do conceito e dos objetivos educacionais na revista "Cultura Política".** Rio de Janeiro: FGV, 1982. Dissertação (Mestrado).
236. PRADO, Áurea et al. **RGS: Terra e povo.** Porto Alegre: Globo, 1964.
237. PRADO, Rosane M. **Um ideal de mulher: estudos dos romances de M. Delly.** In: **PERSPECTIVAS Antropológicas da Mulher 2.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 72-112.

238. PY, Aurélio da Silva. **A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1942.
239. REIS FILHO, Casimiro. **A educação e a ilusão liberal.** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.
240. RENOVAÇÃO; Revista do Ensino em Nova Ação. Porto Alegre: Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, n. 1-15, 1977-1979.
241. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre: Ed. Educacional, v. 1-7, n. 1-27, 1939-1942.
242. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre: Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, v. 1-27, n. 1-174, 1951-1992.
243. REVISTA ESTUDOS. Porto Alegre: Associação dos Professores Católicos do Rio Grande do Sul, n. 1, 1940-1977.
244. RIBEIRO, Maria Luiza. **História da educação brasileira. A organização escolar.** São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
245. RIBEIRO, Renato J. (org). **Recordar Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
246. RIO GRANDE DO SUL. Directoria Geral da Instrução Pública. **Almanack escolar do Estado do RGS.** Porto Alegre: Selbach, 1935.
247. RIO GRANDE DO SUL. Convênio entre o Governo do Estado e a Arquidiocese de Porto Alegre relativo às escolas católicas. 1940. CPDOC/PGV GC 34.11.30, A g.
248. RIO GRANDE DO SUL: Secretaria de Educação e Cultura. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias pelo Dr. J. P. Coelho de Souza, relativo ao período administrativo de 21.10.1937 a 31.12.1942. Porto Alegre, maio de 1943, AH/RS
249. RIO GRANDE DO SUL: Secretaria de Educação e Cultura. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. P. Coelho de Souza pelo Diretor da Seção Administrativa, encarregado dos serviços atinentes à nacionalização do ensino. Porto Alegre, 10 de fevereiro de 1939. AH/RS.
250. RIO GRANDE DO SUL: Secretaria de Educação e Cultura. Relatório da Directoria da Divisão Geral de Instrução Pública, professora Olga A. Gayer. 1940. AH/RS.

251. RIO GRANDE DO SUL: Secretaria de Educação e Cultura. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias pelo Dr. J. P. Coelho de Souza - SESP, compreendendo o período administrativo de 21.10.1937 a 31.12.1939. Porto Alegre, 18 de janeiro de 1940. AH/RS.
252. RIO GRANDE DO SUL: Secretaria de Educação e Saúde Pública. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias, pelo Dr. J. Bonifácio Paranhos da Costa, Diretor Geral do Departamento Estadual de Saúde em 1940, 1941, 1942.
253. RIO GRANDE DO SUL. GOVERNO. Relatório das Prefeituras do Estado ao Interventor Federal. (1937-1945). AH/RS.
254. RIO GRANDE DO SUL: Secretaria da Educação e Cultura. In: COUTO e SILVA. Rio Grande do Sul: Imagem da terra gaúcha. Porto Alegre: Cosmos, 1942, p. 316-321.
255. ROMANELLI, Otaíza de O. História da educação no Brasil (1930-1973). Petrópolis: Vozes, 1980.
256. ROSAS, Paulo. A psicologia na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 65, n. 150, p. 314-336. maio/ago. 1984.
257. SANTIAGO, Maria Eliete. Escola pública de 1º grau: da compreensão à intervenção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
258. SAVIANI, Dermeval. A filosofia da educação no Brasil e sua veiculação pela Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 65, n. 150, p. 273-290, maio/ago. 1984.
259. SCHADEN, Egon. Aspectos históricos e sociológicos da Escola Rural teuto-brasileira. Correio do CRPE. Porto Alegre, v. 4, n. 35, p. 9-22, set. 1963.
260. SCHAEFFER, M. L. G. P. The Spectator. O teatro das luzes: diálogo e imprensa no século XVII. São Paulo: USP, 1986. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Faculdade de Educação.
261. SCHAFF, Adam. História e verdade. Lisboa: Estampa, 1977.
262. SCHEFFLER, Israel. A linguagem da educação. São Paulo: Saraiva, EDUSP, 1974.
263. SCHNEIDER, Regina P. A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889). Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS/ESTEdição, 1993.

264. SCHRADER, Achin. Minorias étnicas na política educacional do Brasil - Escolas de língua estrangeira nos anos 30 e 70. *Revista de Antropologia*. São Paulo, n. 29, p. 99-112, 1986.
265. SCHWARTZMAN, Simon (org). *O Estado Novo, um auto-retrato*. (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: Ed. UNB; Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1983.
266. _____ et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, EDUSP, 1984.
267. _____. *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq, 1982.
268. _____. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 66, n. 153, p. 265-72, maio/ago. 1985.
269. SILVA, Hélio. *1937 - todos os golpes se parecem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
270. _____. *Os tenentes no poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
271. SILVA, Marinete dos Santos. *A educação brasileira no Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Livramento, 1980.
272. SILVA, Pery Diniz da. *Origem e evolução da Universidade do RS*. Porto Alegre: UFRGS, 1960.
273. SILVEIRA, Maria Luiza. *A educação no pensamento brasileiro contemporâneo (1955-1979)*. Rio de Janeiro: SENAI, 1986.
274. SIMPÓSIO SOBRE A REVOLUÇÃO DE 30. out. 1980. Porto Alegre [Anais]. Porto Alegre: ERUS, 1983.
275. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
276. SOARES, Mozart P. e SILVA, Pery P. Diniz da. *Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934-1964)*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
277. SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
278. _____. *Síntese da história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
279. SOUZA, J. P. Coelho de. *Denúncia*. Porto Alegre: Thurmann, 1942.

280. _____. A nacionalização do ensino. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro: MEC, 1953.
281. _____. *Conflito de culturas*. Rio de Janeiro: MEC, 1953.
282. _____. A educação no Rio Grande do Sul. In: PRADO, A. et al. *O Rio Grande do Sul*. Terra e Povo. Porto Alegre: Globo, 1964.
283. _____. *Caminhada*. Porto Alegre: Sulina, 1969.
284. _____. *Processos e fundamentos da nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul*. CPDOC/FGV. 4362/80.
285. _____. *Exposição à Comissão Nacional de Ensino Primário sobre a situação da educação primária na zona colonial do Estado do Rio Grande do Sul*. 29 de abril de 1939. CPDOC/FGV. GC. 34.11.30 g (I-9).
286. _____. CARTA ao Ministra Capanema, de 15 de agosto de 1942, sobre prestação de contas do auxílio concedido ao RGS para a nacionalização do ensino. CPDOC/FGV. GC. 34.11.30 g (III-6).
287. _____. CARTA a Cordeiro de Farias, de 30 de julho de 1940, sobre o convênio entre o Governo do Estado e a Arquidiocese de Porto Alegre. CPDOC/FGV. GC. 34.11.30 g (II-7)
288. _____. *Palavras às novas gerações. Notas para um ensaio*. In: COUTO e SILVA, M. M. *Rio Grande do Sul. Imagem da terra gaúcha*. Porto Alegre: Cosmos, 1942. p. 284-286.
289. SULLEROT, Evelyne. *Histoire de la presse féminine en France: des origines à 1848*. Paris: Armand Colin, 1966.
290. SUSEKIND, Flora. *As revistas do ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
291. TAMBARA, Elomar. *A educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo*. Porto Alegre: UFRGS/FACED. Tese (Doutorado), 1991.
292. TOBIAS, José Antonio. *História das idéias no Brasil*. São Paulo: EPU, 1987.
293. TORRESINI, Elisabeth W. R. *Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40*. Porto Alegre: PUC/RS, 1988. Dissertação (Mestrado em História).

294. TRINDADE, Fernando. Uma contribuição à história da Faculdade de Filosofia da UFRGS. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRGS*. Porto Alegre, n. 10, p. 39-53, 1982.
295. TRINDADE, Héliqio e NOLL, M. I. *Rio Grande da América do Sul. Partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, Sulina, 1991.
296. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *1934-1984 - 50 anos*. Porto Alegre, 1984.
297. VAN BALEN, A. D. J. *Disciplina e controle da sociedade: análise do discurso e da prática cotidiana*. São Paulo: Cortes, 1983.
298. VARELA, Julia. La educacion ilustrada o como fabricar sujetos dóciles y útiles. *Revista de educacion*. Madrid: n. extraordinário, p. 247-274, 1988.
298. VARGAS, Getúlio. *O estado e suas realizações*. Rio de Janeiro, s. n., 1938.
300. VELLOSO, Mônica P. *Os intelectuais e a política cultura do Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987. mimeo.
301. _____. A Ordem, uma revista de doutrina, política e cultura católica. *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 117-160, jul./set. 1978.
302. VEYNE, Paul. *Assim se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983.
303. VIANNA MOOG, A. *Um rio que imita o Reno*. Porto Alegre: Globo, 1957.
304. VIEIRA, Luiz R. Educação e autoritarismo no Estado Novo. *Educação e Filosofia*. Uberlândia, v. 6, n. 12, p. 83-94, jan./dez. 1992.
305. VILHENA, Cynthia P. de Souza. *Família, mulher e prole: a doutrina social da Igreja e a política social do Estado Novo*. São Paulo: USP, 1988. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação.
306. VOGT, Carlos. *Linguagem pragmática e ideologia*. Campinas: Hucitec, FUNCAMP, 1980.
307. WACHOWICZ, Lilian A. *As relações professor-Estado: estudo da política elaborada para o magistério no Paraná, de 1853 a 1930*. São Paulo: PUC/SP, 1981. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação).

308. WARDE, Mirian J. Liberalismo e educação. São Paulo: PUC, 1984. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação).
309. WINOCK, Michel. Histoire de la Revue "Esprit" 1930-1950. Paris: Ed. du Seuil, 1975.
310. XAVIER, Maria Elizabeth. Capitalismo e escola no Brasil. Campinas: Papirus, 1990.

APÊNDICE

AS PRIMEVERAS DA REVISTA DO ENSINO

APÊNDICE

"AS PRIMAVERAS DA REVISTA DO ENSINO" *

Após nove anos de interrupção, a REVISTA DO ENSINO volta a circular, em setembro de 1951, como iniciativa das professoras primárias Maria de Lourdes Gastal, Gilda Garcia Bastos e Abigail Teixeira, com a intenção de "preencher o lugar vazio que havia junto ao professor primário, estagiário ou não", bem como aspiravam que a "educadora jovem e idealista" encontrasse nas páginas da REVISTA DO ENSINO a solução para "resolver os árduos, porém sublimes, problemas do seu mister"¹. A revista continua voltada, preponderantemente, a orientar o professor primário rio-grandense, divulgando diretrizes técnico-pedagógicas, material didático e legislação relativa ao ensino.

* Este título foi retirado do EDITORIAL da REVISTA DO ENSINO, outubro de 1992.

O Editorial do primeiro número desta nova fase da REVISTA DO ENSINO, intitulado "Grandes Sonhos"², reforça os objetivos do novo projeto de "servir à coletividade divulgando experiências e saber comum ao magistério". Esta intenção explicitada, de certa forma vincula a REVISTA DO ENSINO à fase de 1939 a 1942, cuja meta também era sintetizada no "ideal de servir efetivamente para a disseminação da cultura e do ensino em nosso Estado"³. Apesar das intenções comuns, a REVISTA DO ENSINO (re)inicia com características distintas.

Com o apoio institucional da Secretaria de Educação e Cultura/RS e, por um breve período como propriedade privada⁴, em 11 de dezembro de 1956⁵ a REVISTA DO ENSINO assume o papel de publicação oficial⁶ sob a supervisão técnica do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais - CPOE/RS⁷, divulgando as orientações pedagógicas deste centro de pesquisa. O CPOE/RS, além de editar a REVISTA DO ENSINO para professores, publica a revista infantil - CACIQUE, destinada aos alunos⁸, e o "Boletim do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais"⁹.

A REVISTA DO ENSINO, ao longo deste período de 1951 a 1978, busca ser um instrumento técnico-pedagógico de atualização permanente do magistério¹⁰, elevando o nível

qualitativo dos profissionais da educação, através da divulgação de experiências pedagógicas, da realidade da educação e do ensino, como apoio ao conteúdo das diferentes áreas que compunham o currículo do ensino elementar, e, posteriormente, do 1º grau. A partir de 1971, com a reforma do ensino pela lei nº 5692/71, a revista amplia sua área de abrangência para os outros níveis de ensino.

Em seus 26 anos, a REVISTA DO ENSINO publicou 170 números, com oito a dez números por ano¹¹, com uma média de 80 páginas de material informativo didático-pedagógico. Com uma tiragem inicial de 5.000 exemplares, atingiu a marca de 50.000 exemplares¹², no início da década de 60¹³. A REVISTA DO ENSINO circulava através do sistema de venda avulsa e por assinatura, atingindo todo o território nacional¹⁴, e vários países¹⁵, tendo alcançado 26.000 assinantes¹⁶. A revista publica, um suplemento didático destacável, como orientação para o seu aproveitamento como recurso visual em sala de aula¹⁷. É também editado o "Índice Cumulativo", abrangendo a matéria publicada na REVISTA DO ENSINO do nº 1 até o nº 168, em 13 volumes.

A REVISTA DO ENSINO voltava-se a dar orientação didático-pedagógica aos professores do ensino primário e pré-primário, através de sugestões de planos de aulas,

atividades práticas, trabalhos manuais, música, poesias, sugestões de recursos de ensino. Procurava auxiliar o professor, no dia-a-dia da sala de aula, trazendo o "fato histórico do mês, calendário do mês, galeria histórica, exercícios, riquezas do Brasil", isto é, fornecendo subsídios de ensino de aplicação imediata em sala de aula, dirigindo o cotidiano da escola primária rio-grandense. O "sucesso" da REVISTA DO ENSINO parece ter residido nesta característica de fornecer farto material didático ao professor, junto às orientações metodológicas. Um estudo das características e focos destas orientações didático-pedagógicas possibilitaria um mapeamento das diretrizes educacionais emanadas do CPOE/RS, órgão responsável pela coordenação técnica da REVISTA DO ENSINO.

Além do ensino primário e pré-primário, a REVISTA DO ENSINO tratava de outros níveis de ensino: da alfabetização de adultos, educação rural¹⁸, ensino normal. Os artigos abarcavam o conjunto de disciplinas do currículo escolar. Linguagem, Estudos Sociais, Música/Canto Orfeônico, Desenho e Artes Aplicadas, Ensino Religioso, Aritmética, Educação Física, Ciências Físicas e Naturais, Teatro, Recreação, trazendo aspectos teóricos e práticos sobre os mesmos. A REVISTA DO ENSINO também procurava subsidiar o professor com temáticas sobre "fundamentos da educação", com artigos de psicologia escolar, higiene escolar, história da

educação, administração escolar, e outros.

Ao longo de seus 170 números, a **REVISTA DO ENSINO** apresentou uma série de seções, mas algumas se mantiveram na maioria dos seus números, tais como: Artes Aplicadas, Fundamentos da Educação, Sugestões de Atividades, Instituições Escolares, Educação para o Lar, Problemas de Pais e Filhos, Observações e Experiências, Cantinho da Educadora, Entrevistas e Reportagens, Exercícios e Divertimentos, Educação Artística, Educação Especial, Educação Física, Educação de Adultos/Ensino Supletivo, Indicações Bibliográficas, Correio da Revista¹⁹. Alguns números da **REVISTA DO ENSINO** privilegiaram centralizar o projeto editorial em determinadas temáticas, tais como: **"Indígena Brasileiro"** (números 58 e 106), **"O Brasil e suas Riquezas"** (número 12), **"Centenário do Instituto de Educação General Flores da Cunha"** (número 123), **"Caracterização do Currículo do Ensino de 1º Grau"** (número 140), **"Etnias Formadoras do Povo Brasileiro"** (números 154/56), **"Estatuto e Carreira do Magistério Público do Estado do Rio Grande do Sul"** (número 156), **"O Brasil Atual"** (número 120) e outros tantos. Os índices da **REVISTA DO ENSINO** possibilitam verificar a alternância de seções ao longo de seus números. Observa-se que a cada troca da Editora responsável, houve mudanças na organização do índice, sem alteração da linha editorial da Revista, voltada a ser um **"periódico de**

interesse do magistério".

Uma preocupação constante da REVISTA DO ENSINO, nesta trajetória editorial, foi com a valorização **"simbólica"** do trabalho docente, através de poesias, mensagens, artigos, pensamentos, distribuídos por suas páginas, enaltecendo a prática educativa e prescrevendo um modelo de atitudes e condutas ao professor²⁰. A seção **"Retratando Mestres"**²¹ exemplifica esta intenção, ao publicar uma série de reportagens sobre mestres rio-grandenses de significativa atuação escolar. A valorização da atividade docente também passava pela exaltação da realidade educacional brasileira, a partir de entrevistas e depoimentos de educadores de renome, na seção **"Falam os Educadores Brasileiros"**²².

A REVISTA DO ENSINO também dá grande ênfase à participação do seu leitor, expressando suas opiniões, nas seções - "Nossa Coluna", "Correio", "O que dizem da REVISTA DO ENSINO"²³, respondendo a suas dúvidas didático-pedagógicas, através da seção **"Apresente seu problema"**²⁴; publicando suas poesias, músicas, versos, pensamentos; publicando suas sugestões práticas, nas seções **"Exercícios para todos os graus"**, **"Orientação e Ensino"**²⁵. Com essa estratégia editorial, a REVISTA DO ENSINO constituía-se no veículo por excelência de divulgação e apoio ao magistério do Estado, voltado à "ajudar a solucionar problemas reais e

práticos na vida do professor primário".

A equipe da REVISTA DO ENSINO amplia sua área de atuação realizando programas para rádio²⁶ e para televisão, e participando de diversas promoções e eventos da sociedade gaúcha²⁷, recebendo premiações²⁸. Na Rádio da Universidade²⁹, a REVISTA DO ENSINO realizou o programa "Dimensão Dois: Mito e Realidade", com 30 minutos de duração e de frequência semanal³⁰. Em 1976, tem um programa na Televisão Educativa (TVE/RS), quinzenal, no quadro "Variedades", do PANORAMA 7, calcado nos conteúdos da REVISTA DO ENSINO, bem como em entrevistas e reportagens relacionadas com a educação³¹. Em 1977, apresenta o programa "Enfoque Especial", semanal, produzido pela equipe técnica da REVISTA DO ENSINO³².

Na década de 70, quando a continuidade da REVISTA DO ENSINO passa por uma série de dificuldades, é publicado o "Boletim Informativo da Revista do Ensino" (1975 a 1976), com treze números editados, para divulgar notícias de interesse do magistério. Na realidade, este Boletim procurava manter o vínculo com a clientela da revista, nos períodos em que ela não era publicada. Tal foi a intenção, também, do Boletim "Renovação"³³, que ocupa o lugar do Boletim Informativo, de periodicidade mensal, com tiragem de 1.500 exemplares, distribuição gratuita, com conteúdo

informativo e didático, publicado de 1977 a 1979, com 22 números editados.

Em 1971, com a extinção do CPOE/RS³⁴, responsável pela supervisão técnica da Revista, a REVISTA DO ENSINO passa por diferentes órgãos da Secretaria de Educação e Cultura³⁵, bem como, Editoras³⁶, o que compromete a sua continuidade³⁷. As mudanças administrativas da SEC e a reforma do ensino de 1º e 2º graus em 1971 (Lei nº 5692/71), que ampliou a área de abrangência para outros níveis de ensino, parece ter sido alguns dos fatores que contribuíram para a descontinuidade e descaracterização da Revista³⁸, ao longo da década de 70³⁹, levando a interrupção de sua publicação no ano de 1978, com a edição dos números 167 e 170 em um único exemplar.

O longo ciclo da REVISTA DO ENSINO parece ter sido decorrente de dois fatores que, aliados, garantiram sua continuidade editorial: a supervisão técnica do CPOE/RS e a permanência do seu grupo diretivo⁴⁰.

Após uma interrupção de 10 anos, em outubro de 1989, a REVISTA DO ENSINO volta a ser editada pela Secretaria de Educação/RS⁴¹. São publicados 3 números até 1991, em forma tablóide, com uma tiragem de 20.000 exemplares, de distribuição gratuita às escolas e professores. A Revista

preocupa-se em publicar artigos didático-pedagógicos; relatos de experiências, legislação; entrevistas, reportagens sobre a memória e a história da educação rio-grandense, assuntos da atualidade; mercado editorial; serviços; humor. Diferindo substancialmente das outras fases, neste momento, a REVISTA DO ENSINO é feita por jornalistas para professores. Esta significativa alteração é assim explicada pelo Secretário de Educação Ruy Carlos Ostermann, também jornalista responsável:

"Estamos propondo nesta mudança da revista também uma inovação que, se espera, trará bons resultados: a revista será feita por jornalistas jovens, jornalistas que não devem ter preconceitos em relação à Educação, isto é, idéias preconcebidas. É uma tentativa de transferir professor e experiência para o centro da revista, sem que ele mesmo faça o texto e busque palavras ou idéias. Esta será a tarefa do jornalista. Ele vai perguntar, vai investigar, vai escrever, e vai se comprometer com esta fascinante tarefa da Educação. Não se quer transformá-los em jornalistas-professores. Não, que fiquem sempre jornalistas preocupados em entender os caminhos da Educação, suas palavras, conceitos, refrões, velhas demandas e as sempre renovadas aptidões para o novo, o que é fascinante, e estas descobertas das relações pedagógicas sempre surpreendentes. O jornalista pode também redescobrir

alguns trajetos da Educação que o professor, no seu compromisso de cumpri-los, muitas vezes esquece de que eles são significativos para a comunidade e, sobretudo, para os outros professores. Todos nós aqui da redação apostamos nesta redescoberta. Ela será um reconhecimento e uma valorização. Não se quer outra coisa desta combinação de professores e alunos"⁴².

Este recomeço da REVISTA DO ENSINO tem sido marcado por interrupções e retomadas a cada nova administração da educação no Estado. Em 1992, a REVISTA DO ENSINO publica uma "Edição Histórica" afirmando que "veio para ficar", como testemunho dos ideais que movem os responsáveis pela Educação no Estado - "para ficar como espaço democrático para a reflexão, para o estudo, para o debate"⁴³. Buscando vincular-se à época de sua grande projeção nacional, a revista é editada com as características gráficas que a identificaram de 1951 a 1978, com uma tiragem de 4.000 exemplares e sob supervisão técnica do Grupo de Assessoramento Superior à Educação - GASE/DG/SE. O Editorial deste número é assinado pela Secretária de Educação, Professora Neuza Canabarro, que expressa o "firme propósito de reeditar o veículo que divulgou, no Brasil e o Exterior, a educação que se fez no Rio Grande do Sul", com o objetivo de "em primeiro lugar, abrir um espaço para a veiculação, reflexão e debate de questões político-pedagógicas atinentes à Educação, buscando a construção

coletiva do conhecimento e da ação no espaço político de transformação social, que é a escola; em segundo lugar, subsidiar a prática pedagógica do professor em sala de aula, através da divulgação de referenciais teóricos, de sugestões de atividades práticas e de relatos de experiências que possam repercutir positivamente na Educação Pré-Escolar e no Ensino de 1º e 2º graus; finalmente, abrir um canal de comunicação entre a Secretaria de Educação, as diferentes Diretorias e Departamentos que a integram e entre os próprios professores, divulgando novas diretrizes, eventos, em suma, prestando o serviço que uma revista desse porte pode oferecer"⁴⁴. Afirmando novas intenções e propósitos, esta edição procura resgatar a REVISTA DO ENSINO em sua trajetória histórica, republicando depoimentos, entrevistas, artigos que marcaram suas distintas fases, identificadas em cinco momentos cujos critérios adotados foram a permanência da direção de redação, 1º fase - 1939/1942 - prof. Pery P. Diniz; 2º fase - 1961/1965 - Prof. Maria de Lourdes Gastal; 3º fase - 1965/1975 - Prof. Maria Magdalena Lutzemberg; 4º fase - 1975/1978 - Prof. Maria Josepha Pisacco; 5º fase - 1989/1991 - sob a tutela de jornalistas e apresentação em forma de tablóide. Nesta revisão histórica, a equipe da REVISTA DO ENSINO assinala o ano de 1992 como marco de que a REVISTA DO ENSINO continuaria..., afirmando o "propósito de nos empenharmos

para que ela volte a ser um importante suporte teórico-prático no processo ensino-aprendizagem, colaborando na atualização e aperfeiçoamento do professor"⁴⁵, o qual tem pautado a REVISTA DO ENSINO, desde a primavera de 1939, e retomado em outras primaveras - 1951, 1989, 1992...

A longa trajetória da REVISTA DO ENSINO permite ao pesquisador dar continuidade ao estudo e análise da Revista, segundo o ideário que a norteou, permitindo desvelar o pensamento político-pedagógico rio-grandense, em determinada época, e sua contribuição à educação brasileira. Alguns momentos deste ciclo de vida mostram-se singulares e importantes à educação rio-grandense como: o período em que esteve sob a supervisão técnica do CPOE/RS - 1957-1971, fazendo a articulação direta entre a equipe técnica e pesquisadores da SEC/RS e o magistério rio-grandense; o período de implementação da reforma de ensino de 1º e 2º graus, a partir de 1971, cujo resultado foi a descontinuidade e descaracterização da REVISTA DO ENSINO; a equipe diretiva da REVISTA DO ENSINO, notadamente a participação da Prof. Maria de Lourdes Gastal e sua contribuição para a divulgação da educação rio-grandense em nível regional e nacional; o período da década de 90, que marca uma nova característica da Revista feita por jornalistas para professores, os quais procuram acompanhar as novas tendências da educação brasileira em suas

propostas pedagógicas. Tais eventos, atores, fatos, até o momento, não foram objeto de estudo e análise pelos pesquisadores da educação rio-grandense, constituindo-se num campo fértil de pesquisa para o historiador da educação.

NOTAS

1. PORTO, Corália. A revista que nasceu para ficar. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, (78):6, out. 1961.

2. "... Não é o sentido humano de realce de vista, de impressão fática e efêmera, que norteia os seus desígnios... É, sim, o humilde anelo de servir, parafraseando os elementos físicos da natureza, que se servem mutuamente, com tanta espontaneidade e tanta eficiência (...) - Todo o professor primário possui, por conseguinte, (e não há como negar), copioso cabedal de experiência, útil aos demais, quando transmitida! Pondo-o ao serviço do espírito, isto é, burilando-o com o brilho de seu talento, - às mais das vezes oculto sob espesso véu de lastimável timidez - muito servirá à coletividade, que só progride com a cooperação e o devotamento individual dos seus elementos. É tão pouco, portanto, o que pedimos: - pouco para quem oferta; muito para quem recebe... Ao lançar à terra a pequenina semente, que, em vicejando, lhe dá farta, abundante messe, necessária ao seu conforto, já sonha o agricultor com os resultados de seu trabalho... Assim, ao lançar ao público suas despreziosas páginas, já anseia a direção desta revista pelo êxito de seu esforço, não almejando, porém, uma auréola de glória, mas um amplo e real benefício coletivo construído pela colaboração de cada um. Se, de cada manancial, brotar isolada a gota cristalina da experiência e do saber comum, teremos logo formado o opulento caudal, potente e grandioso, em que todos poderão saciar a sede de trabalho, buscando nesta fonte a força de ação imanente ao esforço coletivo". (Grandes Sonhos. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(1):2, set. 1951).

3. EDITORIAL. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1(1):7-8, set. 1939.

4. De março a novembro de 1956 a REVISTA DO ENSINO foi propriedade da Professora Maria de Lourdes Gastal, que a editou com recursos próprios e de assinaturas.

5. A Lei nº 3.091, de 31 de dezembro de 1956, que autoriza a encampação da REVISTA DO ENSINO, em seu artigo 2º, expressa: "A REVISTA DO ENSINO, que terá subordinação direta ao titular da Secretaria de Educação e Cultura, manterá seu objetivo de divulgação pedagógica, com a supervisão do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais".

6. "A REVISTA DO ENSINO era particular e hoje é publicada pelo Estado. Não se sente nenhuma diferença. Pública era ela antes, embora editada pela Livraria do Globo, e pública é hoje, embora editada pelo Estado (...). O "público" no Rio Grande do Sul não é o "oficial", mas o que visa ao público, o que serve ao público (...). A REVISTA DO ENSINO é uma ilustração do fervor com que se trabalha aqui, fervor que vence, raramente, todas as dificuldades. Não há contradição. O fervor rio-grandense é mais religioso que emocional. No fundo é um aspecto do sentimento profundo de coerção social que aqui se construiu, sólida e definitivamente, nas lutas da província para "continuar" brasileira, o que faz dos rio-grandenses os únicos brasileiros que o são, por vontade, por opção e não apenas pelas circunstâncias ou pela fatalidade" (TEIXEIRA, Anísio. O Senso de "público" no Rio Grande. In: REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 6(44):2, maio 1957).

7. Com a reorganização da Secretaria de Educação e Cultura em julho de 1942, foi criado o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais - CPOE/RS, ligado ao Departamento de Ensino Primário e Normal. O Decreto nº 794 de 14 de junho de 1943, estabelece como incumbência do CPOE/RS: a) realizar estudos de caráter objetivo sobre a criança, em todos os aspectos que intervêm no processo educativo-biológico, psicológico, sociológico, pedagógico, sobre a aprendizagem - princípios e leis, instrumentos e processos, conteúdo e eficiência; e sobre o meio escolar - disciplina, instituições, recreação, relações com o meio social; b) empreender atividades de orientação através de cursos e reuniões, visitas às escolas, direção de ensaios pedagógicos, respostas a

consultas de ordem técnica, elaboração de programas, planos, comunicados, circulares e instruções; manutenção de uma biblioteca central de obras pedagógicas e escolares; organização do conteúdo pedagógico do Boletim de Educação da Secretaria de Educação e Cultura e indicação de livros didáticos e de obras para as bibliotecas do professor e da criança; c) elaborar medidas para organização das classes, orientação educacional, controle do rendimento escolar. (MEC/INEP nº 28. Organização do Ensino Primário e Normal. Estado RS, Rio de Janeiro, 1945, p- 19).

8. Em abril de 1954, sai o primeiro número da Revista Infantil CACIQUE vinculada ao Centro e Pesquisa e Orientação Educacional - CPOE/RS e Secretaria de Educação e Cultura - SEC/RS. Sobre a Revista Cacique ver Antonio CAMPUCCO. Era uma vez... uma revista chamada CACIQUE. Correio do Povo. Porto Alegre, 21 de junho de 1981, p. 10. Maria Helena C. BASTOS. "Cacique - a revista da garotada gaúcha: educando, divertindo e formando o "bom menino" (1954-1963). Porto Alegre, UFRGS, 1991 (mimeo).

9. O CPOE/RS publica a cada 2 anos o "Boletim de Pesquisas e Orientações Educacionais", com as orientações, pesquisas, legislação, bibliografia, provas escolares, que resultaram de trabalho realizado no Centro, no período de 1947 a 1966.

10. "Se comprovado está que não basta o embasamento de conhecimento adquirido em um Curso de Formação de Professores, sem contudo ressaltar sua legítima importância; se nem sempre é possível ao professor a frequência ao Curso de Especialização; se o livro - embora imprescindível na biblioteca da escola (...) não se constitui material de mais fácil alcance do professor; se, da mesma forma, o livro didático não raro é superado em curto espaço de tempo pela descoberta de novas técnicas de ensino; se a atualização do professor faz-se imperiosa, dadas às contínuas modificações porque passam estes mesmos métodos e técnicas de ensino: conclui-se que a existência de uma revista de educação especializada em assuntos pedagógicos - veículo indispensável para esta atualização - é uma exigência na vida do professor que atua com responsabilidade". (GASTAL, Maria de Lourdes et alii. As revistas pedagógicas e a atualização do professor. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 13(99):55-57, 1964).

11. De 1951 a outubro de 1961, a REVISTA DO ENSINO publica oito números anuais, correspondentes ao período de março a junho e agosto a novembro. De 1962 a 1967, publica dez números por ano, de março a dezembro. Em 1968, a revista volta a ter periodicidade de oito números anuais de acordo com os meses letivos. Pode-se constatar que esta periodicidade não será respeitada, havendo anos em que são publicados quatro, seis números da revista.

12. Tiragem da REVISTA DO ENSINO - 1951-1978

ANO	TIRAGEM	ANO	TIRAGEM
1951	5.000	1964	50.000
1952	10.000	1965	40.000
1953	12.000	1966	
1954	15.000	1967	
1955	18.000	1968	25.000
1956	18.000	1969	25.000
1957	18.000	1970	25.000
1958	18.000	1971	55.000
1959	20.000	1972	55.000
1960	25.000	1973	55.000
1961	30.000	1974	5.000
1962	50.000	1975	5.000
1963	50.000	1976	5.000
		1977-78	

* 1965 a 1970, as Editoras Monumento e Sociedade Contábil - Ficha-tríplice não indicam a tiragem na Revista. contrato da Editora Sociedade Contábil - Ficha-Tríplice indica a tiragem de 25.000 exemplares, a partir de 1

13. Em 1957, a REVISTA DO ENSINO publica "Lista de Revistas Pedagógicas Brasileiras", organizada por solicitação da UNESCO, pelo INEP, onde são destacadas as tiragens de algumas revistas, como: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/INEP, com tiragem de 2.000 exemplares; Revista do Professor/São Paulo, com 12.000 exemplares. Nesta época, a REVISTA DO ENSINO já tem uma tiragem média de 20.000 exemplares.

14. A REVISTA DO ENSINO, ao longo desta fase, passa de uma publicação regional para nacional, abrangendo todo o território nacional, com representantes e escritórios em diversos Estados, e no Exterior, contando também com colaboradores nacionais. Através da seção "O que dizem da RE", a revista publica opiniões dos vários leitores das várias regiões do Estado e do Brasil sobre a mesma. Em out./nov 1956 (nº 41), publica uma reportagem sobre "A RE na opinião dos Educadores Paulistas" com vários depoimentos a qual iniciava com a seguinte afirmação: "A RE, pelo seu alto valor, já não pertence aos professores gaúchos, porque é patrimônio do professorado brasileiro".

15. "Hoje a publicação da SEC é mais do que uma publicação nacional, pois permuta com revistas pedagógicas de vários países, contando com assinantes na América do Norte (Flórida, Washington); América do Sul (Argentina, Uruguai, Chile, Peru e Colômbia); América Central (México); na Europa (Portugal, Itália, Espanha, Alemanha e França); África-Portuguesa (Moçambique, Angola, Guiné). (PORTO, Corália. REVISTA DO ENSINO que nasceu para ficar. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, (78):7, out. 1961).

16. Na década de 60, a REVISTA DO ENSINO parece ter atingido 26.000 assinaturas. Em 1975, os dados da Editora EMMA indicam o cadastramento de 1.500 assinaturas e uma tiragem de 5.000 exemplares.

17. A partir de outubro de 1957 (nº 48), a REVISTA DO ENSINO publica um suplemento gráfico destacável para aplicação em classe, como material didático à atividade docente. Cada suplemento didático abarca temas específicos. O suplemento nº 1 (out. 57) e nº 2 (mar. 58), apresentam sugestões para o desenvolvimento de linguagem para classes de adaptação ao primeiro ano da Escola Primária. O de nº 3 (nov. 58) apresenta "Plano para Organização de uma biblioteca escolar". A partir do nº 58 de 1959, o suplemento didático é mensal, com orientação para o seu aproveitamento no corpo da revista (nº 117 em diante). Exemplo de alguns suplementos didáticos: "Profissões a serviço da Comunidade"; "Acontecimentos Histórico do Brasil-Colônia"; "Um Mapa é uma representação plana da Terra"; "Aspectos do Brasil Atual"; "Nossas Bandeiras"; "Acidentes Geográficos"; "Corpo Humano"; "Animais em seu habitat"; "Você conhece os Símbolos da Nossa Pátria?"; "Calendário 1972"; "Análise Sintática".

18. A maioria dos artigos sobre "Educação Rural" desta fase eram assinados pela Professora Ruth J. T. da Silva, que também colaborou na primeira fase da REVISTA DO ENSINO (1939-42) com artigos sobre a mesma temática. Esta professora também colaborou na revista infantil CACIQUE, e editou o livro sobre educação rural.

19. A REVISTA DO ENSINO, em enquete realizada em 1961, em consulta ao professor, listava algumas destas seções para saber a preferência do leitor, evidenciando que as mesmas compunham a REVISTA DO ENSINO freqüentemente.

20. Os artigos como "A mãe e a mestra", "Auto-Exame de uma professora", "O professor de Adultos", "Direitos e deveres de Professores a Alunos", "Bilhetes a uma educadora", "Ao professor", "Bilhete à Nova professora Estagiária", "Campo de Apostolado", "Influência do Educador", são alguns exemplos de artigos visando à modelagem e disciplinamento da atividade do professor. Cabe também destacar a significativa presença de diversos "Credos" ao professor, bem como "Orações" à Mestra, "Cartas ao Professor Primário", todos exaltando a figura do professor na sua "missão pedagógica".

21. A seção "Retratando Mestres" esteve presente do nº 1 ao nº 36 da REVISTA DO ENSINO, e objetivava ser um espaço "à disposição de professores e alunos que desejassem homenagear um mestre". Sobre esta seção, ver BASTOS, M. H. e COLLA, A. "Retratando Mestres: a idealização do professor na representação da docência". Porto Alegre, UFRGS/FACED, 1993. 25 p. (mimeo).

22. A seção "Falam os Educadores Brasileiros" compõe o projeto editorial da REVISTA DO ENSINO do nº 20 ao nº 100, "no desejo de sentir com mais objetividade os problemas educacionais da atualidade entre nós. (...) No interesse de sondar com maior urgência e precisão o que já se faz no Brasil e as possibilidades que temos para nossa gente, a REVISTA DO ENSINO entrevistará educadores em todos os recantos do Território Nacional. Técnicos e Administradores - mestres experientes - colaborarão nesse trabalho de balanceamento de incertezas, dificuldades, realizações, perspectivas... Acreditamos que esse interesse ou inquietação generalizada, em torno do magno problema, venha abrir novos rumos e ter expressiva significação na felicidade do nosso povo". (VIEIRA, Benerico. "Falam os Educadores Brasileiros". REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, (20):33, mar. 1954).

23. As seções "Correio da Revista" e "Nossa Coluna" publica cartas dos leitores da REVISTA DO ENSINO. A seção "O que dizem da REVISTA DO ENSINO" destinava-se a apresentar as opiniões dos leitores sobre a REVISTA DO ENSINO, estando presente em todos os números, constituindo-se em um farto material para estudo da configuração do seu leitor.

24. "Se você tem dificuldades em conduzir seus alunos ou no ensinar certa matéria, dirija-se a esta seção que está ao seu dispor para ajudá-la a resolver seus problemas. A seção de perguntar deseja vir a ti desprezenciosa e simples, com a finalidade de prestar-te uma colaboração. Esta revista circulará não só na Capital como também pelo interior do Estado. E é talvez a ti, colega do interior, que esta seção se destina. Bem compreendemos e sentimos teus problemas e dificuldades. Na maioria dos casos, estás por assim dizer isolado, no recesso das "linhas", no profundo dos distritos, longe de toda a circulação e possibilidades de intercâmbios. Com dificuldades, conseguirá adquirir um jornal, uma revista, que te possam elucidar das últimas notícias, não só educacionais, como dos diversos setores do pensamento humano. E então, por intermédio desta coluna poderás vir com toda a franqueza, procurar solução para algum problema que tua classe está vivendo, poderás apelar, desse modo, para a existência de toda essa plêiade de professores que lutam e trabalham pela bonita causa da Educação. Sim, porque em muitas situações de tua classe de mais te valerá essa experiência que o melhor compêndio de Pedagogia". As disciplinas atingidas foram: Aritmética, Linguagem, Estudos Sociais, Música/Canto Orfeônico, Desenho e Artes Aplicadas, Ensino Religioso, Educação Rural e outras. (APRESENTE seu problema. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 1:13, set. 1951).

25. A seção "Orientação e Ensino" é destinada à difusão de trabalhos realizados em nossas escolas dentro do planejamento previsto no setor de orientação do ensino, pela divulgação dos planos de aula e das atividades realizadas em classe.

26. "E a Revista terá um apoio que será a Rádio Universidade com seu programa da REVISTA DO ENSINO. Parte daqueles ensinamentos, daquelas informações, nós faremos chegar aos professores na própria sala de aula, transmitidos pela Rádio Universidade. Então, vamos ouvi-la, vamos prestigiá-la. Ela vai ser nosso elo de aproximação: Sistema-Universidade. Ela vai ajudar a integrar a Universidade no Sistema. Vamos ligar o rádio. Vamos adquirir esse hábito, e vamos ter também, a nossa REVISTA DO ENSINO, que vai procurar dar ao professor as informações, os esclarecimentos, a orientação, vai procurar artigos atuais, pesquisas de autores, trabalhos interessantes que tenham saído naquele período. Enfim, ela vai despertar o prazer para seu permanente aperfeiçoamento". (Mauro da Costa RODRIGUES em entrevista. Boletim Informativo da REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, (1):5, mar. 1975).

27. A REVISTA DO ENSINO participa da ARCA 76 (evento com finalidades assistenciais) na tenda da Academia Feminina Literária/RS, expondo suas revistas e suplementos. O acervo de recortes de jornais, revistas, de telegramas, cartas, ofícios da REVISTA DO ENSINO evidencia a significativa atuação da instituição nos diversos eventos, homenagens, comemorações cívicas e outros.

28. "A REVISTA DO ENSINO conquista prêmios com seus programas de Rádio: 2º lugar no Biênio da Imigração e Colonização Italiana no RS, com o trabalho "Tu serás uma Bênção"; 1º lugar no Prêmio Ari de Jornalismo com a história "Acidentada Estória de um Pré-molar"; 2º lugar Prêmio "Ano do Menor" FEBEM.

29. "Apresentamos noticiário da SEC, bem como sugestões para o professor desenvolver em sala de aula". (DES/RS. Boletim Informativo da REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, mar. 1975, nº 1, p. 1).

30. Além de uma novela de ficção científica - "A Sombra do Anjo" - produzida pela Equipe Técnica de Redação, publicada no "Boletim Informativo" da RE/RS, em 1975. Contou com o apoio de professores da Grande Porto Alegre, que utilizaram a novela em seu trabalho, principalmente na área de Comunicação e Expressão. (REVISTA DO ENSINO - 26 anos. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 23(167-70):74, 1978).

31. SEC/RS. Boletim Informativo da REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 11, jun./jul. 1976, p.

32. "Os primeiros 5 programas integrarão a série "Sempre é tempo de Conhecer o Brasil" destacando as regiões brasileiras, na seguinte ordem: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul. (Renovação. Porto Alegre, 3(4): jul. 1977).

33. "Por que Renovação? O Nada é imutável. A cada momento que passa não estamos nos transformando, mas renovando. Mais do que nunca o mundo de hoje exige de todos uma dinâmica vivencial acelerada, em constante ebulição. A busca de objetivos sempre mais abrangentes e mais amplos, a busca do aperfeiçoamento e de superação obriga a imprimir ao viver cotidiano uma feição nova, a fim de acompanhar a rápida evolução que caracteriza a nossa época. Ao divulgarmos mais um Boletim da REVISTA DO ENSINO, faz-nos necessário um esclarecimento: surge o nº 1 com um novo nome: Renovação - REVISTA DO ENSINO em nova ação. Se analisarmos o conteúdo deste Boletim, percebemos que não se trata explicitamente de um Boletim Informativo, pois não é constituído apenas de informações, mas de matéria bem diversificada. Muda, portanto, o nome como mudou seu conteúdo. O que permanece é o nosso propósito de manter uma comunicação dinâmica, constante e permanentemente atualizada com nossos amigos, leitores e colaboradores - A Direção". (RENOVAÇÃO - Porto Alegre, 3(11):1, mar. 1977).

34. O Decreto nº 21.120, de 17 de maio de 1971, extingue o CPOE, passando a equipe da REVISTA DO ENSINO a ficar subordinada, temporariamente, à Unidade de Pesquisa e Orientação Educacional/Supervisão Técnica - UPO/SUT.

35. Em 1971, a REVISTA DO ENSINO passa à UPO/SUT órgão que deu lugar ao CPOE/RS. De agosto de 1972 até 1975 o serviço de Supervisão e Assessoramento Especial - SAE, assume a responsabilidade pela Revista. Em 1975, o setor de Supervisão Técnica da SEC/SUT, detém a publicação da REVISTA DO ENSINO, através do Centro Documentação, editando somente 7 revistas (10 números) até 1978.

36.

ANOS	EDITORAS
Set. 1951 a nov. 1954	Editora Globo
março a nov. 1955	Secretaria da Educação e Cultura/RS - Apoio Institucional INEP
março a nov. 1956	Propriedade de Maria de Lourdes Gastal
março 1957 a 1964	Secretaria de Educação e Cultura/RS - Supervisão do CPOE/RS (Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais)
1965 a 1968	Editora Monumento S/A
1968 a 1970	Sociedade Contábil-Ficha Tríplice Ltda.
1970 a 1975	Edições Tabajara
1975 a 1976	Editora Meridional EMMA
1977 a 1978	Secretaria de Educação e Cultura/RS - Supervisão Técnica Centro de Documentação

37. Maria Magdalena LUTZEMBERGER, diretora da REVISTA DO ENSINO durante nove anos, considera que os grandes culpados pela derrocada foram as editoras. "Cada editor que assumia, pensava estar pegando as galinhas dos ovos de ouro, mas na hora de vender e torná-la viável financeiramente nada faziam". (Um retrato permanente da educação. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 24(171):11, out. 1989). 38. "Outro problema que afetou e acabou descaracterizando a REVISTA DO ENSINO foi a abertura para o 2º e 3º graus. Na medida em que tu abranges muito,

dilui o interesse. O nosso grupo se debatia para que pudéssemos continuar trabalhando apenas com o 1º grau, no entanto, fomos vencidos". (Um retrato permanente da educação. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 24(171):11, out. 1989).

39. De 1971, quando da extinção do CPOE/RS, até 1978, a REVISTA DO ENSINO publica tão somente 36 números. Durante a Supervisão do CPOE/RS (1957-1961) são editados 93 números. O período de 1951 a 1956, quando são publicados 41 números, a REVISTA DO ENSINO não tinha supervisão oficial, sendo responsabilidade da Diretora Maria de Lourdes Gastal.

40. -----

ANO	DIREÇÃO
set. 1951 a nov. 1955	Maria de Lourdes Gastal
março a nov. 1956	Diretora-proprietária - Maria de Lourdes Gastal
março 1957 a 1964	Maria de Lourdes Gastal
1965 a 1975	Professora Magdalena Lutzenberger
1975 a 1978	Maria Josepha Pisacco Motta

41. "Esta é a nova Revista do Ensino. Nova porque se edita neste mês de outubro de 1989, um bom tempo depois da última edição (11 anos). Mas é também nova porque, afinal, o tempo - este grande mestre condutor das mudanças - exige que a REVISTA DO ENSINO seja comprometida com este final de década, que seja capaz de entender a lição destes últimos anos, as lutas do magistério, a inacreditável resistência de velhos problemas que passam de uma geração a outra de professores, não como um testemunho, mas como uma repetição de dificuldades. Enfim, a Revista precisa ser atual". (OSTERMANN, Ruy Carlos. Carta do Leitor. In: REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 24(171):3, out. 1989).

42. OSTERMANN, Ruy Carlos. Carta ao Leitor. In: REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 24(171):3, out. 1989.

43. CANABARRO, Neuza. Editorial. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 27(174):5, out. 1992.

44. CANABARRO, Neuza. Editorial. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 27(174):5, out. 1992.

45. 1992. A Revista Continua. REVISTA DO ENSINO. Porto Alegre, 27(174):64, out. 1992.

